

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

A ESCOLA DO RECIFE E A SOCIOLOGIA NO BRASIL

IVAN FONTES BARBOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Doutorado em Sociologia

A ESCOLA DO RECIFE E A SOCIOLOGIA NO BRASIL

Ivan Fontes Barbosa

**Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito
final para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia.**

**Orientador: Prof. Dr. Jorge
Ventura de Moraes**

Co-Orientador: José Luiz Ratton

**Recife
2010**

Barbosa, Ivan Fontes

**A Escola do Recife e a sociologia no Brasil / Ivan Fontes
Barbosa. – Recife: O Autor, 2010.**

339 folhas.

**Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Sociologia, 2010.**

Inclui bibliografia.

**1. Sociologia. 2. Escola do Recife. 3. Barreto, Tobias. 4.
Romero, Silvio. I. Título.**

**316
301**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/30**

A ESCOLA DO RECIFE E A SOCIOLOGIA NO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada por Ivan Fontes Barbosa à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Ventura de Moraes e co-orientação do Prof. Dr. José Luiz Ratton.

BANCA EXAMINADORA

José Luiz Amorim Ratton Júnior
Presidente da Banca/ Co-Orientador

Simone Magalhães Brito
1ª. Examinadora/ Titular Externa

Artur Stanford da Silva
2º. Examinador/ Titular Externo

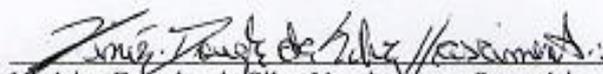
Alexandre Ronaldo da Maia de Farias
3º. Examinadora/ Titular Externa

Paulo Henrique Martins
4º. Examinador/ Titular Interno

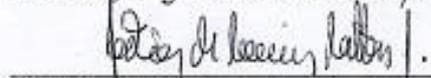
Recife
2010

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **IVAN FONTES BARBOSA**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

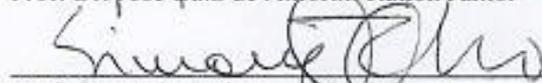
Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2010, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **IVAN FONTES BARBOSA** sob o título **A ESCOLA DO RECIFE E A SOCIOLOGIA NO BRASIL**. A comissão foi composta pelos professores: **Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior - Presidente/Co-Orientador**; **Profa. Dra. Simone Magalhães Brito - Titular Externa (Dep. Ciências Sociais/UFPB)**, **Prof. Dr. Artur Stamford da Silva - Titular Externo (PPGD/UFPE)**, **Prof. Dr. Alexandre Ronaldo da Maia de Farias - Titular Externo (PPGD/UFPE)**, **Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque - Titular Interno (PPGS/UFPE)**. Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. José Luiz Ratton** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem o **Prof. Dr. José Luiz Ratton**, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 26 de fevereiro de 2010.



Vinicius Douglas da Silva Nascimento - Secretário



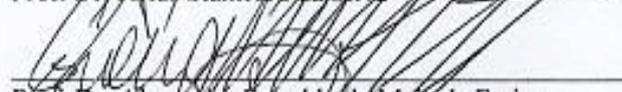
Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior



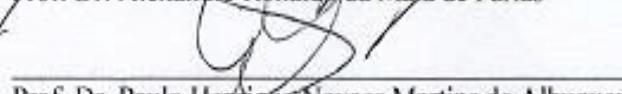
Profa. Dra. Simone Magalhães Brito



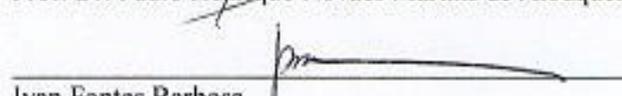
Prof. Dr. Artur Stamford da Silva



Prof. Dr. Alexandre Ronaldo da Maia de Farias



Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque



Ivan Fontes Barbosa

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 01 – A Escola do Recife e a Sociologia no Brasil	13
I – A Escola do Recife	13
II – História e sociologia das idéias sociológicas no Brasil	24
Capítulo 02 – Sociologia e Conhecimento	49
I – Ideologia e conhecimento	50
II – Karl Mannheim e a sociologia do Conhecimento	53
III – Randall Collins e as interações ritualizadas dos intelectuais	70
Capítulo 03 – As bases materiais da criatividade intelectual no Brasil do século XIX.....	99
I – O Estamento Brasileiro	103
II – O Recife e a Faculdade de Direito	116
III – Bacharel, Literato e Jornalista	142
IV – Notas sobre a sociologia no século XIX	154
V – Patrimonialismo e Sociologia	164
VI – Intelectuais Cordiais	187
VII – As vicissitudes das redes: a Escola do Recife	197
Capítulo 04 – Tobias Barreto e a Sociologia no Brasil	203
I – Teuto-sergipano	195
II – A educação da Mulher	210
III – O concurso de Tobias (1882)	214
IV – As variações anti-sociológicas.....	216
V – Um caso de Criatividade Intelectual?	225
VI – Tobias Barreto e a Escola do Recife.....	228
Capítulo 05 – Silvio Romero, Sociologia e a Escola do Recife	243
I - O Assassino da metafísica e suas armas	245
II – O Assassinato da Metafísica e outras histórias	269
III – O Criador da Escola do Recife	283
IV – Da miscigenação à democracia racial?	297
Considerações Finais	308
Bibliografia –	31

RESUMO

Este estudo foi fruto do exame das condições sociológicas de emergência de uma linhagem do pensamento sociológico no Brasil, a partir da investigação acerca das interações, mediadas por rituais entre os protagonistas de uma pequena parcela da vida intelectual brasileira do século XIX, intitulada de Escola do Recife. Buscamos compreender a sua construção e os usos de determinadas sociologias, tendo como referência as bases concretas sobre as quais assentavam à criatividade e a produção intelectual naquele momento. As coordenadas foram oferecidas por Randall Collins e Karl Mannheim. O primeiro, fornecendo um aporte que preconiza a pesquisa das relações informais e não teóricas que vinculavam estes pensadores, possibilitou a circunscrição desta escola e dos limites institucionais ao labor intelectual no Brasil. No que concerne a Karl Mannheim, a retomada de sua sociologia do conhecimento permitiu que compreendêssemos o sentido sociológico da incorporação dessas idéias evolucionistas a partir da Faculdade de Direito do Recife no último quartel daquele século. A partir de um levantamento bibliográfico e documental, nossa abordagem enveredou pela busca de informações que elucidassem aspectos da dinâmica estrutural da sociedade brasileira àquele momento, assim como a identificação dos vínculos amicais, profissionais, e não teóricos, com intuito de percebermos como se dava a constituição de uma tradição de pensamento. Os resultados que alcançamos é o de que a Escola do Recife, devido as singulares circunstâncias do campo intelectual brasileiro, foi estruturada por intermédio de redes horizontais de amizades, de indicações, de proteções e elogios mútuos. O epicentro foi à atuação sistemática e pontual do capitalizado Silvio Romero ao construir na história da literatura e da filosofia brasileiras no século XIX, o emblema Tobias Barreto e o lugar de sua Escola. A significação deste “movimento” foi a de ser o cordial oponente da obsoleta estrutura estamental e escolástica do império. Essa oposição, traduzida de forma intelectual, singularizava-se por ser uma forma diferente de empregar classes de pensamentos provenientes da sociologia evolucionista, para explicar e legitimar a erosão acomodada do regime monárquico assentado na escravidão. No que tange as conseqüências para a história da sociologia brasileira, temos o desenvolvimento de uma linhagem de pensamento que a parte do debate sobre o papel e a importância da miscigenação na construção e interpretação da sociedade brasileira.

Palavras Chaves: Escola do Recife, Tobias Barreto, Silvio Romero, Sociologia no Brasil.

ABSTRACT

This study is a result of an examination of the sociological conditions that contributed to the emergence of a strain of sociological thought in Brazil, from the investigation of the interactions mediated by rituals among the protagonists of a small portion of the intellectual life of nineteenth-century Brazilian, nicknamed School of Recife. We seek to understand its construction and uses of certain notably, with reference to the concrete foundations on which were based on creativity and intellectual production at that time. The coordinates were provided by Randall Collins and Karl Mannheim. The first, providing a contribution calling for the investigation of informal relationships and not theoretical that linked these thinkers, this allowed the school district and the institutional limits to labor rights in Brazil. When it comes to Mannheim, the resumption of his sociology of knowledge, allowing us to understand the sociological sense of the incorporation of evolutionary ideas from the Law School of Recife in the last quarter of the century. Due to a bibliographic and documentary, she moved into our approach for information that our knowledge of the structural dynamics of Brazilian society that moment, as well as the identification of links Amicis, professional, and not theoretical, aiming to probe how was the formation of a tradition of thought. The results we have achieved is that this school because of the unique circumstances of the Brazilian intellectual, was structured through horizontal networks of friends, indications of protections and mutual admiration. The epicenter was the systematic and punctual performance of capitalized Silvio Romero. In the history of literature and philosophy in Brazil in the nineteenth century, not only builds the Tobias Barreto myth and tradition of your school, but also a sociological interpretation unique about Brazil. The sociological significance of this "movement" was to be the opponent of cordial obsolete estates and scholastic structure of the Empire. This opposition, translated intellectually, stands out for being a different way of using classes from the thoughts of evolutionary sociology, to explain and justify the erosion of the monarchy stays grounded in slavery and mestizo descent in the interstices of the organization's assets. Regarding the consequences for the history of sociology in Brazil, we are developing a line of thought that part of the debate on the role and importance of mixing in the construction and interpretation of Brazilian society.

Keywords: School of Recife, Tobias Barreto, Silvio Romero, Sociology in Brazi

RÉSUMÉ

Cette étude résulte de l'examen des conditions sociologiques qui ont contribué pour le émergence d'une généalogie de la pensée sociologique au Brésil, à partir de la recherche à propos des interactions, médiées par des cérémonials, entre les protagonistes d'une petite partie de la vie intellectuelle brésilienne du siècle XIX, surnommé l'École de Recife. Nous cherchons comprendre sa construction et les usages de certaines sociologies, qui ont de référence les bases concrètes sur lesquelles la créativité et à la production intellectuelle étaient fondés à ce moment-là. Les coordonnées ont été indiquées par Randall Collins et Karl Mannheim. Le premier, qui fournit une contribution théorique qui préconise la recherche des relations informelles et pas théoriques lesquelles approchent ces penseurs, il a rendu possible la circonscription de cette école et des limites institutionnelles au travail intellectuel au Brésil. En ce qui concerne Mannheim, la reprise de sa « sociologie de la connaissance » a permis que nous comprenions le sens sociologique de l'incorporation de ces idées **évolutionnistes** par la Faculté de Droit du Recife dans le dernier quart de ce siècle. En fonction d'une enquête bibliographique et documentaire, notre abordage a suivi par la recherche d'informations qui élucidaient des aspects de la dynamique structurelle de la société brésilienne à ce moment, ainsi comme l'identification des liens amicaux, professionnels, et pas théoriques, en visant cette approche étudier comme se donnait la constitution d'une tradition de la pensée. Les résultats que nous avons réalisé son que cette école, en raison d'aux singulières circonstances du champ intellectuel brésilien, a été structurée à travers de réseaux horizontaux d'amitiés, d'indications, de protections et de louanges mutuelles. L'épicentre a été l'action systématique et rapide de Silvio Romero. Dans l'histoire de la littérature et de la philosophie brésiliennes dans le siècle XIX, il ne construit pas seulement le mythe Tobias Barreto et la tradition de son école, mais aussi, une interprétation sociologique singulière sur le Brésil. La signification sociologique de ce « mouvement » a été d'être l'adversaire amical de l'obsolète structure scolastique et de successions de l'Empire. Cette opposition, exprimé de forme intellectuelle, se particularisait par être une forme différente d'employer des classes de pensées provenant de la sociologie **évolutionniste**, pour expliquer et légitimer l'érosion adaptée du régime monarchique basé dans l'esclavage et dans l'ascendance du métis dans les interstices de l'organisation patrimoniale. À l'égard de les conséquences pour l'histoire de la sociologie brésilienne, nous avons vu le développement d'une lignage de pensée qui provient du débat sur le rôle et l'importance de la métissage dans la construction et l'interprétation de la société brésilienne.

Mots-Clés: l'École de Recife, Tobias Barreto, Silvio Romero, la Sociologie au Brésil.

INTRODUÇÃO

Decifrando a Escola do Recife

O último quartel do século XIX representa um controverso capítulo na história da inserção de algumas idéias de natureza sociológica no Brasil. Em Pernambuco, por razões de ordem material, estilos de sociologia, apesar de encontraram terrenos pouco férteis, conseguiram atingir status de parâmetro de análise para pensar a sociedade brasileira. Tratou-se de uma sociologia que buscava consolidar-se, no âmbito de seus pressupostos, a partir de um apego aos ditames das ciências naturais evolucionistas, sobretudo no caso da biologia e, na esfera concreta e institucional, nos interstícios das Faculdades de Direito, do jornalismo e da crítica literatura.

Os principais integrantes dessa trama foram dois sergipanos que encarnaram perfeitamente o tipo ideal de intelectual brasileiro do século XIX: profetas da ciência, autodidatas, polemistas, políglotas, e, talvez como resultado de tudo isso, *cordiais* no melhor e no pior sentido atribuído pelo criador da tipologia, Sérgio Buarque de Holanda. Tobias Barreto, professor da Faculdade de Direito do Recife

(FDR), dono de um notável reconhecimento e notoriedade¹ no cenário intelectual brasileiro e que é considerado como precursor do debate da sociologia no Brasil mesmo quando queria provar que ela não existia. Já Silvio Romero, professor do Colégio Pedro II e posteriormente da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, visto, por sua vez, como o criador da história da literatura brasileira é um dos pioneiros na crítica literária, nos estudos folclóricos, antropológicos e sociológicos efetuados no Brasil. Possui como patrimônio uma vasta publicação sobre a cultura brasileira que tem sido, ao mesmo tempo, apreciada e depreciada a partir da lógica que o campo intelectual resguarda para a vida póstuma dos autores e de suas idéias.

Esses dois bacharéis e suas idéias, as repercussões, as redes que se firmaram em torno de seus nomes, de suas amizades e suas ações são traduzidas na história da literatura, do direito e da filosofia brasileiras como o movimento intelectual denominado de Escola do Recife (ER). Contudo no domínio da história da sociologia no Brasil, esse capítulo não é percebido de forma consensual. Para uns a ER representa o nascedouro da sociologia brasileira, um movimento intelectual que foi o responsável pela entrada das ciências sociais em solo brasileiro. Já para outros essa história não comporta uma ER, não é significativa a contribuição e nem mesmo a constatação de sua existência. Silvio Romero e Tobias Barreto são citados sem fazerem alusão à existência dessa Escola.

Duas questões sobressaíram a partir dessas constatações. A primeira é como compreender sociologicamente o surgimento de certas idéias sociológicas no

¹ E o reconhecimento e a amplitude intelectual aqui é medido em função do método histórico, contrariando as leituras que buscam a interpretação pessoal da importância cultural. Logo, o critério para avaliar a contribuição de determinados autores é a quantidade de atenção que estes recebem das fontes históricas posteriores e suas influências sobre as gerações seguintes.

Recife durante as décadas de 1870 e 1880? Acerca desta questão vários trabalhos já haviam sido elaborados. Num primeiro momento tínhamos aqueles historiadores das idéias que enumeram de maneira cronológica os autores e suas respectivas idéias, e acreditavam que estes intelectuais possuíam determinadas virtudes que os faziam pioneiros da reflexão filosófica e científica moderna. Para bem da verdade algumas abordagens davam entender que eles eram gênios, e essa dimensão por si só explicava-os².

Em um pólo diametralmente oposto temos os teóricos da ideologia, que de modo perspicaz perceberam que a explanação dessa produção intelectual do século XIX, e em específico a que se operava no Recife, só seria possível se levássemos em consideração a dinâmica relação entre as esferas econômica e sócio-política. Estes autores e suas idéias eram traduzidos por essa perspectiva como inevitáveis ideólogos da classe dominante brasileira. Suas idéias, no seu conjunto, eram determinadas e aprendidas a partir da infra-estrutura econômica.

Mais recentemente outras abordagens começam a surgir acerca da compreensão da geração de 1870 e da recepção da sociologia no Brasil. Elas atentam para o fato de que as idéias possuem uma dupla dinâmica: tanto podem ser entendidas a partir dos mecanismos de produção e recepção³ como em função das dimensões existências que modelam e formatam as falas tendo em vista os interesses políticos de determinados grupos⁴.

No panorama sociológico brasileiro, e no mundial, o marxismo foi a tradição que ofereceu um primeiro momento do que viria a ser circunscrito

² A fragilidade desse modelo se assente num certo idealismo ou platonismo. As idéias não devem ser dissociadas dos contextos e da sua imbricada vinculação com instituições, práticas e relações sociais.

³ Cf. Vilas Boas, 2006.

⁴ Cf. Alonso, 2002.

posteriormente por Karl Mannheim (1986) como Sociologia do Conhecimento. As abordagens que ressoavam as premissas estabelecidas por Karl Marx e Friedrich Engels (1996) permitiam perceber que na lide da sobrevivência, as sociedades de classes estruturam suas relações de modo desigual, naturalizando determinadas formas de coexistência a partir de um conjunto de argumentos que muitas vezes assumiam o condão de explicações científicas. Foi o que aconteceu com Silvio Romero por prender-se a Gobineau e acreditar na desigualdade entre as raças. Sua visão pessimista, decorrência inevitável da sua crença naquele aristocrata francês que não gostava do Brasil, acabou sendo incorporada pelo imaginário brasileiro ao diagnosticar a miscigenação como uma infeliz e inevitável condição que entravava o progresso da sociedade brasileira. Autores como Dante Moreira Leite (2002), Roberto Da Matta (1981), Renato Ortiz (2003), Tomas Skidmore (1976), Lilia Schwarcz (1993) não cansaram de registrar nos trabalhos, as dimensões ideológicas da obra de Silvio Romero e de seu grupo.

A sociologia marxista forneceu uma vereda interessante para entender o conhecimento, mas, como observou Karl Mannheim, ela não conseguiu utilizar a sua teoria para explicar a si mesmo. Neste sentido, a sociologia do conhecimento ainda não tinha alçado vôo. É com Mannheim que temos o início da ampliação da teoria da ideologia para o universo da Sociologia do Conhecimento. O marxismo, de certa forma, deixa de ser o guardião da verdade, pois a verdade não estaria necessariamente nos fatos, mas sim na adequação das interpretações a certas circunstâncias históricas. Ora, a partir daí todo o conhecimento passaria a ser interpretado a partir das dimensões existenciais, e os estilos de pensamento e seus respectivos conceitos deveriam percebidos à luz dos interesses concretos que dinamizam a existência dos grupos, sendo que tais interesses poderiam ser ou não motivados pelas dimensões econômicas.

Essa senda fornecida por Mannheim faz-nos perceber que as relações de poder que marcavam o Império, notadamente a alternância entre os *luzias e saquaremas*⁵, poderiam ser a chave para entendermos o tipo de sociologia que foi utilizado por determinado grupo. Toda a sociologia que aqui chega, de certa forma aleatória, encarnava e traduzia por intermédio de seus principais axiomas, a agenda interesses conciliatórios dos liberais, respeitando e respaldando as suas limitações, seus medos e temores.

O programa da sociologia de Mannheim foi considerado fraco uma vez que não deu conta da produção do conhecimento das ciências naturais, que durante muito tempo foi tida como objetiva e não movida por fatores extra-teóricos. Alguns trabalhos conseguiram mostrar que, de fato, a produção do conhecimento nas ciências naturais, ou seja, a vida no laboratório estava sujeito sim a interferências que extrapolavam o universo dos fatores teóricos. Antes dessa problemática, a sociologia americana, principalmente a oriunda do desdobramento da recepção de Alfred Schutz, tinha edificado uma interessante trilha a partir da sociologia weberiana que resvalou numa leitura preocupada com o universo cotidiano das relações sociais, dos seus rituais e de suas interações. A sociologia do conhecimento muda o foco e passa não apenas a privilegiar o universo das idéias filosóficas e/ou científicas, mas chega a ampliar o horizonte de seus interesses⁶.

A trajetória na revisão da literatura sobre a sociologia do conhecimento permitiu que percebêssemos que o cotidiano da prática científica, a qual aparentemente nada tem a ver com as idéias, informa sobre as suas supostas verdades.

⁵ Cf. Matos, 2004.

⁶ Conforme Peter Berger e Thomas Luckman (2003, p.14), a sociologia do conhecimento deve ocupar-se com tudo aquilo que se passa por conhecimento em uma sociedade, independente da validade ou invalidade última (por quaisquer critérios) desse conhecimento. E na medida em que todo conhecimento humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais, a sociologia do conhecimento deve procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza.

Outras questões acessórias vieram a tona: como circunscrever “objetivamente” ou sociologicamente o que foi a Escola do Recife? Quais ferramentas utilizar para dirimir a histórica questão da existência ou não dessa Escola?

Passamos a acreditar, pois, que os trabalhos e as correlatas indagações feitas sobre a existência da Escola de Recife, estavam buscando respostas que não pareciam possíveis de serem encontradas, pois, como veremos, não havia como existir unidade doutrinária nas parcas circunstâncias em que o campo intelectual, altamente desorganizado, se encontrava. O curioso é que os autores que debatiam e estudavam a Escola do Recife, estavam sempre inquirindo sobre a sua unidade teórica, ora defendendo, ora acusando as incompatibilidades e dispersões teóricas dos seus “corifeus”. É um tedioso, diga-se de passagem, “vai e vem” de constatações de avanços e recuos, conciliações e contradições teórico-filosóficas.

Muitos estudiosos⁷ verteram esforços para o estudo desta. As principais questões elaboradas estavam relacionadas a sua unidade teórica e a contribuição de suas idéias filosóficas, jurídicas e sociológicas, para o desenvolvimento daquilo que Roque Barros (1986) denominou de *ilustração brasileira*. Constatada logo no início das leituras sobre a ER a incompatibilidade de pensar a dimensão da unidade filosófica presente em seus principais representantes, que opções teóricas e metodológicas restariam, para salvaguardar de forma coerente o esmerado empenho daqueles que admitem e lutam para confirmar a existência da escola ora em discussão?

Um primeiro dado que nos interessa neste sentido é delimitarmos o alcance do que podemos entender por escola de pensamento. Esse conceito, como sugere Randall Collins (2005, p.67), pode ser explorado por quatro procedimentos distintos:

⁷ Nelson Saldanha (1985), Luis Delgado (1970), Antonio Paim (1966, 1967), Antonio Machado Neto (1969, 1973), Aluizio Coutinho (1988) Vamireh Chacon (1969, 2008), Vírgilio Campos (1987), Pinto Ferreira (1981) José F. Araújo (1996), Alcântara Nogueira (1980).

em um primeiro momento, de forma ampla e frágil, é possível deparar-se com o fato de que determinados indivíduos compartilham um modo singular de pensar, não implicando, com isto, nada necessariamente a respeito da organização social estabelecidas para aqueles sujeitos. Em outro momento a Escola pode ser mensurada em função da percepção acerca do fato de ter existido ou não influxo intelectual entre seus membros. Pode ser também que você leve em consideração que esse conceito supõe a existência de uma cadeia de relações pessoais, dentre as quais as mais importantes são as relações entre mestres e discípulos, ou, em último caso, o estudioso se depara com uma organização em sentido literal: um lugar onde se ensina e onde se transmite autoridade e propriedade por meio da sucessão explícita.

Em Collins (Id. P.67) encontramos uma maior precisão acerca do que poderia ser considerado por “escola”. Chamou a atenção nele, justamente, o fato de que por intermédio dos rituais que dos intelectuais, talvez fosse possível entender como eles construíam certas relações de afinidades, que muitas das vezes acabam sendo associadas e/ou nomeadas de escola. Ou seja, a teoria do presente autor permitiu que investigássemos o universo da construção de determinadas tradições⁸. E isso foi muito interessante, pois faz com que saibamos de que, como tudo no universo da cultura, a exemplo das tradições e das “verdades”, é ritualmente criado e transmitido.

A partir daí tornou-se mais nítido circunscrever a sociologia praticada no Recife no século XIX e a criação da sua respectiva. Sua relação com a sociologia? Ao tempo que explicamos, de forma sociológica, como ela foi inventada e propalada, identificamos – através da análise das obras mais representativas deste grupo – no que

⁸ A leitura de Eric Hobsbawn e T. Ranger (1997) percebeu como as tradições foram criadas e inventadas. Por tradição inventada eles compreendem um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas. Estas práticas objetivam apregoar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que acarreta, necessariamente, uma continuidade em relação ao passado.

a invenção nomeou de escola, as razões dos usos das reflexões sociológicas, isso também, de maneira sociológica. Em outras palavras, buscamos compreender ao mesmo tempo, como foi inventada a escola do Recife e quais seriam as razões dos principais usos das reflexões sociológicas por parte de seus representantes mais relevantes.

É nesse momento que emerge uma sugestão teórica inusitada e bastante interessante para ser utilizada no universo intelectual. Trata-se de uma convergência, como parece ser toda a sociologia posterior a Durkheim, Weber e Marx, da sociologia do conflito e o interacionismo simbólico. Ou seja, é a luta o motor das idéias e essa luta se manifesta por intermédio de rituais que de tão cotidianos não são percebidos por aqueles os praticam. A leitura de Randall Collins neste sentido agrega a possibilidade de ampliar o horizonte da percepção do que possamos compreender por idéias sociológicas e nos permite entender o porquê de as incorporarmos da mesma forma que aprendemos quase tudo na vida.

O fato é que um singular estilo de fazer e pensar sociologicamente a sociedade brasileira no século XIX vai emergir no cenário brasileiro, a partir de uma imbricada relação entre a sociologia, a filosofia, a literatura e o direito. É deste emaranhado que emerge a possibilidade de pensarmos essa Escola a partir de um grupo que sob circunstâncias singulares, praticaram um estilo de sociologia.

Este trabalho buscou utilizar duas referências fundamentais para pensarmos o processo de produção e construção das idéias sociológicas e dos grupos que a sustentaram. Acreditamos, como Mannheim, na proposta relacional do conhecimento⁹,

⁹ O caráter relacional da proposta de Mannheim preconiza não o relativismo do conhecimento histórico, mas a perspectiva que esta assentada na idéia de existem esferas do pensamento (as diferenças apontadas pelos neokantianos) nas quais seria impossível acreditar na idéia de uma verdade absoluta,

e tentamos percebê-lo como formas específicas de organização da realidade às custas de determinados interesses e de coordenadas fornecidas pela configuração histórica. Esses interesses nem sempre tem como pano de fundo os fatores econômicos ou mudanças das estruturas sociais, eles também obedecem à dinâmica do microcosmo onde tais idéias são produzidas. Logo, perceber o funcionamento ritual da feitura das idéias, com adverte Collins, implica em notá-las como sujeita as mesmas regras de outras esferas de valores da cultura. Neste caso, as dimensões não teóricas do pensamento são essências para entendermos a dinâmica desse pensamento.

No primeiro capítulo apresentamos uma breve revisão da literatura sobre a ER e a sociologia no Brasil, tentando apreender algumas premissas teóricas que orientam essas perspectivas. Em seguida apresento o programa da sociologia do conhecimento de Mannheim e o da sociologia das redes intelectuais de Randall Collins, como ferramentas para pensar a estruturação da sociologia no Brasil no século XIX.

No terceiro analisamos os limites materiais e culturais quanto ao desenvolvimento da reflexão sociológica no Brasil, e nos dedicamos a algumas referências sobre o legado das singulares relações que aqui existiram e que condicionavam a prática intelectual. Apontamos que a reflexão sociológica só se tornou possível no século XIX, a partir da criação de algumas demandas provenientes da burocratização patrimonial atenuada a partir de 1808. Mostramos os limites do universo intelectual, abordando alguns espaços onde tais reflexões ganhavam terreno (notadamente a FDR e a Imprensa).

devemos levar em consideração os valores e a posição do sujeito e sua relação com o contexto social. Cf., 1986, 105.

Em seguida, sondamos como se operava o reconhecimento intelectual naquele momento, mostrando como, paulatinamente, a igreja ia perdendo o controle sobre a produção intelectual. Neste instante do século XIX, os bacharéis assumem o comando do entendimento da sociedade rumo à construção da nação brasileira, sendo os responsáveis pela inserção das idéias sociológicas no Brasil. Autodidatas, validavam suas idéias nas disputas e intrigas, ganhando muitas vezes quem tivesse mais ira e fôlego. A sociologia surgia assim, mais como filosofia social que como teoria e método de pesquisa.

No quarto capítulo, tanto analisamos a reflexão sociológica de Tobias Barreto, como tentamos indicar de que forma ele adquiriu um potencial significativo de energia emocional, e galgou, ao mesmo tempo, capital cultural e um espaço privilegiado na produção e disseminação de idéias naquele momento. Na verdade, Tobias Barreto incorporou um repertório de idéias alemãs que permitiu que com criticasse a sociologia evolucionista e determinista de então. Via Kant, inaugura uma leitura culturalista dos fenômenos sociais humanos, que, devido à rede que espalhou seu pensamento, não fez com que conseguisse a atenção dos historiadores da sociologia brasileira. Em seguida apresento uma análise do concurso de Tobias do ponto de vista de sua repercussão e receptividade em meio à classe intelectual que lhe era contemporânea. Enquanto ritual, o concurso proveu Tobias de prestígio e reconhecimento no meio intelectual, bem como suas esquisitas maneiras de demonstrar seu capital cultural (a exemplo de publicar vários jornais em Alemão na cidade pernambucana de Escada). Ainda neste capítulo, evidenciamos – através das correspondências de Tobias com intelectuais de então, dos inúmeros prefácios, estudos e relatos de intelectuais contemporâneos e extemporâneos – como se deu seu

reconhecimento, tanta em vida quanto póstumamente, e como ele foi incorporado e representado pela história da filosofia, do direito e da sociologia brasileira.

No quinto capítulo, iniciamos abordando as razões pela qual Silvio Romero incorpora a sociologia no entendimento da sociedade brasileira e demarca a ruptura com as explicações e instituições religiosas que justificavam o Império. O episódio do assassinato da metafísica (defesa da tese de doutoramento de Romero) é ritual, e típico sintoma da ausência de uma base material que limitava a criatividade intelectual. O autodidatismo não permitia a existência de um critério comum para auferir a validade dos estudos e das proposições. A ruptura se dava por negação da autoridade intelectual e desrespeito à instituição. Silvio Romero foi perito em assegurar uma posição de prestígio tecendo críticas difamadoras sobre os adversários intelectuais. Duas, dentre tantas outras disputas, serão aqui comentadas: a com Machado de Assis, em resposta à crítica feita por este a sua poesia e ao livro de Manoel Bomfim *América Latina: males de origem*.

Dando continuidade, demonstramos como o alcance e a existência da ER só foram possíveis em função da criação e articulação dela por Silvio Romero, inserindo esta escola na história intelectual do Brasil. Foi ele, tanto o responsável pelo propagar da referida escola, pelo conjunto de contatos, laços e interações, como criador do seu lugar na história da filosofia, do direito e da literatura nacionais. No final desse capítulo identificamos como as temáticas e teorias desenvolvidas pela ER no século XIX serão repropostas por estudiosos como Gilberto Freire, Câmara Cascudo no século XX, concorrendo para que alguns autores considerem Gilberto Freire como expoente da 2ª. geração da Escola do Recife.

Concluimos, apontando que o estudo do pensamento social brasileiro pode ser feito a luz de uma leitura que perceba como certas redes vão formando

determinadas tradições, e que estas tradições, ao mesmo tempo que adestram argutos pesquisadores, às vezes podem limitar suas falas. A ER enquanto tradição intelectual, deixou patente os limites que os fatores extra-teóricos impõe ao pensamento, assim como uma vereda que tem sido por demais explorada na sociologia brasileira.

A Escola do Recife e a sociologia brasileira

Mesmo, porém, com as diversidades separando, não só distinguindo Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, há quem os reúna numa Escola Paulista de Sociologia, os mesmos classificadores de idéias que ignoram ou negam a existência da Escola do Recife de Tobias Barreto e Sílvio Romero, ou de Gilberto Freyre. Ao contrário do reconhecimento até internacional quanto à existência destas Escolas (CHACON, 2008, p.183).

I – A ESCOLA DO RECIFE

Não é tarefa simples circunscrever a ER e a sua relação com a sociologia brasileira. As limitações são inúmeras e começam desde a definição do que pode ser entendido por escola, a te a delimitação de seus membros e representantes. Compor uma lista dos integrantes desta escola é a tarefa mais difícil que se impõe ao pesquisado que sobre este objeto se debruça. Via de regra cada autor apresenta um panorama e cria suas tipologias. Nelson Saldanha (1985, p.125) adverte que há um centro (Tobias Barreto e Sílvio Romero) seguido dos perpetuadores imediatos (Artur Orlando e Martins Júnior), *além de figuras menores, figuras laterais, continuadores eventuais e personagens da história intelectual em que aparecem ecos e traços da atuação do grupo*¹⁰.

¹⁰ Gumersindo Bessa, Adelino Filho, Fausto Cardoso, Urbano Santos, Benedito Leite, Francisco José de Viveiros e Castro, Phaleante da Câmara, Oliveira Telles, graça Aranha, Anísio de Abreu, João Freitas, Hygino Cunham César do Rego Monteiro, Prado Sampaio, Nobre de Lacerda, Virgílio de Sá Pereira, Abelardo Lobo. Cf. Saldanha, 1995.

No estudo de Pinto Ferreira (1980) sobre a FDR, extrapolam-se as categorias criadas por Nelson Saldanha (1985) Para o autor *determinados pensadores podem ser considerados aliados longínquos e involuntários da ER*. Ferreira considera Euclides da Cunha um *parente espiritual do grupo*, por ser seguidor de Comte e Spencer. Rui Barbosa, continua nosso autor, *é outro aliado longínquo da ER [...] fez os dois primeiros anos na academia do Recife (1866 e 1867)*¹¹.

O testemunho de um contemporâneo poderia dirimir essas imprecisões, mas não é isso que acontece. Graça Aranha, membro confesso da ER, deixa um depoimento interessante sob a sua vida acadêmica no Recife em seu livro *O Meu próprio romance* (1931, p.159-160) os nomes que compuseram o cenário da ER.

No primeiro momento, no período do concurso, o grupo de Tobias Barreto se fortalecia nos seus adeptos Clóvis Beviláqua, Artur Orlando, Martins Júnior, Gumersindo Bessa, Fausto Cardoso, Oliveira Teles, Faelante da Câmara, Souza Bandeira e, entre outros menos expressivos, Urbano Santos, Benedito Leite e Francisco Viveiros de Castro. Foram estes os principais representantes da Escola do Recife, inspirada também por Sílvio Romero. Os que mais possuíam a iniciação secreta de Tobias Barreto, os que mais participavam das suas confidências e o seguiam de perto, eram, sem dúvida, Artur Orlando, Gumersindo Bessa e Fausto Cardoso. Os outros tinham profundas ligações, mas por alguns lados escapavam à disciplina do mestre.

Vamireh Chacon (2008, p.92) também adverte para a cautela a ser tomada ao circunscrever a ER. Devemos reconhecer o exagero de Sílvio Romero em sua história *da literatura brasileira* ao dividir a Escola do Recife em três fases, e que incluíssem, além dele mesmo, Tobias, Castro Alves, Vitoriano Palhares, Franklin Távora, Araripe Júnior, Carneiro Vilela, Fagundes Varela, Rui Barbosa, Celso Magalhães, Inglês de Souza, Fausto Cardoso, Aníbal Falcão, Martins Júnior e muitos

¹¹ Cf. 1980, p.28.

outros. Alguns — como Castro Alves, Rui e Fagundes, pouco demoraram como alunos na Faculdade do Recife, indo prosseguir os cursos na de São Paulo.

Independente de quem esteja inscrito nesse “movimento”, eles possuem alguns traços em comum. Quase todos foram nomeados para exercer cargos na magistratura, assumiram posições políticas nos âmbitos federal, estadual ou municipal, publicaram críticas literárias, livros, artigos em jornais, e é possível mapear em suas obras, as principais questões e controvérsias que a sociologia evolucionista propunha. O recorte deste trabalho fica restrito a algumas reflexões, perfiladas por Silvio Romero e Tobias Barreto sobre as conexões entre a sociologia, o direito e a literatura. Foi em torno deles que se propagou, seja como professores, polemistas ou referências utilizadas para pensar o Brasil, o cerne do debate sobre esta ciência.

Escreveram livros sobre a ER os seguintes autores: Vamireh Chacon (1969; 2008), Nelson Saldanha (1995), Antonio Paim (1966), Alcântara Nogueira (1980), José Francelino de Araújo (1996), Virgílio Campos (1987) Aluizio Bezerra Coutinho (1988). Existem ainda inúmeros artigos e livros que possuem extensos capítulos dedicados ao debate acerca da existência de uma ER ou da pertinência no uso da terminologia – como um grupo coeso, ordenado, doutrinado em torno de postulados, de princípios integradores. A confusão acerca da delimitação dessa escola a partir da constatação de reuniões, encontros, publicações, reciprocidade de perspectivas e outros critérios utilizados para a delimitação de uma escola de pensamento, está longe de ser suprimida, sendo significativa à literatura destinada a sugerir essa imprecisão. Uma breve incursão nas representações acerca desta escola demonstra os contornos da questão.

A) Apologistas

Segundo Vamireh Chacon (1978, p.09), é possível e legítimo pensar a existência e persistência da ER. O critério que demarca essa evidência está assentado *no reconhecimento contemporâneo de seus próprios membros, amigos e dos discípulos de Tobias Barreto*. A objeção que poderia existir, segundo o autor, deve ser pensada em outro plano, ou seja: *até que ponto é possível afirmar a existência desta Escola?* Sugere que embora seja uma concepção menos estrita do que a Européia, *ela era uma escola no seu tronco comum – Tobias e Silvio inspirando-se nas várias formas de evolucionismo europeu – e na relativa unidade de seus discípulos*. A ER foi o maior movimento de idéias na América Latina¹². Em seu trabalho dedicado à história das idéias sociológicas no Brasil (1977, p.13) afirma que

[...] no caso da sociologia, por exemplo, Tobias abriu seu debate, quando queria evitar que ela aparecesse e se propagasse... Com efeito, as *glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas* tiveram resultado oposto, ou pelo menos imprevisto, diante do que ele queria... Coube a Silvio Romero ampliar a discussão, ambos nas cabeceiras da sociologia no Brasil .

Em Aluizio Bezerra (1988, p.09) temos o entendimento que a ER foi *um movimento filosófico de orientação racionalista*. Helio Jaguaribe (1957, p.33), informa que junto ao positivismo e ao catolicismo, a ER foi *um dos três únicos exemplos de um movimento intelectual brasileiro que além de formar escola perdurou além de seus fundadores*. Gilberto Freire (1971, p.132) enseja que a *Escola do Recife foi um movimento teuto-recifense de renovação cultural dominada pela figura carismática de Tobias Barreto*. Paulo Frederico do Rego Maciel (Apud. Pereira, 1983) afirmou que a

¹² Cf. 1969, p.186.

Escola do Recife é *um estado de espírito*, Nilo Pereira (1983, p.189) sugeriu que fosse uma *capitalização de idéias* e Luiz Delgado (1970, p.171) chega a falar de “movimento intelectual”. Pinto Ferreira (1980, p.45), estudioso da sociologia no Brasil e da Faculdade de Direito do Recife, atesta que a *ER é aquele movimento intelectual que teve nascimento na FDR, e como iniciador, Tobias Barreto*. A questão da unidade da ER é, antes de qualquer coisa, diz ele, como em todas as escolas existentes, relativa.

A escola positivista francesa teve os seus dissidentes. O marxismo teve suas faixas enormes de dissidência e de polêmicas [...] o próprio conteúdo dos debates da ER, notável pela sua variedade, era um convite a divergências, pois dificilmente haveria um acordo intransigente de todo os seus adeptos em filosofia, religião, direito, sociologia, economia, crítica literária e poesia (Idem, p.24).

O mesmo Pinto Ferreira (1981, p.34) no seu segundo volume sobre a Faculdade de Direito do Recife, procura delimitar com mais clareza a relação entre a ER e a sociologia brasileira. De acordo com ele:

A ER criou uma sociologia pioneira do reconhecimento e da exaltação dos valores da morenidade, genuinamente brasileira, desprovida do alemanismo tobiático, mostrando destarte, no elenco das suas orientações, o seu pluralismo ideológico, o pluralismo uno do saber.

Vemos que a existência dela é recorrente no imaginário da inteligência brasileira de maneira insistente. Antonio Machado Neto (1973, p.69), em estudo sobre a vida literária no século XIX, destaca que foi graças à figura singular de Tobias Barreto e ao *grupo de jovens pensadores que o genial sergipano conseguiu reunir em torno de suas “idéias novas”*, que a cidade e a faculdade do Recife alcançaram uma *significação extraordinária na distribuição ecológica de nossa vida intelectual. Na história intelectual do país, a cidade e a faculdade estão imortalizadas na realidade e na legenda da ER*. Em outro trabalho sobre a História das idéias jurídicas no Brasil esse mesmo autor assiná-la que:

[...] o movimento intelectual acompanha a evolução das idéias do seu líder, Tobias Barreto – a escola teve uma expressão literária na poesia hugoniana

de Tobias e Castro Alves, depois, encaminhando-se pelas vertentes filosóficas do evolucionismo, do monismo e do kantismo, para em seguida culminar em sua expressão jurídica e social, onde seu influxo parece ter sido mais constante e significativo sobre o país inteiro, em especial, o Nordeste (1969, p.74).

O registro da “importância” da ER não para por aí. Alfredo Carvalho (1978, p.101) considera como o *brilhante e fecundo movimento literário da história do pensamento nacional [...] fomentando o extraordinário progresso mental que tanto contribuiu para assegurar as letras pátrias a sua incontestada supremacia na América Latina*. Paulo Mercadante (2006, p.282) admite a existência da ER por, sugere ele, se tratar de um grupo de [...] *intelectual, tendo não só tendências comuns, como certas características de organização, correspondências e encontros, reuniões pelo menos informais. O grupo estava disperso em atividades outras, porém se manifestando*.

Quanto à chamada ER, urge adotar o sentido amplo, isto é, consideremo-la o conjunto de pensadores e estudiosos, professando variados modos de ver, sentir e concluir no tocante a matéria de estudos, seguindo a orientação ávida da fulgurante plebe, como chamado o grupo que acompanhava, sem compromissos filosóficos, jurídicos, literários, religiosos e políticos, a trajetória intelectual de Tobias (Id. p.284).

Luiz Antonio Barreto (1994, p.30) comenta que a ER ficou conhecida como movimento que, liderado por Tobias, “libertou” a cultura brasileira, produzindo uma geração de republicanos, de democratas, de socialistas, de abolicionistas, de materialistas, que, *de volta aos seus estados, seguiram com a demolição de todas as velhas estruturas*.

Antonio Paim (1966, p.09-11) aceita as razões do Sr. Antonio Gómez Robledo e importa seu argumento para respaldar concretude desta escola:

[...] la escuela de Recife no fué de cierto, como el apostolado positivista, un conventillo de rígida ortodoxia; pero tampoco, como sustentan algunos, un grupo sin unidad teórica, sin outro especificación que el afán comum de renovación espiritual, como pudo ser-lo, digamos, la generación española del 98.

A ER era *uma corrente autônoma, ocupada no combate simultâneo ao positivismo e ao espiritualismo*. Em trabalho sobre a história da filosofia no Brasil reforça que ela *constitui marco importante nas diversas manifestações da cultura nacional. Abriu ao nosso pensamento jurídico, novos horizontes; lançou as bases para a abordagem da sociologia como disciplina independente*¹³.

No livro intitulado *A Escola do Recife*, Nelson Saldanha (1985, p.106), bastante preocupado com as imprecisões acerca da caracterização da ER, tem mais cuidado ao definí-la. Encontramos nele a preocupação em entender que as circunstâncias materiais e culturais, além de limitar o entendimento desse movimento como uma escola, imprimiram um conjunto de traços que demarcam as especificidades do estilo de pensamento que aí se desenvolve.

Temos portanto de entender a Escola em sua situação histórica: era uma elite intelectual e social que tinha de repetir o padrão literário e doutrinário da Europa, como repetia da Europa os figurinos, os chapéus, os casacos, os gostos musicais, os elementos culturais. Uma espécie de autodidatismo grupal, compensado pelas influências recíprocas, caracterizava os membros da Escola. Daí certas imaturidades, certas desigualdades do que deixaram. Daí a deformação, aqui e ali, de idéias mal assimiladas; e alguma coisa maluca que foi escrita, na pretensão de originalidade ou de grandeza, muito equívoco, muito despreparo lógico, muita indisciplina terminológica.

José Antonio Tobias (1987, p.128), escrevendo sobre a história das idéias no Brasil, traduz a ER como movimento filosófico de orientação materialista-evolucionista, que alcançou ampla projeção durante o século XIX e início do século XX. O reconhecimento dessa escola, destaca, é proveniente de quatro fatores: em primeiro lugar, trata-se da veneração à filosofia alemã, particularmente as idéias kantianas. Em seguida não podemos esquecer que os líderes desse grupo se

¹³ Cf. Paim, 1967, p.160.

manifestavam habilmente como porta vozes das ciências e das suas últimas descobertas. Em terceiro lugar devemos destacar a luta que esse grupo impingiu contra a escolástica, tida sarcasticamente como inimiga do progresso e sinônimo de atraso. E por último a campanha a favor do materialismo e evolucionismo contra a metafísica, considerada resquício do passado¹⁴.

B) Hesitantes

Se o elenco dos autores que consideram e reconhecem a existência da ER é grande, os do que manifestam opinião contrária não fica por menos. Do lado dos que não admitem a possibilidade de se mencionar a ER está Evaristo de Moraes Filho (1985, p.41):

[...] temos por nós que não chegou a existir propriamente uma escola no mais rigoroso sentido técnico da expressão, com homogeneidade e unidade de doutrina, com coerência teórica interna entre seus corifeus. Como se sabe, coube a Silvio Romero a denominação, ao final da década de 1870, em polêmica com os escritores do Rio de Janeiro. O seu tom era de desabafo e desafio, em atitude de evidente superioridade diante dos afrancesados literatos da província fluminense. Lutava por impor-se na corte, em busca de um lugar ao sol, sempre com a preocupação de apontar prioridades no combate ao romantismo e na adoção da nova intuição ao naturalismo, na poesia, no romance, e, sobretudo no pensamento filosófico.

Wilson Martins (1978, p.41) insinua que os dois únicos e verdadeiros discípulos foram, ao mesmo tempo, os dois únicos mestres. Sendo que a sua principal

¹⁴ Como indicado na introdução, o processo de reconhecimento de determinadas idéias no universo da produção intelectual não é inerente ao pensamento. Conforme Tobias a suposta plausibilidade do argumento é suficiente para atestar o alcance que essa idéia possa vir a ter.

característica era germanismo acríptico e delirante de Tobias Barreto. O contemporâneo e “adversário” de Silvio Romero, José Veríssimo (1963, p.255-256) informa que:

No empenho, alias simpático, na sua inspiração de exaltarem Tobias Barreto, inventaram uma ER, da qual o fizeram instituidor. A ER não tem de fato uma existência real. O que assim abusivamente chamam é apenas um grupo constituído pelos discípulos diletos de Tobias, professor disertado e, sobretudo, ultrabenevolente, eloquente orador literário e poeta fecundo, mais do que Tobias pensador e escritor. Cumpre, alias, repetir que este grupo, salvo migrações individuais posteriores, restringiu-se ao norte, donde era máxima parte de seus alunos, e mais exatamente a Pernambuco.

Em Alcântara Nogueira (1980, p.51) encontramos outra veemente rejeição à idéia de existência da ER. Sugerir ou afirmar, diz ele, *que o movimento do Recife constitui escola é um exagero que nunca nos convenceu, mesmo a tradição havendo conservado o nome.*

A ER não foi, na verdade, uma escola. Faltou-lhe a unidade e, quase tudo. Mas pior do que isso foi a sua indefinição no plano sócio-político-econômico [...] embora imprópria à expressão, ela se traduziu em movimento que trouxe para o pensamento social brasileiro, em diversos sentidos, verdadeira renovação (Idem, p.14-15).

A constatação de que não podia ser enquadrada como escola, se dava em função da não existência de um doutrinamento sistemático.

Não havia no movimento, é certo, idéias centrais ou defendidas ou proclamadas com orientação pré-determinada, a começar pelo próprio Tobias Barreto que foi talvez o de orientação menos regular, ainda que mais atuante. Havia, sim, um objetivo central que era trazer à debate a discussões de idéias conhecidas na Europa, mas que estavam praticamente virgens, sem que delas se ocupassem os homens de estudo e de cultura (Ibid.Idem, p.42).

Um autor que apesar de escrever um livro denominado Um pensador da Escola do Recife, põe em dúvida a sua existência é Virgílio Campos (1987, p.89). Para esse escritor a ER estava mais para um movimento perturbador do *estabelecido*, fundado por Tobias Barreto e marcado pela divulgação do pensamento científico alemão no Brasil. Ela não chegava a se configurar como uma escola, *mas apenas a*

vertente por onde corria um turbilhão de idéias críticas e inovadoras, embasadas no que de mais avançado havia no pensamento jurídico, filosófico e científico da época.

Não obstante toda a querela sobre a existência de uma unidade teórica da ER, existem dimensões que permitem a sua delimitação e a partir daí o alcance e a sua cumplicidade com um estilo de sociologia. A primeira seria circunscrever a ER aos grupos articulados em função da relação mestre e aluno, das amizades e por vários mecanismos de reconhecimento de seus pares, como publicação dos trabalhos, indicações para postos no magistério, principalmente em torno das figuras de Silvio Romero e Tobias Barreto. Decorrente da articulação anterior, advém a identificação dos princípios formativos ou *atitudes integradoras fundamentais* que gravitavam em torno de questões como: um comedido liberalismo e um acanhado evolucionismo.

Estão corretos os que pressupõe que ER partia de uma base comum de concepção filosófica que era anti-espiritualista, naturalista, anti-romântica, cientificista e evolucionista. Muitos se achavam e se acham discípulos e membros deste grupo, e inúmeras vezes evidenciaram manifestações de identificação, simpatia, amizade e afinidade intelectual. E essas questões como veremos, às vezes são mais importantes para delimitar determinados grupos, do que simplesmente pensar a partir dos mesmos pressupostos teóricos. São incontáveis os exemplos. A amizade e dedicação que sempre uniram Silvio Romero e Tobias Barreto, desde que se conheceram no Recife nos final dos anos 60. Silvio cuidou de angariar recursos para o tratamento de Tobias no final da década de 1880, assim como concorreu para que o governo do Estado de Sergipe comprasse a biblioteca do já então falecido Tobias, para ajudar a sua família, além de ter providenciado a reedição de várias obras de Tobias, ordenando-lhe os textos, e escrevendo introduções cheias de estima e afeição.

Conforme Evaristo de Moraes Filho (1985, p.49) o *grupo era uma sociedade de elogios mútuos Os primeiros adeptos do movimento – Silvio Romero, Clóvis, Orlando, Martins Junior, Graça Aranha, Gumercindo Bessa, Souza Bandeira – prefaciaram-se, dedicaram-se livros, elogiaram-se mutuamente.*

A ER é produto de determinadas circunstâncias sociológicas específicas de um campo cultural que agregava limitações e paradoxos decorrentes da sua inserção numa sociedade escravocrata. Nelson Saldanha (1985, p.108) está atento para o fato de que todo um *estilo intelectual* correspondeu à atuação da ER e que este marcou de maneira substancial as gerações subseqüentes. A tendência *poligráfica*, caracterizada pelo ímpeto de abarcar pluralidade de áreas. O *poliglotismo*, que, aliás Tobias e Silvio ostentavam como superioridade diante de certos antagonistas que, não sabendo alemão, não podiam discutir. Outros elementos, presente em todo o universo intelectual de então, eram o tom polêmico e agressivo de suas exposições teóricas, o apego ao evolucionismo e o hábito de iniciar ensaios com alguma frase de Tobias Barreto, costume esse, confirma o autor, muito generalizado.

II - História e Sociologia das idéias sociológicas no Brasil

A compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico. Não salta a cabeça de ninguém, por mera inspiração ou vontade, nem é epistemologicamente possível, na ausência de certos fatores reais (GUERREIRO RAMOS, 1995, p.34).

Os trabalhos sobre a sociologia no Brasil, grosso modo, podem ser assim agrupados: de um lado temos uma produção de sociólogos e cientistas sociais que intentam compreender a inserção das idéias sociológicas no Brasil a partir de algumas dimensões existenciais. Num pólo diametralmente oposto, existe uma tendência voltada para o registro das idéias sociológicas em uma perspectiva histórica e descritiva, muitas vezes encontrada subliminarmente nos trabalhos de história da filosofia e do direito, universo em que os autores e as suas idéias são compreendidos a partir de sua inserção paulatina no contexto da universalidade do pensamento filosófico. Há ainda a perspectiva da recepção das idéias sociológicas, que apresenta uma singular maneira de pensar a incorporação dessas reflexões no ambiente brasileiro.

É tarefa difícil mensurar as opções teóricas utilizadas pelos diversos intelectuais em seus trabalhos sobre a história da sociologia e das idéias no Brasil, e tarefa pior, rotulá-los. Via regra, como fora ressaltado, estes estudos são mais um registro das idéias sociológicas no Brasil, do que propriamente um estudo sobre as condições de emergência, produção, circulação e recepção de tais idéias.

Pierre Bourdieu assiná-la que em todos os campos (história, ciência, filosofia, arte etc.) encontramos sempre a mesma oposição e antagonismo, frequentemente tido como irreduzíveis entre as interpretações que podem ser chamadas

internalistas ou internas e aquelas que se podem denominadas de externalista ou externas. Via regra, há, de um lado, os que sustentam que, para compreender a literatura ou a filosofia, basta ler os textos, e de um outro, em oposição, uma tradição que quer relacionar o texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou o mundo econômico¹⁵.

Neste sentido acho bastante interessante a classificação apontada pela Ângela Alonso (2000, 2002) no tocante aos estudos sobre as idéias da “Geração de 70” no Brasil do século XIX. Segundo a autora, os trabalhos podem ser agrupados em duas grandes vertentes: uma cognitiva, que considera o movimento intelectual do ponto de vista de sua capacidade de gerar teorias sociais, situando-o no plano da história das idéias; e a que interpreta esse movimento (da geração de 70) como produtor de ideologia modernizadora para novos grupos sociais, particularmente de uma nova classe média.

Os historiadores da filosofia, do Direito e da sociologia representam esta primeira perspectiva, e os trabalhos sobre o pensamento social brasileiro, realizados por cientistas sociais, representariam o segundo. Por hora, consideraremos esta distinção no que diz respeito às interpretações da emergência da explicação sociológicas no Brasil.

Na história das idéias sociológicas, jurídicas, literárias e filosóficas no Brasil, geralmente a preocupação é compor um painel de coordenadas que permita o acompanhamento gradativo do desenvolvimento da reflexão sociológica, esta entendida a partir das referências aos usos de idéias ou tendências sociológicas em voga na Europa. Embora exista um consenso sobre o fato da sociologia no Brasil se desenvolver a partir da segunda metade do século XIX, parece não haver clareza sobre

¹⁵ Cf. Bourdieu, 2004, p.19.

as posições teóricas que delimitam os critérios de periodização. Esta perspectiva teria o sentido de uma descrição das idéias e de seus respectivos autores, tentando avaliá-los quanto à plausibilidade ou não de suas reflexões. São versáteis e hábeis com as fontes documentais e no registro das reflexões sociológicas dos autores do século XIX, enfatizando as produções intelectuais (idéias e linhas teóricas adotadas) desses autores. São eles que dão voz longínqua à fala de muitos desses juristas filósofos que produziram sociologia e demarcaram o horizonte de interesses de suas reflexões sociológicas.

Como observou Alonso (2000), a ótica da história das idéias é a mais tradicional no tratamento do movimento intelectual brasileiro. Nesta perspectiva, não existe a pretensão de relacionar texto e contexto. A reflexão valoriza a dimensão heurística das obras e anula qualquer dimensão externa ao próprio campo das idéias. O conceito fundamental é a noção de "influência", e os movimentos intelectuais aparecem como réplicas nacionais das linhas de pensamento europeu, compondo as tão famosas *escolas de pensamento*¹⁶.

Segundo esta última autora:

Este passo tem por efeito tomar um fenômeno disseminado no período — a formulação de interpretações do Brasil e de projetos de reforma — como desiderato de grandes sistemas de pensamento. De outro lado, supõe uma

¹⁶ As principais críticas feitas a esta perspectiva por Alonso (Cf. 2000, p.36-40) são: (1) A suposta autonomia do campo intelectual brasileiro no século XIX. Segundo ela, Boa parte dos intérpretes supõe que o movimento intelectual da geração 1870 seja, por definição, formado por *intelectuais* voltados para a produção de conhecimento e apartados do cerne do processo político. (2) O outro pressuposto comum a várias interpretações do movimento intelectual da geração de 1870 é a incorporação a-crítica de termos genéricos criados pelos próprios agentes para nomear o movimento intelectual. Auto-definições de partidários da própria luta doutrinária — como Sílvio Romero — viram conceitos. A auto-imagem e as explicações dos agentes devem ser os objetos e não o guia da análise. Daí a necessidade de desmistificar as próprias categorias, de redefini-las, de modo a não priorizar a filiação a escolas, mas perceber como esses rótulos eram operacionalizados nos debates; (3) Outro inconveniente é que o caso europeu se torna parâmetro automático de avaliação do movimento intelectual. Ler os textos brasileiros conforme grau de fidelidade doutrinária à teorias estrangeiras conduz sempre a um diagnóstico de insuficiência. Neste tipo de raciocínio, os agentes do processo são as idéias. Os "intelectuais" são seus meros portadores. Como se idéias, por alguma força lógica ou verdade imanente, fossem capazes de induzir pensamentos e ações dos agentes num determinado sentido.

anterioridade lógica das idéias: a ação política dos "intelectuais" não é nem mesmo aventada. O levantamento sistemático de autores e obras é louvável. Mas atribuir aos agentes o propósito de produzir conhecimento de valor teórico universal tem o efeito de elevá-los à categoria de filósofos. O metro heurístico suprime a conjuntura: toda conexão com a problemática social contemporânea desaparece. (Idem, p.37)

Os movimentos, e as suas supostas escolas, são analisados principalmente a partir dos escritos dos seus membros, tentando perceber a sua potencialidade em produzir sistemas de pensamento coerentes. Fica dessa forma acentuada a intenção cognitiva dos agentes: o movimento intelectual fica restrito a um projeto de conhecimento, seja de teorias estrangeiras, seja da realidade nacional¹⁷.

Exemplos dessa abordagem são abundantes na história das idéias no Brasil. Este tipo de “narrativa” implica a sobrevalorização das idéias em detrimento do contexto social em que emergem. Essa perspectiva, amplamente difundida nos trabalhos sobre o direito e a filosofia no Brasil, encontram ecos no estudos sobre a história da sociologia no Brasil.

Essa história é pensada, de maneira unânime, a partir de dois momentos: o do aparecimento das primeiras idéias sociológicas e a sua posterior institucionalização. No primeiro momento – nosso recorte – inúmeros trabalhos de caráter histórico registram e atestam as principais reflexões e obras “sociológicas” estendendo num amplo espectro o que pode ser denominado sociológico.

É o caso da obra de Almir Andrade (1941), que enumera como primeiras abordagens sociológicas os relatos dos viajantes, cronistas e historiadores coloniais, preocupando-se de maneira didática em expor os autores e os registros de suas documentações publicadas. As referências para pensar a sociologia no Brasil, de acordo com ele, estão nas “sociografias” – *descrição das sociedades nas suas manifestações exteriores, sem qualquer indagação de causas, de efeitos ou direções.*

¹⁷ Cf. Alonso, 2000, p.40.

Atesta que o primeiro documento “sociográfico” sobre o Brasil foi à carta de Pero Vaz de Caminha.

A) A escola do Recife como berço da sociologia brasileira

O professor Vamireh Chacon, expoente da chamada “Nova Escola do Recife” é um dos principais entusiastas da ER, tendo construído um dos trabalhos mais instigantes existentes acerca dela. Em 1969, lançou o livro *Da Escola de Recife ao código civil: Artur Orlando e sua geração*, recentemente reeditado, ampliado e rebatizado com o título *Formação das ciências sociais no Brasil: da Escola de Recife ao código civil*¹⁸.

Vamireh Chacon tem dedicado significativo esforço para o entendimento da história da sociologia no Brasil. Na maioria de seus trabalhos está o intento de mapear as etapas do pensamento sociológico no Brasil, a partir do flertar com os autores estrangeiros. Em seu livro de 1977, dedicado dessas idéias no Brasil ele utiliza esses pensadores não enquanto parâmetros, mas como pontos de referência, para

[...] a sinalização do próprio pensamento brasileiro, com freqüência a elas se adiantando, em crescente complexidade de caminhos, surgidos quase insolitamente nos trópicos. As vezes com resultado de todo inesperados pelos distantes inspiradores, o que demonstra a ascendente autonomia dos inspirados. (p.11)

O exame de professor da Faculdade de Direito do Recife Pinto Ferreira (1969) também se insere nesse panorama. Partindo da análise da obra de Tobias

¹⁸ Uma de suas principais conclusões é a de que é na ER que podemos encontrar a formação das ciências sociais no Brasil e que a contribuição desta Escola ao processo modernizador da sociedade brasileira pode ser traduzida na elaboração do código civil encabeçado por Clóvis Beviláqua em 1916. Segundo ele (1989, p.19) o *código civil representa a culminância da Escola de Recife, daí em diante se fragmentando em correntes diversas, atingindo até mesmo simpatias marxistas em Higinio Cunha.*

Barreto e de Silvio Romero como precursoras neste campo, compõe um quadro de referência que permite acompanharmos as transformações pelas quais passava a sociologia brasileira no seu transcurso histórico. A sua preocupação é assinalar os momentos em que houve mudanças na “mentalidade brasileira”. Segundo ele, *a mentalidade excepcional de Tobias Barreto solapou as bases filosóficas do medievalismo metafísico, numa crítica de profundidade e mesmo revolucionariamente* (p.262). O seu trabalho traz para o elenco da história da sociologia brasileira os seguintes autores: Silvio Romero, Tobias Barreto, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Gilberto Freire, Mario Lins, Djacir Menezes dentre outros. O seu intento é acentuar as idéias destes autores e suas supostas contribuições a sociologia nacional.

De acordo com ele os estudos teóricos da sociologia no Brasil, começaram a desenvolver-se com certo apuro doutrinário e brilho de composição literária, sobretudo após o grande movimento crítico da “Escola do Recife”, que passou a debater temas básicos da cultura humana após “memorável” concurso de Tobias Barreto, em 1882. Os precursores da sociologia nacional podem assim, serem encontrados nos mestres daquele grupo literário, liderado por Tobias e Romero (Idem, p.261).

[...] Ambos (Romero e Tobias) podem ser considerados desbravadores da “selva selvaggia” da sociologia brasileira, juntamente com Miguel Lemos, Benjamim Constant, Alberto Torres, Tavares Bastos, Fausto Cardoso, Artur Orlando, Euclides da Cunha, Paulo Egídio, Florentino Menezes, Vitor Viana, Brandão Junior, Soriano de Souza, Lívio de Castro, Alberto Sales, Joaquim Pimenta e outros [...] Silvio Romero, pode ter o honroso título de fundador da sociologia brasileira (Ibid.Idem, 262).

Djacir Menezes (1964) observa a sociologia como uma *forma social de atividade mental*, buscando por isso o seu desenvolvimento progressivo ligado aos grupos humanos que ocuparam a terra. Neste caso, a sociologia dos primórdios da

sociedade brasileira se confunde com o conhecimento das realidades sociais que emanavam de várias fontes de investigação e especulação.

A sociologia seria uma criação imanente ao desenvolvimento da sociedade – uma reflexão nativa sobre o meio social em desenvolvimento – devendo ser pensada, de acordo com ele, a partir dos primeiros grupos humanos que ocuparam esta terra. Seguindo os mesmos passos de Almir Andrade, Menezes salienta os vários escritos dos cronistas portugueses e dos viajantes, como documentos que teriam o caráter de estudos sobre a realidade brasileira. A grande questão do autor é fazer uma genealogia de um pensamento autenticamente nacional, fruto das reflexões elaboradas sobre as questões ligadas ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Insinua a possibilidade de pensar uma sociologia nacional, como fará o Guerreiro Ramos adiante, sem deixar claro os pressupostos que permitem pensá-la como tal. Neste sentido, seu texto arrola como explicação sociológica, quaisquer textos sobre o Brasil desde a colônia. Pero Lopez de Sousa, jesuíta Fernão Cardim, Hans Stadhen, Thevet, Jean de Lery, José de Anchieta, Rocha Pita, Visconde de Cairu dentre tantos outros, compõem o quadro dos precursores das explicações sociológicas. De certa forma o texto apresenta uma densa descrição sobre as primeiras obras que pensavam e refletiam moral e filosoficamente o Brasil, e sobre a elaboração do pensamento nacional brasileiro¹⁹.

Segundo Carneiro Leão (1953, p.23): *c'est par l'oeuvre d'Augusto Comte que la sociologie fait son apparition au Brésil. Ses premiers centres d'études furent*

¹⁹ O autor divide a sociologia no Brasil nas seguintes etapas: (1) antecedentes coloniais, subdividida em: a) primeiros dados e informações: cartas, escritos de navegantes, de missionários, viajantes, cronistas etc. e b) historiadores: Rocha Pita, Vicente del Salvador; (2) Elaboração do pensamento sociológico, subdividida em: a) fase jurídico-política: Martins Júnior, Tavares Bastos e b) Fase naturalista: Tobias Barreto e Silvio Romero; (3) Escolas e sistematizações: a) de inspiração científica: 1) histórico-política (Alberto Torres); 2) físico-matemática (Pontes de Miranda) 3) Antropo-cultural (Artur Ramos, Nina Rodrigues, G. Freire) b) Inspiração religiosa: Neotomistas e maritainistas (Tristão de Athaíde, Corção etc.)

les facultés de Droit de Recife et de São Paulo. Indica que essa sociologia possuía um forte componente de especulação filosófica. *Sylvio Romero, sorti de l'École de Recife, fut le premier au Brésil à adopter les méthodes de recherches sociologiques de Le Play* (p.28). Alberto Torres, Oliveira Viana, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha dentre outros são brevemente analisados e escalados no rol da produção sociológica brasileira, buscando mostrar as suas respectivas contribuições.

O trabalho do professor Heraldo Souto Maior (2003, p.08) sobre a sociologia em Pernambuco, tem como escopo fornecer uma visão mais descritiva e panorâmica do que analítica, do itinerário da sociologia neste Estado, tendo como referência e ponto de partida a ER. Para ele, *se começar por uma tentativa de periodização, é possível demarcar o período inicial que vai do começo da ER, na segunda metade do século XIX, aos anos 20 do século XX. Essa trajetória tem início com as primeiras reflexões sociológicas marcadas com forte conteúdo de filosofia social, de ciência jurídica e, mesmo, literatura, mas também Sociologia, pois o termo já havia sido inventado e como o positivismo comteano e o evolucionismo spenceriano já circulava entre nós.*

É bom salientar que essas idéias e esse espírito ultrapassaram o âmbito de Recife e tiveram repercussão nacional, inclusive pela migração de vultos como Silvio Romero, Teixeira de Freitas e Beviláqua, entre outros. Neste sentido, poderíamos dizer que a ER estava à frente ou emparelhada com outros centros brasileiros de estudo; as Faculdades de Direito eram o carro chefe que os conduziam, correspondendo à realidade social e econômica da época (Idem, p.11).

A subsunção da sociologia ao direito nas circunstâncias de então, deixou um legado que pode ser percebido na literatura sobre o pensamento naquele momento. Vamos encontrar referência a esses autores na literatura, até mesmo porque eles eram

os bacharéis, literatos, oradores e políticos. Foram os que atuaram no universo das letras no Brasil (a Academia brasileira de Letras é um exemplo, pois foi criada como forma de respaldar e institucionalizar esse prestígio dessa elite letrada) que durante muito tempo turvaram as fronteiras entre o direito, a literatura, a sociologia e a filosofia. Em função deste emaranhado, é que é possível utilizar como fonte e referência para pensar a sociologia no Brasil, obras de história da filosofia, das idéias jurídicas e literárias²⁰.

Para explicar a emergência das idéias sociológicas no Brasil do século XIX, alguns desses autores as tomam como objeto e ao mesmo tempo como pressuposto. Procuram identificar quem leu Comte adequadamente, quem foi eclético, ou se *Tobias deteve-se pouco ao positivismo passando para o Heackelianismo*, ou ainda, que *a influência de Comte sobre Tobias foi menor que a de Cousin, um Vacherot, um Jouffry ou um Scherer* (Saldanha, 1985, 23). Constatam, como observa Vamireh Chacon (1977, 16), que *na realidade, a sociologia nasceu no Brasil, menos por obra de Comte ou Kant, que de Spencer* e que em certo período, como observa Machado Neto (1969, 81), Tobias denuncia as insuficiências do mecanicismo de Ernst Heackel e empenha-se em aproximar-se de Kant. A preocupação destes estudiosos está ligada ao universo do debate entre autores e teorias. A partir de 1940, outras abordagens surgem, e novos percursos são propostos para o entendimento dessas ideias.

²⁰ Em se tratando da filosofia e direito, podemos contar com os trabalhos de Antonio Paim (1966, 1967, 1978, 1985), Nelson Saldanha (1995, 1997), Cruz Costa (1967), Ivan Lins (1969), Wilson Martins (1977), Geraldo Pinheiro Machado (1976), A. L. Machado Neto (1969), José Antonio Tobias (1987) que traçam um panorama da evolução das idéias jurídicas e filosóficas no Brasil, e, como a imbricação entre as várias esferas do saber era institucionalmente evidente, esses autores acabam por re-atualizar a produção daqueles pensadores, seja enquanto filósofos, literatos, políticos e sociólogos.

B) A escola do Recife como sociologia parcial e ideológica

O universo da sociologia brasileira no século XIX não era institucionalizado, estava subsumido ao direito e a literatura e ainda marcada pela valorização aleatória e autodidata de determinados autores e determinadas idéias. Muitos estudiosos, dentre eles Lilia Schwarcz (1993), Roberto Schwarz (2000), Dante Moreira Leite (2002) Ângela Alonso (2002), Francisco Iglesias (1997) tem discutido o acesso a determinados textos, os modismos, as leituras de determinados autores feitas por intermédios de manuais, ou a fidedignidade de suas leituras e interpretações, colocando-os de certa forma como intelectuais que combinavam, às vezes de forma criativa, determinados autores e suas idéias, o que lhes caia ao acaso no acesso aleatório aos livros de então. É o caso de Thomas Skidmore ao afirmar que estes intelectuais brasileiros liam os autores sem nenhum espírito crítico, sendo caudatários na sua cultura, imitativos no pensamento e mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa²¹. No fundo todos esses autores atestaram as limitações da produção intelectual no Brasil naquele momento, em função da inexistência de um universo intelectual autônomo, da urbanização e industrialização e da necessidade de invocar o repertório estrangeiro.

A contribuição da interpretação internalista, é significativa quanto à preocupação de sistematizar e perceber a dinâmica do debate das idéias no contexto brasileiro a partir dos autores e dos grupos em que estavam engajados. Negligenciando as dimensões existenciais do pensamento, contribuíram para o registro destes autores e de suas idéias, muitas vezes de forma saudosista.

²¹ Cf. 1976, p.13.

A visão externalista, em contrapartida, bem próxima de uma sociologia do conhecimento, situa os atores dentro do contexto das demandas estruturais nas quais estavam inseridos. Procuram articular pensamento e estrutura social, de forma a identificar sob quais condições tornam viáveis o aparecimento das idéias sociológicas no Brasil.

Neste sentido, a interpretação indireta sobre a sociologia no Brasil do século XIX – principalmente através das análises acerca da política científica no Brasil (Morel, 1979), das instituições científicas (Schwarcz, 1993), da relação entre raça e nacionalidade (Leite, 2002; Skidmore, 1976 e Da Matta, 1981) – atestam dados importantes para entendermos as dimensões ideológicas de tais produções, mas não avistam as dimensões sociológicas ligadas ao processo de produção e ritualização dessa ideação. No caso da ER, através de seus representantes, trata antes de apreender como alguns conceitos foram incorporados à produção intelectual destes atores, e como, pelo seu respaldo e prestígios dentro da elite letrada da época, transformaram-se em ideologias.

O interessante trabalho de Oracy Nogueira (1978, p.185) tem como escopo compreender a emergência da sociologia no Brasil, sugerindo que o interesse pela sociologia seu deu a partir de alguns fatores. Primeiro, o *principal fator de receptividade às idéias sociológicas no Brasil, a partir do século XIX, foi a perplexidade de uma elite letrada, preocupada com a identidade e o destino da sociedade nacional*²². Essa perplexidade era atenuada pela ambivalência dos

²² Outro elemento fundamental para pensar a emergência da sociologia no estudo de Nogueira foi à dimensão política. Para ele, dentre esses fatores que impulsionam este tipo de reflexão no século XIX, estão: a guerra do Paraguai, pois tornou mais aguda a consciência das deficiências e contradições da sociedade brasileira. Neste momento, no Brasil, se intensificam os debates acerca da separação entre Igreja e Estado, sobre a descentralização político-administrativa, a abolição do regime escravocrata e servil, a substituição do regime monárquico dentre outras. A ordem senhorial patrimonial e escravista estava sob ameaça do movimento abolicionista, liberal reformista e republicano; Os anos que seguem

intelectuais brasileiros no século XIX *em relação ao contexto que estavam inseridos: vendo-os com os olhos do europeu, exacerbavam seus aspectos negativos, sem conseguir romper com os laços afetivos que a ele os prendiam.*

O estudo de Antonio Candido (1960) sobre a sociologia no Brasil busca assinalar as principais características da reflexão sociológica em seus diversos períodos de evolução²³. Em relação ao momento que nos interessa, a abordagem de Antonio Candido (1969, 01) busca apreender as principais características do pensamento sociológico neste momento. A preocupação com o Direito e a evolução social são termos fundamentais para compreendermos a formação da sociologia neste período. Segundo ele, a sociologia brasileira nasce *a partir da preocupação de alguns juristas possuídos pela doutrina do evolucionismo científico e filosófico*, recebendo dele as suas orientações fundamentais²⁴, tais como a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça), a preocupação com as etapas históricas e o gosto pelos estudos gerais e grandes sínteses explicativas²⁵.

são de intensa agitação nos meios intelectuais em que, além da expansão do positivismo, há a eclosão do evolucionismo e do movimento pró-Alemanha, estimulado pela vitória desse país na guerra contra a França, sucesso que muitos explicavam como decorrente da superioridade germânica em educação e ciência (Cf. p.200).

²³ Distingue a sociologia em dois períodos: (1) 1880-1930 e (2) 1930 em diante. O primeiro período foi marcado pela reflexão feita por intelectuais não especializados, que nutriam preocupação pela formulação de princípios teóricos para interpretar de modo global a sociedade brasileira, sem critérios metodológicos e pesquisas empíricas na conclusão dessas interpretações. No segundo, há a consolidação da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, marcada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação.

²⁴ Nesse período a elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e homens de ação (políticos), sob a influência de idéias filosófico-sociais européias ou norte-americanas como, por exemplo, o iluminismo francês, o ecletismo de Victor Cousin (1792-1867), o positivismo de Augusto Comte (1798-1857), o evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903) e Ernest Haeckel (1834-1919), o social-darwinismo americano, o determinismo biológico de Cesare Lombroso (1835-1909). Sob as influências desses autores buscava-se equacionar duas problemáticas centrais: a formação do Estado nacional brasileiro, opondo liberais e autoritários, e a questão da identidade nacional, tendo como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural.

²⁵ Existem vários outros trabalhos sobre a sociologia no Brasil. O trabalho da Maria Isaura P. Queiroz (1992) visa o surgimento das ciências sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política), enfatizando o fato da sociologia emergir como reflexão sobre alguns problemas da sociedade brasileira, tais como a conservação, e o sintoma que ela representava, de costumes e complexos culturais arcaicos e o diagnóstico da *identidade brasileira*. Os representantes deste momento seriam Silvio Romero, Euclides

A pesquisa de Regina Lúcia de Moraes Morel (1979, p.13-14) transparece essa vertente. Acredita que é preciso nunca perder de vista que o trabalho do intelectual, está vinculado ao complexo geral de relações sociais. *Todo o sistema de recrutamento, treinamento e especialização dos intelectuais está social e economicamente condicionado*, sendo que o aparecimento da atividade científica como uma profissão especializada está ligado à divisão capitalista do trabalho. Em oposição à tradição idealista, a autora situa sua perspectiva dentro do contexto da análise de Gramsci, para qual, segundo ela mostra os fundamentos históricos da categoria intelectual, que teria funções econômicas, sociais e políticas bem determinadas na manutenção e ou transformação das sociedades concretas.

[...] tais intelectuais orgânicos encontrariam ao surgir uma outra categoria de intelectuais, correspondendo ao antigo bloco histórico: os eclesiásticos. Estes se reputariam autônomos, desvinculados dos interesses de classes, unidos apenas pelos ideais humanísticos e culturais comuns. Além de funções no campo econômico, os intelectuais orgânicos teriam ao nível da superestrutura, a função de tornar a classe que representam hegemônica e homogênea. Funcionários da superestrutura, caberia aos intelectuais orgânicos da classe dirigente, garantir ao nível da sociedade civil, a hegemonia desta classe, organizando junto as classes subalternas o consenso em torno da ideologia e concepção do mundo em torno da classe que representam. Além disso, teriam na sociedade política funções no aparato administrativo e coercitivo do Estado.

Segundo Lilia Schwarcz (1993, 2001) as elites intelectuais locais não só consumiram este tipo de literatura, como adotaram de forma original. Diferentes eram os modelos, diversas eram as decorrências teóricas. Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes, relativos à substituição da mão de obra ou mesmo

da Cunha e Nina Rodrigues. A abordagem de Enno Liedke Filho (2005) tem como objetivo a história da Sociologia no Brasil, buscando analisar os traços principais das etapas e períodos de sua institucionalização e evolução como disciplina acadêmico-científica, bem como as recepções de tradições sociológicas européias e a norte-americana pela sociologia brasileira.

à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania²⁶.

Otávio Ianni (1996, p.37) chama a atenção acerca do que poderia representar a ER.

Entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, o centro da vida nacional deslocou-se do nordeste, simbolicamente Recife, para o centro-sul, simbolicamente São Paulo. A chamada escola do Recife expressa bastante bem uma época de apogeu e crise do predomínio do nordeste na fisionomia do estado nacional.

Para Renato Ortiz (2003) suas idéias são vistas como implausíveis e possuem como função, justificar as condições reais de uma república que se implanta como nova forma de organização política e econômica e, por outro, possibilitam o conhecimento nacional, projetando para o futuro a construção de um estado brasileiro.

De acordo com Dante Moreira Leite (2002, p.432-433) eles construíram teorias que se configuravam como justificativa ideológica do imperialismo, legitimando o domínio europeu sobre os demais povos. No período de 1880 a 1950, teremos a ideologia do caráter nacional brasileiro. Período em que a teoria racial é aceita pelos autores brasileiros e utilizada como justificativa do domínio das classes mais ricas. Além disso, essas teorias sociológicas permitiam os ideólogos explicarem o atraso do Brasil pela suposta evidência da existência de raças inferiores e de mestiços. Para o autor, só podemos entender a recepção de tais idéias a partir de dois fatores: com a abolição as teorias racistas seriam utilizadas como defesa do elemento branco contra a ascensão social dos antigos escravos, ou, *apenas para justificar a manutenção desses grupos numa condição de semi-escravidão.*

26

Na mesma linha de entendimento, Da Matta (1981) advoga que o pensamento social no século XIX, principalmente o sociológico e antropológico, era marcado pelo racismo. Era o *drama* brasileiro, uma ideologia necessária em um momento de crise, cujo impulso fora a manutenção do *status quo*, libertando o escravo juridicamente, mas deixando-o sem condições de libertar-se social e cientificamente. Esta sociologia foi uma ideologia destinada a substituir a rigidez hierárquica que aqui se mantinha desde o descobrimento até o abalo das nossas estruturas sociais a partir das guerras de independência. Era impossível se tornar independente sem a conseqüente busca de identidade ou a racionalização e legitimação das diferenças internas. Se antes a elite podia culpar o rei pelos erros e injustiças sociais, a partir da independência este peso deveria ser carregado pela camada superior da hierarquia social. O racismo a brasileira permitiu a elite conciliar uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade, sem que se criasse um plano para sua transformação profunda.

Em Thomas Skidmore (1976) está explícito que a questão da raça e os problemas afins, de determinismo climático, eram, nesse tempo, objeto de aberta discussão na Europa. Os europeus não hesitavam traduzir suas opiniões em termos poucos lisonjeiros ao fazerem menção à América Latina e ao Brasil, e em particular, por causa de sua vasta influência africana. Tal pensamento anunciava os dolorosos dilemas que iam formar a maior parte da vida intelectual brasileira: A *Ideologia do branqueamento*. Essa ganhou foro de legitimidade científica, de vez que as teorias racistas passaram a ser interpretadas pelos brasileiros como confirmação das suas idéias de que a raça superior – a branca – acabaria por prevalecer no processo de amalgamação.

Alberto Guerreiro Ramos (1995, p.44), em trabalho sobre a sociologia no Brasil, indica que *a compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico. Não salta a cabeça de ninguém, por mera inspiração ou vontade, nem é epistemologicamente possível, na ausência de certos fatores reais.* Sobre as determinações do pensamento sociológico brasileiro aponta que a sociologia no Brasil:

[...] até agora tem sido o que não pode deixar de ser, e o que habilita hoje, o estudioso a perceber esses defeitos é o fato de que está inserido numa configuração econômico social que lhe dá nova perspectiva. O atual sociólogo brasileiro não é feito de argila superior àquela de que foram feitos os sociólogos que antecederam ou que ainda remanesçam. Sua visão diferente dos fatos da vida nacional é resultado de um processo histórico²⁷

A sociologia, como toda ciência, é universal. É um método de pensar corretamente os fatos e é o mesmo em toda parte. A universalidade da ciência como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida em que seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da circunstância em que vive. A sociologia se diferencia nacionalmente quanto aos temas e aos problemas que trata. Desde que determinada sociedade se autodetermine, o trabalho sociológico tende aí a perder a disponibilidade e a tornar-se instrumento desta autodeterminação (Ibid.Idem, p.45).

O melhor esforço teórico de sistematização dos fatores sociológicos que permitem a emergência do desenvolvimento da ciência e da sociologia no Brasil foi desenvolvido por Florestan Fernandes (1976, p.15). A sua preocupação era a identificação das condições histórico-culturais (estruturais) que concorrem para a

²⁷ Alberto Guerreiro Ramos (1996, p.25) critica aqueles sociólogos que demarcam a emergência da sociologia brasileira apenas a partir da década de 1930. Segundo ele, *nunca foram, não são, porém, propriamente sociólogos como o foram, apesar de suas deficiências, homens como Visconde de Uruguai, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana em suas respectivas épocas. Esses autores são momentos ilustres da formação de um pensamento sociológico brasileiro, que utilizavam, como subsídios, as contribuições estrangeiras.*

elaboração e transmissão dos conhecimentos científicos em determinadas sociedades.

De acordo com ele, o desenvolvimento da ciência está associado a:

[...] sociedades estruturalmente diferenciadas e estratificadas, nas quais a divisão do trabalho e a especialização dos papéis de produção intelectual concentram nas mãos de indivíduos toda a atividade criadora na explicação da origem, e composição do mundo, da posição homem no cosmo e o destino humano.

Assim, o conhecimento racional assume a forma de saber positivo, de ciência, quando está associado a concepções secularizadas da existência, da natureza humana e do funcionamento das instituições. Quando a abertura no acesso aos papéis de produção intelectual deixa de ser prerrogativa de determinadas grupos, e estilos divergentes de pensamento passam a disputar o “reconhecimento público de sua legitimidade ou validade”, temos as condições para o aparecimento da sociologia.

Tais condições surgiram no Brasil tardiamente, por diversas razões. Primeiro, os papéis propriamente intelectuais, ligados com o saber racional, foram monopolizados pela Igreja. Segundo, a estratificação inter étnica não criava conflitos que ameaçassem o sistema de concepção do mundo, transplantado da Europa, nem as situações de existência exigiam uma re-elaboração intelectual deste sistema.

Segundo Fernandes (1976), as condições sociais e culturais que servem de suporte e oferecem meios viáveis ao desenvolvimento do saber racional, emergem na sociedade brasileira a partir do início do primeiro quartel do século XIX. É quando emergem as primeiras demandas para preparação de letrados para o exercício de tarefas administrativas e políticas.

Mas embora o impulso fosse dado, outros fatores, ainda segundo esse autor, concorreram para a restrição dos núcleos de criação intelectual espontânea na sociedade brasileira do século XIX. O foco de interesse da classe dominante era a

formação de uma elite capaz de exercer as funções públicas, de natureza política ou administrativa. A sociedade continuou sendo organizada de forma estratificada, impossibilitando os contatos ou as comunicações entre os portadores de concepções diferentes de mundo. A escravidão excluía do campo de influência criadora todos os papéis ligados ao trabalho servil. Além disso, os valores e os ideais da classe dominante limitavam o horizonte intelectual dos que estavam em condições de tomar decisões e de influir pessoalmente na arena política.

O surgimento de um saber autônomo, com clima intelectual com similaridades reais com o saber racional na Europa, só ocorre em função das mudanças estruturais que se dão na transição para o século XX, tais como o Abolicionismo, a industrialização e o crescimento urbano. A sociologia, afirma Fernandes, enquanto fenômeno histórico cultural possui, um duplo condicionamento:

(1) ela pressupõe certa intensidade e coordenação dos efeitos produzidos por processos sociais, na esfera da secularização das atitudes e na racionalização dos modos de compreender a existência humana ou o curso de eventos históricos sociais. (2) Ela exige um complexo institucional e estrutural que se formou e se desenvolveu em paralelo ao desenvolvimento da ordem social capitalista. (Idem, p. 25)

A ênfase, um tanto quanto externalista deste autor, indica que a ausência de certas condições sociais e culturais reflete o grau de elaboração do pensamento racional e sua aplicação. Neste caso a delimitação do sentido do ponto de vista sociológico vai depender e variar de acordo com as condições sociais de existência. Penso que este trabalho é o que melhor aponta as correlações entre demandas existências e reflexão sociológica, embora esse modelo careça de autores e idéias que ilustrem essas reflexões.

Na abordagem de Fernandes (2000, p.13), podemos falar de uma sociologia no século XIX como pertencente a uma “primeira época”, onde é explorada

de forma parcial, passando a inteligência brasileira a se interessar pelas conexões entre o direito e a sociedade, a literatura e o contexto social, o estado e a organização social etc. muito parecidas com as que foram elaboradas na Europa na época do pensamento racional pré-científico.

Alguns trabalhos mais recentes, tais como Ângela Alonso (2000, 2002) e Gláucia Vilas Boas (2006), sugerem um novo prisma sobre o entendimento da “geração de 1870” e da recepção da sociologia no Brasil, respectivamente. Ambos são relevantes para a compreensão do problema em questão, uma vez que ampliam a dimensão da abordagem, não se restringindo às condições existenciais do pensamento, ou dos interesses fundamentalmente econômicos subjacentes a determinadas escolhas teóricas.

Para Alonso (2000, 2002) o movimento intelectual da “geração 1870” deve ser entendido do ponto de vista da experiência compartilhada por seus membros. Devido a sua suposição de que inexistia um campo intelectual autônomo no século XIX, a coordenada adotada como ângulo de análise da experiência dessa geração é a dimensão política. As teorias estrangeiras não eram adotadas aleatoriamente, mas passavam por um processo de triagem cujo critério era o *político*. Logo, ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, ela inscrevo-os na conjuntura política local. O sentido principal do movimento intelectual da “geração 1870” teria sido a intervenção política. Sua tese é de que os grupos politicamente marginalizados pela ordem imperial recorreram ao repertório estrangeiro e à própria tradição nacional em busca de recursos para expressar seu descontentamento. Suas opções teóricas adquirem, assim, uma dimensão inusitada: auxiliaram na composição de uma crítica ao *status quo* imperial (2000, p.36).

Para a autora existe uma leitura dessa geração, que usualmente subdividia de acordo com o vínculo a correntes intelectuais européias — científico, positivismo, liberalismo, spencerianismo, darwinismo social —, que indica, a respeito destes autores, um sincretismo, quando não um caos teórico: intelectuais imitativos, deslumbrados com as modas européias. Segundo ela, pesa sobre a geração 1870 a acusação de ter se interessado mais em edificar novos sistemas filosóficos que em interpretar a realidade nacional, ignorando solenemente, salvo honrosas exceções, os problemas cruciais da sociedade brasileira, sobretudo a escravidão. Nas análises que enfocam diretamente o movimento intelectual o fenômeno aparece reduzido ora às posições sociais de seus membros, ora a sistemas de "idéias", descolados das práticas.

A proposta da presente autora é, portanto, a de tentar encontrar uma unidade por trás do caos das teorias e inúmeros grupos e filiações intelectuais no período. Seu recorte visa:

[...] tomar por ponto de vista para a análise do movimento intelectual da geração 1870 a experiência social compartilhada por seus membros. Parto da posição mais ou menos consensual na sociologia contemporânea de que formas de pensar e formas de agir estão em íntima conexão, de sorte que não é possível compreendê-las separadamente. Não se trata de reduzir mecanicamente uma esfera à outra; a questão é, antes, *como* a cultura se vincula à experiência. A interpretação, por isso, exige uma análise fina, empírica, do modo pelo qual certa experiência social concreta plasma certas formas de pensar.

Assim, analiso o movimento intelectual da geração 1870 do ponto de vista da experiência compartilhada por seus membros. Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX, a experiência da geração 1870 é diretamente política. Por isso adoto a dinâmica política como ângulo de análise. Ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, inscrevo-os na conjuntura política local. (2000, p.36)

Ademais, a tese aqui em questão é a de que a “geração de 70” não era alheia às questões concernentes a realidade nacional, e nem tampouco visava formular e criar teorias universais. A seleção das teorias não ocorreu de maneira aleatória, sendo sua triagem e seleção determinada a partir de critérios políticos. O sentido do

movimento intelectual da geração 1870 foi à intervenção política, que implicava *formas coletivas de contestação a ordem imperial formadas por grupos marginalizados pelas instituições monárquicas*.

Trata-se de grupos politicamente relativamente excluídos pela ordem imperial que invocam o repertório estrangeiro e à própria tradição nacional na busca de recursos para expressar seu descontentamento. As escolhas teóricas assumem a dimensão de auxiliar na edificação de uma crítica ao *status quo* imperial. Este movimento é político e de base contestatória e reformista. Suas interpretações do Brasil ensejam críticas ao *status quo* monárquico.

A proposta teórica da Ângela Alonso em muito contribui para a interpretação do pensamento social brasileiro. Em vários aspectos sua abordagem permite esclarecer a relação entre a formação de estilos de pensamento e os interesses que estes representavam. Partindo do interessante pressuposto de que *as formas de pensar estão imersas em práticas e redes sociais*, busca empreender uma análise conjugada da experiência social da geração de 1870 e de seus textos. Essa abordagem tem como eixo fundamental três noções: estrutura de oportunidades políticas, comunidade de experiência e repertório.

Dizer que o campo intelectual era inexistente por não ser autônomo, com faz a Ângela Alonso (2002), bem como afirmar que apenas sob determinadas condições estruturais é possível à prática da ciência e, por conseguinte, da sociologia, acaba se tornando um modelo rígido de reflexão que não permite percebermos a dinâmica da produção das idéias em determinados contextos e situações. É certo que não existia uma autonomia do campo intelectual, que importávamos indiscriminadamente autores e idéias estrangeiras, que o ensino e as Faculdades mantiveram-se dominados até o último quartel do século XIX pela igreja, com seu

maciço e eficiente constrangimento a quaisquer tentativas de mudança. Não há dúvida que as condições de produção intelectual eram limitadas, mas isso não invalida a pressuposição de que havia um mercado de oportunidades à carreira intelectual, que esses espaços fornecidos pelos mercados eram raros e foram estratégicos para a manutenção de determinados estilos de pensamento. E que a dinâmica desse campo, por não ter autonomia, calou determinados autores e orientou suas plataformas de interesse intelectual, bem como inibiu o surgimento da *intelligentsia*, da qual Mannheim falava. Mas daí deduzir que todas as idéias só possam ser compreendidas a luz das dimensões políticas é um exagero.

De um outro modo e partindo de uma outra perspectiva, temos o interesse da Gláucia Vilas Boas (2006, p.64-65) pela identidade cognitiva da sociologia brasileira, a partir dos mecanismos que permitem a incorporação, aceitação, seleção e publicação de determinados autores e idéias no Brasil. Ela salienta que a abordagem sobre a recepção das idéias implica perceber as transformações que a obra de autor estrangeiro sofre no campo intelectual que a acolhe, deformando, em certa medida, a mensagem original. Os processos de seleção de obras de estrangeiros (o que é selecionado, quem seleciona e com que interesse) a editora que as publica, as capas dos livros, as coleções em que são classificados, além dos interesses dos prefaciadores, conformam um processo que acaba por manipular a percepção e recepção de uma obra estrangeira.

A sua constatação é a de que a tradição analítica brasileira tem usado como expediente o recurso a fatores externos à própria constituição e interpretação dos bens da cultura, realizando estudos voltados para o rastreamento das influências recebidas por um autor, um grupo de intelectuais, ou uma tradição de pensamento. Daí o interesse em mapear filiações e construir genealogias. Logo, por mais relevante que

seja o exame dessas influências, ele dificulta frequentemente o entendimento das peculiaridades de uma obra, principalmente porque não se admite as influências recebidas como possibilidades de escolhas e, muito menos, o exercício de re-elaboração das influências como parte do desempenho intelectual. Além disso, se estabelece uma hierarquia entre os mestres estrangeiros e os sociólogos brasileiros, na qual os primeiros perfilam em plano mais destacado e superior. A sua preocupação é que diferente da noção de influência, o termo recepção implica uma discussão mais dilatada que pergunta, sobretudo, como é possível que os bens de uma cultura perdurem fora de seu contexto social e para além de sua época histórica, se são considerados apenas expressão ou representação de um grupo, época ou contexto. Essa interpretação privilegia a compreensão dos leitores localizados histórica e socialmente, que podem ou não, em certos momentos, encontrar na leitura de uma obra “resposta” para suas perguntas e expectativas ²⁸.

A impressão que temos é que a aventura da sociologia no Brasil de fato foi um empreendimento complicadíssimo na nossa história intelectual. Em alguns momentos ela aparece como uma ideologia a serviço da legitimação das desigualdades de classes, em outro momento aparece como repertório utilizado para a manutenção da ambígua teia de interesses que se estruturava em torno dos grupos políticos dominantes, como também aparece como filosofia social evolucionista e algumas

²⁸ Dois exemplos da recepção alemã no Brasil ilustram seu modelo. Primeiro é como chegavam ao Brasil aqueles sociólogos alemães que ocuparam lugares de destaque na primeira década do século? Um dos caminhos foi sem dúvida a revista sociologia. Fundada em 1939, exerceu um papel importantíssimo na divulgação da sociologia alemã no país, principalmente naquele contexto histórico, em que a produção de livros e o mercado editorial estavam dando seus primeiros passos. Durante longo período a revista ficou sob a direção de Emilio Willems, que privilegiou determinadas afinidades na seleção dos textos traduzidos e publicados. Segundo, o que interessava aos sociólogos brasileiros nas obras alemãs escolhidas durante o período de 30/50? O conceito de “freischwebenden intelligenz” de Mannheim foi de grande importância, uma vez que justificava uma participação singular dos intelectuais no domínio da política. Amparavam os intelectuais que estavam interessados na construção da sociedade moderna no Brasil e na participação ativa dos cientistas sociais nesse processo, valorizavam nas idéias de Freyer, Mannheim e Weber justamente as dimensões que justificavam seus ideais, sem que houvesse o interesse em examinar com mais acuidade os fundamentos das obras desses autores. Cf. 2005, p.64-66.

vezes como ideologia modernizadora utilizada por certos grupos ligados ao processo de urbanização. De fato, os usos e as interpretações da sociologia no Brasil são variados, havendo pouco consenso acerca de seu surgimento e da sua relevância no século XIX.

Outro dado significativo é que existe uma leitura que aponta para o fato de que a ER é o marco para pensarmos o surgimento da sociologia no Brasil. Como pode haver tal disparidade de interpretação? Por quais razões alguns registram a ER como capítulo importante da sociologia no Brasil e outros nem sequer notam a sua importância, jamais fazendo menção a sua existência? Muitas são as respostas a tais questões, pois, a ênfase aqui dada está relacionada a constatação de que houve e ainda há um estilo de sociologia ligado a importância que o direito e seus intérpretes tiveram nos espaços intelectuais brasileiros. No nordeste, onde a criação de cursos de ciências sociais é tardia, tem-se a preponderância desse estilo. A ER é esse *objeto sagrado* do pensamento jurídico, literário e filosófico brasileiro.

Como veremos, a nossa leitura é a de que a ocorrência de mudanças nas condições existenciais ou nas bases materiais do universo intelectual brasileiro, repercutiu nas questões e respostas sociológicas que passaram a ser suscitadas. O estilo da sociologia praticada pela ER era uma sociologia articulada com as questões que marcavam a organização jurídica da sociedade brasileira e da sua identidade, antes de qualquer coisa. Quando o poder eclesiástico perdeu o controle sobre as instituições que propalavam a “escolástica portuguesa”, novos atores entram em cena no mundo intelectual. A entrada destes atores nesse universo se dá mediante um processo de seleção de conceitos e idéias provenientes de circunstâncias sociológicas diferentes, porém utilizadas como sinônimo de esperança, angústia, medo e rebeldia frente às mudanças e possibilidades que à sociedade brasileira impunham naquele momento. A

ER, enquanto escola implicou um singular conjunto de relações e práticas intelectuais cordiais, como sugere Sérgio Buarque de Holanda. Os espaços e os ritos em que tais idéias se manifestam se dão no tempo e no jeito clientelista da ordem estamental, sendo marcados por critérios pessoais de merecimento. Daí adveio não só um conjunto de idéias, mas um conjunto de práticas em instituições que permitem que compreendamos esse curioso e controvertido capítulo da história da sociologia no Brasil.

É claro que existem possibilidades teóricas que permitem a construção de uma compreensão acerca da relação entre a sociologia no século XIX e a ER. Muitos autores enxergaram que o entendimento salutar dessa questão pode ocorrer por via da análise da ideologia, como observamos. Embora esse caminho seja significativo, esse tipo de perspectiva, como será percebido adiante, foi obliterada com a emergência da sociologia do conhecimento. Essa por sua vez, acrescida da contribuição dos interacionistas simbólicos, permite que edifiquemos uma trilha que perceba como determinadas idéias surgiram articuladas não apenas às demandas materiais, mas a um conjunto complexo de mecanismos de natureza eminentemente não intelectual e teórica, típicas e específicas da sociedade brasileira dos noventa.

CAPÍTULO 02

Sociologia e conhecimento

I – Ideologia e conhecimento

No capítulo anterior, identificamos que os trabalhos sobre a sociologia no Brasil alternavam entre os que privilegiavam as "idéias" como um sistema, sem fazerem menção ao universo dos fatores não teóricos e os que avaliavam estas a partir da teoria da ideologia. Ou seja, no primeiro momento temos um ponto de vista marcado pela descrição das idéias (internalista) seguido de uma crítica a essas idéias a partir do conceito de ideologia (externalista).

Na trajetória da sociologia as principais questões da sociologia do conhecimento estavam explicitamente presentes nas primeiras abordagens sociológicas do século XIX, e em sua forma mais profícua, nos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels (1996). Um dos preceitos do projeto iluminista impregnados nas explicações sociológicas da primeira metade do século XIX – e que delimita o objetivo das ciências sociais em geral e da sociologia do conhecimento em particular – foi definido como a tentativa de separar, expondo os erros, o conhecimento subjetivo do conhecimento objetivo, competindo a este último o lugar de baliza para a verdade²⁹.

Susan Hekman (1986, p.36) declara que não havia qualquer dúvida para estes pensadores sobre a existência do conhecimento objetivo, sendo que a tarefa da sociologia consistia em definir a natureza e o funcionamento das crenças subjetivas da vida social de modo a facilitar a aquisição do conhecimento objetivo nas ciências sociais.

A sociologia do conhecimento aponta seus primeiros indícios quando a sociologia do século XIX, através do conceito de ideologia, percebe a determinação

²⁹ Segundo Meja e Stehr (1996) de um modo geral os filósofos procuraram mostrar que a sociologia do conhecimento não era possível. Kant sustentou que, embora não seja possível percepção sem concepção, os componentes constitutivos da cognição permanecem *a priori*. Analogamente os empiristas afirmaram que o conhecimento científico é justificado pela experiência direta não afetada por condições sociais. No máximo admitem que fatores extra-teóricos influenciam a gênese das idéias, mas não a estrutura e o conteúdo do pensamento.

social e existencial das crenças. É esse o seu ponto de partida. Esta crítica estava preocupada em separar a ciência pura das concepções ideológicas. Na obra de Karl Marx e Friedrich Engels (1996) o conceito de ideologia já enfatizava a noção de que ao invés de se interpretar o pensamento como produto das relações concretas e materiais estabelecidos entre os homens, a ideologia (enquanto distorção) representa a vida material como produto do pensamento. Segundo estes autores todos os conceitos são produtos da vida material e como tais estão umbilicalmente vinculados à classe que controla estes meios e se empenham na produção de representações mentais, de ideologias³⁰.

Foi somente a partir da década de 20 do século passado que a análise sociológica do pensamento, das ideias científicas e do conhecimento, passou a ser objeto privilegiado de estudo da disciplina que surge no contexto alemão, denominada de Sociologia do Conhecimento (Wissenssoziologie). As principais diretrizes estavam assentadas na percepção dos limites da objetividade e do conhecimento nas ciências sociais e na íntima relação entre pensamento e existência humana. De acordo com Robert K. Merton (1968, p.557) a sociologia do conhecimento nasceu com a notável hipótese de que até mesmo as verdades tinham de ser consideradas socialmente explicáveis, que tinham que ser analisadas em relação com a sociedade histórica que apareciam.

A referência histórica fundamental para o entendimento das questões precursoras que modelam o debate da sociologia do conhecimento é encontrada no

³⁰ Consoante Marx e Engels (1996, p.72), as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação.

iluminismo. Este deixou um duplo, e por vezes considerado malfadado, legado as ciências sociais: o ímpeto de encontrar a verdade expurgando do pensamento humano a incerteza dos elementos históricos e culturais particulares, donde a verdade seria encontrada nos elementos a-históricos e universais e a concepção de metodologia científica que advogava que as ciências naturais forneceriam os métodos às ciências sociais.

O debate sobre estes postulados foi muito fecundo na transição do século XIX/XX, especialmente na Alemanha. O historicismo alemão, o anti-idealismo de Nietzsche e o marxismo, além das circunstâncias sociais e mentais que incluíam um tenso debate de cunho kantiano acerca da validade e das novas dimensões do conhecimento, marcaram decisivamente o contorno desta disciplina³¹. É de fato uma crise do legado positivista e sua proposta inacabada, e é na natureza desta crise que podemos encontrar o cerne da sociologia do conhecimento.

Marx e Engels mantiveram os vínculos com o projeto iluminista (a primazia da razão e a universalidade do conhecimento), porém substituíram a crença de que a verdade seria possível através de conceitos abstratos e separados do contexto social e histórico, sendo ela alicerçada e fundamentada na realidade social e histórica. Neste sentido eles evidenciam um axioma fundamental da sociologia do conhecimento: a determinação existencial e histórica do pensamento. A sociologia do conhecimento vem a ser entendida como parte da sociologia que estuda as condições sociais que possibilitam e favorecem a produção do saber e a difusão das idéias.

³¹ Desde a crítica do idealismo alemão por Marx, ao resgate do criticismo kantiano nas escolas de Baden e Marbugo, e com os posteriores círculos de Viena e de Berlim, é evidente a fomentação de um clima intelectual extremamente propício a revisão dos postulados epistemológicos que envolvia não só a ciência social, mais também as ciências naturais, com o positivismo lógico, e com as constantes discussões que re-avaliavam o caráter megalomaniaco do projeto de verdade e racionalidade iluminista.

II – KARL MANNHEIM E A WISSENSSOZIOLOGIE

As idéias expressadas pelo indivíduo são dessa forma encaradas como funções de sua existência. Isto significa que opiniões, declarações, proposições e sistemas de idéias não são tomados pelo seu valor aparente, mas são interpretados a luz da situação de vida de quem o expressa. Significa ainda, que o caráter e a situação de vida específicos dos sujeitos influenciam suas opiniões, percepções e interpretações. (Mannheim, 1986, p.82)

Na virada do século XIX/XX na Alemanha, houve um debate em torno do papel e relevância cada vez maior do conhecimento subjetivo nos domínios das ciências sociais, pondo em questão a sua relevância para estas ciências. Esta

valorização do conhecimento subjetivo está ligada ao momento do desenvolvimento de um lastro que orientará a sociologia do conhecimento.

Berger (2003, p.16-17) afirma que os antecedentes intelectuais da sociologia do conhecimento são três criações do pensamento alemão do século XIX: o pensamento marxista, o nietzscheano e o historicista. De Marx a sociologia do conhecimento herdara não somente a mais exata formulação de seu problema central, mais também teve alguns de seus conceitos chaves, entre os quais deveriam ser mencionados particularmente o conceito de ideologia e a falsa consciência (pensamento alienado do ser social real do pensador). O que interessava em Marx era que o pensamento humano fundava-se na atividade humana (trabalho no sentido amplo da palavra) e nas relações sociais produzidas por esta atividade. Em Nietzsche ela sentiu a influência de seu anti-idealismo, indicando um entendimento do conhecimento como instrumento na luta pela sobrevivência e pelo poder. E do Historicismo buscou o *sentido da relatividade de todas as perspectivas sobre os acontecimentos humanos*, ou seja, a inevitável historicidade do pensamento humano.

O historicismo, na interpretação de Paul Keckskemeti (1964, p.12), no cenário e itinerário da sociologia, ficou marcado pelo espírito de revolta contra os antigos métodos de investigação histórica. Na história da literatura, por exemplo, a “velha escola” traçou os motivos individuais que se manifestavam nos trabalhos literários e tentavam descortinar as influências literárias ou biográficas que moldavam certos autores. Para os historicistas, o motivo sem o sentido, sem o significado vivo num contexto, não seria nada, e parecia sacrilégio ignorar a essência criativa do artista ao atender meramente a impulsos, estímulos e influências causais do mundo exterior. A verdadeira tarefa consistia em reconstruir o espírito das épocas anteriores e dos artistas de modo simpático e vocativo. Esta nova tendência caracterizava-se pela

rejeição do positivismo e evolucionismo. O que é tão estereotipado, tão auto-repetido e evidente como uma lei física, não pode fazer justiça à singularidade do gênio e do ato humano na história.

O método está fincado na idéia de que o historiador e o sociólogo são capazes de comungar, de maneira autêntica, com o verdadeiro significado dos trabalhos e das ações que estuda. Para isso devem separar-se dos conceitos, padrões de valores e categorias característicos de seu momento e aprender a substituí-los pelos conceitos, padrões de valores e categorias do período que se considera. Todo este procedimento pressupõe, do ponto de vista filosófico e sociológico, que nenhum dos modelos e conceitos tem validade indefinida. Cada época se organiza em função de seus próprios valores, cada uma só faz compreender a sua essência mais profunda aos que dela se aproxima afastando seus padrões contemporâneos.

[...] nenhum produto da cultura humana poderia ser analisado e compreendido de um modo isolado no tempo. A interpretação deveria começar pela conexão de cada produto com um índice temporal, pelo relacionamento com um estilo ligado a um determinado período. Isto se aplica não somente aos trabalhos de arte, mas a todo produto da mente humana e a toda ação humana. (KECKSKEMETI, 1964, p.14)

A fenomenologia³² também esteve presente na formação da Sociologia do Conhecimento conforme informa Robert K. Merton (1968, p.589). Esta referência fustigou o interesse pela observação exata dos fatos na experiência direta; o fato de relacionar diferentes tipos de cooperação intelectual com tipos de estrutura de grupo³³.

³² Edmund Husserl, Karl Jaspers, Martin Heidegger e Max Scheler.

³³ Em relação à fenomenologia de Edmund Husserl, segundo Wolff (1980), Wagner (1970) e Keckskemeti (1964), esta iniciou um movimento que desafiou a orientação predominantemente Kantiana da filosofia acadêmica alemã. Essa tradição considerava todos os objetos do conhecimento como reflexo do fator subjetivo no conhecimento: a organização pré-existente da mente que determinava a priori que espécie de conhecimento é possível. A proposta de Husserl alterava a predominância do sujeito sobre o objeto. O seu objetivo era mostrar que o verdadeiro conhecimento se percebia nas “coisas em si mesmas” e não nas meras reflexões de uma consciência pré-existente, autônoma. A principal contribuição da fenomenologia à Sociologia do Conhecimento foi a “doutrina” dos atos intencionais. Essa doutrina afirmava que para a compreensão de um objeto de certo tipo, temos que adotar uma específica atitude “intencional” que corresponda aquele tipo de objeto. Assim, o

Logo, o historicismo, o marxismo e a fenomenologia fornecem o lastro que permite a crítica do legado de uma razão atemporal e não histórica e a construção de um modelo de pesquisa que dê contas das dimensões não racionais da razão e da produção do conhecimento e a isto se soma à contribuição da determinação existencial do pensamento de Marx. O que estava em jogo, em conformidade com Mannheim (1986, p.92), é a crítica ao postulado iluminista que centra o fundamento epistemológico do conhecimento na *consciência de si*. Assim:

[...] depois de demolida a unidade ontológica objetiva do mundo, fez-se a tentativa de substituí-la por uma unidade imposta pelo sujeito que percebe. Em lugar de uma unidade ontológica e medieval-cristã objetiva do mundo, emergiu a unidade subjetiva do sujeito absoluto do iluminismo – a consciência de si. Desde então, o mundo enquanto mundo somente existe com referência a mente que conhece, e a atividade mental do sujeito determina a forma pela qual o mundo aparece. [...] acha-se relacionado em sua integridade ao sujeito, mas neste caso, o sujeito não é um indivíduo concreto. Antes trata de uma fictícia consciência de si.

A Sociologia do Conhecimento só se tornou possível uma vez que o lastro da compreensão e da auto-realização humana mudou de coordenada, foi quando o argumento histórico sobrepôs o sociológico.

Nessa nova auto-interpretação do homem ele já não mais se vê no espelho de um deus pessoal, da razão, da história, ou de um *weltgeist*, mas através das perspectivas de seus objetos sociais. Nossa época caracteriza-se não só por uma crescente autoconsciência com também por nossa capacidade de determinar a natureza concreta dessa consciência: vivemos um tempo de existência social consciente. (Idem, p.71-72)

Para Mannheim (Ibid.Idem, 288) a sociologia do conhecimento pode ser entendida como teoria e método histórico-sociológico de pesquisa. Como teoria pode

conhecimento do fenômeno do mundo material só pode ser alcançado se nos colocamos no papel do observador que parte de dados da consciência, de medidas e deduções de premissas expressas em linguagem quantitativa. Ocorre que o estudo dos impulsos, valores e atos humanos exige uma abordagem intencional inteiramente diferente. Mannheim, por exemplo, usou esse tipo de raciocínio na rejeição da sociologia positivista. Segundo ele o erro do positivismo consistiu em negligenciar a diferença fenomenológica entre o mundo inanimado e o mundo histórico cultural. *The idea of 'existentially determined' knowledge, which is one of the cornerstones of theory, may be traced to marxism, whereas historicism is the source of the doctrine of the 'perspectivist' nature knowledge* (Idem, p.09).

ter duas dimensões: (1) uma investigação puramente empírica, através da descrição e análise estrutural das maneiras pelas quais as relações sociais influenciam, de fato, o pensamento, e (2) uma inquirição epistemológica voltada para o significado desta inter-relação para o problema da validade. No primeiro caso, a tarefa é investigar as relações entre as estruturas sociais e determinadas formas de pensamento e ou conhecimento (base existencial). Já no segundo, há de ter que se mover no terreno escorregadio das questões concernentes à natureza filosófica do conhecimento.

A sociologia do Conhecimento, de acordo com Ernest Mannheim (2002: XIII/XIV), tem sido criticada por buscar o estabelecimento de um *cânone da verdade*, que atribui para si a tarefa de árbitro entre contendores por despojar o conhecimento de qualquer valor, pois entenderia as idéias como reações a situações particulares, e pela intromissão no nível da ideação, com uma expressão desconcertante da indiferença a valores e verdades básicos.

Seguindo essa argumentação, não há uma natureza do conhecimento, uma essência, ou condições universais para se chegar a ele, mas este passa a ser entendido como resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento. O conhecimento deve ser entendido enquanto atitudes pelas quais os seres humanos se apoderam violentamente de certo número de coisas, que lhes impõe uma relação de força, é uma relação estratégica, e por isso nunca uma relação imparcial. Só há conhecimento quando há uma relação não de diálogo entre o homem e o que ele conhece, mas justamente um duelo, uma relação de força, de dominação.

Neste sentido, o conhecimento e o pensamento teriam suas raízes nas disputas que os grupos engendravam no decorrer do estabelecimento de suas relações sociais. Bem próxima do marxismo, toda a estrutura do pensamento estaria balizada

inexoravelmente pelas relações concretas de disputas estabelecidas pelos indivíduos em seus respectivos grupos e em determinadas circunstâncias históricas.

No entanto, se a noção de conhecimento e pensamento vem das disputas, a verdade não estaria em nenhum dos lados, e aí reside o avanço ao marxismo. Mannheim (1964; 1983; 1986; 2002) não só critica a unilateralidade do primado de classes como elemento fundamental na explicação das idéias e do pensamento, como também rejeita a concepção empirista e materialista de verdade. No fundo, o diálogo é com o positivismo. O projeto cartesiano identificou na racionalidade inerente ao sujeito, o cerne do conhecimento e de sua objetividade. É este projeto positivista que está em questão. A verdade não decorre do sujeito que observa de um ponto de apoio neutro e objetivo e/ou matemático; isto ocorre nas ciências naturais, supõe ele, mas não nas ciências sociais³⁴.

O conhecimento e todas as formas de pensamento estariam modelados diretamente pelas demandas e determinações existenciais do seu meio. Os grupos e seus respectivos sistemas de pensamento seriam balizados por uma intermitente tensão entre a posição a ser alcançada e a posição a ser mantida³⁵.

Em Karl Mannheim a SC busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Logo, o estilo de pensamento particular, é uma das inúmeras possíveis respostas a certas situações típicas e características de sua posição comum. Para podermos compreendê-lo não devemos separar os modos de pensamentos concretamente existentes do contexto da ação coletiva por meio do qual,

³⁴ Segundo Dick Pels (1996, p.01): the Mannheimian program for the sociology of knowledge was considered “weak” precisely for its refusal to explain cultural and natural science symmetrically, and hence to extend causal sociological analysis to the “hard case” of the natural sciences.

³⁵ Foi à política que primeiro descobriu o método sociológico no estudo dos fenômenos intelectuais. Foi basicamente das lutas políticas que os homens pela primeira vez perceberam a consciência das motivações coletivas inconscientes que sempre guiaram à direção do pensamento. (Idem, p.66)

num sentido intelectual, descobrimos inicialmente o mundo. Cada indivíduo é, dessa forma, predeterminado em um duplo sentido pelo fato de crescer em uma sociedade: encontra por um lado, uma situação definida e, por outro, descobre em tal situação padrões de pensamento e de conduta previamente formados. Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação. A direção dessa vontade da atividade coletiva de transformar ou manter é que produz o fio orientador para a emergência de problemas, seus conceitos e suas formas de pensamento³⁶.

Se o conhecimento é fruto das relações de força, o que dizer da verdade? Mannheim recusa uma noção de um domínio de verdade como tal, a-histórica. Não existe uma esfera da verdade em si mesma, a própria definição de verdade é um produto dos pressupostos epistemológicos de um modo particular de pensamento no qual tem origem. Sugere o reconhecimento de que todas as 'verdades' são produtos, são modos de pensamento. Só poderíamos falar em idéias verdadeiras se elas refletirem a nossa situação atual, uma situação determinada por um conjunto de diferentes perspectivas possível num dado momento histórico³⁷.

Logo a verdade segundo Mannheim (1986, p.106) estaria no fato de que desde que reconheçamos que todo o conhecimento histórico é um conhecimento relacional, e só pode ser formulado com referência à posição do observador, defrontamo-nos mais uma vez com a tarefa de discriminar o que neste conhecimento seja verdadeiro ou falso. Surge então a questão: que fundamento social vis-à-vis da

³⁶ Cf. 1986, p.31-32.

³⁷ Conforme Mannheim (Idem, p.110) o investigador que empreenda os estudos históricos não necessita preocupar-se com o problema do que seja a verdade última. O reconhecimento deste fato concede ao investigador uma vantagem. Ele não se sentirá inclinado a perguntar qual das partes em litígio detém a verdade, mas dirigirá sua atenção para descobrir a verdade aproximada que emerge do complexo social, no curso do desenvolvimento histórico.

história oferece a melhor oportunidade de atingir um ótimo de verdade? Em todo caso, a este grau, ter-se-á que desistir da vã esperança de se descobrir à verdade sob uma forma que independa de um conjunto de significados social e historicamente determinados³⁸.

Ora, nos trabalhos sobre a sociologia no Brasil, poucas vezes o objetivo foi perceber de fato qual o seu exato significado no século XIX. Raríssimas vezes a sociologia brasileira preocupou-se em ficar atenta ao fato de que existem dimensões que devem ser percebidas que não são apenas de ordem intelectual, mas que atuam como baliza fundamental na modelagem de certo estilo e visão de mundo.

A aplicação de algumas idéias iniciais da SC de Mannheim já está presente em sua tese de doutoramento intitulada “Análise estrutural da epistemologia” [1923] (1964). Para ele a observação de um fenômeno do ponto de vista estrutural implica explicá-la, não como uma unidade isolada, auto-suficiente, mas como parte integrante de uma estrutura mais ampla. A explicação deve estar alicerçada não tanto nas propriedades da coisa em si mesma (as idéias), mas no lugar que ela ocupa dentro da estrutura. Esse pressuposto é utilizado na análise da lógica, onde ele afirma que a primazia das formas lógicas pertence à necessidade histórica de elaborar sistematizações.

³⁸ O que se pode perceber, e são críticas pertinentes as de Merton (1968) e Hekman (1986), é que Mannheim evita o debate epistemológico e quando o faz assume a postura relacional, que implica a distinção entre a verdade nas ciências naturais e nas ciências sociais, invocando para esta última, uma restrição e peculiaridade concernente à possibilidade de estabelecer uma verdade a-histórica. E conseqüentemente, como o interesse é uma sociologia do pensamento, Mannheim vai propor identificar nas mais elaboradas concepções intelectuais os reflexos dos interesses históricos concretos que formavam seu substrato, e nesta empreitada invoca a dimensão filosófica do pensamento enquanto reflexos de certas relações sociais de conflito, de interesses.

A sociologia do conhecimento de Mannheim foi muitas vezes encarada como uma variante de ceticismo e ilusão. Para o Kecskemeti (1964, p.07-08), o objetivo de Mannheim não foi o de demonstrar a inevitabilidade do relativismo e ceticismo, mas antes a tese de que apesar da inevitabilidade de certas conclusões relativistas, é possível um conhecimento genuíno dos fenômenos históricos e sociais.

O ensaio mais importante no que concerne aos aspectos metodológicos da obra de Mannheim é o intitulado “Interpretação da weltanschauung” [1924] (1964). Ele versa sobre o problema do tratamento científico adequado aos objetos culturais, utilizando como referência o estudo da arte. O resultado de seu exame é o de que os objetos culturais não podem ser tratados pelos métodos análogos aos das ciências naturais, porque a fidedigna compreensão do fenômeno cultural implica a interpretação dos sentidos e os sentidos não podem ser observados como as coisas e objetos, que tratam os físicos. Toda interpretação pressupõe uma compreensão de uma “totalidade” qualquer, de um sistema qualquer, de que os elementos significativos são as partes. No estudo e tratamento dos objetos históricos o primeiro óbice é que a interpretação é traduzida como uma procura teórica diante de coisas, que são aparentemente rebeldes e alheias a uma aproximação teórica. *São produtos e realizações dos homens enquanto seres circulares, que vivem na esfera volitiva, estética e emocional.* Neste ensaio, ele revela sua crítica à tese de que a produção cultural por ser essencialmente irracional é insusceptível de ser analisada e compreendida e contra a doutrina segundo o qual toda análise científica deve se conformar ao modelo das ciências naturais.

O ponto de partida de Mannheim para interpretar as idéias dentro de determinados contextos sociais é o método de interpretação documental³⁹. Ele opera

³⁹ Um exemplo bastante significativo da influência deste tipo de abordagem utilizada para a interpretação das obras artísticas é a realizada por Erwin Panofsky. Quando na rua, um conhecido me cumprimenta tirando o chapéu, o que vejo, de um ponto de vista formal, é apenas a mudança de alguns detalhes dentro da configuração que faz parte do padrão geral de cores, linhas e volumes que constitui o mundo da minha visão. Ao identificar, o que faço automaticamente, essa configuração como um objeto (cavalheiro) é a mudança de detalhe como um acontecimento (tirar o chapéu), ultrapasso os limites da percepção puramente formal e penetro na primeira esfera do tema ou mensagem. O significado assim percebido é de natureza elementar e facilmente compreensível e passaremos a chamá-lo de significado factual: é apreendido pela simples identificação de certas formas visíveis com certos objetos que já conheço por experiência prática e pela identificação da mudança de suas relações com certas ações ou fatos. Ora, os objetos e fatos assim identificados produzirão, naturalmente, uma reação em mim. Pelo modo do meu conhecido executar a sua ação, poderei saber se está de bom ou mau humor, ou se seus

essa interpretação a partir da análise de três níveis ou extratos de significados: o objetivo, o expressivo e o documental. O significado de primeira natureza é o mais superficial e pode ser compreendido sem alusão à intencionalidade do autor e ao seu contexto. O sentido expressivo é menos obvio e para ser entendido carece de estreita familiaridade com *as atitudes e idiossincrasias de uma época*. Logo, devemos procurar o que o autor realmente quis dizer. Esses dois extratos de sentido, ou camadas de significados, ocorrem no âmbito fenomenológico, e para ser compreendido devemos perfilar uma inserção adequada das necessárias características do *campo sensual* em questão. O significado documental é o mais profundo e o fundamental de todos: consiste no que um trabalho ou ação revela acerca da orientação total do autor e do seu caráter essencial. Em regra ele está escondido mesmo para o próprio autor, que é mais

sentimentos a meu respeito são de amizade, indiferença, hostilidade. Essas nuances psicológicas darão ao gesto de meu amigo um significado ulterior que chamaremos expressional. Difere do factual por ser apreendido não por simples identificação, mas por empatia. Para compreendê-lo preciso de certa sensibilidade, mas essa ainda é parte de minha experiência prática, isto é, de minha familiaridade cotidiana com os objetos e fatos. Assim, tanto o significado expressional como o factual podem classificar-se juntos: constituem a classe dos significados primários e naturais [...] Para compreender o que o gesto do cavaleiro significa, preciso não somente estar familiarizado com o mundo prático dos objetos e fatos, mas, além disso, com o mundo mais prático dos costumes e tradições culturais peculiares a uma dada civilização [...] portanto, quando interpreto o fato de tirar o chapéu com uma saudação polida, reconheço nele um significado que pode ser chamado de secundário ou convencional; difere do primário e natural por duas razões: em primeiro lugar, por ser inteligível em vez de sensível e, em segundo, por ter sido conscientemente conferido à ação prática pela qual é veiculado. E finalmente: além de constituir um acontecimento natural no tempo e espaço, além de indicar, naturalmente, disposições de ânimo e sentimentos, além de comunicar saudação convencional, a ação do meu conhecido pode revelar a um observador experimentado tudo aquilo que entra na composição de sua personalidade. Essa personalidade é condicionada por ser ele um homem do século XX, por suas bases nacionais, sociais e educação, pela história de sua vida passada e pelas circunstâncias atuais que o rodeiam [...] O significado assim descoberto pode denominar-se intrínseco ou conteúdo; é essencial, enquanto que os outros dois tipos de significado, o primário ou natural e o secundário ou convencional, são fenomenais. É possível defini-lo como um princípio unificador que sublinha e explica os acontecimentos visíveis e sua significação inteligível e que determina até a forma sob a qual o acontecimento visível se manifesta. Normalmente, esse significado intrínseco ou conteúdo está tão acima da esfera da vontade consciente quanto o significado expressional está abaixo dela [...] Tratamos a obra de arte como tal e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como qualificações e propriedades a ela inerentes. Mas, quando tentamos compreendê-la como um documento da personalidade de Leonardo, ou da civilização da alta renascença italiana, ou de uma atitude religiosa particular, tratamos a obra de arte como um sintoma de algo mais que se expressa numa variedade incontável de outros sintomas e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como evidência mais particularizada desse algo mais. A descoberta e interpretação desses valores simbólicos (que muitas vezes, são desconhecidos pelo próprio artista e podem, até, diferir enfaticamente do que ele conscientemente tentou expressar) é objeto do que se poderia designar por iconologia em oposição à iconografia. Cf., 1979, p.47-53.

um instrumento do que um detentor do significado documental manifestado pelos produtos⁴⁰. Esse significado não se confina a arte pela arte, a teoria pela teoria; ele é relativo ao que é mais real ao homem, ao seu lugar dentro de toda uma totalidade histórica.

O que a teoria da *weltanschauung* faz é pegar um objeto significativo já compreendido e percebido na estrutura de referência do significado objetivo e colocá-lo num outro nível de referência, o da *weltanschauung*. Ao ser tratado como seu documento, o objeto é percebido a partir de uma perspectiva diferente. Não existe uma relação causal entre um documento e outro; não podemos explicar um como produto causal do outro, mas apenas traçar uma referência de ambos a uma unidade global da *weltanschauung* de que são partes. De um modo semelhante, quando referimos duas ações de uma pessoa ao mesmo traço de personalidade, não podemos dizer que uma foi causada pela outra, isto é, dizer que uma gentileza provocou outra, em vez de dizermos que as duas ações foram provocadas pela mesma gentileza.

Em *O pensamento conservador* Karl Mannheim (1963, p.84) visa mostrar como específicos “estilos de pensamento” e “correntes doutrinárias” estão ligados e vinculados a grupos concretos, as suas aspirações e às suas interações. Neste caso o seu objetivo é indagar e entender o pensamento conservador a partir da luta real entre grupos sociais concretos.

⁴⁰ Cada dimensão do estrato objetivo de significado pode tornar-se relevante para a interpretação documental se formos capazes de discernir a sua importância documental. O procedimento consiste em tomar as declarações teóricas, as confissões estéticas de fé, que os artistas fazem para explicar os seus objetivos formais ou expressivos; estas podem ser exploradas para a interpretação documental. Esta interpretação documental de uma *Ars poética* ou de uma teoria estética lançada por um artista, não consiste no mero tratar dessas declarações como reflexões autênticas da personalidade artística do autor, do seu motivo artístico, ou do espírito da sua época. O que precisamos perguntar não é se a sua teoria está correta, nem qual é o seu significado intencional. Em vez disso, devemos ir para além desta interpretação imanente e devemos tratar a confissão teórica como confissão: como testemunho documental de alguma coisa de extra-físico, do motivo artístico objetivo com uma força diretriz, tal como o médico tomará o auto-diagnóstico de um de seus pacientes como sintomas do que uma correta identificação da doença. (p.82-83)

O coração deste método é a concepção de estilo de pensamento, pois permite uma análise de como estes diferentes estilos, nascem, desenvolvem, se fundem e desaparecem; a chave para entender as mudanças das idéias se encontra no ambiente social em mudança, principalmente no destino dos grupos e classes sociais que são os portadores dos estilos de pensamento.

É fundamental considerarmos os pensadores de um momento dado como representantes de diferentes estilos de pensamento. A discrição de seus diferentes modos de ver as coisas deve notar que, essas perspectivas refletem as perspectivas em mudanças de seus grupos. Por este método deve-se tornar evidente a unidade interior de um estilo de pensamento e as sucessivas variações e modificações que o aparato conceitual de todo o grupo deve sofrer ao mudar a situação do grupo na sociedade. Isso significa que deveremos examinar cuidadosamente todos os conceitos utilizados pelos pensadores de todos os grupos diferentes existente em uma época determinada a fim de ver se não usam termos idênticos em diferentes sentidos.

Por conseguinte, aponta Mannheim (1963, p.87), a análise documental será o miolo de nossa técnica. As palavras nunca significam o mesmo quando usada por diferentes grupos ainda que em um mesmo país, e as variações de sentido deixam as melhores pistas para descobrir as diferentes tendências em uma comunidade.

Sustentamos que o pensamento conservador humano também se desenvolve por estilos, e que há diferentes escolas de pensamento que se distinguem pelas diferentes maneiras como usam diferentes tipos e categorias de pensamento. O principal indício de que existe alguma conexão entre a existência e o destino dos grupos sociais por um lado, e certos estilos de pensamento por outro, é que geralmente se falará que a quebra súbita de um estilo de pensamento corresponde à caída súbita dos grupos que a sustentam; de maneira análoga, o amalgama dos estilos de pensamento corresponde ao amalgama dos grupos sociais. (Idem, p.88)

Uma idéia fundamental de Mannheim é a de um momento histórico enquanto “configuração estrutural histórica dinâmica”. Conceito que implica um tipo de objetividade que começa no tempo, se desenvolve e decai através do tempo, e que está estreitamente enlaçada com a existência e destino dos grupos humanos concretos e, na realidade, é seu produto. Sem dúvida é uma estrutura mental objetiva por que está sempre ali diante do individuo a qualquer momento dado, e porque, comparada com qualquer experiência de pequeno alcance, conserva sempre sua própria forma definida, sua estrutura. Todavia, em qualquer momento dado essa estrutura mental objetiva pode revelar a existência de um princípio ordenador na maneira como as experiências e os elementos de que ela está composta se relacionam, de forma alguma devemos considerá-la estática. A forma e a estrutura particulares dessas experiências e elementos relacionados só podem indicar aproximadamente e unicamente para certos períodos, já que a estrutura é dinâmica e muda constantemente. Além disso, não só é dinâmica como está historicamente condicionada⁴¹.

Cada configuração estrutural histórica dinâmica possui uma intenção básica distintiva, que o individuo torna sua na medida em que sua experiência é determinada pela configuração estrutural como tal. Esta intenção básica, não é válida independentemente do tempo e de certas configurações históricas. Ela nasce no transcurso histórico e em íntima conexão com o destino dos seres humanos concretos.

Neste caso, a observação acerca da distinção entre conservadorismo e tradicionalismo é relevante. Enquanto o tradicionalismo pode ser entendido como uma atitude ou tendência humana irracional, inarticulada, irrefletida, uma tendência instintiva para formas de pensamento e ação familiares e habituais. O

⁴¹ Cf., Mannheim; 1963, p.109.

conservadorismo é uma posição completamente consciente, trabalhada, de resposta a um poder em mutação, ele nasce de uma ameaça de transformação social.

Segundo Mannheim (1964, p.35):

O pensamento conservador concentra-se sobre o passado na medida em que o passado vive o presente; o pensamento burguês essencialmente devotado ao presente, alimenta-se do que é novo agora; o pensamento proletário tenta compreender os elementos do futuro que também existem no presente, concentrando-se sobre aqueles fatores presentes em que se podem ver os germes de uma sociedade futura.

A publicação de *Ideologia e Utopia* [1928] (1986) encerra o ciclo de maturação da sociologia do conhecimento. Ernest Mannheim (2004: XIII) considera seu trabalho *Ideologia e Utopia* como uma necessidade gerada da desilusão decorrente das excessivas pretensões do idealismo alemão no que se refere à teoria sociológica do pensamento. Direccionava sua crítica à supervalorização do papel das idéias na problemática humana e sua tendência a supor que os conceitos que surgem em diferentes contextos históricos seguem um *continuum* lógico. Sua reflexão intenta arrolar um método para o estudo das idéias como função do envolvimento social, uma vez que já havia abandonado a idéia de evolução autônoma das idéias, buscando explorar a relação entre o pensamento e o meio social.

A preocupação fundamental da sociologia do conhecimento de Mannheim é a análise da relação entre conhecimento e existência, buscando traçar as formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual da humanidade, almejando descobrir critérios capazes de determinar as inter-relações entre pensamento e ação e a relevância dos fatores não teóricos sobre o pensamento. A sociologia do conhecimento é entendida desta forma como um desdobramento da teoria da ideologia. O objetivo da sociologia do conhecimento não estava na observação da distorção proveniente do esforço deliberado de iludir (ideologia), mas na compreensão dos modos e das formas

variadas segundo os quais os objetos se apresentam ao sujeito de acordo com as diferentes condições sócio-históricas (ideologia total).

A contribuição da noção de ideologia está em perceber que os grupos se municiavam, em suas disputas, de aportes intelectuais que eram direcionados ou condicionados por interesses, e que a isto poderíamos chamar de ideologia⁴². Este inconsciente coletivo de certos grupos obscurece e distorce a condição real da sociedade não só para os outros como também para si, e que a atividade por ele impelida serve para ocultar certos aspectos da realidade social. É a partir destas constatações que se dá a passagem da ideologia para a sociologia do conhecimento. Conforme a fala de Karl Mannheim (1986, p.103-104):

Com a emergência da formulação genérica da concepção total da ideologia, a teoria simples da ideologia evolui para a sociologia do conhecimento. O que anteriormente constituía o arsenal intelectual de uma das partes se transformou em um método de pesquisa da história intelectual e social em geral. A princípio, um dado grupo social descobre a determinação situacional (*Seinsgebundenheit*) das idéias de seus opositores. A seguir, elabora-se o reconhecimento deste fato em um princípio incluso, de acordo com o qual o pensamento é visto como emergindo de suas condições de vida.

A serventia do conceito de ideologia foi a de ter possibilitado a compreensão de que toda forma de pensamento (teoria) histórico-político está condicionada pela situação de vida do pensador e do seu grupo. A tarefa da sociologia do conhecimento consiste em desvincular esta percepção de sua inserção política unilateral e em elaborar sistematicamente a hipótese de que a forma e a maneira pela qual o indivíduo encara a história e constrói uma “situação total” partindo de

⁴² Segundo Karl Mannheim (1968, p.150), o marxismo tornou a descobrir que, em assuntos históricos e político, não pode haver “teoria pura” alguma. Vê que por trás de cada teoria existem ponto-de-vista coletivos. O fenômeno do pensamento coletivo, que se desenrola de acordo com os interesses e com as situações sociais e existenciais era chamado por Marx de Ideologia.

determinados fatos, dependem, ambas, da posição que o indivíduo ocupa (posição de classe, geração, seitas, religiões etc.) na sociedade.

A ideologia particular, de acordo com Mannheim seria traduzida como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação. Traduz apenas parte dos enunciados de seu opositor. Via regra a sua análise se dá em um nível psicológico e operaria com a psicologia dos interesses. Chamamos de particular porque ela se refere somente a afirmativas específicas que podem ser consideradas como dissimulações, falsificações ou mentiras, sem com isso se atinja a integridade da estrutura mental total do sujeito que as enuncia (Ibid. Idem: 287). A ideologia total, por sua vez, estaria relacionada a uma época ou a algum grupo histórico-social concreto, e manifesta uma espécie de sistema de pensamento de um grupo que está subjacente nos juízos de seus membros, estabelecendo a correspondência entre meio social e este sistema. O pensamento ideológico põe em questão a *weltanschauung* total⁴³ do opositor, inclusive seu aparato conceitual, tentando compreender esses conceitos como decorrentes da vida coletiva que o opositor partilha. Ela realiza uma análise dos modos de interpretação e de experiências que são diferentes e busca criticar os sistemas de pensamento divergentes. Esta análise operaria com as estruturas das mentes em determinados contextos sociais. (Ibid. idem, p.83)

Para ele:

Quando utilizamos a concepção total de ideologia, procuramos reconstruir todo o modo de ver de um grupo social, e neste caso, nem os indivíduos concretos nem o seu somatório abstrato podem ser legitimamente considerados como portadores deste sistema ideológico de pensamento

⁴³ Mannheim faz de maneira recorrente menção a idéia de totalidade proveniente de Lukács. Segundo ele a totalidade, no sentido que a concebemos, não é uma visão da realidade imediata e ternamente válida, somente atribuível a olhos divinos. Não se trata de horizonte estável e auto-delimitado. Pelo contrário, uma visão total implica tanto a assimilação quanto à transcendência das limitações dos pontos de vista particulares. Representa o continuo processo de expansão do conhecimento, possuindo como objetivo não atingir uma conclusão válida supra-temporalmente, mas a extensão mais ampla possível de nosso horizonte de visão. (ibid. idem, p.132)

como um todo. O objeto da análise neste nível é a reconstrução da base teórica sistemática subjacente aos juízos isolados dos indivíduos. (Ibid. idem, p.85).

A tarefa da Sociologia do pensamento é analisar, evitando as tendências partidárias – que são fundamentais na orientação da formulação de problemas e perspectivas teóricas – todos os fatores da situação social que possam influenciar o pensamento. Isso implica levar em consideração não apenas a posição de classe, mas o conjunto dos mais variados interesses fornecidos pela *weltanschauung*, seja esta marcada pela preponderância legitimadora dos fatores econômicos, culturais, religiosos ou de qualquer outra ordem.

As atitudes e as escolhas subjacentes às posturas teóricas não são de natureza individual. Antes emergem do propósito coletivo do grupo, subjacentes aos indivíduos, e de *cuja visão prescrita ele apenas participa*. Isto não significa que poderíamos esgotar os múltiplos processos sociais que condicionam e conformam algumas teorias. Uma das principais variáveis extra-téóricas que atua como fundamental na *marcha* do conhecimento é a *competição*. Esta, ligada a estruturas sociais estratificadas, afeta a emergência e direção do desenvolvimento do conhecimento fornecendo o impulso dinâmico das diversas interpretações do mundo que, quando se vem a descobrir seu fundamento social, se revelam como expressões intelectuais de grupos conflitantes em luta pelo poder. O mundo é conhecido por intermédio de muitas orientações diferentes, por que existem muitas tendências de pensamento simultânea e mutuamente contraditórias, lutando entre si, com suas diferentes interpretações da experiência comum⁴⁴.

De acordo com o Mannheim (1964, p.198):

⁴⁴ Cf. Mannheim, 1986, p.290-291.

Sociological analysis shows that this public interpretation of reality is not simply 'there'; nor, on the other hand, is it result of a 'systematic thinking out'; it is the stake for which men fight. And struggle is not guided by motives of pure contemplative thirst for knowledge. Different interpretations of the world for the most part correspond to the particular positions the various groups occupy in their struggle for power.

Embora Mannheim avance substancialmente na questão da ideação e dos intelectuais, entendendo-as a partir de suas dimensões sociológicas, sua abordagem ainda sim, se prende aos veios estruturais presentes em suas primeiras abordagens. Neste caso, a questão da validade de determinadas idéias a partir de sua pertinência histórica a uma *weltanschauung* (sintoma da sua prestação de contas com a epistemologia), como essas idéias são formadas a partir de interesses concretos de grupos específicos em determinadas estruturas sociais, bem como a recusa a unilateralidade do conceito de classe, como forma de melhor compreender as ideações, permite que percebamos a relevância da abordagem de Mannheim para o entendimento do pensamento sociológico brasileiro.

III – RANDALL COLLINS E AS INTERAÇÕES RITUALIZADAS DOS INTELCTUAIS

La vida intelectual está hecha, antes que nada, de conflictos y desacuerdos [...] allí donde se crean las ideas, siempre ha estado hecha del diálogo entre opuestos. Es difícil evitar un terreno tan central como el del desacuerdo cuando negarlo es ya ejemplificarlo. (COLLINS, 2005, p.01)

Quando fizemos o inventário sobre os trabalhos que abordam a sociologia no Brasil, identificamos em muitos deles uma preocupação – via a discussão sobre

ideologia – que estava amplamente presente no programa da sociologia do conhecimento. As abordagens dos cientistas sociais buscavam compreender as idéias dentro de uma moldura que fazia a triagem dos fatores que necessariamente determinavam a produção das idéias naquele momento. Parece um pouco complicado dizer que dois membros de segmentos decadentes, mestiços, que morreram pobres pudessem ser os arautos dos interesses burgueses, apenas. Em todas as abordagens as idéias e o contexto polarizavam com poucas referências a dinâmica do campo cultural em questão. É claro que muitos trabalhos dialogaram com esse universo que medeia as estruturas sociais e os atores. O Roberto Ventura faz um trabalho muito bacana sobre as polêmicas literárias em meados do século XIX e início do século XX⁴⁵, assim como Nicolau Sevcenko⁴⁶, Antonio Machado Neto⁴⁷ e muitos outros que resultam de recentes pesquisas e que analisam o microcosmo da produção literária e intelectual no século XIX⁴⁸.

Esse universo que implica a percepção da dinâmica de certo campo cultural, como ponto de partida para o entendimento do reconhecimento de determinados autores e determinadas idéias, e, por conseguinte, interferindo na criatividade intelectual, começou a ser tido como fundamental para o entendimento das idéias e das dinâmicas específicas dos variados campos que estruturam a vida cotidiana. Se impunha, então, a necessidade de perceber a relação e o vínculo entre o indivíduo e a sociedade por intermédios das práticas dos sujeitos.

O mérito de Mannheim consistiu em fornecer uma perspectiva estrutural que compreendesse a configuração histórica e os diferentes interesses dos grupos em

⁴⁵ Cf., 1991.

⁴⁶ Cf. 2003.

⁴⁷ Cf., 1973.

⁴⁸ Neves, 2004; Crestani, 2009; Marques, 2003; Neves, 2004, Carvalho, 1996. Melo, 2003.

termos de estilo de pensamento. Os limites desta perspectiva vêm à tona quando percebemos nela, uma restrição do horizonte de análise comumente associado ao enfoque das tendências consideradas externalistas.

Para Pierre Bourdieu (2004) sustenta que nas análises das produções culturais, há, de um lado, os que advogam que para compreender a literatura, por exemplo, basta ler os textos, e nada mais há para ser conhecido e investigado. De um outro lado, há uma tradição vinculada ao marxismo, que busca relacionar texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras, colocando-as em relação com o mundo social ou o mundo econômico. A primeira perspectiva, no que tange a história da ciência e da sociologia, enfatiza a história desta como uma descrição do *processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partenogênese, engendrando-se a si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social*. No que concerne a segunda posição, ela seria um reflexo superestrutural das dimensões econômicas da sociedade, ou num desdobramento desta leitura, estas idéias e seus respectivos intelectuais, seriam conforme Antonio Gramsci (1979, p.11) *os comissários e os lastros do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político*.

Para escapar a essas alternativas, o autor cria a noção de campo, que, implica a compreensão de um bem cultural não apenas em detrimento do conteúdo textual dessa produção, nem exclusivamente em função do contexto social, satisfazendo-se com o estabelecimento da relação direta entre o texto e o contexto, o que acarretaria no *erro do curto circuito*⁴⁹. A sua hipótese consiste em sugerir que, entre esses dois pólos, aparentemente díspares, existe um universo intermediário que

⁴⁹ [...] relacionar uma obra musical ou poema simbolista com as greves de Fourmies ou as manifestações de Anzim. (BOURDIEU, 2005: 20)

ele chama de campo científico, isto é, o universo na qual estão inseridos os agentes, os códigos e as instituições que produzem, reproduzem e difundem as idéias científicas. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. Seu objetivo é diluir e suprimir a dicotomia e o abismo entre as estruturas sociais externas, independentes da vontade dos agentes e o sentido vivido, representado e pensado destes.

Todo campo é, segundo Bourdieu (2001, p.23-24) um espaço onde forças rivais lutam para manter ou subverter sua posição dentro desse universo. Os agentes criam determinado espaço, e esse espaço só existe e persiste em função dos agentes e das relações objetivas (as interações) entre os agentes que aí se encontram. É a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que formam os princípios do campo. É ela que define o que pode e o que não pode ser feito. É a posição que eles ocupam nessa estrutura hierárquica pré-definida, que determina ou orienta suas decisões e tomadas de posições. Isso significa que só compreendemos o que diz ou faz um agente engajado num campo se estamos em condições de percebermos a posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos de onde ele fala. Isso implica não nos contentarmos em reportar ao lugar que supostamente ele ocupa no espaço social global, o que a tradição marxista chama de sua condição de classe.

Essa estrutura é determinada pela distribuição do capital científico⁵⁰ num dado momento, onde os agentes (indivíduos ou instituições) singularizados pelo

⁵⁰ O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico. Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades [...] as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, e o que é mais compensador publicar [...] (BOURDIEU, 2001: 26/27)

Outra dimensão da estruturação do campo intelectual se dá em torno da forma com que o capital cultural é utilizado para hierarquizar e determinar certas posições e tendências intelectuais. Existem duas espécies de capital científico: (a) Um poder temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado indicado pelas posições importantes ocupadas nas instituições científicas e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de

volume de seu capital, determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos outros agentes, isto é, de todo o espaço. Os pesquisadores ou as pesquisas dominantes são os que definem o que é num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços.

Um campo e a concorrência regulada da qual ele é o lugar, produz essa forma particular de *Illusio* que é o interesse científico, ou seja, um interesse em relação às formas de interesses concorrentes na existência cotidiana aparece como desinteressada, gratuita. Mas sutilmente, o interesse puro, desinteressado, é um interesse pelo desinteresse, forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos⁵¹, economias anti-econômicas, nas quais, de alguma maneira, é o desinteresse que compensa (BOURDIEU, 2004: 31).

Todos os agentes inseridos em um campo incorporam “disposições adquiridas” chamadas de *Habitus*, ou seja, maneiras de “ser” permanentes, duráveis, que podem, em particular, levá-los a resistir, e a opor-se às forças do campo. Aqueles que adquirem aquelas disposições que não são exigidas por determinado campo, arriscam-se a estarem defasados, deslocados etc. A dinâmica do engajamento no campo pode ser percebida a partir do ímpeto, sugerido pelo campo aos eruditos, de chegar primeiro, de serem os melhores, de brilhar. Nesse caso haveria o paradoxo do campo científico, que se traduz no fato do campo produzir, ao mesmo tempo, essas pulsões destrutivas e o controle dessas pulsões. Se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente pela demonstração ou refutação.

O horizonte apresentado por Bourdieu, sugere uma ampliação da perspectiva de Mannheim, uma vez que se debruça sobre o lócus específico onde se

reprodução (poder de nomear e de fazer carreiras). (b) Um poder específico, prestígio pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e instituições, e que repousa quase que exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles. (2001: 35)

⁵¹ A característica específica dos bens simbólicos consiste no fato de que o consumo de tais bens encontra-se restrito aos detentores do código necessário para decifrá-los, a saber, os que detêm as categorias de percepção e de apreciação adquiridas pelo convívio com as obras produzidas segundo tais categorias, uma vez que essas obras foram produzidas com base na negação das normas de produção anteriores e das categorias de percepção correspondentes. (BOURDIEU, 2001: 198)

dão as produções de determinadas idéias científicas. A nosso ver, este tipo de reflexão é um tanto delicada em função de uma descrença na existência de um campo intelectual no Brasil do século XIX com autonomia. Isso implica a necessidade de observar com mais cautela, os vastos limites que se impunha a prática intelectual naquele momento. A subsunção da sociologia ao direito, a literatura e a política limita o alcance desse campo, bem como o mapeamento da posição e dos seus respectivos capitais.

Mannheim já havia dado sinais de que o pressuposto fenomenológico de que devemos suspender nossas idéias e tentar perceber como percebemos. Essa opção implica notar que o cotidiano da incorporação das práticas (socialização) é a mesma de outras instituições.

Dentro deste contexto a abordagem de um ex-aluno de Talcot Parsons, Randall Collins (1987, 2005), é bastante significativa. Seja pela metodologia que privilegia dimensões extra-teóricas do processo de ideação e vai centrar sua base de dados nas relações de amizade, de ensino, de conflito etc. entre intelectuais, seja pela negligência a discussão sobre verdade que o faz perceber que embora não possa dizer que tal ou tal teoria seja verdadeira, permite que ele argutamente arrole os mecanismos sociológicos “universais” que tornam estas idéias aceitas. Como veremos a seguir, a abordagem “interacionista” de Collins amplia o leque de possibilidades de explicação dos processos de ideação e/ou culturais e seus mecanismos de validação e mudança.

O nome do professor do departamento de sociologia da Universidade da Pensilvânia Randall Collins (1941-) está associado a “conflict sociology” por um lado e a sociologia americana de outro, notadamente aos “microsociólogos de Berkeley”, principalmente com a corrente do Interacionismo Simbólico, liderada por Herbert Blumer. No primeiro aspecto, o que conforme Salvador Giner (2005) seria sua

posición epistemológica general, trata de enfatizar aspectos e dimensões da vida social que geram enfrentamentos, combates e competição, para a obtenção e controle de bens escassos, sejam estes materiais ou simbólicos. Tal enfoque, como sugere a epígrafe, assume a idéia de que a vida intelectual, assim como a social é eminentemente conflitiva.

No segundo aspecto (em relação à micro-sociologia) seu objetivo é analisar como produzimos uma concepção compartilhada do que é uma estrutura social e quais sentidos possuem os símbolos, idéias e valores, através dos diálogos, negociações e conversações permanentes com outros seres humanos. Estas transações se realizam mediante verdadeiros “interaction rituals” (IRs). Esta noção, como veremos adiante, inspira Collins a designar a formação de uma realidade social em termos de rede a partir do conceito de *Interaction Ritual Chains (IRC)*. Neste sentido:

Las redes interactivas, y su repetición a través de rutinas e rituales, constituyen la urdimbre de la vida social. Son redes en tensión, dominadas y sostenidas por situaciones de concurrencia cuando no de abierta hostilidad mutua. (GINER, Idem, p.XXI)

O ponto de partida de Collins que nos interessa, são as redes intelectuais através das quais sempre e em todo lugar se transmite e se transmitiu o saber científico e em especial, em seu livro *Sociología de las filosofías: una teoría global del cambio intelectual* (2005), a doutrina filosófica. Segundo ele a história do pensamento filosófico e sociológico não consiste nem deve consistir em uma narrativa que dispõe uma sucessão de autores e concepções, mas sim, em um processo de oposições e afirmações seguidas de negações esgrimidas por certas pessoas, neste caso, os filósofos e os sociólogos.

Para Randall Collins (2005, p.XXXII), as redes⁵² são as bases de uma teoria global do mundo intelectual, ou seja, se logramos compreender os princípios que determinam as formações das redes intelectuais, teremos chegado a uma explicação causal das idéias e de suas mudanças. As redes são os atores, no mais estrito sentido, do cenário intelectual. Elas são os modos em que se entrelaçam as micro-situações em que vivemos; a sociologia das redes penetra profundamente na forma mesma de nosso pensamento. A dinâmica das redes e das comunidades intelectuais proporciona uma sociologia interna das idéias e nos ajuda a superar o reducionismo da tradicional sociologia externalista.

Logo a ênfase da análise parte da doutrina das determinantes existências do pensamento (Marx, Engels e Mannheim) para os mecanismos que a fazem ser perpetuadas e assimiladas por determinados grupos, ou, em outros termos, os processos gerais constitutivos a vida intelectual. Como dito, o problema a resolver não é o da relação entre doutrina e verdade, mas o processo de produção da doutrina aceita.

Neste sentido, o autor parte e nunca abandona a idéia de que a vida intelectual e a sua

⁵² Nas ciências sociais, a noção de redes sociais pode ser vista como um instrumento de análise que possibilita, através das conexões interpessoais, a reconstrução dos processos de interação entre os indivíduos e seus laços a determinados grupos. Normalmente, entende-se por redes sociais pontes de ligamento entre os indivíduos e as instituições sociais, que estruturam as biografias individuais em inserções sociais que asseguram suas identidades. Barry Wellman (apud Fontes) ao definir redes sociais (network analysis), esclarece que: “A maneira mais direta de estudar a estrutura social é analisar os padrões de ligações entre seus membros. Os analistas de redes tentam descrever estes padrões e usam estas descrições para aprender como as estruturas de redes influenciam o comportamento social e produzem mudança. Suas descrições estão baseadas no conceito de laços (ties), conectando nódulos (nodes) em um sistema social – laços que conectam pessoas, grupos, organizações [...] Os analistas das redes concentram-se na estrutura, estudando como os padrões dos laços estabelecidos em uma rede provêm oportunidades e limitações porque influem no acesso das pessoas e instituições a recursos como informações, riqueza e poder.” (WELLMAN, apud, FONTES, 2004, p. 58).

Desta forma, a análise de redes possibilita ao pesquisador tanto uma perspectiva micro (ação individual) como uma perspectiva macro (contexto estrutural mais amplo). De acordo com Fontes (2004b), a análise das redes sociais, contribuem para compreendermos os atores sociais a partir de sua inserção em uma estrutura de rede social. Assim posto, partindo da configuração desta rede, podemos visualizar a posição de um ator (indivíduos ou grupos) em um espaço social, o que terá como efeito “trajetórias biográficas particularizadas decorrentes de sua posição, na estrutura social, e das experiências por ele vivenciadas” (FONTES, 2004b, p.123). Sabemos da relevância desta análise para entendermos como as trajetórias daqueles pensadores e suas posições no campo científico foram determinadas pelas redes sociais. No entanto, face ao tempo e aos nossos objetivos, tais questões não serão aprofundadas. Mesmo porque a idéia de rede no nosso estudo é secundária e complementar a interpretação de Mannheim, visto que, a partir de Collins buscaremos analisar o terceiro tipo da escola, mencionando por este autor e, desta forma, mostrar como os laços entre os autores pesquisados, formados a partir das CRI contribuíram para delimitar a ER.

produção distribuição e consumo de idéias e teorias dependem estritamente das redes sociais que as suportam e admitem como suas.

O trabalho de Randall Collins tem a intenção de aplicar o método sociológico à explicação de determinadas porções da história universal das idéias. De acordo com ele:

El método difiere de otras formas de la sociología del conocimiento en la medida en que es la estructura reticular⁵³ de las relaciones entre los intelectuales lo que constituye a influencia social inmediata sobre la construcción de las ideas. Los condicionamientos de la clase social, los factores políticos y los económicos actúan como telón de fondo, más que ocupar el primer plano de la causalidad social, y sus efectos vienen mediados por el funcionamiento de las redes sociales. (Idem, p.XXV)

O autor quer afirmar que não se negligencia o fato de que há uma separação rígida entre o intelectual e suas idéias e as relações econômicas, políticas, étnicas e de gênero que nos rodeiam em determinado momento histórico. Porém o âmbito de análise em que tais afirmações são verdadeiras não pode ser fixado antes de haver investigado o modo como operam as redes intelectuais. A prática intelectual circunscrita a uma rede de especialistas fechada sobre si mesmo não é o mesmo que a política da luta pelo poder e da política dos homens e mulheres em suas casas e em suas relações sexuais. Convertem-se em centros de atenção os concursos filosóficos, que exigem recursos especificamente intelectuais e que são os recursos sociais específicos das redes intelectuais (Ibid. Idem, p.12).

Ao partir do axioma que a vida intelectual é balizada e modelada pelos conflitos e disputas, põe o cerne do processo de emergência de novas idéias, retomando Mannheim, no diálogo entre os opostos e entre grupos portadores de idéias e interesses conflitantes. Neste sentido, procura descrever a dinâmica das lutas e das

⁵³ O pressuposto implícito em seu “método reticular” é: os contatos pessoais imediatos geram intensidade emocional e centram intensamente a atenção em torno de certos debates centrais.

alianças que se tem produzido nas redes intelectuais mais importantes da história universal.

Como as redes intelectuais são o cerne do entendimento do processo de ideação, o seu interesse se volta para o processo de espalhar determinadas ideias através dessas redes. Os intelectuais se distinguem dos outros grupos não apenas em função dos debates sobre certos temas que emergem dentro do contexto de algumas conjunturas, mas também em função da especificidade dos dispositivos legitimadores de determinados grupos intelectuais, que são objetivados nas redes e nos seus IRs específicos. Neste caso, os concursos para determinadas cátedras, publicações, conferências, dentre outros rituais, exigem determinados recursos sociais específicos deste universo, que são próprios dos grupos intelectuais a ele conectado.

Segundo Salvador Giner (2005, p.XXIII):

Las interacciones – tensiones entre escuelas, la liza por la consecución de discípulos y audiencias, la canalización de la energía emocional a través de estructuras institucionales de enseñanza – son las que ocupan el centro de atención, no la verdad o falsedad ni la plausibilidad de una concepción filosófica dada.

Consoante Randall Collins (2005, p.14), a estrutura social do mundo intelectual seria marcada por uma

[..] lucha continuada entre cadenas de personas, cargadas de energia emocional y com capital cultural, por ocupar un pequeño número de centros de atención. Estos puntos focales, que constituyen los núcleos del mundo intelectual se reordenan periódicamente; la cantidad de atención que puede distribuirse a través de toda la red intelectual es limitada, pero quien y que figura en esos nódulos de atención es algo que va fluctuando con la progresiva desaparición de los viejos movimientos intelectuales y el nacimiento de otros novos.

Para dar conta dessa proposta que não vincula o interesse da explicação sociológica apenas às dimensões existências do pensamento, ele se volta para uma perspectiva que procura entender a dimensão do processo sociológico de produção, criação e recepção de determinadas ideias, a partir do conceito de IRC. O autor parte

do pressuposto de que esta teoria permite o entendimento das condições pelas quais se geram e se sentem, determinados símbolos que vinculam moralmente e cognitivamente os indivíduos em sociedade e em determinados grupos. Esta teoria relaciona *los símbolos com la pertinência a una sociedad y, por consiguiente, tanto com los sentimientos de solidaridad como com la estructura de los grupos sociales*. O seu primeiro problema teórico é demonstrar por que os produtos intelectuais recebem um particular tipo de status sagrado, distinto dos objetos sagrados mais ordinários da vida cotidiana e que sustentam amizades pessoais, as relações de propriedade e as estruturas de autoridade. Também procura mostrar por que os objetos sagrados dos intelectuais, guiados pela idéia de “verdade”, estão dotados de uma sacralidade diferente da que possui a religião entre sua comunidade moral de crentes. Busca evidenciar que “... *los intelectuales producen sus símbolos y los ponen en circulación en sus propias comunidades, altamente estratificadas* (Ibid., p.20).

Partindo da contribuição das teorias interacionistas, indica as redes e os IRs específicos do meio intelectual, como elementos fundamentais para a compreensão do processo de ideação, apontando que as situações locais são os elementos primários da análise e não o ponto final de qualquer interpretação sociológica.

Las microsituaciones no se detienen en lo individual, sino que más bien lo penetran, y sus consecuencias se extienden hacia el exterior por medio de las redes sociales hasta una escala tan macro como se desee. La totalidad de la historia humana está hecha de situaciones locales. *Nadie nunca ha estado fuera de ellas, y todas nuestras visiones del mundo, toda nuestra recolección de datos, provienen de ellas. Los problemas filosóficos respecto a la realidad del mundo, a los universales, a las otras mentes, al significado [...] tienen implícitamente su origen, justamente, en esa situacionalidad.* Grifo nosso (Ibid. p.21).

O que esta perspectiva privilegia são os grupos de pensadores, as cadeias de contatos e interação nas redes, as rivalidades entre os segmentos das “comunidades argumentativas” e os rituais de interação que permitem que determinadas idéias sejam

incorporadas, transmitidas, aceitas e reformuladas. Os grupos e as cadeias possuiriam duas dimensões: uma interior (ou seja, o que queremos dizer quando falamos de grupos intelectuais é que seus membros se reúnem frente a frente com suficiente frequência e perpetuam intensos intercâmbios de rituais de interação nos quais se fixam “*ideas-emblema*”, identidades, energias emocionais) e a outra exterior, que estaria associada ao fato de que as cadeias e redes não são senão um modo de referirmos as conexões distantes entre situações. Consoante Randall Collins (1987, p.01) a dimensão macro (externa) dos processos de ideação, e da cultura de uma maneira em geral, pode ser assim definida:

All social structure is enacted; its empirical reality consists of individual actions, thoughts, and face-to-face encounters. What makes it macro – which is to say, gives it the repetitiveness that we mean by "structure," is the way these micro events are linked together in patterns across time and space. This occurs by what I have called "Interaction Ritual Chains".

Ainda de acordo com Randall Collins (2005, p.29):

La totalidad de la estructura macrosocial, también de los no intelectuales, está anclada en las interacciones rituales. Lo que llamamos estructura no es sino un modo breve de describir unos patrones repetitivos, aquellos encuentros a los que las personas regresan una y otra vez, un ciclo recurrente de rituales. Esta estructura superior se siente como algo externo; parece algo objetivo, ineludible y resistente al cambio.

O termo *ritual de interação* foi criado por Erving Goffman [1967] (1982) e chama a atenção para o fato de que os rituais formais dos fenômenos religiosos que David Emile Durkheim (2000) analisou são do mesmo tipo dos eventos e acontecimentos que ocorrem em toda parte e em todo momento de nosso dia a dia. Os rituais religiosos são modelos e protótipos das interações que unem os membros para formarem uma comunidade moral e que produzem determinados símbolos que atuam como lentes através das quais os seus membros vêem o mundo, além dos códigos por meio dos quais se comunicam.

Para ele cada encontro fugaz é uma pequena ordem social, uma realidade compartilhada e construída por meio de rituais de solidariedade que marcam o começo e o final através de gestos formais de saudações e despedidas, assim como de pequenas marcas de respeito e procedimentos que determinadas ocasiões exigem de seus participantes. Inspirado em Erving Goffman⁵⁴, Randall Collins (2004, p.03) volta sua atenção para o meio intelectual, percebendo que ele não ficava isento dessa “regra”. Ou seja, os intelectuais possuem os seus rituais.

A Theory of interaction ritual is the key to microsociology, and microsociology is the key to much that is larger. The smallscale, the here-and-now of face-to-face interaction, is the scene of action and the site of social actors. If we are going to find the agency of social life, it will be here. Here reside the energy of movement and change, the glue of solidarity, and the conservatism of stasis.

O centro da explicação desta microssociologia não é o indivíduo, nem tem ele como ponto de partida, mas a situação. Esta teoria (dos IRs e IRCs) é antes de tudo uma teoria das situações, e a partir de sua dinâmica, podemos compreender os indivíduos. Isso não implica negar a possibilidade de compreender a singularidades dos sujeitos, mas negar a possibilidade desta ser interpretada a partir de supostas essências individuais duradouras ou congênitas. Neste caso a singularidade dos indivíduos dever ser derivada das IRCs. Logo, os sujeitos seriam singulares somente em função dos caminhos e das cadeias de interação específicas e diferentes de outros sujeitos.

Num sentido “forte”, sugere o autor, os indivíduos são IRCs.

The individual is the precipitate of past interactional situations and an ingredient of each new situation. An ingredient, not the determinant, because a situation is an emergent property. A situation is not merely the result of the individual who comes into it, nor even of a combination of individuals

⁵⁴ Consoante Randall Collins (2000b) Goffman, the most striking of all the micro sociologists, a lot of people think of him as a symbolic interactionist. He never liked that. He liked me because I was one of the few people who could see that he wasn't a symbolic interactionist, but he was right out of the British social anthropology school, the Durkheimians, and sort of a micro-functionalist.

(although it is that, too). Situations have laws or processes of their own; and that is what IR theory is about.

Goffman concluded: "not men and their moments, but moments and their men." In gender-neutral language: not individuals and their interactions, but interactions and their individuals; not persons and their passions, but passions and their persons. "Every dog will have its day" is more accurately "every day will have its dog" (Idem, p.05).

Em Randall Collins o debate sobre estrutura e agência tem uma "solução".

De acordo com ele essa dicotomia é um pântano conceitual. Ao invés de agência "*I will devote theoretical attention to emotions and emotional energy, as changing intensities heated up or cooled down by the pressure-cooker of interaction rituals*", em vez de enfatizar a estrutura, "*[...] or taking the other tack of backgrounding it as merely a foil for agency, I will get on with the business of showing how IRs work.*" (Ibid. 06).

Outro ponto fundamental da abordagem deste autor é o interessante resgate do suposto aspecto micro da abordagem de Durkheim a partir da idéia retomada por Goffman de rituais. Em Durkheim (2000, p.XVI), Rituais são "*... maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desse grupo*". Já para Erving Goffman *ritual is a mechanism of mutually focused emotion and attention producing a momentarily shared reality, which thereby generates solidarity and symbols of group membership*⁵⁵.

Para Randall Collins, não se trata de ressaltar a dimensão do uso antropológico do termo, que enfatizava o ritual como parte da estrutura da sociedade, seu aparato formal para manter a ordem, ou para manifestar sua cultura e seus valores. Este tipo de caminho é o contrário da micro-sociologia. Em vez de ser percebido como uma forma fundamental da ação micro-situacional, o ritual acaba refletindo apenas uma macro-estrutura. O ritual seria fundamentalmente estático em contraste com a

⁵⁵ Cf., Collins, 2004, p.07.

fluidez das IRs. Collins rebate tanto o funcionalismo quanto o estruturalismo. Criticando o estruturalismo Collins (2004, p.07) aponta que “... *the challenge for microsociology is to show how its starting point can explain that what often appears to be a fixed global culture is in fact a situationally generated flux of imputed rules and meanings*”

Durkheim proveu a sociologia com um mecanismo para situação de interação que é um dos mais úteis que nós temos. Mostrou como o ritual (em específico, o religioso) permite enxergarmos os ingredientes sociais que existem em uma situação e fazem com que os rituais tenham sucesso ou não; percebeu que à participação nos rituais fixam os limites dos grupos, e, por conseguinte, os limites de suas obrigações morais. Erving Goffman (1982) alargou essa percepção, mostrando que ela existe e é encontrado longo da vida cotidiana. Neste caso, seja no reino secular, como nos mundos sagrados e oficiais, os rituais têm um papel fundamental ao amoldar o caráter individual aos limites impostos pelos grupos estratificados.

A força da contribuição de Durkheim para a micro-sociologia, neste caso foi ímpar. Em lugar de uma teoria da integração da sociedade no macro-nível, ele provê um modelo de como a solidariedade compartilhada pelos símbolos é produzida através da interação em grupos pequenos. Por extensão, Collins sugere (embora o próprio autor admita que Durkheim não fez isto e podia ser contrário e hostil a tal idéia) perceber estes grupos como locais, efêmeros ou em conflito, em lugar de integrado em uma grande sociedade. De acordo com Collins (2004, p.15) [...] *that the Durkheimian mechanism provides a crucial component of a conflict theory that is quite the opposite of functionalism on the macro-level.*

A substancial contribuição para a teoria de Collins vem de Erving Goffman. Este, desinteressado por questões relativas à integração institucional da sociedade, reservou o direito de escolher enquanto nível de análise, as exigências funcionais da situação. Segundo Collins, Goffman quando descreve ritual como forma de conduta que afirma a ordem social, está sendo funcionalista, mas salienta que o foco de Goffmann está no nível da interação imediata, do aqui e agora. Todas as situações possuem suas exigências. Elas não se manterão se os atores não ordenarem ela corretamente. Os ingredientes de qualquer IRs para Randall Collins (2005, p.23-24) são os seguintes:

un grupo de al menos dos personas se reúne físicamente; concentran la atención en un mismo objeto o en una acción, y cada una de las personas es consciente de que las demás y también se mantienen centradas en ese mismo objeto de atención; comparten un estado de animo o emoción común; El centro de atención compartido y e estado de ánimo en común se intensifican por acumulación. Los movimientos corporales, los actos de habla, las microfrecuencias se acompañan en un ritmo también compartido. Al intensificarse la microcoordinación, los participantes se unen temporalmente en una realidad compartida, y experimentan la presencia de una barrera entre esa situación y cualquiera que este fuera de ella.

(1) Como resultado, los participantes se sienten miembros de un grupo, moralmente obligados los unos con los otros. ... cuando las personas utilizan esos símbolos, en el discurso o en el pensamiento, éstos tácitamente les recuerdan su pertinencia al grupo. Los símbolos se cargan de significado social en la experiencia de los rituales de interacción, y los símbolos se agotan y pierden su significación motivadora si los encuentros no se vuelven a reproducir tras un período de tiempo.

(2) La energía emocional de los individuos que toman parte dos RI es directamente proporcional a la intensidad de la interacción.

A vida dos indivíduos são IRCs. A formação destas cadeias constitui o todo que chamamos de estrutura social, em suas mais variadas formas. Os macro-esquemas podem ser compreendidos se pensarmos neles como a própria dinâmica das redes, ou seja, a formação de toda uma malha de encontros locais, que definem a sua singularidade.

Neste caso, podemos atestar que os grupos intelectuais possuem algo em comum com todas as comunidades sociais. Cada grupo local está ligado a seus símbolos; porém, a natureza de tais símbolos varia igual a autoconsciência dos membros em relação a estes. Os objetos sagrados dos intelectuais se criam em comunidades muito extensas, porém também muito voltadas sobre si mesma e orientadas para o intercâmbio entre seus próprios membros, que pretendem ser os únicos com direito a decidir reflexivamente sobre a validade de suas idéias.

Los intelectuales se separan de las demás redes de la vida social en el acto de volverse los unos hacia los otros. El debate, la conferencia, la discusión, a veces la manifestación o el examen de las pruebas: éstas son las actividades concretas de las que nace el objeto sagrado de la “verdad”. (Idem, p.25)

A vida intelectual ocorre, dessa forma, sobre situações *face to face* por que os rituais de interação só podem ocorrer neste nível. Os objetos sagrados dos intelectuais só podem criar-se e sustentar-se, se ocorrem reuniões cerimoniais sujeitas a estes cultos. Este é o papel que desempenham as conferências, falas, debates e discussões: reúnem a comunidade intelectual, concentram a atenção de seus membros em um objeto comum que só a eles pertencem e criam emoções específicas em torno destes objetos. *Intellectuals are people who produce decontextualized ideas and regard them with the same kind of seriousness and respect as Durkheim noted that believers give to the sacred objects of religion* (COLLINS, 1987, p.02).

O RI intelectuais diferem de todos em relação à natureza de seu centro de atenção e na relação que estabelece entre o orador e seu público. Os RI intelectuais não consistem em dar ordens ou em fornecer informações práticas, mas em expor uma visão de mundo, um ponto de vista pretensamente compreensivo que constitui um fim em si mesmo. O discurso intelectual está centrado em sua própria autonomia em relação a toda a preocupação externa e em sua reflexiva consciência de

si mesmo. Um RI intelectual é, em geral, a encarnação situacional dos textos que constituem a vida, em longo prazo, da disciplina. As conferências e os textos formam uma mesma cadeia: isto constitui a característica distintiva da comunidade intelectual, o que a separa de qualquer outro tipo de atividade social. Os intelectuais, como comunidade especificamente orientada para a escrita, que vive para a produção e transmissão de ditos textos, só podem chegar a existir com a existência de uma estrutura de distribuição de textos. Suas idéias de verdade e sabedoria são objetos sagrados centrais de tal estrutura.

Os atos intelectuais do presente – conferências, debates, discussões – se desenvolvem com o telão de fundo dos textos passados, ora construindo a partir deles, ora criticando-os. Os intelectuais são particularmente conscientes de seus predecessores. E seus próprios produtos vão dirigidos a um público invisível. Quando a conferencia é realizada para um grupo de alunos, discípulos ou colegas, a mensagem forma implicitamente parte de uma cadeia amparada, que se repetirá, a discutirá e aumentará repetidamente no futuro.

Intellectuals interact in a community of speech making before assembled audiences and of focused discussion and argument, a community that records its judgments in a cross-referenced chain of words and texts that are given the status of “knowledge” or “truth.” The IRs of intellectuals are these gatherings in lecture halls, meetings, and other venues of focused discussion. This participation generates feelings of disciplinary or status group membership and respect for distinctively intellectual symbols; it also generates the EE that motivates individuals to do the intellectual work to enter the focus of attention in this community. IRs differ from those in other spheres of life by being consciously oriented toward an ongoing chain of past and future intellectual encounters linked by texts (in some eras, orally preserved texts); it is this linkage across the generations that give intellectuals’ “sacred objects,” their most focused-upon ideas, the character of expressing abstract, situation-transcending truths (Idem. p.05).

O que une os intelectuais em uma comunidade ritual é a consciência e o sentimento bem arraigado de sua atividade comum. É nestes termos que é possível

pensar as estruturas sociais. A totalidade da estrutura macro-social dos intelectuais está ancorada nos RI. O que ele chama de estrutura não é senão um modo breve de descrever os padrões repetitivos, aqueles encontros os quais as pessoas regressam uma e outra vez, um ciclo recorrente de rituais. Esta estrutura superior se sente como algo externo, parece algo objetivo e resistente a mudança.

Conforme Randall Collins (2005, p.29)

Cuando los individuos se mueven por esta trama de encuentros, generan sus propias historias de participación ritual. Podemos llamar a esto de una cadena de rituales de interacción, cada persona adquiere su repertorio personal de símbolos cargados de significación grupal. Dependiendo del grado de cosmopolitismo y da densidad social de las situaciones grupales a las que haya sido expuestos, poseerán un repertorio simbólico con grados diversos de abstracción y reificación, con diferentes contenidos generalizados e particularizados. Esto constituye su capital cultural.

As cadeias de interações ritualizadas dos intelectuais, enquanto conceito que permite apreendermos as especificidade e singularidades dos intelectuais, ao mesmo tempo que possibilita a compreensão de suas dimensões macro e relacionais, são compostas por três elementos: (1) capital cultural (2) energia emocional (3) as estruturas reticulares estratificadas⁵⁶.

O campo cultural dos intelectuais é uma conversação gigantesca que põe em circulação o capital cultural por meio de rituais *face to face* de caráter intermitente, e também mediante os seus escritos. Este último, o capital cultural, é tido como o

⁵⁶ Intellectual creativity, like all social phenomena, has both a macro and micro aspect. All social structure is enacted; its empirical reality consists of individual actions, thoughts, and face-to-face encounters. What makes it macro – which is to say, gives it the repetitiveness that we mean by "structure," is the way these micro events are linked together in patterns across time and space. This occurs by what I have called "Interaction Ritual Chains" (Collins, 1981.) Briefly, every situation is linked to others because: (1) Each individual brings their particular *cultural capital*, the stock of ideas and concepts acquired from previous encounters; (2) Each individual brings their charge of *emotional energy*, acquired from their success or failure in previous encounters. This ranges from confidence, enthusiasm and assertiveness at one extreme to passivity, depression, and withdrawal at the other; (3) The individual further brings a sense of their personal *market opportunities*. This is a perception, based largely on experiences in their recent past, as to what sorts of other persons they could interact with, and how one matches up in relative power and status attractiveness vis-a-vis these others. (1987, p.47)

repertório de possibilidades adquiridas nos rituais de construção e legitimação da posição de cada intelectual dentro do campo.

Os intelectuais mais proeminentes e que se destacam em determinada área geralmente são os intelectuais mais citados, onde suas idéias são progenitores de uma maior descendência, ou seja, suas idéias tornam possível que outras pessoas realizem suas próprias afirmações. Uma grande obra intelectual é reconhecida quando abre e amplia o espaço em que possam trabalhar seus seguidores. Isso faz com que as imperfeições, limitações e obstáculos de certa doutrina amplamente referendada são grandes e pertinentes fontes de atrativo.

Outro conceito fundamental para explicar o engajamento e ímpeto fornecido pela interação e participação dos intelectuais em sua comunidade é o de Energia Emocional. Este conceito, embora de mensuração difícil, é utilizado pelo autor para explicar como se processa a criatividade intelectual. Durkheim chamou esta energia de força moral, ou seja, a corrente de entusiasmo que torna possível que os indivíduos envolvidos em determinados rituais, levem a cabo atos heróicos de fervor e de auto-sacrifício. De acordo com Randall Collins (1987, p.01):

Emotional energy is the feature of creativity that has usually been studied psychologically. Creative persons have a high motivation to be innovative in a recognized area, to be a leader in their field. They have high confidence in their own abilities, and hence are willing to set their sights high. "Emotional energy," too, is a good description of the surge of "creative impulse" that comes upon these persons when they are doing their best work, that enables them to achieve intense periods of concentration. It is this feeling of creative ideas seeming to flow spontaneously that has been poetically labeled by such mythological entities as the "muses" or "daemons" of the Greeks.

A energia emocional, segundo ele carrega os indivíduos como se fossem baterias elétricas, e mesmo que se encontrem distantes da presença do grupo, proporciona um grau correspondente de entusiasmo em face dos fins simbólicos

ritualmente criados. Grande parte do que consideramos como personalidade individual é justamente o grau pelas quais as pessoas têm levado a energia emocional dos rituais de interação intensos. Em seu mais alto grau, as pessoas são carismáticas; se a intensidade é menor, são líderes enérgicos e estrelas da sociabilidade; com cargas modestas de EE os indivíduos são passivos, e aqueles cuja participação nos RI é escassa e com pouco êxito, são solitários e deprimidos.

A energia emocional seria um tipo de energia proveniente da participação com êxito em um ritual de interação. A energia emocional representa o tipo mais importante de emoção por seus efeitos sobre as CRI, fluando em função da experiência social recente: uma participação ritual intensa eleva a energia emocional; se a pertença ao grupo é rechaçada a EE tende a decrescer; dominar uma situação de grupo eleva a EE, enquanto que ser dominado diminui.

A criatividade é uma questão de pura atividade, de energia emocional usando o capital cultural. A energia emocional descreve bem a origem do impulso criativo que emerge nos intelectuais no momento máximo de seu rendimento em seu trabalho. Capacita-lhes a lograr intensos períodos de concentração, e lhes proporciona força física necessária para trabalhar durante largos períodos de tempo.

Essa energia por si só não basta. Na ausência de capital cultural suficiente e da posição intelectual na comunidade, o entusiasmo criativo se converterá com toda probabilidade no prelúdio de ambições frustradas e do fracasso na obtenção do reconhecimento. No modelo geral de CRI a EE cresce ou decresce em função das experiências recentes e imediatas nas interações. Se a vida intelectual está feita de rituais em que os falantes se convertem no centro das atenções e em que as idéias e os textos simbolizam a continuidade de uma comunidade intelectual no tempo, podemos dizer que a EE dos indivíduos subirá ou decrescerá segundo o tipo de contato com

estas situações e com estes objetos sagrados. A variável fundamental é quão próximo se encontra o indivíduo na participação nestas atividades simbólicas.

A reserva pessoal de EE é como um depósito que se enche ou se esvazia segundo a quantidade de vezes que o sujeito experimenta situações favoráveis ou desfavoráveis, e segundo o equilíbrio entre ambos os tipos de situação. Possuir um alto grau de EE é um dos fatores que capacitam a pessoa para captar atenção nas interações rituais, além de afetar a criatividade em geral. Conforme Collins (2005, p.625)

El tema de mi argumentación sociológica es que a creatividad no es algo que suceda de una vez, sino un proceso que se extiende torno a las personas en las que se manifiesta, hacia atrás, lateralmente y hacia delante, a partir de los individuos cuyos nombres son como emblemas totémicos erigidos por las redes. Son las redes intergeracionales que se dividen el espacio de atención las que hacen la historia intelectual, en todos los sentidos.

As experiências centrais dos intelectuais são suas interações imediatas com os demais intelectuais. A leitura e o pensamento são rituais indiretos de interação na medida em que o indivíduo pode tomar parte nos elos e seu nível de EE pode ser afetado. O mesmo é certo para a experiência da escrita. A escrita supõe uma participação indireta no mundo das sociedades simbólicas, e como tal cria EE e supõe uma recarga desta.

O terceiro componente das CRI intelectuais são as estruturas de reticulares estratificadas, ou redes, que implica entendermos como se espraiam determinadas idéias e determinados estilos de pensamento. Logo, as estratégias para conseguir um maior número de ouvintes e ou adeptos são fundamentais para a formação de determinada escola de pensamento, assim como da posição ocupada por determinados intelectuais dentro deste campo. Os mecanismos principais para tal feito seriam: (1) Formação de polêmicas (2) Criação de linhagens.

O mundo intelectual é feito, desta forma, a partir da totalidade dos rituais de interação e das correntes de objetos sagrados – idéias e textos – que resultam deste. Porém algumas dessas idéias brilham com mais força, carregadas de significação emocional, elevadas por RI à categoria de objetos sagrados. Essas são as idéias que atuam como pólos magnéticos do pensamento intelectual, elas constituem o centro de atenção continuada e que resulta na atividade do mundo intelectual em seu grau mais intenso. O que Collins denomina de “law of small numbers” propõe que sempre existe um pequeno número de posturas antagônicas que constituem a vanguarda da criação intelectual⁵⁷.

Logo, há uma restrição na possibilidade da criatividade, que ele traduz por lei. Ou seja, apenas um pequeno número de intelectuais se destaca em determinados momentos. Esta limitação não é cognitiva. É sociológica. Como dito antes, para ser criativo é preciso ter energia emocional e capital cultural. Mas não basta apenas o impulso e o vigor para querer criar, é preciso necessariamente que o intelectual possa estar numa condição de ser ouvido pelos seus pares, e de se fazer ouvido a partir das regras e dentro dos procedimentos (rituais) que permite que ele seja aceito ou criticado. De fato, só é criativo quem possui um diálogo (capital) com os autores precedentes nos termos de estrutura argumentativa do campo em que pleiteia a originalidade e nela se

⁵⁷ Segundo ele, de todos aqueles que produzem algum tipo de publicação, o grupo majoritário (75%) produz apenas um ou dois trabalhos, somando 25% de todos os trabalhos publicados. Aproximadamente 20% do grupo produz a metade de todos os trabalhos: produzem dez ou mais trabalhos em sua vida. Os cientistas mais produtivos de cada 165 (1,2%) produzem 50 ou mais trabalhos, o que representa a quarta parte de todos os trabalhos. Os níveis de estratificação entre os cientistas são: (1) Cientistas estrelas (números pequenos); (2) Núcleo interno máximo (1 a 2% da população flutuante total); (3) Núcleo externo (20% da população flutuante); (4) Transitórios com poucas publicações ou uma única publicação (75 a 80% da população flutuante); (5) Público e futuros recrutamentos (de 10 a 100 x o tamanho da população flutuante). Os indivíduos têm de enfrentar para assumir uma posição de prestígio dentro do meio intelectual, uma série de obstáculos, ou procedimentos para galgar uma posição restrita de notoriedade: (1) primeira publicação (significa a admissão na comunidade científica e a sua diferenciação em relação aos leigos) (2) as poucas publicações seguintes (colocam os indivíduos em um grupo intermediário de transitórios e potenciais contínuos) (3) cinco anos de publicação continuada (que o situam na elite e no núcleo de alta produtividade) (4) liderança do núcleo. Cf., 2005, p.44-45.

destaca. Mas esse destaque só existe quando é reconhecido pela comunidade intelectual, em específico, por aqueles que possuem o reconhecimento e a condição de emitir tal parecer. Como o campo é restrito, é estratificado, apenas um pequeno número de pessoas assumem a condição de intelectuais proeminentes e tornam possível a afirmação de outras pessoas e a excitação de suas energias emocionais, ora preenchendo as suas lacunas e explorando seus problemas, ora seguindo apenas a tradição.

O entusiasmo criativo não é nada mais que a energia emocional específica dos intelectuais que se encontram nessas posições cruciais da rede e na posse de capital cultural que agrada ao público. É o lado emocional de prever de que maneira a comunidade intelectual se reestruturará a si mesma, utilizando as criações do primeiro como seus novos emblemas de pertencimento. Para expressar em termos de George Herbert Mead, os criadores intelectuais possuem seus *outros generalizados*⁵⁸ muito firmemente aposentados no núcleo da comunidade intelectual; seu próprio pensamento é uma conversação implícita que reafirma a existência das preocupações com os demais intelectuais. O intelectual criativo, a julgar com diferentes idéias, joga com diferentes re-estruturações da comunidade intelectual, produzindo um novo “outro generalizado” em sua mente, seguro que a rede intelectual se reorganizará em torno dessas idéias.

A teoria das *cadeiras de interações ritualizadas* permite um novo olhar sobre a produção intelectual, e unindo a dimensão do conflito com a dimensão da interação ritual, permite um modelo de interpretação que por sua natureza vem a privilegiar outros elementos. O que isso implica no tocante aos procedimentos metodológicos? Muita coisa. A partir desse enfoque, entender o desenvolvimento de

⁵⁸ Cf., 1972, p.53.

determinadas reflexões intelectuais, implica privilegiar outras fontes. Se em Mannheim o contexto social e existencial é o ponto de partida fundamental para entendermos como vai se operando uma costura e reformulação de idéias a partir da mudança ou tendência a permanência de determinadas estruturas e relações sociais. As idéias são mapeadas e explicadas a luz da contribuição precedente e da posição social, ou grupo social ao qual pertença os seus agentes. Por esse caminho, a configuração histórica da sociedade, os vínculos a determinados grupos e classes, e o desenvolvimento de suas idéias são tomadas como registro para podermos pensar estes processos de ideação.

No caso de Collins, as informações autorizadas a falarem sobre os intelectuais são outras, até mesmo por que o próprio foco de interpretação não está associado às dimensões existenciais (ou o pando de fundo, como ele chama). Segundo ele, no estudo de qualquer comunidade intelectual devemos levar em consideração as seguintes dimensões: numa primeira, a política interna da rede: neste caso sustenta que na concorrência por um espaço de atenção limitado são poucos os indivíduos que tem acesso ao capital cultural anterior que lhe permitirá formular idéias novas, apenas um numero limitado de indivíduos que levam avante tais avanços com maior rapidez receberão atenção social e junto com esta, a energia emocional necessária para continuar desenvolvendo sua postura no espaço de atenção intelectual.

Devemos nos esforçar, também, para reconstruir a estrutura da rede no momento em que muitos jovens são potencialmente suscetíveis de participar do realinhamento da totalidade do espaço de atenção. O que ele quer mostrar é como essa estrutura da rede permitiu e permite que se dessem e continuem sendo possíveis determinados passos e como certos indivíduos foram e vão concentrando progressivamente a atenção e se carregando de energia para desenvolver a tarefa que faz com que eles acabem sendo identificados com tais transformações intelectuais.

A segunda dimensão está relacionada às *condições sociais externas*: O que queremos examinar em relação a este aspecto é a organização material que torna possível que as pessoas se dediquem a produção cultural: os cargos nas igrejas, os sistemas educativos, o patrimônio aristocrático, o apoio governamental, os mercados comerciais de publicação de livros a imprensa e qualquer outro tipo de organização que custei os gastos vitais e o custo da produção cultural.

Dito isto e partindo do pressuposto de que são as interações mediadas por rituais entre os intelectuais, os elementos fundamentais para entendermos as redes intelectuais, a proposta de Collins se sustenta em uma perspectiva que centra seu interesse em fontes diferente das tradicionais. Logo, sua metodologia pode assim ser resumida: (1) Reunir um grande número de informações históricas sobre algum âmbito da produção cultural. Tanto comunidade de filósofos, como de músicos e artistas dentre outros. (2) Classificar os ditos intelectuais de acordo com a quantidade de atenção que este tem recebido em fontes históricas posteriores. Trata-se de utilizar o método histórico em detrimento da interpretação pessoal da importância cultural. Neste sentido, a importância de um filósofo só pode ser determinada quando a vasta rede que cobre várias gerações desenvolve certas correntes de idéias e as converte no centro de atenção que estrutura as oposições entre modos de pensamento rivais. (3) Investigar as conexões pessoais entre os filósofos. Quem era o mestre e de que discípulos? Quem era amigo ou colega de quem, especialmente nos períodos iniciais, formativos, de suas respectivas carreiras? Quem era rival de quem, pessoas que sustentaram debates mediante declarações públicas e privadas ou por escrito?⁵⁹

Cem essas informações sobre todas as conexões, podemos traçar um diagrama da rede. Este será estruturado em várias dimensões: verticalmente, através do

⁵⁹ Cf., 2005, p. XXV-XVIII.

tempo e de uma geração a subsequente; horizontalmente, entre os contemporâneos que foram colegas e aliados, e também entre os rivais que se atacaram mutuamente em relação a questões intelectuais. Sugere ele que normalmente encontraremos um padrão de conexões pessoais próximas entre os pensadores mais importantes (ou seja, os que ocupam os postos superiores da classificação segundo o método apontado acima).

Segundo ele Randall Collins (2005, p.XXVIII):

Así pues, como sociólogos, nuestro deseo es coordinar tres clases de información y tres niveles de análisis: (1) las redes que conectan entre si a los intelectuales o productores culturales más activos; (2) las oportunidades que generan alianzas y rivalidades en el espacio de atención y que constituyen a política interna de la construcción de nuevas ideas, (3) y las bases materiales cambiantes de la vida intelectual que resultan afectadas por las fuerzas políticas y económicas.

Deste modo, crê Collins que chegou a uma teoria de vários níveis do determinismo social de idéias que tenta fazer justiça tanto em relação a história das idéias como as explicações macro-sociológicas. Esses níveis de causalidade externa, ou seja, o desenvolvimento político, econômico são fundamentais por fazer variar a alocação dos recursos ampliando as bases materiais de umas redes em detrimento de outras. A estrutura da rede é competitiva enquanto estrutura criatividade a partir dos conflitos de facções intelectuais adversárias. A história das idéias é resultante desse incessante ritual de manobrar capital, oportunidade e energia emocional para obter sucesso dentro de variados campos da cultura.

A recepção do trabalho de Randall Collins sobre a mudança mundial das teorias filosóficas foi alvo da atenção de um simpósio “Randall Collins’s A Sociology of Philosophies” realizado na York University, em Toronto em 17 de setembro de 1999 e de um número especial da revista *Philosophy and Social Sciences* publicada no ano de 2000, dedicada a comentar o seu trabalho sobre a filosofia. Vejamos as principais críticas apresentadas. O livro, com mais de mil páginas é um apanhado das redes

intelectuais que tiveram lugar na história da humanidade. Essas redes, disponíveis para o seu estudo na vasta bibliografia existente sobre a história intelectual universal, como ele informa, enquanto atores do cenário intelectual permite que ele trace diagramas que demonstram como as oposições, contribuições, relações de amizade, de ensino, de oposição foram gerando linhagens de pensamento que ao longo da história foram se ordenando, se estruturando em função da consolidação ou não de determinadas bases materiais da criação cultural e ou intelectual. Neste contexto o trabalho é considerado por todos os seus críticos como um trabalho sério e de fôlego que por abranger toda a história universal, deixa lacunas relevantes.

Consoante Mário Bunge (2000) este tratado ambicioso, possivelmente o primeiro de seu tipo, desafia a visão internalista popular da filosofia. Ele rejeita a imagem clássica do filósofo como um pensador solitário e distraído dedicado a perseguições não mundanas. Collins também reivindica em um viés Durkheimiano que até mesmo as especulações mais abstratas são construções sociais. Além disso, ele considera o pensamento como um tipo de conversação, frequentemente polêmica, do eu com outros, logo e conseqüentemente o pensamento é captado enquanto atividade social. Conforme Mario Bunge o apelo a fatores de natureza emotiva e pessoal, parecem querer dar conta cisões e rupturas das idéias filosóficas e intelectuais. Sugere ele que *This book is packed with bits of information that internalists regard as mere gossip because they do not concern the content of the pertinent ideas.*

Segundo John Hall (2000) o livro de Collins é uma forma de este autor criar sua própria reputação no meio intelectual. É um exagero também, continua Hall, reivindicar as redes como o elemento central no processo de criação intelectual e a busca por reputação, um elemento determinante desse processo.

Já para I. C. Jarvie (2000, 69) as principais críticas ao enciclopédico trabalho de Randall Collins é a imprecisa noção de progresso intelectual e a restrição da competição por um espaço de atenção como elemento crucial e suficiente para explicar as motivações que consubstanciam a criatividade intelectual. Segundo Jarvie *“the value of a philosopher’s discourse is not diminished if it is delivered under a solitary plane tree with none but cicadas to hear”*. Ironicamente ele sugere que:

Collins seems interested in success and reputation, whereas most philosophers I know think that they are interested in raising and solving problems, criticizing solutions, and advancing knowledge—regardless of reputational consequence. To maintain this position, one has to separate fashion from achievement, reputation from accomplishment, stardom from talent. This Collins fails to do. He writes “that what we consider intellectual greatness is having produced ideas which affect later generations”. By this criterion, all sorts of superstitious and meretricious ideas, many still with us, reflect greatness on their originators.

A crítica de Peter Munz (2000) em texto denominado “a pobreza formal da sociologia da filosofia” está direcionada principalmente a idéia de criatividade intelectual. Segundo ele noção de Collins que criatividade, como os objetos sagrados de Durkheim, é o resultado inevitável de uma rede, é, porém, mais problemática. Também é difícil de saber a que ponto uma idéia é verdadeiramente criativa ou uma mera elaboração ou contradição de uma mais velha. Quanto ao assunto, uma contradição de uma idéia existente pode ser criativa e assim pode incorporar a elaboração de uma idéia mais velha. Estamos em uma área nebulosa. Aquela criatividade é crucial em todas as áreas e isto não se põe em dúvida. Mas será que pode ser explicada em termos de uma confluência de interação ritual, capital cultural, e energia emocional?

Pensamos que a par de certas imprecisões, como o conceito de energia emocional, a idéia de leis dos números pequenos dentre outros, a perspectiva de Collins fornece um arcabouço teórico instigante para enveredarmos no universo da

história e sociologia das idéias. Ele permite pensar que o nosso devir intelectual é mais sofisticado do que supúnhamos quando achávamos que estava centrado apenas em questões puramente intelectuais.

CAPÍTULO 03

AS BASES MATERIAIS DA CRIATIVIDADE INTELECTUAL NO SÉCULO XIX

Não é de causar surpresa que pouca análise rigorosa da teoria racial em si viesse do Brasil nesse período. Não havia faculdades superiores, exceto as de direito, medicina e engenharia, e sem uma universidade era difícil para os futuros cientistas encontrar uma base de operações (SKIDMORE, 1976, p.73).

Nas falas anteriores, ao delimitar algumas perspectivas de estudo da questão da ideação sociológica, foram apresentados pressupostos que permitem o tratamento e entendimento da história da sociologia no Brasil. Tentaremos a partir de agora, utilizá-los como coordenadas para captar a significação sociológica e a circunscrição da ER no século XIX.

As idéias não ocorrem num vácuo social. Elas só são possíveis mediante certos substratos. Estes, por sua vez, podem conter narrativas míticas, religiosas, filosóficas e ou científicas, mas necessitam de espaços onde determinadas idéias sejam transmitidas, debatidas e articuladas de forma ritual, ao conjunto das experiências comuns que partilham por estarem inseridos em singulares configurações históricas. No Brasil do século XIX havia inúmeros limites à produção e a criatividade intelectual e cultural.

Um dos fatores fundamentais ao desenvolvimento da ciência no século XIX na Europa está imbricado ao fato de que a ciência, enquanto fenômeno social, estava repercutindo de diversas maneiras no cotidiano das pessoas que viviam nas sociedades industrializadas. As principais implicações sobre as condições da vida humana advinham, por exemplo, da física (e sua relação com a indústria) e da biologia (com o desenvolvimento da medicina). Em diversos países a percepção dessa circunstância incentivou que governos começassem a pensar uma política de ciência ou de produção de determinados saberes.

A idéia de patrocínio a atividade intelectual não vêm desses instantes. A fundação das primeiras academias nacionais e dos primeiros grandes observatórios, durante o século XVII já demonstrava a gradativa importância que a ciência angariava. Durante o iluminismo esta tendência tornou-se mais acentuada a partir do

momento que as conquistas das ciências e as suas aplicações passam a ser incorporadas pelo senso comum. Era uma época de expansão da educação técnica e científica. Essa ampliação implicou a demanda por criação de pesquisadores que pudessem se dedicar exclusivamente a pesquisa. Durante o século XIX houve um aumento substancial no número de cátedras universitárias, enquanto os primeiros laboratórios independentes, que elevaria a pesquisa a uma dimensão profissional, só expandiram a partir do final desse mesmo século. Foi nesse momento que houve uma contínua melhoria dos métodos de pesquisa, aumento de publicação de revistas especializadas, laboratórios, catálogos bibliográficos etc.

Na Europa, no perceber de René Taton (1975, p.139-142) a opinião pública já havia notado desde o fim do século XVIII as possibilidades abertas pelo progresso científico.

No século XIX, um grande número de sociedades culturais, jornais e trabalhos de ciência popular continuavam a manter o interesse geral em problemas científicos e a dar ao público um pressentimento do potencial para o progresso técnico contido em certas descobertas da época. A revolução industrial, a descoberta de novos meios de transporte, a rápida difusão da aplicação da eletricidade, a expansão da química industrial, da prospecção de recursos naturais e o progresso da medicina juntaram-se para fortalecer a esperança de que o progresso científico levaria a uma melhoria das condições de vida humana [...] ainda mais bem sucedida a este respeito foram as associações nacionais para o progresso da ciência, organizadas em muitos países. O propósito original dessas associações era promover largas discussões públicas e a comparação dos últimos progressos nos vários ramos da ciência [...] assim, no fim do século XIX, a organização científica internacional estava em plena marcha, resultando numa distribuição satisfatória de um número crescente de publicações e na cooperação razoavelmente estreita entre os cientistas e a maior parte do mundo.

No Brasil as tendências não se processavam dessa forma. Até o final do Império, no século XIX, tínhamos um conjunto de instituições que estavam dominadas pela interferência direta da esfera política. Na verdade tínhamos poucas instituições e todas funcionavam sob a tutela e os interesses do estado patrimonial. Devemos ficar

atentos para entendermos a estrutura interna do mundo intelectual como o lugar onde impera uma dupla motivação social de idéias: em um nível, há uma rede social competitiva para a apropriação e elaboração de capital intelectual; em outro nível, a existência desta rede depende de condições institucionais mais amplas da sociedade.

A mudança das condições econômicas e políticas têm efeitos culturais, não somente por produzirem ideologias que refletem os interesses econômicos e políticos. Mas, por abrirem oportunidades novas para a ramificação das redes sociais dos intelectuais e também por que reduzem ou suprimem os apoios materiais a outros ramos presente nas redes. Somente quando mudam as condições materiais da vida intelectual que as redes vêm-se forçadas a se reorganizarem

O interesse desse capítulo é justamente esse. Mostramos o universo que a sociologia pode ser anunciada, ao tempo que demonstraremos as suas limitações e implicações nas falas e nos rituais que lastreavam essas idéias. Identificamos então, o contexto político, social e econômico que gerou essas mudanças organizativas, pois implicaram a circulação de idéias sociológicas nos novos espaços de discussões, transmissão e ritualização do entendimento da sociedade brasileira do século XIX.

A medida que os espaços são precários e parcos, são marcados por mecanismos de legitimação que não fazem sentido no mundo que incorporou imperativos institucionais e criteriosos da prática científica⁶⁰. O ofício intelectual no

⁶⁰ Conforme Robert Merton (1979) o “*ethos da ciência moderna*” implica em percebe-la enquanto uma instituição, dotada de *obrigações morais e costume comuns*. Este ethos seria alicerçado por quatro “imperativos”: o universalismo (1) diz respeito aos *critérios impessoais preestabelecidos*. Neste caso o autor coloca que a ciência independe de preconceitos de natureza racial, ou social. Ela, seguindo os passos da sociedade democrática, torna-se universalista na medida que julga o saber científico a partir de critérios metodologicamente estabelecidos a partir de teorias que expliquem e entendam seu objeto, não em função de algum tipo de etnocentrismo, e sim dos meios, universalmente oferecidos para se chegar ao conhecimento. Comunismo (2) é entendido no sentido de *propriedade comum dos bens*. Logo, as contribuições da ciência são *produtos da colaboração social e estão destinadas à comunidade*. Não é a toa que o autor coloca a ciência como uma instituição de domínio público, norteadas pelo *imperativo institucional* da comunicação dos resultados. Outro aspecto importante que revela o caráter comunal da ciência está em seus aspectos essencialmente *corporativo e acumulativo das realizações científicas*.

Brasil, incorporava e projetava a ossatura das relações patrimoniais que imperavam desde a colônia, fazendo com que os fatores extrínsecos as idéias, eram fundamentais na dinâmica e formatação do pensamento sociológico brasileiro nas décadas de 1870 e 1880 do século XIX.

I – O ESTAMENTO BRASILEIRO

[...] querer que a sociedade se ajuste aos moldes traçados por esse ideal ascético de convento (comunismo) é a mais rematada das loucuras. [1885] (BEVILÁQUA, 1976, p.20)

Pensar a inserção das primeiras reflexões sociológicas no Brasil é interpretar a forma como a dinâmica da sociedade brasileira do século XIX ia constituindo e “modelando” os espaços de produção e circulação de reflexões teóricas e como operava a seleção das idéias sociológicas e a formação dos conceitos que anunciavam a emergência da “inevitável” sociedade burguesa. Nesse sentido, Karl Mannheim (1963) sugere a concepção de “estilo de pensamento”, pois permite perceber como diferentes estilos se contrapõem não apenas a partir dos diferentes interesses, mas a partir das singulares maneiras de utilizar diversos tipos e categorias de pensamento. A chave para entender as mudanças das idéias deve ser encontrada sempre no ambiente social em transformação, principalmente no destino dos grupos e

Logo, tais características representam a evolução dos saberes que são acumulados e partilhados em prol do desenvolvimento da própria instituição ciência. O desinteresse (3) diz respeito ao fato de que o interesse do cientista deve estar pautado em *uma paixão pelo saber, uma curiosidade ocioso, um interesse altruísta pelo benefício da humanidade e muitos outros motivos especiais* e por último o Ceticismo Organizado, ou seja, caracterizada enquanto uma instituição que legitima os conhecimentos científicos, obedece ao imperativo dos critérios empíricos e lógicos, não importando que tal conhecimento refute ou negue uma noção ou idéia tida como verdadeira por outra instituição da cultura, neste caso um dos afrontos maiores se dá com a religião.

classes sociais que são os portadores dos *estilos de pensamento*. Em Collins (2005) as situações de mudanças sociais re-organizam as bases materiais da produção intelectual, e com isso, cria um novo conjunto de possibilidades e de direções intelectuais que se espriam em redes a partir de determinadas *cadeias de interação ritualizadas*.

Esse processo implica em notar a prática comum partilhada por aquela geração⁶¹. A unidade gravitava em torno de um conjunto de problemas e de coordenadas habituais para pensá-los, fornecidas pela participação nas experiências sociais de então. O mundo que escapulia ao controle da cosmovisão religiosa e escravocrata passava a ser percebido por intermédio das teorias, idéias, jornais, romances, vestuário e hábitos provenientes em sua grande maioria da Europa secularizada (Inglaterra, França), inquietando e impressionando a juventude oligárquica. Muitos deles, longe de casa, vivendo em Repúblicas, vivenciando a boemia, os saraus, os debates nas repúblicas, passaram a possuir a liberdade de poder mover-se pelo terreno da idéia e da crítica. Intelectuais aristocratas num país de escravos e analfabetos.

O orbe da escravidão, da monarquia de caráter religioso e de todo conjunto de instituições que marcavam e caracterizavam o Império, começaram a ser vistos pela “geração de setenta” do século XIX como entraves ao desenvolvimento e sintomas da ausência do progresso.

Boa parte da experiência comum, a chave para entendermos o *estilo de pensamento* que perpassa aquela geração, se passava pela evidência de uma sintomática ambivalência no pensar o desenvolvimento da sociedade brasileira. Ou

⁶¹ Conforme Karl Mannheim (1983) o fenômeno social geração pode ser circunscrito a um tipo particular de situação, abrangendo grupos etários relacionados, incrustados em um processo histórico social onde a situação etária é determinada pelo modo com certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais de transição de uma para outra geração.

seja, é possível percebermos a seleção de determinados conceitos em função da vivência social partilhada, marcada por angústias e temores diante das mudanças que se impunham e de seus custos sociais. É um processo de esmorecimento paulatino e gradativo de determinadas formas de relações sociais, que vai ser captado e diagnosticado por intermédio de algumas reflexões sociológicas. A dinâmica da inserção da sociedade brasileira na modernidade e as opções teóricas encontradas para essa entrada, como veremos, são faces de um mesmo fenômeno.

Existem poucas interpretações sobre o Brasil que, tendo como metro os indicadores ocidentais de desenvolvimento, o perceba de forma positiva, e que não apontem como foi orquestrada a construção de uma sociedade imperial congenitamente tolhida na possibilidade de adentrar na modernidade ocidental, pois, agregava em torno de si instituições calcadas em princípios religiosos, escravocratas e monárquicos eminentemente alheios aos princípios modernos que legitimavam os Estado Nações.

Não é em vão que Thomas E. Skidmore (1976, p.19) denuncia que:

Saltava os olhos que o Brasil de 1865 – Império com um monarca hereditário – era uma anomalia política nas Américas. O Brasil era, também, uma flagrante anomalia econômica e social – uma economia essencialmente agrária que continuava a tolerar a escravidão, apesar do fim do tráfico em 1850.

A nossa história política, econômica e social foi alvo de diversos estudos. De certa forma, buscou-se compreender a particularidade da condição (ambígua) do desenvolvimento do Brasil ante a inevitável expansão ocidental. Florestan Fernandes (2002) ao tentar perceber a revolução burguesa como o desenvolvimento singular de um processo em escala mundial – percebido não apenas no âmbito político e/ou econômico, mas social, cultural, que se alastra desde a estrutura da nossa personalidade até às formas individuais de comportamento e conduta – atesta seu

caráter tardio no Brasil. A emergência gradual e eminentemente “patrimonial” da nossa revolução burguesa foi, no seu dizer, uma revolução *incompleta e deformada*. O progresso do capitalismo no Brasil e sua forma específica de manifestar-se implicaram inúmeras restrições e marcas na evolução do pensamento científico e sociológico brasileiro. No caso do Brasil, ao tempo desta geração, tínhamos incompletos elementos que permitissem o crescimento de um campo intelectual relativamente autônomo. Estávamos passando por um processo de redefinições dos grupos que deveriam ocupar os novos espaços propícios as atividades intelectuais.

A questão da compreensão da singularidade da formação social brasileira, foi trabalhada de diferentes maneiras por diversos autores. Caio Prado Junior (2002, p.1130), por exemplo, atesta que o entendimento do Brasil do século XIX só é possível se captarmos o substrato herdado da colônia (“o sentido da colonização”) que é o elemento fundamental para percebermos a peculiaridade da formação social brasileira. Todo povo, diz ele, tem na sua evolução, vista a distância, certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que constituem um largo período de tempo, que traduzem subliminarmente uma orientação determinada e específica. Nesse caso a essência de nossa formação, foi a de nos constituirmos para o fornecimento de matérias primas para o exterior. Num primeiro momento açúcar, tabaco, seguido de ouro e diamantes e posteriormente, algodão e café. *É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e consideração que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira* (Idem, p.1142).

Endossando a tese de Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré (1989, p.09) assiná-la que o Império perpetuou a Colônia, mantendo todo fluxo de renda voltado para o exterior até pouco mais ou menos a metade do século XIX. É a partir de

então que tem início um débil e dependente ciclo de acumulação capitalista que desencadeia um processo de mudança que vai pressionar a estrutura institucional “obsoleta” da monarquia.

O desenvolvimento das relações capitalistas é uma variável fundamental para o entendimento das mudanças que tiveram lugar no Brasil e de certa forma, no novo ordenamento do espaço intelectual. Em outros trabalhos, Nelson Werneck Sodré (1976, 1977) ilustra a sua premissa marxista evidenciando a rela o entre forma o e o desenvolvimento da literatura e as condi es históricas e econ micas, deixando claro que as circunstâncias materiais foram fundamentais no progresso da imprensa e dos campos intelectuais durante o século XIX.

Wanderley Guilherme dos Santos (2002) recua   herança ibérica, para tentar explicar o que estava ocorrendo no século XIX no Brasil. Segundo sua fala, grande parte de nossas possibilidades de desenvolvimento foram obstruídas e tolhidas desde o nosso nascedouro, quando Portugal insistiu em manter-se durante muito tempo como elo intermediário na integra o do Brasil ao processo histórico ocidental. Embora tivesse sido pioneiro na sua organiza o enquanto Na o e participado das principais mudanças e transforma es que marcaram o fim do feudalismo, Portugal não completará esses ciclos, referendando a tese de Manoel Bomfim de que tal atraso deveu-se a condi o de “parasita⁶²”.

⁶² Manoel Bomfim [1906] (1993, p.60) ilustra esse processo por uma analogia comum   época. Conforme ele uma sociedade que viva parasitariamente sobre a outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribui o a inteligência, por que não   da natureza diretamente que ele tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto deste trabalho ele pode ter tudo. Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza. Em tais condi es,   lógico que a inteligência não poderá progredir, ela decairá. Para ele tanto a Espanha como Portugal sempre se dedicaram a guerras, saques e rapinas. Esta busca de riqueza por meio de conquista teve como efeito um parasitismo social e, conseqüentemente, a degenera o social. Esta degenera o foi vista aqui como prática de explora o alheia que fez com que Portugal e Espanha perdessem seu interesse em produzir, dedicando-se somente a pilhagem. Com isso, na medida em que esgotaram todas as riquezas, os paises acabaram criando institui es que mantinham a produ o e fortunas sem a necessidade do trabalho propriamente dito.

Portugal já agregava um conjunto de particularidades que delineavam os contornos do nosso devir. Para Wanderley Guilherme dos Santos (2002, p.21):

Lá, o compromisso entre a nobreza e os mercadores iria definitivamente empatar o destino histórico da burguesia portuguesa, pois a forma de explorar o comércio ultramarino não permitia a liberação das forças econômicas em que devia apoiar-se uma classe aspirante ao domínio do país [...] com isso enraizou-se e prevaleceu o sistema de idéias que negava o primado do indivíduo sobre a ordem social, a dignidade da pessoa humana, o direito ao livre pensamento e à livre investigação. Firma-se assim, durante dois séculos, a segunda escolástica portuguesa, fiel à contra reforma, fechada às conquistas do conhecimento do mundo natural promovido a partir da renascença, e cega às prerrogativas do indivíduo como ser social autônomo [...] base do mundo científico e moderno.

O cenário brasileiro colonial só começa a dar sinais de mudança com a vinda da Corte e do subsequente processo de “Independência” ocorridos nas duas primeiras décadas do Século XIX. Neste momento duas correntes políticas passam a rivalizar o poder durante todo o Império brasileiro: o liberalismo, que apresentava uma tímida proposta de progresso e superação da ordem colonial e, por outro lado, um conservadorismo representado pelo Partido Conservador, agremiação política composta por parlamentares que se mantinham ao lado do Imperador e que advinham de setores oligárquicos de diversas regiões do Brasil.

Com a emergência do Império ocorrerá a montagem de uma bem arquitetada estrutura de dominação que perpetuou os interesses dos dois grupos que controlavam e rivalizaram o cenário político e econômico do Império, garantido de certa forma a entrada do Brasil no comércio internacional. De acordo com Ângela Alonso (2002, p.63-64) o liberalismo do segundo reinado foi um *realismo conservador*. Seu epicentro estava antes na idéia de ordem que na de liberdade: visava

Assim, organizaram o território para poderem explorá-lo, colhendo os frutos do trabalho indígena e escravo. O efeito desse parasitismo foi marcar um caráter conservador nas sociedades latinas. As elites eram tão presas à ordem implantada no regime colonial que impediam que os povos se desenvolvessem, crescessem e prosperassem: *Todo o pensamento político se resume em conservar as coisas como estão, em manter a presa. Para isso fecham-se as colônias completamente ao resto do mundo; toda a sua produção tem de passar pela metrópole, que devia tirar a sua parte* (Idem, p.117).

manter inalteradas as liberdades constitucionais e as bases do sistema representativo para não turvar o difícil equilíbrio que criara a monarquia e a reiterara com a instituição do segundo reinado. Os princípios deviam mesmo se amoldar à circunstância. Tratava-se de um conformismo mantenedor da ordem. Antes a liberdade restrita que o despotismo da plebe.

Segundo Ilmar Mattos (2004) os liberais (luzias) sempre almejaram modificar a essência das instituições que reforçaram o domínio conservador saquarema. Estes últimos se consolidaram a partir de uma reforma constitucional que se deu no início dos anos 1840, conhecida como “reação monárquica”. Nesse novo conjunto de reformas criou a estrutura político-administrativa centralizada do segundo reinado: reinstituía o conselho de estado e o poder moderador que durante a regência tinham sido anulados e centralizaram o sistema repressivo. A instância propriamente executiva, a presidência do conselho de ministros, detinha poder de indicar os presidentes da província e controlava o preenchimento da burocracia estatal: as nomeações administrativas da guarda nacional, do judiciário, dos cargos eclesiásticos, do corpo docente das faculdades e do colégio Pedro II bem como as promoções militares.

Ângela Alonso (2002) atesta que durante o decorrer da segunda metade do século XIX, os liberais tiveram o interesse de reformar as instituições saquaremas, de forma a aperfeiçoar os mecanismos de representação, mas sem abalar a ordem monárquica. Não se tratava de um liberalismo democrático, pois eram favoráveis, junto com os conservadores, à manutenção do direito de voto generalizado, desde que respeitada certa limitação pecuniária. O liberalismo brasileiro do Século XIX trazia no seu bojo um antagonismo singular: convivia confortavelmente com o instituto da

escravidão e com o poder imperial, de natureza monárquica e estamental patrimonialista.

Como observou Antonio Carlos Wolkmer (1998, p.03):

Ao conferir as bases ideológicas para a transposição do status colonial, o liberalismo não só se tornou componente indispensável na vida cultural brasileira durante o Império, como também na projeção das bases essenciais de organização do Estado e de integração da sociedade nacional. Entretanto, o projeto liberal que se impôs expressaria a vitória dos conservadores sobre os radicais, estando dissociado de práticas democráticas e excluindo grande parte das aspirações dos setores rurais e urbanos populares, e movia-se convivendo e ajustando-se com procedimentos burocrático-centralizadores inerentes à dominação patrimonial. Trata-se da complexa e ambígua conciliação entre patrimonialismo e liberalismo, resultando numa estratégia liberal-conservadora que, de um lado, permitiria o “favor”, o clientelismo e a cooptação; de outro, introduziria uma cultura jurídico-institucional marcadamente formalista, retórica e ornamental.

Durante o Império perdurou aquilo que o historiador José Murilo de Carvalho (1980), traduziu como um *pacto* que instaurava um relativo equilíbrio de forças entre os grupos, em razão da qual eles se aliavam ou se confrontavam periodicamente⁶³. Nem a classe dominante (os grandes proprietários rurais e os comerciantes de importação e exportação) podia impor quando quisessem a sua vontade ao Estado – foi o caso da Lei do Ventre Livre, que levou fatalmente ao fim da escravidão – nem o Estado era livre para agir, como bem entendesse, contra o interesse econômico daquelas, como mostrou a Lei de Terras de 1850.

Acompanhamos a opinião de Paulo Mercadante (1972) e de José Murilo de Carvalho (1980) ao afirmarem que duas palavras traduzem e expressam o Império: compromisso e a adaptação. Foram as marcas distintivas básicas da elite política e

⁶³ Na política, o clima era de “conciliação partidária”. Dois partidos tinham emergido por volta de 1860 – o Liberal e o Conservador. Os liberais haviam surgido como partido dedicado a defender os interesses dos brasileiros contra os portugueses. Os conservadores tinham começado como defensores do absolutismo [...] no começo da década de 60 os partidos já se pareciam muito um com o outro. Fora alcançado um equilíbrio entre as poderosas oligarquias rurais das províncias mais importantes por um lado e o imperador por outro. Os próprios políticos reconheciam muitas vezes francamente essa falta de diferença ideológica. Cf., Skidmore, 1976, p.20-21.

intelectual brasileira, refletindo a situação do país em que um governo constitucionalista, e uma constituição liberal, coexistiam com oligarquias rurais e com o trabalho escravo. Era natural, salienta esses autores, que o evolucionismo amplamente difundido naquele momento prestasse melhor ao ideal de democracia, de evolução sem saltos e de uma revolução constitucionalista⁶⁴.

A ambigüidade da mentalidade conservadora, diz Mercadante (1972, p.59) se manifestava através da conciliação de vários antagonismos.

Viviam numa fazenda de escravos, de látigo em punho, enquanto se empolga pelas idéias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer idéias de abolição. Seu caminho é necessariamente um compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico.

O momento era traduzido pela expressão “*Política da cortina do silêncio*”, pois era caracterizado por uma clara e “explícita” omissão da escravatura na constituição. Ficava estabelecida uma conciliação, que assumia também uma feição institucional, entre um liberalismo nas relações externas de produção e uma economia escravista nas relações internas de produção (Id. p.79).

Segundo Raymundo Faoro (1989, p.501),

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expandiu-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-los dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome. A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, França, Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileira, muitas vezes, enganados com a devoção sem exame aos modelos.

⁶⁴ No Brasil, informa Skidmore (1976, p.43) o liberalismo surgiu como resultado de tendências intelectuais mais do que qualquer mudança econômica profunda. Embora as cidades crescessem rapidamente depois de 1850, não houve salto comparável no desenvolvimento econômico no Brasil. Os brasileiros estavam então a aplicar as novas idéias liberais num contexto social que não diferia, de maneira significativa do mundo de seus avôs.

Pensamos que essa dinâmica híbrida e contraditória pode ser sondada a partir do conceito de Estamento, pois ele permite captar as singularidades das sociabilidades instauradas no Brasil e perceber como elas turvaram a possibilidade de construção de um conjunto de atitudes sociológicas e científicas mais “criteriosas”. Ou seja, a existência de relações clientelistas na ocupação dos cargos de natureza intelectual, a supremacia do controle religioso sobre as instâncias intelectuais, a inexistência de critérios impessoais no julgamento de determinadas idéias, o fraco mercado editorial aliado ao caráter emotivo e o envolvimento passional dos autores e suas idéias, são sintomas que demarcam as restritas bases de criatividade intelectual no Império. É sob a égide do tempo do Estamento e de suas possibilidades impostas à sociedade, que podemos pensar a ER, e de certa forma, as condições sociais da produção intelectual (notadamente a sociologia) naquele momento.

Como propõe Florestan Fernandes (2002), não podemos arbitrariamente transladar o conceito de burguesia e aplicá-lo ao Brasil durante o Império. A forma de organização que aqui existiu, e de que de certa forma persistiu, é a que o conceito de Estamento traduz, ou seja, uma sociedade marcada por relações pessoais, donde o critério de participação ou não no desfrute de certas vantagens e benesses é postulado mediante os laços e afinidades de ordem pessoal e ou familiar. Uma sociedade de classes em terras brasileiras só se configurará tardiamente, e ainda sim, afetada pela herança venal desse estamento.

Uma vereda interessante para pensar o imbróglio do Império Brasileiro no século XIX foi a sugerida por Raimundo Faoro (1989) e Gláucio Veiga (1993). O que traduzia o Império brasileiro para ambos é a noção de “estamento burocrático”. Esta idéia permite pensar a adaptação dos padrões típicos de conduta frente à mudança

interna e explicar como se operou o nosso ajustamento institucional à ordem internacional. Assevera Gláucio Veiga (1993) que:

Gravitando em órbita própria não atrai, para fundir-se, o elemento de baixo, vindo de todas as classes. Em lugar de integrar, comanda; não conduz, mas governa. Incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente as reservas para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional.

Essa instituição, cuja natureza teleológica é conservadora e estacionária, é a extensão do conceito de estamento que Max Weber (1994) fazia referência para entender a sociedade feudal européia organizada em torno três grupos – o clero, a nobreza e o povo. Cada camada possuía um estatuto jurídico próprio, e era encarregada, permanentemente, de determinadas funções sociais. A noção de estamento é traduzida pela existência de uma situação privilegiada de afeto, amizade, respeito ou consideração social, da qual usufruem alguns estratos, mesmo que essa posição ou situação seja ou não juridicamente legítima.

Para Raymundo Faoro (1989), a sociedade brasileira foi ordenada em forma de um estamento patrimonialista composto pelos altos funcionários da Coroa, e posteriormente pelos funcionários do Estado que cercam os chefes políticos. Esse estamento não tem correspondência com a burocracia moderna, organizada a partir de carreiras administrativas, onde os padrões de conduta são determinados e amparados na legalidade e racionalidade e por uma comprovação meritocrática. Diferente da organização estatal impessoal onde os funcionários públicos encontravam-se amparados pelas normas legais e regimentos, a ordem estamental assemelha-se ao tipo tradicional de dominação política, em que o poder não é uma função de caráter público, mas sim objeto de apropriação privada.

O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. O grupo dirigente não exerce o poder em

nome de uma maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança que do povo, como entidade global, se irradia. É a própria soberania que se enquista. Impenetrável e superior, numa camada restrita, ignorante do dogma do predomínio da maioria [...] o comitê executivo, agarrado as rédeas, representa – este de fato representa – um segmento que se apropria do Estado, sem condescendência com a presumível vontade do povo [...] o contato entre governo e governados, distante, frio, indiferente, só ganha dramaticidade no limite extremo, no limiar da conduta que despoja o povo de sua honra e do pão (Id, p.89).

Complementando essa abordagem, Sérgio Buarque de Holanda (2002) sugere dois tipos ideais, o de estado patrimonial e o de homem cordial, que traduzem as diferentes motivações subjetivas preconizada pela estrutura estamental. O quadro familiar neste universo torna-se, assim, tão poderoso e exigente, escreve Holanda, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do ambiente doméstico. A entidade privada precede e prevalece sempre, neles, a entidade pública gerando uma indistinção entre esses dois domínios. Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, criados num meio patriarcal fundamentalmente marcado pela intimidade e pessoalidade, perceberem a distinção fundamental entre estes domínios. Esse sujeito cordial se caracteriza justamente pelo que separa o funcionário patrimonial do puro burocrata. Para o funcionário patrimonial, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem à especialização das funções e o esforço para assegurar garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias.

Esse tipo cordial era advindo duma vida íntima que, segundo Holanda (2002, p.1080) nem era bastante coesa, nem bastante disciplinada, não envolvendo ou

dominando toda a sua personalidade, nem o integrando como sujeito consciente ao conjunto social. É livre, continua o autor, para abandonar todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades. Na tão agourada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva, revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional.

Tais constatações aludem ao fato de que o entendimento da sociedade brasileira no século XIX e de suas correlatas instituições de produção intelectual, implica a apreensão de como se configurou um conjunto de vínculos centrados em relações patrimoniais, que, limitavam os espaços, as falas e os critérios de legitimação e de seleção de certas idéias. As ambigüidades encontradas nos mecanismos de produção e circulação de idéias, que implicava a sobrevalorização de critérios pessoais, das polêmicas, das intrigas, da construção de relações e indicações entre os grupos, eram provenientes de toda a forma de organização estamental que operava no Brasil. As contradições e atitudes eram legitimadas por intermédio de idéias que eram invocadas, também, embora não exclusivamente, por intermédio de critérios políticos.

Logo, a questão que fazemos é: até que ponto a anomalia Império Brasileiro e sua política de conciliação, delimitaram o horizonte intelectual (institucional e cognitivo) da sociologia brasileira no ultimo quartel do século XIX? Ou seja, como Estamento brasileiro delinea, formata e particulariza determinadas idéias e estilos de pensamento? Quais as condições materiais para o desenvolvimento da reflexão sociológica?

Duas respostas são necessárias. A primeira resposta envereda pela busca da modelagem de um tipo de reflexão intimidada pela débil dinâmica de um campo intelectual, cujos critérios para auferir legitimidade eram por demais cordiais. A

segunda busca perceber como a sociologia sistematicamente invocada, era a solução encontrada para fundamentar a *anomia política* patrimonial e estamental.

II – O RECIFE E A FACULDADE DE DIREITO

A FDR tem o privilégio do estacionamento. Há cinquenta anos, agita-se o mundo científico por fora, e ainda ali não se ouviram os ruídos de tantas pugnas. Há cinquenta anos, a sua congregação toda vai recebendo, com religiosa herança, o mesmo punhado de princípios vertidos nas mesmas formulas programáticas. Quem intentasse escrever a história daquele instituto da ciência, achar-se-ia, de pronto, diante do fato anômalo de um corpo docente que repete as mesmas noções, repisa as mesmas idéias, declamas as mesmas decrepitudes e, ao todo, ordena as mesmas dissertações no vasto período de meio século [1873] (ROMERO, 2002, p.25).

Embora naquele tempo, o campo intelectual fosse heterônimo e desorganizado, a década de 1870 aparece no imaginário da história das idéias no Brasil, como um momento de ruptura, marcado pela incorporação do ideário evolucionista, positivista e do amadurecimento de alguns centros de ensino nacionais. Além das Faculdades de Direito, tínhamos as faculdades Engenharia, Medicina, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, os Institutos estaduais assim como os museus etnográficos. Este amadurecimento visto de perto, permite que percebamos a lógica de um campo intelectual débil, cujos critérios para a expansão do processo de criação e produção do conhecimento eram marcados pelo crivo das relações sociais patrimoniais.

Ilustra Gláucio Veiga (1993, p.25) que o tempo transitivo do império estava mingando em 1870. Alguns termos denunciavam a aflição e apreensão naquele momento: novo, futuro, evolução, progresso, “velocidade” semantizada em movimento dentre tantos outros. *A esperança no futuro é facilmente detectável nos discursos, conferências, títulos de periódicos. E movimento será a designação dada para as novas correntes de idéias.* O adjetivo novo marcava tanto os jornais pretensamente avançados como os de vanguarda.

Luiz Nascimento (1970) demonstra este clima no inventário que faz sobre a imprensa em Pernambuco no século XIX. Nomes como O Futuro (1874), A Nova Crise (1865); A Nova Era (1860), Um Sinal dos Tempos (1974), O Progresso (1975) em meio a tantos outros delineavam a plêiade de expectativas de então.

No testemunho de Clovis Beviláqua⁶⁵:

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com os seus doces, enganosos encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido a sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do sul e preparado a engrenagem da peça política da centralização mais coesa que já uma vez ouve na história de um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda sua nudez.

Os sintomas do solapamento do modelo escravocrata decorrente das pressões externas no sentido de situar o Brasil no contexto do desenvolvimento das sociedades modernas do século XIX, gerou uma “instabilidade” que pode e deve ser

⁶⁵ Cf. Filho, 1985, p.102.

compreendida a partir das novas manifestações culturais que emergem naquele momento. O tratamento intelectual de determinadas questões, ou melhor, a medição sociológica da sociedade brasileira, passava necessariamente pelo interesse dos novos grupos que iam se estruturando nessa nova conjuntura – que exigia a circunscrição e afirmação de uma identidade nacional – ou seja, uma perspectiva que pensasse como se daria a entrada do Brasil na modernidade e como se processaria o correlato reordenamento da sociedade brasileira diante daquelas circunstâncias. A crença no fim da escravidão e na emergência de uma nova ordem social era algo nítido naqueles instantes. Essa sensação era percebida pelos poucos que possuíam uma “extensão de sensibilidade” que podia ser traduzida em termos intelectuais.

O clima da cidade que abrigou um *lócus* da produção intelectual brasileira no século XIX era marcado pelo advento do processo de urbanização. Contava Recife por volta de 1872, segundo anuário estatístico do Brasil, com 116.671 habitantes, e já possuía considerável vida pública com existência dos logradouros públicos, livrarias, cafés, o teatro Santa Izabel etc. Recife era a terceira cidade do Império e sua porta de entrada era o porto da cidade. Era por ele que chegavam às tendências, as novidades da moda, as idéias filosóficas e doutrinárias. Nicolau Sevcenko (2003, p.51) atesta que os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças.

Hermes Lima (1963, p.09-10) a este respeito depõe:

[...] hábitos diferentes apareciam e o modelo agora era uma Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos contrários aos rurais e patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja, a botina clark, o pão torrado, as reuniões, as festas, o recitativo e o teatro constituíam o lado brilhante e artístico da vida social [...] Naquela cidade pacata, os escassos divertimentos, a academia e o teatro formavam dois pólos em que se concentrava a atividade espiritual dos estudantes.

O lugar público ainda era no imaginário do século XIX o lugar para se perder a respeitabilidade, para discutir e polemizar os assuntos da ordem do dia. No “feudo”, não havia debates e as verdades eram acatadas dogmaticamente. Conforme Sodré (1982, p.45) a vida urbana a partir da metade do século XIX se amplia. *Nela a mulher e o estudante estabelecem condições de sociabilidade que antes não existiam. Serão as parcelas mais importantes do público que, na época, acompanhavam as atividades culturais.*

Clovis Beviláqua (1977, p.351), em seu testemunho, traça um panorama do Recife:

Para excitação dos espíritos nos anos de sessenta, no Recife, havia dois fortes estímulos: a paixão teatral, estimulando os ardores poéticos, e o sentimento patriótico, explodindo, por todos modos e por todos os cantos, em versos, discursos, passeatas, e, passando das manifestações ruidosas aos atos positivos, na marcha para o campo de batalha, realizando briosamente, o dito do poeta.

A emergência da cidade e da configuração urbana, e sua correlata confluência de novidades, apontavam a possibilidade para que a dinâmica das idéias ficasse sujeita a variação frente às inabaláveis verdades patriarcais e religiosas de então. Propõe Gláucio Veiga (1993, p.41) que:

A inauguração do Teatro Santa Isabel deu impulso à vida teatral e os acadêmicos tornaram-se clientela especial. E tão intensa seria tal participação, quando as autoridades olindenses defenderam vigorosamente a permanência do curso jurídico em Olinda e qualificaram o Recife de “Babilônia”, uma das fontes do “pecado” e distorções era o Teatro.

Antonio Candido (1988, p.45), ao analisar o contexto em que se dá a produção intelectual de Silvio Romero, faz menção ao Recife do século XIX da seguinte forma:

[...] no Recife as novidades chegavam e inflamavam a imaginação dos moços. Cada rapaz inteligente daquele tempo deve ter tido a ambição de determinar, com rigor científico e escrupulosa observação, os fundamentos sociais e naturais do pequeno pensamento nacional. Capistrano tentou-o, assim como Araripe e Rocha Lima. Silvio foi como que o delegado desta

grande idéia, o que se atirou a faina e realizou a obra por que a sua geração ansiava e que o seu momento solicitava.

Conforme Nelson W. Sodré (2002, p.521) existia no Recife de então, uma atmosfera que, embora restrita e resumida a um pequeno círculo, foi extremamente propícia às transformações que logo seriam denunciadas pela mentalidade brasileira. A este respeito, assim escreve:

Claro está que tais transformações, interessando a um número reduzido de pessoas, aquelas que tinham acesso ao estudo, vinculavam-se muito mais a influência externa do que as solicitações do ambiente nacional. Mas é também irrecusável que tiveram papel importante nesse ambiente, contribuindo para que formulações encontrassem suas bases doutrinárias e contribuindo principalmente para que o país fosse interpretado. Não interessa indagar, de um ponto de vista formal, se as bases doutrinárias correspondiam às exigências reais do meio, ou se as interpretações, utilizando instrumentos menos apropriados, conduziam a falsas conclusões em muitos dos casos. Não poderia ser de outra maneira, o único caminho inicial teria o de ser o da apropriação de instrumentos elaborados no exterior.

Sylvio Rabello (1967, p.06), em biografia sobre Silvio Romero, relata o cenário que o mesmo encontrou no Recife quanto lá aportou em 1868.

Por uma circunstância que o situa como ponto mais acessível da Europa e por certas condições econômicas, que tanto distanciam a massa do povo dos fidalgos do açúcar, o Recife é, talvez, a cidade brasileira que mais romanticamente se tem batido por todas as formas de idealismo [...] Não é raro ver padres que trocam o breviário pelas armas, ao ponto de alguns deles darem-se a aventura de um movimento separatista; magistrados que chefiam rebeliões políticas, um dos quais pagando com a vida sua adesão a liberais inconformados com a queda do poder. Jornalistas que se imolam quase candidamente em bulhas de eleição, como um sacrifício a seu partido; mulheres que num gesto à romana, vendem as jóias para libertar escravos. E poetas batendo-se por atrizes de teatro; bacharéis dando-se ao luxo de escrever em francês e até em alemão; estudante reunindo-se em clubes secretos – toda uma agitação que vinha, talvez da procura de pontos de equilíbrio, de um ajustamento do homem a possibilidade de uma vida mais tolerável.

Este mesmo autor testifica a atuação de Tobias Barreto e ilustra alguns aspectos da vida cultural desse período:

O poeta, que era pardo e feio, foi, a princípio, o escândalo numa sociedade fechada em seus preconceitos. Mas o escândalo acabaria abrandando em curiosidade e até simpatia. Ele costumava fazer discursos cívicos na praça pública e a cantar serenatas na Rua Boa Vista. Com seu arrebatamento tropical, perturbava as récitas do teatro Santa Isabel, onde dizia ser grego e camarada de Platão. Em todas as rodas de estudante tomava o primeiro lugar, conversando sobre filosofia e sobre literatura, numa fluência oratória e uma dramaticidade de gestos que foram o segredo da sua vitória. (Ibid., p.13)

Silvio Romero [1880] (2002, p.46), em seu álbi, revela as coordenadas culturais fornecidas pelo Recife na transição das décadas de 1860/1870.

Era a fase da guerra do Paraguai. As festas patrióticas se repetiam com as notícias de nossas vitórias e um entusiasmo sincero se fazia sentir entre os moços. O teatro, sob a direção de bons artistas, e o salão, ao influxo das belas pernambucanas, recebia com o recitativo um brilho vivo. Os poetas tiveram principalmente por musa o patriotismo, o entusiasmo estético e o amor.

Os impactos da Guerra do Paraguai (1865-1870) no imaginário da década de 1870 no Recife foram significativos. Foi um dos marcos que forneceram robustez àquela geração, impelindo-a a reexaminar o conceito de nação. Era comum ver nas poesias, primeira experiência no universo da literatura naquele momento, a expressão e tradução dos sentimentos comuns acerca da nação brasileira que a guerra gerava. Nos artigos publicados em jornais e nas diversas poesias construídas naquele momento (muitas agrupadas em torno da categoria patriota), era significativa essa preocupação com o sentimento de pertença a uma localidade, a uma nacionalidade⁶⁶.

⁶⁶ No registro feito por João Barreto de Menezes de “três décimas” declamadas por Tobias Barreto por ocasião da partida de um batalhão do Recife que ia para guerra temos as seguintes estrofes:

Se nós insultados fomos,
Agora que o norte vai,
Há de sentir o que somos
A gente do Paraguai.
Se nessa guerra em que entramos
Pelo direito lutamos
Por ser o nosso ideal,
No coração de Solano
O sabre Pernambucano
Vai mostrar pra quanto vai.
[...]
Um dia, ateando a guerra,
Pisaste a brasiléia terra,
Calcando o nosso pendão ...
Mas na hora amarga que passa,

Os efeitos da Guerra do Paraguai no Império, a foram imensos: a inépcia do Brasil na mobilização inicial para a Guerra levou muitos civis a acordarem para o atraso do país em áreas tão vitais como a educação e transporte. Desconcertou, também, os militares despertando dentro da oficialidade uma consciência que os levaria a tornar-se um poderoso grupo de pressão política. Mostrou a escassez de homens livres aptos para o serviço militar. Nesse caso, o recrutamento de escravos para a guerra, permitiu o reconhecimento desses, concorrendo para que muitos cativos ganhassem a liberdade.

Esses tremores políticos foram acompanhados de novas agitações culturais. Começando em 1868, um grupo arrojado de estudantes, que pouco ou nenhum respeito nutriam pela tradição, tomou corpo em Recife. Seu chefe confessado era Tobias Barreto, que ali se formara pela faculdade de direito em 1869. Nos dez anos seguintes, Recife seria o centro de um núcleo de jovens intelectuais, pequeno, mais seguro de si (SKIDMORE, 1976, p.25-26).

Machado Neto (1973, p.69) aponta em sua leitura, um tanto quanto hiperbólica, para o fato de que:

[...] graças a figura singular de TB, e ao grupo de jovens pensadores que o genial sergipano conseguiu aglutinar em torno de suas “idéias novas”, a cidade e a faculdade do Recife puderam lograr uma significação extraordinária na distribuição ecológica de nossa vida intelectual. Na história intelectual do país, a cidade e a faculdade estão imortalizadas na realidade e na legenda da ER.

A dimensão urbana do Recife, aliada a esses fatos, implicaram relativas mudanças nas subjetividades. O resultado do estudo de Raimundo Arrais (2004, p.13-14) sobre a formação urbana do Recife no século XIX é significativo. Ele

Hás de ver a nossa raça
Reagir de armas na mão

Patrícios! O drama é sério!
Junto ao trono armas erguei!
Nos mesmos somos o império!
Nos mesmos somos reis!
Não pensemos no monarca!
Um homem que os passos marca,
Vale o povo varonil,
Pois agora, o insulto feito,
Vai se ver quem em nosso peito
Vibra a honra do Brasil

atesta que aquele tempo que a cidade do Recife foi *investida de uma função pedagógica. Nela se exercia o papel formador, onde se devia moldar valores e modelos de conduta.* Essa cidade encontrava-se submetida um processo de secularização derivado do desgaste que as idéias filosóficas e políticas do século XIX provocaram na constituição de uma ordem social amalgamada nos valores emanados da ordem católica, refletindo-se no espaço da cidade.

Enquanto essa ordem escravocrata não dera sinal de declínio, o ecletismo filosófico prevaleceu e a sociologia, parcamente tivera sido invocada. Até 1850, existia uma cosmovisão no curso jurídico do Recife que refletia um tipo determinado de mundo, certa ordem social que não dava sinais que iria familiarizar-se plenamente com o sistema capitalista industrial.

Gláucio Veiga (1989, p.13) observou que havia uma mudança que se operava no meio urbano que permitia a modificação das subjetividades e que aguçaria a possibilidade de entendimento de questões que algumas das dimensões da sociedade burguesa apresentavam. O meio urbano do Recife, centro político da província, possibilitava o inicial convívio do acadêmico nos novos espaços: o da praça, o da rua, do teatro da FDR. É um período marcado pela emergência da transição de uma estrutura *intimista, de linguagem e ritos fechados, para o nível do espetáculo,* envolvendo a participação pública de espectadores.

Reuniões solenes do Atheneu Pernambucano alongando-se das 16 as 20 horas. São três ou quatro oradores se sucedendo, outro tanto de poetas em recitais, de produção própria ou alheia, e, ainda, intervalos para audição da banda de música [...] e finalmente e importante, a presença das mulheres As sessões magnas das sociedades literárias acadêmicas, de regra, são heterogêneas, um marcante sincretismo polivalente, convizinando tirada filosófica de Antonio Nascimento Feitosa ou de Autran e poesias de Vitor Hugo, Lamartine e ainda música clássica, alternando às sacudidas polkas e “galopes” (Ibid.).

Raimundo Arrais (2004, p.334) assegura que no século XIX no Recife, ao passo que a administração ia fixando os sinais materiais do progresso no espaço urbano, as elites ilustradas empenhavam-se em eliminar desses espaços as formas de religiosidade popular associadas a um passado que era tido como renegado. Foi isso que argumentaram na imprensa por anos a década a fio, utilizando muitos termos diferentes para afirmar a constatação de que no espaço público os sinais de religião deveriam ceder aos sinais do progresso.

As Repúblicas, tão comuns aquele momento, foram outro universo importante – embora de difícil mensuração – uma vez que, em torno delas, muitas questões foram debatidas. Conforme Gilberto Freire (1971, p.129-130) foi nelas que se formaram:

[...] Escolas a seu modo, agrupadas em torno da escola mar, e das quais foi emergindo, ao lado dos mestres, outro tipo de brasileiro institucionalizado por um sistema total e não apenas intelectual, de cultura. É o “senhor acadêmico de direito”. Foram às chamadas repúblicas de estudantes pontos nada desprezíveis de encontros, de conflitos, de conciliações daquelas idéias antagônicas, daqueles pontos de vista opostos, daquelas formações culturais diferentes de que eram portadores jovens vindos de várias partes do país e até de diferentes camadas sociais para se bacharelarem. Nessas republicas, mais ou menos boêmias, e não apenas no mais ou menos severos claustros, é que se formou esse tipo brasileiríssimo de “senhor acadêmico, já distanciado de seu modelo coimbrão. Nessas republicas, firmaram-se, entre esses estudantes, amizades que durariam a vida inteira [...] nelas, ainda, como alias na própria faculdade, ajustaram-se experiências provincianas a uma visão inter-provinciana do que fosse o Brasil de então em face das várias Europas e do que devesse ser o futuro brasileiro.

Para Odilon Nestor (1930, p.12-13) os estudantes passavam boa parte do tempo juntos, eram grupos que se identificavam, muitas vezes, pela localidade de origem e por apego a determinadas idéias e autores.

Os estudantes faziam vida em comum, morando vários deles numa só casa com um criado pra lhes fazer compras e preparar a comida; costume igualmente seguido pelos franceses. Reuniam-se assim de preferência os colegas da mesma província, o que não excluía como acadêmico a solidariedade entre todos.

Sergio Buarque de Holanda (2002, p.1947) notou que a existência de apenas duas Faculdades, possibilitava uma migração elevada para as cidades de São Paulo e do Recife. Essa migração, por sua vez, por imprimir uma inevitável distância do controle familiar, pode ter concorrido largamente para,

[...] sobretudo nos cursos jurídicos, fundados desde de 1827 em São Paulo e Olinda [...] a formação de homens públicos capazes, devemo-la às possibilidades que, com isso, adquiriram numerosos adolescentes arrancados aos seus meios provinciais e rurais, de “viver por si”, libertando-se progressivamente dos velhos laços caseiros [...].

Sylvio Rabello (1967, p.34-35) comenta que novos hábitos adquiriram os estudantes ao passar para o Recife. Quase abandonaram as salas de aula, os livros de processo, as revistas escolares. Eles buscaram os autores da ciência nova, os jornais de grande circulação, a praça pública. Nem os compêndios aprovados pelo conselho oficial, nem as lições cheias de sentenças do latim Justiniano, bastariam para criar ou estimular a agitação que ocorria na cidade denominada de *Veneza transplantada* por Silvio Romero. A tradução da influência do Recife na formação da aristocracia intelectual de então é sintomática:

O Recife daquela época não era apenas a cidade – seu espaço físico, a sua topografia; mais tudo o que contribuiu, como tradição e como imponderável espiritual, para o movimento de idéias que se chamou sua escola. E a presença dos jovens que não tinham nascido em Pernambuco, decerto que foi uma parte – a grande parte – do ambiente que tornou possível a agitação literária que tantas vezes Silvio Romero pos em exagerado relevo [...] São Paulo e o Rio de Janeiro já possuíam elementos vindo de diversas localidades, mas, em nenhuma delas, até então, surgira movimento com a significação histórica do que apareceu no Recife – movimento que inauguraria o pensamento crítico no Brasil, quando nenhum outro mérito se pudesse encontrar nele.

Pinto Ferreira (1980, p.411) registra o fato de que a cidade do Recife naquele momento era o principal centro cultural do Nordeste. Seu relato afirma que Tobias Barreto emergira num contexto de transição, numa cidade que

[...] com a sua academia, o professorado da Faculdade, o entusiasmo estudantil, o Teatro Santa Izabel que se tornou famoso pelas lutas poéticas do mestiço desengonçado com Castro Alves [...] sem a imprensa, incluindo o diário de Pernambuco, do qual Artur Orlando, outro adepto vigoroso da ER seria redator chefe por mais de dez anos [...] seria incompreensível a ER. A cidade como uma feiticeira absorveu as mentes dos grandes intelectuais, para dar-lhes nova vida segundo a sua inspiração histórica.

Relatando a sua formação no Recife em uma de suas memórias, Gilberto Amado (1958) transparece o clima que vivenciara no Recife da transição do século XIX para o século XX. Uma cidade com poucas livrarias, porém todas recheadas de *coleções francesas*, com muitas repúblicas de estudantes, marcada pela concentração intelectual da Faculdade e as efervescências doutrinárias, além de ser percebida como a cidade mais importante dentre as nordestinas. É neste cenário que a partir da década de 60 do século XIX serão pronunciadas e discutidas algumas reflexões e idéias sociológicas.

Existe um consenso acerca do surgimento da sociologia, fato esse já ressaltado por Anthony Giddens (1981), Tom Bottomore (2000) que atesta que esta aparece enquanto experiência ligada ao mundo moderno e industrial e nasce historicamente como uma teoria da sociedade burguesa. Desde cedo essa ciência confrontou-se com a questão da passagem das sociedades pré-capitalistas ao capitalismo, sendo invocada como “ciência” regeneradora e organizadora da sociedade. Estas dimensões estão presentes em várias das obras sociológicas do século XIX.

A sociologia e as ciências de uma maneira em geral, só passaram a ser sistematicamente solicitadas no momento em que os lastros existenciais e as bases materiais do pensamento brasileiro mudaram. Durante a colônia, as condições impostas tornavam inviável o avanço da ciência: imprensa proibida, sistema escolar

deficiente, ausência de universidades, isolamento em relação aos centros mais avançados. Tudo concorria para que não houvesse nenhuma reflexão sistemática de caráter científico. A análise de Florestan Fernandes (1976, p.16) é elucidativa a este respeito:

No período colonial [...] os papéis propriamente intelectuais, ligados com o saber racional, foram quase monopolizados pelo clero. Este se incumbiu, no fundo, tanto na transmissão e da propagação da fé religiosa, quanto da educação das novas gerações e da orientação espiritual dos círculos dominantes. Em consequência, coube a igreja exercer, através de várias ordens religiosas, uma influência contínua e profunda na construção do sistema intelectual de concepção do mundo [...] por isso, sua atividade, na medida em que operava como estamento intelectual, se confinava sobretudo à defesa e à perpetuação de sentimentos, idéias e valores consagrados oficialmente pela igreja.

As circunstâncias sociais e culturais que permitiram o desenvolvimento do saber científico somente emergiram na sociedade brasileira a partir do segundo decênio do século XIX. É neste momento que surgem as primeiras pressões no sentido de habilitar um setor maior da população para o exercício de tarefas administrativas e políticas ou para enfrentar as necessidades que emergiam com a expansão da economia e o crescimento demográfico.

De fato, a origem das primeiras Faculdades de Direito, em 1823, estava umbilicalmente vinculada à necessidade de atender a demanda da crescente organização burocrática (estamental e patrimonialista) brasileira e de prover autonomia às instituições de saber no Brasil⁶⁷.

Para Falcon Neto (1978, p.69) as Faculdades de Direito foram criadas para atender a duas demandas. A primeira *bem mais complexa e menos evidente*, situa-se no âmbito cultural-ideológico, pois elas são compreendidas como instituições

⁶⁷ Cf. Lilia Schwarcz (1993), Raimundo Faoro (1989), José Murilo de Carvalho (1980), Luiz Antonio Cunha (2007), Wanderley Guilherme dos Santos (2002), Alberto Venâncio Filho (1982), Regina Lúcia de M. Morel (1979) e Florestan Fernandes (1976).

responsáveis pela sistematização teórica ou científica da nova ideologia jurídica e política, *o liberalismo, a quem se confiava a integração ideológica do estado moderno que a elite projetava*. Já a segunda se dava no espaço da operacionalização dessa ideologia liberal, formando quadros para a gestão do Estado Nacional. *É o prelúdio da burocracia federal*.

O principal fato desencadeador do desenvolvimento da cultura científica no Brasil foi à instalação no Rio de Janeiro da corte portuguesa em 1808. A transmigração da família real para o Brasil nesse ano provocou a abertura dos portos, que, no tocante a produção das idéias, facilitava a sua circulação a partir do início das relações internacionais do Brasil com outros países, tornando possível a entrada de obras e idéias estrangeiras. A esse fator some a criação de iniciativas culturais tais como, as grandes expedições científicas (história natural), a abertura da escola de Anatomia e Cirurgia na Bahia e da Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina no Rio de Janeiro (1808), do Real Horto, da primeira Biblioteca Nacional, em 1818, da Academia de Marinha e Militar, da Imprensa Régia, em 1808; do laboratório químico prático do Rio de Janeiro; do museu real depois museu nacional em 1818.

Na Colônia, segundo Alberto Venâncio Filho (1982, p.05) tivemos um ensino monopolizado pela Companhia de Jesus, e caracterizado por ser excessivamente literário e retórico, sem estímulos de influências renovadoras. Visava desenvolver antes de tudo as atividades literárias e acadêmicas, dando um valor exagerado ao *menino inteligente* com queda para as letras e com pouca capacidade de questionamento⁶⁸. Foi ela que legou a tendência literária e o gosto que ficou

⁶⁸ Um edital do colégio de belas artes da universidade de Coimbra determinava em 1746 nos exames ou lições, conclusões públicas ou particulares se não se ensine defesa ou opiniões novas pouco recebidas, ou inúteis para os estudos das ciências maiores, como são as de René Decartes, Gassendi, Newton e outros. Nomeadamente qualquer ciência que defenda os átomos de Epicuro ou quaisquer

tradicional pelo diploma de bacharel, o desprezo pelo trabalho técnico e produtivo e fizeram de seus colégios canais de circulação horizontal, do campo para as cidades, e de ascensão social, atuando como poderoso elemento no processo de urbanização.

Conforme Cruz Costa (1967, p.66) toda nossa experiência intelectual só podia ter sido apenas expressão da nossa situação colonial, que legou ao *habitus* intelectual do brasileiro do século XIX, o engodo do artifício, da retórica, do sibaritismo e do diletantismo tão característicos de nossas classes cultas.

A política cultural portuguesa para com o Brasil colônia nesse período era medonha no tocante a educação e a circulação de informações nessas instituições. A reação à solicitação das câmeras Municipais de Minas Gerais para a criação do curso de médicos, consoante o registro de Alberto V. Filho (1982, p.07), manifestou-se da seguinte forma:

[...] não podia relaxar a dependência que as colônias deveriam ter do reino; que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência de nossas colônias era a necessidade de vir estudar em Portugal; este vínculo não se devia quebrar; que (o precedente) poderia, talvez, com alguma conjuntura para o futuro, facilitar o estabelecimento de alguma aula de jurisprudência até chegar a cortar este vínculo de dependência.

A política sistemática do governo português foi impedir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias, como forma de assegurar uma educação eminentemente elitista, além de facilitar a restrição à difusão de idéias que o governo da época considerava perigosas.

Conforme Fernando Araújo (2005) o ensino superior que chegou ao Brasil não foi o centrado no modelo de Pombal e sim no sistema de *ensino medievalista que tanto caracterizou o absolutismo feudal*. Houve uma mera transposição de um *modelo de educação e de vida*. O fato das Faculdades serem instaladas nos mosteiros indicava

conclusões opostas ao sistema de Aristóteles, o qual nestas escolas se deve seguir como repetidas vezes se recomenda nos estatutos do colégio (Cf. Filho, 1982, p.05).

a preponderância do controle religioso sobre a instância que surgia. O certo é que nem todos concordavam com a transposição do modelo de Coimbra para o Brasil. O depoimento do deputado Vasconcelos, que participou da Assembléia Constituinte que definiu, dentre outras coisas, o perfil e o local onde seriam instalados os cursos de Direito, em 1823, deixa evidente as limitações que essas instituições sofreriam durante todo o século XIX. Conforme ele:

Estudei Direito Público naquela universidade e saí um bárbaro. Foi-me preciso até desaprender, ensinaram-me que o reino de Portugal e acessórios era patrimonial; umas vezes sustentavam que os Portugueses foram dados em dote ao Sr. D. Afonso I, como se dão escravos ou lotes de bestas. Ela está inteiramente incomunicável com o resto do mundo científico (id. p.11).

Para Wanderley Guilherme dos Santos (2002, p.23-24) foi somente após a independência que passamos a poder pensar os primeiros movimentos da reflexão sociológica e política no Brasil. A recém criada nação precisava se aparelhar para a vida organizada independente para o auto-governo e para as relações com as outras nações. A evolução do pensamento político e social ficou na dependência da evolução organizacional da atividade científica, a qual exibiu um juízo implícito sobre as ciências sociais e sobre a sua relevância para a estruturação do novo país. As Faculdades de Direito durante todo o século XIX e os primeiros trinta anos do século XX foram os espaços onde mais se gravitou, discutiu e difundiu as doutrinas sociais, políticas, econômicas européias e americanas. O papel desempenhado pela filosofia na cultura européia (de ser a grande matriz que incorporava todos os tipos de saber), foi ocupado no Brasil pelas Faculdades de direito e pelos sistemas jurídicos. *É nas escolas de direito que se discute, estuda e critica não apenas teorias jurídicas, mas também econômicas, administrativas, sociológicas e políticas. E isto durante todo o século XIX e parte do século XX.*

Nelson Werneck Sodré (1976, p.359) também fornece a informação que, além da imprensa, do parlamento, dos comícios e de alguns centros de estudos, as Faculdades eram também o espaço privilegiado para o anúncio das novidades européias. Os cursos jurídicos, afirmou ele, eram por sua natureza, *os mais ativos, dinâmicos e eficientes laboratórios de idéias.*

Em comum acordo com a Lilia Moritz Schwarcz (1993, p.141) a criação destas faculdades estava relacionada à lógica e a dinâmica que marcaram a independência política brasileira em 1822, e pareciam a responder à demanda de produção de:

[...] quadros autônomos de atuação e criar uma intelligentsia local destinada a enfrentar os problemas específicos da nação. Nas mãos destes juristas estaria parte da responsabilidade de fundar uma nova imagem para o país se mirar, inventar novos modelos para essa nação que acabava de se desvincular do estatuto colonial, com todas as singularidades de um país que se libertava da metrópole mais mantinha no comando um monarca português.

O projeto era neutralizar a hegemonia e a dependência da formação estrangeira a partir da criação de estabelecimentos de ensino que se encarregariam pela construção de um pensamento próprio, dando a nação uma nova constituição, um substrato que validasse a sua identidade. É neste momento que o de bacharel em direito acentua sua notoriedade. Esse prestígio nasce menos em função da profissão em si mesma, do que das possibilidades políticas que se apresentavam a esse profissional.

Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política. A figura do intelectual que começa a se delinear a partir de então é a do pensador eclético, que surge a expensas de uma vida acadêmica controversa, agitada e heterogênea, construída nos institutos e associações acadêmicas, e que teve no jornalismo seu mais eficaz instrumento de luta (Idem, p.142-143).

Só é possível pensarmos a sociologia no Brasil do século XIX se fizermos o esforço de levar em consideração o fato que o espaço para formulação de seus problemas de ordem conceitual e metodológica nesse momento, era fornecido pelo universo de formação profissional ligado primeiramente ao direito e posteriormente a literatura. São nestes interstícios que podemos perceber o uso da reflexão sociológica no Brasil. É a partir das Faculdades de Direito que começa a existir a possibilidade, no Brasil, de pensar questões filosóficas e sociológicas provenientes em sua grande maioria das idéias inglesas e francesas, e, mais tarde, no Recife, a dos alemães, com Tobias Barreto. Como insinua Fernando Azevedo (1944) são nestas faculdades que se forjam e se temperam às armas políticas, para as lutas pelo direito e as campanhas liberais.

Para Paulo Mercadante (1972) a FDR⁶⁹ tinha uma importância extraordinária na vida do Império, pelo próprio caráter da missão atribuída a tais institutos de ensino superior. Eles tinham por incumbência preparar os quadros políticos e administrativos da nova nação, de seus diplomatas e magistrados, da sua elite dirigente. A FDR segundo o Gilberto Freire (1977, p.23-24) foi à *antecipação de um sistema universitário brasileiro, sendo ao mesmo tempo profissional nas suas especializações, humanístico, tanto quanto científico, nas suas bases.*

Da FDR se pode falar como uma escola não só insigne pelo que tem contribuído para a formação, no Brasil, de jurisperitos, de magistrados, de advogados, de políticos, de administradores, como pelo viveiro que tem sido e continua a ser de homens de estudo, de homens de letras, de pensadores, de scholars de um saber em que ao especialismo jurídico se tem

⁶⁹ Existem quatro substanciais trabalhos sobre a FDR e outros tantos sobre o ensino superior na Colônia e no Império. O primeiro, um estudo amplo e minucioso de Clovis Beviláqua (1977), onde informa com riqueza de detalhes aspectos relativos ao quadro docente, o corpo discente, o destino dos principais expoentes, sua localidade e os eventos que marcaram a história da Faculdade. O segundo e fundamental trabalho sobre a FDR são os imensos volumes de Gláucio Veiga (1980, 1981, 1988, 1989, 1993) onde apresenta de forma bastante densa a dinâmica da produção das idéias dessa instituição. Os outros dois trabalhos são os de Pinto Ferreira (1980, 1981) e o de Nilo Pereira (1977), que cobrem de forma mais pontual a história dessa instituição. Sobre o ensino superior no Brasil império temos os seguintes trabalhos: Luiz Antonio Cunha (2007), Alberto Venâncio Filho (1982), Ernesto de Souza Campos (1940)

juntado o generalismo humanístico e, por vezes, de modo notável, a expressão literária, a cultura sociológica, a perspectiva filosófica. Daí a sua presença, há mais de um século, não só na história das letras jurídicas no Brasil, como na mais ampla história da nossa cultura intelectual no seu pleno conjunto de expressões e realizações.

Em trabalho sobre a influência Germânica na cultura brasileira, Gilberto Freire (1971, p.128) salienta que as faculdades de direito foram “focos de coesão nacional”, e reproduziram de certa forma o ambiente estamental. A atmosfera intelectual da FDR era marcada tanto por elementos

[...] aristocráticos – intelectual e socialmente aristocráticos – quanto de democráticos. Contradição característica do Brasil-Império como um todo; mas que parece ter se apresentado mais nítida no Norte-Nordeste em geral e, muito particularmente, em Pernambuco. Daí intelectuais de feitio aristocrático e de idéias democráticas saídos então de Pernambuco e influenciado pela Academia de Ciências Jurídicas e Sociais. Parece fora de dúvida que a FDR, antes de afetada pelo germanismo, vinha produzindo um tipo de intelectual aristocrático. Antes de formado, o jovem que ela consagrasse bacharel [...] já era um senhor acadêmico. Podia ser republicano, abolicionista, libertário. Mas sem deixar de ser aristocrático: intelectual e, até certo ponto, socialmente aristocrático. Ou aristocratizado pela sua condição de senhor acadêmico quando jovem de origem plebéia ou socialmente inferior [...] as academias foram instituições que, desde os seus começos, passaram a influir aristocrática e democraticamente, a um tempo, sobre os destinos nacionais de socialidade, de política e de cultura.

Hermes Lima (1963, p.27) é mais preciso quanto às limitações que o Império impunha ao desenvolvimento das ciências sociais. Conforme ele *a filosofia encontrava nas Academias de Direito o único ambiente de vulgarização possível*. Já Nelson Saldanha (1985, p.99) enseja que a FDR não era apenas um centro de ensino de direito apenas, mas convergia para lá tudo que *era inquietação doutrinária e iniciativa intelectual: jornalismo, oratória, pesquisa histórica, erudição filosófica*.

Os Cursos Jurídicos⁷⁰ no Brasil surgiram por intermédio de Carta de Lei do Imperador Pedro I, que em 11 de agosto de 1827 cria concomitantemente dois cursos

⁷⁰ Conforme Elza T. Silva (2000, p.02) Os cursos jurídicos - ainda não se falava em faculdade de Direito - foram instalados em 1828 e adotaram desde logo os "Estatutos" do Visconde de Cachoeira, nos termos do art. 10 da Carta de Lei. As primeiras faculdades chamavam-se Academias de Direito, onde o próprio

de ciências jurídicas e sociais, assentando uma na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda. Os cursos seriam regulamentados pelos Estatutos do Visconde de Cachoeira⁷¹. Este estatuto, conforme salientou Venâncio Filho (1982, p.36) representou a matriz originária de onde provem os regulamentos do ensino jurídico até a república. Era marcado pela ausência de espírito científico e doutrinário enfatizando demasiadamente no espírito o caráter retórico e pouco objetivo. O objetivo da criação desses cursos é segundo Carta: *formar homens hábeis para serem um dia magistrados e peritos advogados de que tanto se carece e outros que possam vir a ser dignos deputados e senadores para ocuparem lugares diplomáticos e mais empregados do estado* (Idem, p.31).

O curso de Olinda foi o primeiro momento da FDR, instalado em local cedido (assim como em São Paulo) pelos monges beneditinos, no mosteiro de São Bento⁷². A apreciação de Lilia Schwarcz (1993, p.144) indica que Olinda representou para os cursos jurídicos no Brasil a penetração direta das velhas idéias portuguesas. O isolamento da província fez com que durante muito tempo tudo viesse de Portugal, incluindo os costumes, os professores e parte dos alunos. Corroborando o exposto, Alberto Venâncio Filho (1982, p.53) constata que os cursos de São Paulo e Olinda eram *bisonhos arremedos de Coimbra*, sendo marcados pela influência da cultura

Direito era cultuado como Letras Jurídicas. No início, os estudantes eram admitidos mediante apresentação de certidão de idade (com um mínimo de 15 anos completos) e aprovação em exames de Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria. Depois de cinco anos de curso, recebiam o grau de "bacharéis formados".

⁷¹ Estatuto destinado ao curso criado provisoriamente pelo decreto de 09 de janeiro de 1825, que deveria funcionar no Rio de Janeiro. Cf. Filho, 1982.

⁷² Em Olinda, a inauguração da Faculdade de Direito se deu no dia 15 de maio de 1828. A precariedade e dificuldades marcaram o seu funcionamento. As aulas dessa instituição tiveram início no dia 2 de junho, com cerca de 40 alunos provenientes de vários estados brasileiros. Tinha duração de cinco anos e constava do seguinte currículo: 1º. Ano (Direito natural, direito público, análise da constituição do império, direito das gentes e diplomacia); 2º. Ano (repetia as disciplinas do primeiro ano acrescidas de Direito Público Eclesiástico); 3º. Ano (Direito Pátrio Civil, Direito Pátrio Criminal, e Teoria do Processo Criminal); 4º. Ano (continuava o Direito Civil Pátrio, Direito Mercantil e Marítimo) 5º. Ano (Economia Política, Teoria e Prática do Processo Adotado pelas Leis do Império).

portuguesa, predominante *tanto no ensino e no foro como na doutrina na primeira metade do século XIX.*

Segundo Odilon Nestor (1930, p.11) os alunos desta faculdade eram os *reformadores das idéias divinas* sendo que Olinda *semelhava à antiga Coimbra, de onde tudo havia trazido para nosso curso jurídico os acadêmicos brasileiros.* Até 1850, há, sugere Gláucio Veiga (1993, p.11), uma linguagem no curso jurídico, a linguagem de determinado mundo, de certa ordem que ainda nem de leve tinha se molhado no sistema capitalista industrial. O ambiente e o cotidiano da Faculdade eram marcados por um rígido controle, prenhe de sabatinas, punições, exigência de presença, controle de informações dentre tantos outros mecanismos.

Em 1852, o curso migrou do mosteiro de São Bento para um prédio localizado no alto da ladeira do Varadouro, no palácio dos antigos governadores, época em que passou a ser identificado pelo nome de *Academia.* Em 1854, por decreto de 28 de Abril, os cursos jurídicos são transformados em Faculdade de Direito⁷³. A Faculdade é novamente transferida para a Rua do Hospício, no Recife, ocupando um casarão inadequado para as aulas, recebendo a alcunha “glorioso pardieiro”. Os egressos das Faculdades obtinham o grau de bacharel, e alcançavam o grau de doutor àqueles que submetessem publicamente as suas teses⁷⁴.

Em 28 de abril de 1854 é aprovado um novo estatuto para as Faculdades de Direito do Império, que substituía o ainda em vigor estatuto do Visconde de Cachoeira.

⁷³ O currículo passou a ser outro: 1º. Ano (Direito Natural, Direito Público Universal, Análise da Constituição do Império, Instituto de Direito Romano); 2º. Ano (repetia as disciplinas do primeiro ano acrescidas de Diplomacia, Direito das Gentes, Direito Público Eclesiástico); 3º. Ano (Direito Civil Pátrio com Análise e Comparação do Direito Romano, Direito Criminal inclusive o Militar); 4º. Ano (continuava o Direito Civil Pátrio, Direito Marítimo e Comercial) 5º. Ano (Hermenêutica Jurídica, Processo Civil e Criminal incluindo o Militar, Prática Forense, Economia Política e Direito Administrativo).

⁷⁴ Um interessante estudo sobre o debate acerca da formação das Faculdades que contém o currículo com respectivos programas é do de Aurélio Bastos (1978). O certo é que corroborando a marca autodidata do período, nenhuma ementa de disciplina, apesar da divisão do curso em duas partes denominadas de ciências sociais e ciências Jurídicas, faz alusão ao debate sociológico.

Ainda reproduzia uma estrutura fechada e marcada por rituais e perspectivas dogmáticas. No capítulo voltado para a disciplina acadêmica, o estatuto deixa bem evidente que: *os lentes se apresentarão de beca, nas respectivas aulas e atos acadêmicos, à hora marcada, e serão os primeiros a dar o exemplo de cortesia e urbanidade, abstendo-se absolutamente de propagar doutrinas subversivas ou perigosas*⁷⁵.

O primeiro período, o de Olinda, pouco contribuiu para a produção intelectual inovadora de acordo com Schwarcz (1993). Tratava-se de uma ciência católica com revelação divina e com a defesa do caráter imutável da monarquia. É só a partir da transferência da faculdade para o Recife que podemos notar mudanças significativas e expressivas. É só a partir de então que se pode pensar em uma produção substancial sobre a sociedade brasileira e na existência de um verdadeiro centro irradiador de idéias e “aglutinador” de intelectuais engajados com os problemas de seu tempo e de seu país.

Segundo Gláucio Veiga (1988) a inserção posterior da Faculdade, na vida e paisagem urbana do Recife, era exigência de integração desse aparelho numa circunstância urbana mais dinâmica e beneficiada com os primeiros reflexos da revolução industrial. Com a transferência da Faculdade para o Recife, tem-se o incremento e multiplicação dos periódicos acadêmicos, uma vez que a proximidade física das tipografias permitia a produção e circulação destes.

Entretanto, diversos eram os óbices que se interpunham a possibilidade de construção de um estilo de pensamento dentro da FDR que se contrapusesse ao fornecido pelo Império. O depoimento de Tobias Barreto [1888] (1962, p.170-171) a época que lá estudou dá mostra de como a história era percebida:

⁷⁵ Cf. Filho, 1982, 66.

Nos meus anos de curso acadêmico ainda alcancei a notícia de um fato, que dizia ter-se dado numa sabatina. Certo estudante, respondendo a arguição de um seu colega, não sei sobre que matéria, entendeu dever apelar para a história, e disse convicto: não precisa ir muito longe, basta o exemplo de Adão e Eva; ao que o lente acudiu: - e poderia lembrar uma época mais remota?

Tanto em Recife como em São Paulo, as apostilhas utilizadas pelos alunos eram impressas para posteriormente constituírem compêndios. Nos termos do estatuto, o professor era obrigado a redigi-lo, e enquanto não o fizesse, deveria adotar um texto que julgasse adequado e estivesse, antes de qualquer coisa, de acordo com o *sistema jurado*. Clovis Beviláqua (1977, p.106) narra um exemplo do que ocorrera em 1862, exemplo típico de como se dava a tutela que o governo exercia sobre as Faculdades do Império. Tutela essa que extrapolava o universo administrativo e corrompia toda a autonomia intelectual.

É o que provocou a tradução de *Questões de Filosofia* de Charma, pelo conceituado professor da matéria no curso anexo, Herculano de Souza Bandeira. Transladado para o vernáculo esse livro, adotou-o na aula. O ministro do Império, Souza Ramos, chamou as contas o diretor da Faculdade e exigiu uma explicação dessa grave irregularidade. Como era que, tendo o governo dado, na sua alta sabedoria, preferência ao compêndio do Barbe, iam por nas mãos da mocidade o livro de Charma.

O mecanismo de controle da informação transmitida era garantido pelo procedimento de censura e até mesmo afastamento do cargo. A fala de Beviláqua avaliza essa afirmação:

[...] doloroso que o professor não pudesse transmitir aos seus alunos, senão as doutrinas e as idéias, que a sapiência governamental determinasse. Certamente a mocidade não deixava acorrentar seu pensamento; mas era grandemente prejudicada no seu labor intelectual perdendo tempo ao desviar da corrente espiritual da época ⁷⁶ (Ibid.).

⁷⁶ Além dos livros publicados sobre a FDR, podemos encontrar uma vasta gama de biografias e estudos sobre o ensino superior no Brasil que ilustram muito bem os rígidos controles que naquele período marcava a dinâmica e funcionamento da Faculdade. Ver Gilberto Amado (1956), Odilon Nestor (1930) Silvio Meira (1990), Carlos Sussekind de Mendonça (1938), Hermes Lima (1963), Alberto Venâncio Filho (1982), Luiz Antonio Cunha (2007), Ernesto Souza Campos (1940) dentre outros.

Tobias Barreto [1881] (1977, p.235) atesta que os professores eram via regra uns *Epimênides, que adormecem sobre o travesseiro de meia dúzia de alfarrábios, e, quando despertam, depois de dez, vinte anos de sono, é com a crença inabalável de que as coisas se acham no mesmíssimo pé, em que eles deixaram.*

Silvio Romero (1878, p.182) é mais severo na crítica que faz:

Deve-se distinguir entre o que se aprende nas nossas nulas academias e o que fora delas se pode estudar. Para dar-se urna direção positiva á idéias é preciso comprimir e afugentar delas tudo quanto ali se ensina. Pelo que me toca, tem sido a minha vida intelectual uma constante e dolorosa luta para arredar da mente o que nela foi depositado pelo ensino secundário e superior que me inocularam e substituir tão frágeis e comprometedoras noções por dados científicos.

Conforme a constatação de Gláucio Veiga (1988), a leitura curricular deveria ser sempre memorizada. Tome como exemplo as palavras do professor da FDR Trigo de Loureiro, ao afirmar que os textos, dizia ele, devem ser repetidos *ipsis litteris*, além de que, não eram permitidos debates durante as aulas. Em Olinda e posteriormente em Recife, continua Gláucio Veiga, jamais foi feita leitura sistemática de qualquer autor e isso por razões decorrentes da própria estrutura do ensino. Não era de bom grado a mudança de pensamento em curto prazo.

Eram regras, aulas magistrais, o professor na cátedra, oralizando conhecimentos, pingados através de pontos. Aulas rotineiramente, lidas e repetidas ano a ano. O professor tinha estrutura mental ajustada à ordem. Em principio, vivia da servidão de um autor-base (Idem, p.15).

Quando havia necessidade de expor as idéias ou sistemas opostos ao autor-base, fazia-o sumariamente, de maneira preconcebida, fazendo prevalecer notoriamente à superioridade do sistema adotado pela ordem.

Ao fim de semana, sabatina ou argüição. A sabatina funcionava como instrumento de terror e instrumento meramente quantitativo para apurar o “quantun” fora memorizado. A memorização era das melhores técnicas a disposição da ordem. Princípios, axiomas, teoremas, etc. tudo era reiterado indiscutivelmente, indubitavelmente dentro do molde escolástico, pois pensar é negar (Ibid.Idem).

Vamireh Chacon (1969, p.45) fornece como ilustração do ensino na FDR, a força e influência exercida pelo professor Pedro Autran da Matta e Albuquerque. *Católico, conservador, jusnaturalista e liberal adepto da livre iniciativa privada segundo os esquemas de Smith e Say [...] armado com tanto prestígio, Autran não vacilava em investir contra todos os portadores de idéias heterodoxas.*

Sua primeira vítima foi o estudante Filipe Lopes Neto, futuro amigo do engenheiro socialista francês Vauthier [...] Lopes se viu reprovado e forçado a concluir os Estudos na Europa [...] O segundo [...] foi Antonio Pedro de Figueiredo, que defendia, pioneiramente em Pernambuco e no Brasil, princípios socialistas franceses [...] Autran atacou-o através das páginas de jornal ultramontano considerando-o ímpio, anti-cristão, anti-social e anti-civilizador [...] levando a toda a parte a sua presença apostólica, Autran resolvia perseguir os hereges até a beira da tumba, como fez com o general José Inácio de Abreu Lima (defensor do socialismo, líder populista) [...] aproveitando os últimos momentos, Autran postou-se à cabeceira do moribundo, tentando arrancar-lhe a final retratação; não o conseguindo [...] o bispo negou a Abreu sepultura cristã, por ‘costumácia no erro’. Sic. (Id. p.45-46).

Conforme Odilon Nestor (1930, p.62) os professores evitavam com cuidado tudo o que poderia abertamente prejudicar a religião tradicional. Permaneciam fiéis à linguagem e às práticas consagradas, e afastam tanto quanto possível das Faculdades os *theologos* e os *philosophos* que “vão muito longe”. Em 1876 o parecer do secretário da FDR sobre o concurso prestado para professor de filosofia do Colégio de Artes⁷⁷ no ano anterior, onde concorrera Silvio Romero, registra o seguinte:

Quanto ao candidato Silvio Romero cumpre-se informar que sendo ele também como aquele (Antonio Luiz de Mello e Vieira) de reconhecido talento, e mostrando-se igualmente adiantado no estudo da filosofia, revelou-se pelo contrário, sectário da doutrina positivista, e adverso à cristã, donde resulta que fala de todos os sistemas filosóficos, sem nada construir sobre algum deles. Ainda sobre outro ponto se destaca o bacharel Vieira do seu competidor, é na irascibilidade de gênio, como bem revelou o mesmo Romero no ato da defesa de tese que se submeteu nesta faculdade, por cuja

⁷⁷ O colégio de Artes era o nome que se dava aos cursos preparatórios anexo à Faculdade de Direito do Recife. Havia três no Brasil naquele momento. Um em Pernambuco, um na Bahia e outro em São Paulo. Na capital do Império o que equivalia aos colégios de artes era o Colégio Pedro II

ocasião injuriou a congregação de lentes, e interrompeu o ato, levantando-se precipitadamente, conforme de tudo foi inteirado o governo imperial.

Não é de estranhar que Silvio tenha sido classificado em segundo lugar⁷⁸.

Em concurso para a cadeira de filosofia do Imperial Colégio Pedro II, disputado na transição do ano de 1879 para o de 1880, Silvio Romero consegue finalmente a aprovação tão cobiçada. Carlos Sussekind de Mendonça (1939, p.296-297) demonstra como foi complicada a nomeação dele:

Conta Artur Guimarães, monarquista insuspeito, que Silvio, escapou de ser espoliado devido ao seu republicanismo. César Marques, passado anos com sua voz que já parecia do outro mundo, contava ao mestre a resistência que Pedro II opusera as intrigas levantadas para não ser ele o escolhido. E Silvio, imitando-o, tinha graça, enchendo a voz e repetindo: bem que intrigaram! Bem que intrigaram! O que lhe valeu foi a retidão do Imperador.

A retidão do Imperador, somente, não – salienta Mendonça – [...] outras circunstâncias deveriam, também ter concorrido. Uma, o depoimento do Barão de Tautphoeus, velho amigo de Silvio, em que Pedro II tinha grande confiança e sabidamente se amparava para a solução de vários casos em matéria de ensino.

Neste ambiente é perceptível que havia substanciais limitações ao processo de produção incorporação e institucionalização de um entendimento sociológico e filosófico da sociedade brasileira. O que as instituições ensinavam era procedimentos de ação e tentavam a todo custo minar a incorporação das idéias iluministas e científicas.

Mas se as Faculdades possuíam a missão de formar quadros para o estamento e toda a sua estrutura limitava a possibilidade de debates sobre questões que

⁷⁸ Clovis Beviláqua (1977, p.147) faz o seguinte comentário a respeito dos concursos pleiteados por Silvio Romero: *tendo entrada para a cadeira de filosofia do curso de preparatórios, anexo a FDR*, obteve o primeiro lugar em 1875. Mas anulado, parece que sem justa razão, esse concurso, entrou em outro, em 1876, no qual apenas lhe deram o segundo posto alcançando o primeiro Antônio Luiz de Melo Vieira, que foi particularmente recomendado pelo diretor (Paula Batista). Conforme Carlos Sussekind de Mendonça (1938, p.149-150) *Paula Batista em ofício reservado de 26 de Abril de 1876, recomendava particularmente aos dirigentes do país o nome de Melo Vieira como único meio de livrar o estabelecimento da presença comprometedora do insubordinado.*

subvertiam o saber religioso, como foi possível desenvolver tais debates. Duas observações são necessárias. Em primeiro lugar a FDR “institucionalizou” determinadas idéias na forma de determinados professores, com foi o caso de Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua, Artur Orlando. Com certeza foram eles que elevaram as idéias sociológicas a um patamar de reconhecimento que, dentro de seus limites, amparavam as dimensões jurídicas de uma sociedade não escravocrata. A isso devemos a forte crença amplamente espalhada naquele século, de que havia, ou era possível existir, uma ciência da sociedade e como tal ela permitiria explicar a dinâmica de desenvolvimento da sociedade brasileira e a sua transição, ou entrada, para o mundo moderno.

Em segundo lugar, ocorre algo interessante que pode ser traduzido no fato de não ter sido tanto a dinâmica das discussões e ensino da Faculdade que gerou o debate sociológico no Brasil. Foi antes, o autodidatismo e a relativa liberdade de circulação de idéias que era significativa durante o Império. Consoante José Murilo de Carvalho (1980) este instante foi certamente o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Eram os jornais uma das principais fontes de divulgação das idéias novas e dos problemas nacionais brasileiros. Para Machado Neto (1973) se levarmos em consideração que o Brasil era um país monárquico – ainda que constitucional – de tradição portuguesa, podemos afirmar que o Império do Brasil facultou aos seus intelectuais um clima de relativa liberdade política. Para um sistema em que a Igreja estava unida ao Estado, houve também relativamente, excepcional liberdade de pensamento em matéria filosófica e teológica.

O autodidatismo como veremos adiante, era um emblema distintivo do “intelectual cordial” e foi um dos principais fatores determinantes da criatividade e elemento muito presente durante todo o século XIX e quase a metade do século XX. É

típico e característico de ambientes em que a tradição vai perdendo espaço e controle sobre a circulação de informação. As leituras e os estudos realizados pelos estudantes da FDR eram caracterizados pelo caráter desorganizado e pouco sistemático de suas investidas. Via regra o estudante lia o que caía a mão e muitos dos autores, eram acessados vias compêndios, verbetes ou comentários de outros autores. A Faculdade se configurou como o lócus da produção intelectual brasileira por aglutinar jovens aristocratas que vislumbravam o Brasil por meio das novidades que aleatoriamente e assistematicamente chegavam da Europa.

III – BACHAREIS, LITERATOS E JORNALISTAS

Era costume velho, nas famílias abastadas, cujo primogênito, herdeiro da terra, seguia o destino do pai, mandarem o segundo à Europa, para estudos, enquanto reservavam a Igreja o terceiro [...] um filho doutor e outro, padre ou frade, constituíam motivo de orgulho para as famílias antigas. No entanto a formação intelectual que recebiam, eminentemente literária, orientada não para a técnica e ação, mas para o cuidado da forma, adestramento na eloquência e o exercício das funções dialéticas do espírito [...] imitadores e eruditos, cujo maior prazer intelectual consistia no contato com os velhos autores latinos. Força de conservação antes do que instrumento de libertação do espírito, esse ensino de classe,

dogmático, retórico, que modelava todos pelo mesmo padrão de cultura, fundia as minorias ralas de letrados [...] como uma elite intelectual de exportação (AZEVEDO, 1944, p.44).

Que fizemos nós? [...] transformamos o que era então um passatempo, um divertimento, naquilo que hoje é uma profissão, um culto, um sacerdócio [...] tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade [...] não nos limitamos a adorar e a cultivar a arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse e, sendo homens de letras, não deixamos de ser homens [...] capaz de ouvir e entender estrelas. Olavo Bilac (Apud, MACHADO NETO, 1973, p.128).

Os resíduos da forte relação entre o direito, literatura, filosofia e sociologia ainda são evidentes nos dias atuais. Há ainda uma velha geração que flerta com os vários ramos do saber incorporando um estilo de labor sociológico que é legítimo filho do Brasil do século XIX. Segundo Renato Ortiz (2002, p.179) *até a década de 40 a produção do pensamento sociológico no Brasil se fazia dentro de um contexto em que literatura, discurso político e beletrismo se misturavam.*

Em estudo sobre a cultura brasileira, Fernando de Azevedo (1944, p.47) registra que a valorização do intelectual e as condições de emergência do bacharelismo, estavam presentes desde cedo na sociedade brasileira. Uma configuração marcada pela ausência de indústria, pela rotina da monocultura na exploração do açúcar e com um comércio elementar, não criava necessidades de especialização profissional, nem exigia trabalho tecnológico de mais alto nível, concorrendo para desvalorizar as funções manuais e mecânicas exercidas por artesãos, escravos e libertos. O que interessava nessa sociedade estamental era um tipo de cultura que favorecesse o acesso da elite intelectual, se não à nobreza, ao menos os chamados cargos nobres, como magistratura e canonicato, que exigiam um mínimo de especialização intelectual, bastando à cultura literária e abstrata. O repertório dessa elite não passava das humanidades latinas e das noções gerais que residiam na filosofia

e teologia e era mais apropriado para formar pregadores, letrados e eruditos. Formou-se, por esse modo, a tendência intelectual literária que se desenvolveu por mais de três séculos, gerando o bacharelismo, o pendor para a burocracia e as profissões liberais.

Certamente, dos dois imãs, dos dois pólos elétricos, o literário e o científico, o que exerceu, em nossa vida intelectual, mais poderosa influência, foi o pólo literário, cujo poder de atração, foi desenvolvido no regime do ensino colonial. Essa tendência retardou o desenvolvimento da produção científica no Brasil (Id. p.75).

A literatura não é senão um das esferas de valores da cultura, mas, no Brasil, pelas condições específicas de nossa formação até meados do século XX, foi o elemento primário, o mais persistente e o mais expressivo de nossos intelectuais⁷⁹. No Império, como já observado, as oportunidades ao bacharel com forte pendor literário, foram significativamente ampliadas pois a vinda da corte implicou a estruturação do Estamento burocrático. Essa natureza burocrática é que concorrerá para que se abram as oportunidades para a carreira pública. Foi a primeira vez que emergiu a possibilidade de pensarmos uma reforma no sistema de ensino a partir da necessidade de formação de quadros para a administração pública.

A idéia do emprego público como vocação de todos foi uma constante no estamento brasileiro. Segundo José Murilo de Carvalho (1980, p.37) essa situação gerava uma posição contraditória no Brasil na medida em que o estado dependia, para a sua manutenção, do apoio e das rendas geradas pela grande agricultura escravista de exportação, mas ao mesmo tempo, tornava-se refugio para elementos mais dinâmicos que não encontravam espaços de atuação dentro dessa agricultura. Instalava-se dentro

⁷⁹ Em estudo sobre a relação entre a literatura e o IHGB no o período de 1839-1869, Thanira Pillar (1996, p.37) indica que a Revista do IHGB foi fortemente absorvida por material de caráter literário (biografias de poetas e escritores brasileiros, estudos de obras poéticas e instituições literárias, poesias e composições poéticas de caráter laudatório).

do próprio estado uma ambigüidade básica que iria dar e elite política certa margem de liberdade de ação.

No nordeste, a importância do emprego público foi muito maior em função da decadência da aristocracia agrária durante todo século XIX. Ele era procurado principalmente como uma prebenda, como uma fonte estável de rendimentos. A maioria dos escritores da época sobrevivia à custa de algum emprego público que deles exigia muito pouco. Era uma regra, não desmentida em um só caso.

Conforme Machado Neto (1973, p.78) não se viveu de literatura (ou outra atividade cultural semelhante) salvo exceção por algum período da vida, e, assim mesmo, em concomitância com a atividade de jornalista. *O pão era simples, porquanto as letras no Brasil ainda não davam para a manteiga*, afirma. Os Empregos no magistério, no jornalismo, na função pública ou nas profissões liberais constituíram o principal meio de vida da maioria dos intelectuais da época. Para ele, a função pública, nela incluindo-se a maior parte dos que se dedica ao magistério, seria responsável pela subsistência de nossos intelectuais.

Fernando de Azevedo (1944, p.63) sugere que a tendência ao funcionalismo tão extraordinariamente desenvolvido no Brasil, teve a sua origem na escravidão que, degradando o trabalho da terra e amesquinhando os ofícios mecânicos,

[...] obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e não queriam se igualar aos escravos, foi certamente o bacharelismo que mais contribuiu para desenvolver esse pendor para os cargos públicos e políticos.

O caminho seguro, além do hereditário, era o diploma de uma das poucas profissões reconhecidas no Brasil imperial: o de bacharel em direito. Esta via era a vereda garantida, até mesmo porque o aparelhamento do estado assim demandava. Todos os formados pelas academias ocuparam posições de destaque e foram via regra

os juízes, promotores, desembargadores, deputados, governadores, poetas, escritores, jornalistas, embaixadores etc⁸⁰.

É interessante ressaltar o fato de que a débil mobilidade social ascendente, embora não sendo evidentemente coisa fácil, foi, entretanto, facilitada, até certo nível da classe média, aos profissionais da inteligência. A formatura em curso superior foi como o casamento bem sucedido, um canal social de ascensão de alguns jovens talentosos provenientes das camadas inferiores.

Conforme Silvio Rabello (1967, p.08), Silvio Romero assinalava que o Recife seria apenas uma escala necessária, naqueles tempos, à carreira das letras; talvez mesmo uma aceitação do filho obediente que ia à conquista da láurea de doutor – quase um título de nobreza, à falta de outro brasão e de outros foros de fidalguia.

Mas não esqueçamos que o título de doutor nem sempre era suficiente. O estamento brasileiro e as suas dimensões pessoalizadas exigiam do pretendente a vida pública um atestado de compromisso. As vagas oferecidas não eram disputadas sob a égide de uma instância meritocracia. O recrutamento se dava muitas vezes de forma clientelista⁸¹.

De certa forma o universo intelectual era marcado pela existência daquilo que alguns autores denominam bacharelismo. Ele se caracteriza conforme Paulo Mercadante (1972, p.186) por um:

[...] volume e a variedade de leituras, a atualidade com os modismos intelectuais oriundos da Europa e demonstrados através de exaustivas citações e a supervalorização de questões de forma se sobrepujam à preocupação com contribuições novas e originais. Os letrados e seus ismos utilizavam tais debates como um meio de firmar reputações, de alicerçar prestígios, de abrir caminhos às glórias intelectuais, de vencer as batalhas

⁸⁰ Cf. Bevilaqua, 1977.

⁸¹ Paulo Mercadante (1972, p.220) assegura que: [...] a elite era ou não era necessariamente ligada ao domínio, porém a admissão à vida pública só se fazia mediante a confiança do grupo dominante. Ingressava na magistratura ou administração, na política ou no magistério, tornando-se membro do partido conservador ou liberal, após demonstrações inequívocas quanto às suas convicções moderadas.

políticas. É nessa sociedade em formação em que um fosso de distância social separa o estamento dominante do restante da população e em que as manifestações de vida intelectual se constituem privilégio de uma ínfima minoria, que as idéias sociológicas procedentes da Europa começam a penetrar em meados do século XIX.

Para José Murilo de Carvalho (1980, p.20-21) o bacharelismo traduzia a primazia de bacharéis na vida política e cultural do país. Essa preponderância foi atenuada com a vinda da corte e da necessidade de expansão das burocratização do estado brasileiro. Os magistrados tiveram uma função muito importante na política e na administração portuguesa e brasileira. O direito transmitido era amparado no direito romano, especialmente adequado para legitimar as pretensões de supremacia dos reis. Era um direito positivo cuja fonte era a vontade do príncipe e não o poder da igreja ou o consentimento dos barões⁸².

Formados para desempenhar funções burocráticas e políticas junto aos aparelhos de um Estado oligárquico, patrimonialista e conservador, foram personagens fundamentais para a consolidação e manutenção do Estado monarquista brasileiro. Daí dizer-se que, durante o Império brasileiro, advieram não apenas duas Faculdades de Direito, mais, sobretudo, a construção de um arcabouço jurídico composto por uma Constituição, vários códigos e inúmeras leis, que até então inexistiam no país. Todavia, talvez o mais importante verificou-se no aspecto cultural, pois o bacharelismo representou verdadeiro sustentáculo à ordem imperial brasileira oligárquica e aos tramites de sua manutenção.

Junto aos cargos de professor, juiz, deputado, o magistério do primário ao universitário, em específico o magistério público, o jornalismo foi outro meio de realização profissional e complementação de renda e, por vezes até, vocacional de

⁸² Cf. Carvalho, 1980, 29.

nossos escritores. O jornalismo literário consoante Machado Neto (1973, p.90) criava as condições reais para a existência de uma vida intelectual intensa. Ele foi uma das principais bases do desenvolvimento da vida intelectual – sobretudo a literária. Foi através das páginas impressas nos diários do Rio e das províncias mais avançadas que se inaugurou em nosso meio, um público intelectual mais denso e mais palpável. As relações do intelectual com o seu público iniciaram-se então, pelos caminhos do primeiro *mass media* experimentado em nosso meio.

Nelson Wenerck Sodré (1982, p.43-45) comenta que com o advento da corte joanina, ocorre uma relativa autonomia na circulação do livro e do jornal nos centros urbanos. É com ela que teremos *a base para o desenvolvimento da literatura*. Embora nela houvesse a preponderância da

virulência política, com os problemas personalistas e as campanhas radicais dos pasquins, as formas efêmeras que atendiam a episódios transitórios [...] o livro perseguido como subversivo [...] começou a circular. Jornais revistas, livros viviam do apreço ou da curiosidade reduzida dos grupos, da pequena burguesia e da classe senhorial.

Durante o período monárquico estava em vigor o regime de censura da imprensa no Brasil. As atividades gráficas eram proibidas. Conforme Jaison Crestani (1999, p.44) a criação da Imprensa Régia em 1808 apesar de permitir a impressão de obras literárias, voltava seus interesses a execução dos serviços da administração real. Esse monopólio ocorrerá até a independência em 1822, uma vez que nesse momento foi abolida a censura e extinto o monopólio da impressão.

Nessa primeira fase, a agitação política em função das lutas pela consolidação da independência brasileira dominava as publicações jornalísticas, marcadas por uma tendência virulenta, com ataques pesados entre adversários políticos [...] expandia-se vagarosamente, evidenciando os reflexos da precariedade infra-estrutural da jovem nação [...] havia também problemas socioculturais como a predominância do analfabetismo, a ausência de urbanização, a incipiência das atividades comerciais e industriais.

É a partir da de meados da década de 1830 e 1840 que a imprensa entraria numa nova fase. Começam aparecer os primeiros romances-folhetins que passariam a ser incorporados nos jornais, e de uma maneira geral os jornais passam a absorver assuntos como literatura, filosofia, moda etc. São nestes instantes que, segundo Pierre Bourdieu (1996a, p.70), a imprensa se consolida como um *sem precedente* e substancial instrumento de expansão dos *mercados dos bens simbólicos*⁸³.

Para Sérgio Miceli (2001, p.17) *toda a vida intelectual era dominada pela imprensa*, que consistia na principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais⁸⁴. A imprensa se configurava como a arena que permitia ser visualizado e reconhecido dentro do cenário literário e intelectual de então. Primeiramente romances foram publicados nestes jornais, posteriormente algumas contendas de ordem filosóficas e não apenas críticas literárias.

[...] o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase por completo das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação. Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais (Idem).

⁸³ Na análise do campo literário Pierre Bourdieu (Idem, 163) sugere a existência de dois impulsos que dinamizam e organizam esse campo. Em primeiro lugar temos a “produção pura”, destina a um público específico, sendo considerada um investimento à longo prazo e arriscado, é marcado pela *denegação do lucro material* e valorização e acumulação do capital simbólico. Já a outra força seria a necessidade de se produzir para o mercado. Esta faceta está preocupada com a lucratividade e a formas de literatura que não assumam riscos e estejam de acordo com o grande público.

⁸⁴ Todos os nomes abordados neste trabalho participaram ativamente do cenário jornalístico de então, seja como proprietários, editores e ou colaboradores. Luiz Nascimento (1966b) a este respeito tem um texto bastante interessante sobre a atuação de Tobias Barreto, Clovis Beviláqua e Martins Júnior.

A resposta de Silvio Romero⁸⁵ a questão proposta por João do Rio (1994, p.17), acerca da relação entre jornalismo e literatura, é esclarecedora a este respeito.

Conforme ele:

[...] o jornalismo tem sido o animador, o protetor, e, ainda mais, o criador da literatura brasileira há cerca de um século a esta parte. É no jornal que têm todos estreado os seus talentos; nele é que têm todos polido a linguagem, aprendido a arte da palavra escrita; dele é que muitos têm vivido ou vivem ainda; por ele, o que mais vale, é que todos se têm feito conhecer, e, o que é tudo, poderia ser mais se houvesse um acordo e junção de forças; é por onde os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre à fúria de politiquinhos sem saber, sem talento, sem tino, sem critério, e, não raro, sem moralidade...E aqui faz ponto seu admirador.

As informações fornecidas por Feliz Pacheco a João do Rio (1994, p.55) reiteram a importância do jornalismo àquele momento.

A ele devo tudo o que sou e tudo o que aprendi. Dirão que entre nós ainda paga muito mal, mas é bom não esquecer que estamos num país de analfabetos, onde a circulação das grandes folhas é verdadeiramente irrisória. Toda a melhor literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa. Uma ou outra exceção servirá apenas para confirmar a regra.

Durante a última metade do século XIX, no Recife, segundo constatação de Luiz do Nascimento (1970, p.17) circularam mais de 500 semanários, quinzenários, anuários e os de circulação irregular, de vida curta ou curtíssima e até de alguma longevidade; de todos os feitios e formatos; de caráter específico, libertários, noticiosos, caricatos, humorísticos, os mais variados.

Surgiram os primeiros jornais ou revistas de direito e jurisprudência [...] vieram, por outro lado, as folhas caricatas, servidas pelos sistemas de litogravura, introduzido no Recife no findar-se a década de 1851/1860 e que revolucionou a pacatez provinciana. E surgiu, depois de 1870, a famosa questão religiosa, que proporcionou a maior cobertura jornalística já verificada no Recife, intensamente vivida na imprensa diária e extravasada para a imprensa do plano periódico, que a explorou, sobretudo, pelo lado jocoso, satírico.

⁸⁵ [...] parece fora de dúvida que apenas por ter escrito no Rio de Janeiro, a sua voz foi ouvida e o seu protesto foi conhecido, comentado, rebatido, divulgado, ao ponto de até hoje podermos ocupar-nos, os contemporâneos (MACHADO NETO, 1973, p.65).

O momento, marcado pelo crescimento da urbanização, veio permitir o desenvolvimento das atividades ligadas à imprensa (o livro e o jornal). É nesse momento que, conforme Nelson Wenerck Sodré (1977, p.237-238), se firmam empresas ligadas a esse universo. É o caso dos irmãos Eduardo e Francisco Laemmert, que a partir de 1838 começaram a produzir periódicos tais como o “Almanak Laemmert” e que posteriormente, seriam os responsáveis pelas publicações das obras de nossos principais autores. Em 1854 o livreiro B. L. Garnier abriu uma pequena loja de livros na Rua dos Ourives, em seguida transferida para a Rua do Ouvidor. Ele foi *o grande editor da segunda metade do século XIX. A casa enobrecia os autores que lançava. Ser editado por ela era consagração* (editou livros de Machado de Assis, Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, dentre outros⁸⁶). A partir de 1872 o editor luso-brasileiro Francisco Alves, chegará a dominar 90% do comércio de livro brasileiro⁸⁷.

Para José Murilo de Carvalho (2007, p.19) a falta de espaços para debates e de instituições que promovessem e patrocinassem a produção de conhecimento, fazia da imprensa elemento privilegiado, algo que foi potencializado ainda mais com a diminuição da censura em função da inauguração da Regência. A importância da imprensa estava em seu caráter diário e a possibilidade de atingir um público muito

⁸⁶ A fundação Biblioteca Nacional disponibiliza todos os contratos para impressão e edição de livros feitos por Garnier e os intelectuais brasileiros.

⁸⁷ É interessante lembrar que o analfabetismo abocanhava um contingente de cerca de 90% da população, obstruindo o mercado editorial de desenvolver-se. Conforme Nicolau Sevckenko (2003, p.128) *os intelectuais viram-se assim, para o jornalismo, o funcionalismo ou a política*. No estudo de Maria Rouanet (1996, p. 10) sobre a crítica literária no Brasil deste momento, temos a sugestão de que o livro tinha o seu potencial prejudicado, pois, não era o veiculado mais adequado à pretensa difusão. *Se os escritores gozam de ampla liberdade em seus escritos é porque, o livro, é pouco lido, não tem repercussão em nosso meio*.

mais amplo que o da tribuna e do clube, uma vez que sua circulação, embora precária, alcançava outras regiões.

A respeito da importância da participação na imprensa do Rio como forma de arregimentar espaço e prestígio dentro do meio intelectual, temos a fala de Silvio Romero (1878, p.140) ao indicar que o Rio de Janeiro é a [...] *cidade oficial*. *A província pode ter seus grandes homens, seus talentos aproveitáveis. Nada importa. Não são conhecidos nem falados, enquanto não fazem uma romaria política, ou mesmo literária, à capital do Império*. Tomemos o exemplo de Tobias Barreto, diz Silvio Romero:

Nunca fez romarias literárias a capital do Império. E é sabido o quanto pesa esta lacuna. Não ter escrito para o Jornal do Comércio ou para o Diário do Rio, não ter sido visto por alguns conselheiros e dado o braço ao senhor Alencar [...] ô, isto é uma falta imperdoável! Mas o castigo vem logo. Nas classificações de poetas e prosaístas de literatos e oradores, que na tal corte se fazem como nos alistamentos para o serviço militar, o nome do digno filósofo não aparece nunca.

As conclusões de Fernando Azevedo (1944, p.65) atestam como o direito foi, assim como a literatura, a grande porta de entrada e ao mesmo tempo o delimitador das questões concernentes a sociologia no Brasil e a sua formulação. Conforme ele, a esse predomínio do bacharelismo cultivado por todo o império nas duas faculdades de direito, e de influência crescente nas elites políticas, prendem-se a notável preponderância que teve o jurídico sobre o econômico. Tiveram o esmero e o cuidado de dar a sociedade uma estrutura jurídica e política, em detrimento da preocupação de enfrentar e resolver os seus problemas técnicos.

De certa forma a questão se dava em torno do direito e da literatura. A primeira sendo responsável pela consolidação de um arcabouço jurídico moderno, valia-se da sociologia para fundamentar a dimensão cultural e social dos fenômenos

jurídicos, fazendo com que as Faculdades, forneceram subsídios para a construção de um amplo debate que consolidaria as novas instituições que emergiriam com a República⁸⁸.

Do ponto de vista da literatura, o que estava em jogo, em boa medida, eram os fatores sociológicos concretos que pudessem ser auferidos dos textos e das obras literárias, como forma de configurar a nação brasileira, ou seja, buscar compreender os sintomas na literatura, de toda uma nação que ia se formando e se construindo a partir da reflexão e da literatura que se fazia nela e sobre ela.

A fala de Romero [1888] (1954, p.1717) ilustra bem o que ocorria no campo intelectual do Brasil do século XIX:

No Brasil, ainda mais que nos outros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentar e até no regime representativo, exige que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o literato é jornalista, é orador e é político.

Conforme Crestani (1999, p.46) através da imprensa o trabalho do escritor começaria a receber certo amparo institucional, embora ainda predominasse uma confusão inicial na distribuição das tarefas literárias. Eram escritores que faziam as peças, a política, os versos, as defesas, os discursos, os jornais etc. O bacharel, o letrado e o jornalista, essas três personagens que durante o Império muitas das vezes estavam reunidas em uma só pessoa, foram as que incorporaram os papéis que o mercado de oportunidade do Império garantiu à produção intelectual, permitindo que houvesse a possibilidade de formulação de problemas de natureza científica e sociológica.

⁸⁸ Cf. Alonso (2002) e Chacon (2008).

IV – NOTAS SOBRE A SOCIOLOGIA NO SÉCULO XIX

A sociedade continua a multiplicar os seus liames e a criar os óbices ao império fatal das leis naturais. [(Tobias Barreto)

O ocidente experimentou no século XIX mudanças substanciais em quase todas as esferas de valores da cultura. O avanço da ciência, da industrialização, da urbanização e seus corolários implícitos e explícitos, excitaram os ânimos daqueles que percebiam a ciência como portadora da verdade, como o único instrumento para o ordenamento das relações sociais e quiçá promotora da inserção da humanidade nas veredas do progresso. Essas condições epistêmicas de verdade, aparentemente claras às ciências naturais em voga, quando traduzidas para as ciências sociais, implicavam e implicam uma série de distorções, por demais evidentes nas reflexões sobre a sociologia desde então, que iam desde filosofias sociais a ideologias a mercê dos interesses dos grupos que dinamizavam o processo de ocidentalização do mundo e das relações capitalistas.

Leis sociais, evolução, objetividade, verdade, filogênese, ontogênese, organismo social, raça, clima, meio etc. faziam parte do jargão científico que estava sendo adotado nos países ocidentais, como também em países como o Brasil. Entender a emergência dos estilos de reflexões sociológicas que se apresentavam no fim do século XIX, requer compreender as dimensões existenciais da sociedade brasileira e notar como elas atuaram como balizas para tais reflexões. A construção da Nação é o mote do pensamento sociológico naquele momento, a pergunta fundante da sociologia brasileira segundo Vilas-Boas (2006). É a sociologia que poderia, enquanto ciência, perceber o rumo da sociedade brasileira e situá-la dentro do contexto da evolução social.

A literatura, tão insistentemente analisada e valorizada⁸⁹ por esses intelectuais, foi o dado que permitiu circunscrever sociologicamente, a identidade da sociedade brasileira. No que diz respeito ao Direito, a relação entre este campo e o da sociologia é umbilical. Só foi viável pensar a sociedade brasileira, a partir das faculdades de Direito de Recife e São Paulo por estas serem não apenas o espaço onde era possível desenvolver a atitude intelectual, mas por compor o universo de interesse dos grupos que permitiam pensar a modernização descompassada da sociedade no plano jurídico e cultural.

A sociologia utilizada no Brasil era nitidamente positivista e evolucionista e segundo Oracy Nogueira (1978) e Roberto Da Matta (1981), atendia há um anseio de apaziguamento dos ânimos no que toca o entendimento do que éramos e o que estava reservado para nós no transcurso histórico. Consoante Schawarcz (1993), a *sciencia* e a sociologia que chega ao país no final do século não é tanto uma ciência do tipo experimental. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação.

A este respeito as informações de Laurent Mucchielli (2001) sobre o nascimento da sociologia na França, são interessantes: nas décadas que precederam o nascimento da sociologia universitária, o estudo científico das condutas humanas era sobretudo tarefa das ciências biomédicas: antropologia, psiquiatria, psicofisiologia. Globalmente, estas ciências funcionavam no quadro de um paradigma naturalista, explicando os comportamentos sociais pela natureza biopsicológica dos indivíduos e

⁸⁹ A herança da valorização da literatura vem do sistema jesuítico de ensino, que não fez mais do que valorizar as letras e acentuar o horror ao trabalho manual e mecânico, que vinha desse pendor português para viver de escravos. (Azevedo, 1944: 45)

dos grupos de indivíduos. As noções de raça, hereditariedade, constituição cerebral, são centrais nestas abordagens que consideram as sociedades como somas de indivíduos. Os anos 1860-1890 foram os momentos de apogeu destes modelos naturalistas aplicados às ciências sociais. Em psiquiatria dominavam as teorias da degenerescência¹. A psicofisiologia foi desenvolvida por Ribot, Richet e muitos outros no quadro do naturalismo. A antropologia racial foi consideravelmente reforçada e institucionalizada por Paul Broca (1824-1880) , que se tornou célebre por suas pesquisas sobre as localizações cerebrais das funções intelectuais e daquelas ligadas à fala, mas que não foi menos importante, na época, para a antropologia geral. Após ter criado a Sociedade Antropológica de Paris em 1859, Broca fundou em 1875 a Escola Antropológica de Paris, onde Letourneau ensinou sociologia sobre a base teórica da antropologia racial (ele publica *La sociologie d'après l'ethnographie* em 1881). Gustave Le Bon e Georges Vacher de Lapouge formaram-se igualmente nesta corrente. Uma antropologia criminal desenvolveu-se igualmente sob a direção de Alexandre Lacassagne no quadro das teorias hereditárias (que preferem simplesmente o modelo da degenerescência ao do atavismo divulgado pelo italiano Cesare Lombroso). Ele fundou em 1886 os *Archives d'anthropologie criminelle*

Foi apenas nos anos de 1880-1900, informa Mucchielli (Id. p.40-44), que a França vivenciou o aparecimento significativo de autores e de grupos de autores que reivindicavam o rótulo de sociólogos, e que buscavam dar autonomia a este horizonte do saber, tentando programar o seu ensino nas universidades. O princípio da existência de uma nova ciência nomeada de sociologia já havia sido estabelecido em 1856 por Augusto Comte, na 47^a. lição do *Curso de Filosofia Positiva*. A primeira Sociedade de sociologia foi fundada em 1872 por Emile Littré, o líder dos discípulos não religiosos de Comte. Essa sociedade contava com médicos, juristas e filósofos. Porém,

sucumbiram muito rapidamente por falta de participantes e também de algum tipo de consenso sobre a definição, acerca do programa e dos métodos da nova ciência. De um modo geral, a influência universitária do positivismo declinou na França após a morte de Littré (1881) e o desaparecimento de sua revista *La Philosophie Positive*. Nos anos de 1880, Spencer e o evolucionismo concentravam toda a atenção. Não houve assim continuidade direta entre a tradição positivista e o nascimento da sociologia universitária. A inovação proveio, na realidade, de outra geração intelectual. Alguns fatores sociais, políticos e culturais contribuíram de diferentes maneiras⁹⁰.

⁹⁰ Em primeiro lugar temos as *transformações do campo universitário e a profissionalização das ciências humanas*. A autonomização paradigmática das ciências humanas foi amplamente facilitada pela autonomização universitária destes saberes. É preciso em primeiro lugar assinalar a importância da criação da École Pratique des Hautes Études (EPHE) no final do Segundo Império (1864 e anos seguintes). Esta nova instituição continha na origem quatro seções; apenas a 4ª interessa às ciências humanas: a seção das ciências históricas e filológicas. Em 1885, nasceu todavia uma 5ª seção para as ciências religiosas (seção que desempenhará um papel importante no grupo de Durkheim). A economia política conquistou então sua autonomia no seio das faculdades de Direito. Enfim, conduzido por um personagem muito importante (Louis Liard, diretor do ensino superior entre 1884 e 1902), o desenvolvimento das faculdades de Letras desempenhou um papel essencial. De fato, permitiu a criação de cursos para as novas ciências humanas. Duas inovações foram particularmente notadas na época: o curso de Psicologia criado em 1885 por Théodule Ribot em Paris, e o curso de Ciência Social criado por Émile Durkheim em 1887 em Bordeaux. Este desenvolvimento das faculdades de Letras acompanhou-se também de uma profissionalização dos públicos. Os anfiteatros acolhiam maior número de estudantes que se beneficiavam em especial de bolsas cada vez mais numerosas a partir de 1877. No total, havia quinze mil estudantes no conjunto das universidades francesas em 1880, serão quarenta mil à véspera da Primeira Guerra Mundial.

Este movimento de crescimento e diversificação institucionais induziu rapidamente um movimento de profissionalização que se traduziu em particular pelo surgimento de novas revistas. Às revistas gerais acolhendo textos de autores de estatutos os mais diversos, juntavam-se ou substituíram-se revistas especializadas das quais participavam principalmente universitários: *Revue Historique* em 1876, *Revue de l'histoire des religions* em 1880, *Revue d'ethnographie* em 1882, *Archives d'anthropologie criminelle* em 1886, *Revue d'économie politique* em 1887, *Annales de géographie* em 1891, *Revue internationale de sociologie* em 1893, *Année psychologique* em 1894, *Année sociologique* em 1898, *Revue d'histoire moderne et contemporaine* em 1899, *Notes critiques/Sciences sociales* em 1900, *Journal de Psychologie* em 1904, etc. No plano político temos que o advento da República acompanhou-se da idéia de programa da transformação da sociedade, portanto, do seu conhecimento científico, da descoberta de leis que presidiriam o destino das sociedades. É uma idéia encontrada praticamente em todos os sociólogos franceses da época, quaisquer que sejam suas referências filosóficas (positivismo, evolucionismo, etc.). De fato, foi a época em que se instalou na França o Estado de bem-estar, caracterizado em particular pelo reforço do direito do trabalho, da assistência médica, do princípio geral da seguridade social. Este contexto político é muito importante. Tentei mostrar em outro lugar como este contexto havia condicionado a recepção de Spencer na França. Após ter sido o filósofo mais importante e um modelo na França nos anos 1870-1885, porque encarnava a idéia de ciência e de evolução, tornou-se rapidamente um adversário porque encarna doravante o ultra-liberalismo, o darwinismo social, a oposição ao Estado de bem-estar e a idéia de solidariedade.

Nesse período, contemporâneo a Tobias Barreto (1839-1889), o último quartel do século XIX, o debate sobre a fundação de uma ciência da sociedade era muito intenso, principalmente na França. Segundo Daniela Barberis (2004: 132), o organicismo e o evolucionismo contribuíram para a aceitação de características fundamentais em torno do objeto proposto por esta ciência: a sociedade. Escreveram-se livros programáticos, criaram-se revistas, fundaram-se sociedades, tentaram criar cátedras em instituições universitárias etc. O consenso em torno desse objetivo se dava em função da idéia de que as sociedades eram análogas a organismos vivos. A sociologia organicista postulava que a sociedade era um produto natural, como uma planta ou animal. Era um momento marcado pela crença de que todos os seres estavam sujeitos a serem compreendidos pela ciência positiva. Logo, se fosse possível explicar que a sociedade como um ser natural seria possível estender a aplicação das leis, ao universo social.

Conforme Barberis (Id. p.132) a sociedade era infinitamente mais complexa que um pólipo, porém essa diferença era apenas de grau e não de gênero. As sociedades evoluíam de acordo com as mesmas linhas que todos os outros fenômenos da natureza. *A unidade da ciência e da continuidade da natureza eram dois credos amplamente aceitos no fim do século dezenove.* O uso da analogia orgânica era utilizado como balizas para explicar os fenômenos sociais. Eles acreditavam que moldar a sociologia a partir da biologia era o único meio de torná-la ciência.

Na Inglaterra, a situação não era diferente. Conforme a abordagem de Judah Rumney (1964, p.53-54) ela sempre foi marcada pela estabilidade e por mudanças paulatinas; um país de reforma e evolução, e não um de crises e revoluções. Por trás da objetividade e do desapego científico, a sociologia era uma arma para combater o socialismo. J. S. Mill: adota o termo sociologia (1842) indicando que a

demora das ciências sociais poderia ser remediada se esta aplicasse os métodos das ciências naturais. A função da sociologia consiste em descobrir as leis conforme as quais certas situações da sociedade produzem a situação seguinte. Outro representante desta sociologia é o Henry Thomas Buckle (1820-1861), que acentuava a influência do ambiente físico e menosprezava a importância do indivíduo. Suas principais conclusões: a história de cada país se distingue por certas particularidades, que podem ser generalizadas, posto que os indivíduos afetam pouco ou nada; que o prolegómeno imprescindível da generalização consiste em investigar as relações entre as condições da sociedade e o meio material circundante; não é possível compreender a história de certo país sem a prévia investigação da história geral. A ciência da história só seria possível a partir dos princípios que regem a natureza e o destino das nações. As ações humanas são regidas por leis, tão fixas e regulares como a do mundo físico. Clima, solo, alimentos e os aspectos da natureza são as principais causas do progresso intelectual humano. O progresso da civilização implica a diminuição gradativa da influência das leis da física e um contínuo aumento das leis mentais. Religião, literatura e governo são produtos e não causas da civilização.

Herbert Spencer (1820-1903) foi um dos principais e mais reconhecidos representantes do evolucionismo e da sociologia britânica durante o terceiro e último quartel do século XIX⁹¹. Esta tendência, grosso modo, era uma foi amplamente dominante durante quase todo aquele período. A ideia de evolução, principalmente após a publicação da *Origem das espécies* [1859] de Charles Darwin, ganhou força e acabou ficando fortemente presente no imaginário do século XIX. Comte já tinha definido as etapas pelas quais passam a humanidade em sua marcha rumo ao

⁹¹ Cf. Martins, 2004; Goldthorpe, 1971; Gurvitch, 1970; Rumney, 1964; Durant, 1981.

progresso, o evolucionismo de Spencer só levaria esse pressuposto ao extremo a partir da incorporação da discussão sobre progresso. Conforme Spencer (1939, p.15):

Está fora de qualquer discussão o fato do progresso orgânico consistir na passagem do homogêneo para o heterogêneo. Assim, propomo-nos demonstrar, em primeiro lugar, que esta lei do progresso orgânico é a lei de todo o progresso, quer se trate das transformações da terra, do desenvolvimento da vida a sua superfície ou do desenvolvimento das instituições políticas, da indústria, do comércio, da língua, da literatura, da ciência, da arte, dá-se sempre a mesma evolução do simples para o complexo, mediante sucessivas diferenciações. Desde as mais remotas transformações cósmicas, de que ainda existem sinais, até os mais recentes resultados da civilização, vê-se que o progresso consiste essencialmente na passagem do homogêneo para o heterogêneo.

John Goldthorpe (1971, p.85) destaca que Spencer afirmava por volta de 1852 que a sociedade humana era marcada por um processo de luta pela existência e por uma seleção que se dava em função dos mais capazes. Em 1857, anunciava que a evolução tinha aplicabilidade universal e que seria a chave para a compreensão de todos os outros fenômenos (inorgânicos, orgânicos e super orgânicos).

George Gurvitch (1970, p.186) adverte que todo o interesse de Herbert Spencer está relacionado a transposição da idéia de leis da evolução para o universo social. Considera que essas leis são de aplicação universal (estendidas do mundo astronômico e físico químico e inanimado, como o desenvolvimento da evolução orgânica, porém, também, ao mundo super orgânico, que é o mundo social). Spencer propõe formular a lei geral da evolução sobre os axiomas da persistência da força, a indestrutibilidade da matéria e a continuidade do movimento. A transformação da força e da matéria pelo movimento leva a evolução, em qual a matéria se integra, o movimento se dispersa e se diferencia estabelecendo a partir daí equilíbrios variados. Este processo pode ser caracterizado como a passagem da homogeneidade incoerente a uma heterogeneidade coerente. Conforme Gurvitch (Id, p.188): *a evolução é uma integração da matéria e uma dissipação concomitante do movimento; nesta evolução,*

a matéria passa da homogeneidade indefinida e incoerente a heterogeneidade coerente e diferenciada. As idéias de evolução de Spencer concorreram para que desenvolvesse uma série de estudos etnográficos e históricos, na tentativa de tentar entender como se operavam essas supostas leis.

Herbert Spencer é comumente considerado um representante do evolucionismo e muitas vezes do positivismo do século XIX. Estudou a obra de Charles Darwin e a partir daí procurou aplicar leis da evolução a todos os âmbitos da cultura humana. Sobre suas idéias pesam as leituras que ensinam que elas justificaram a divisão da sociedade em classes e o Imperialismo, naturalizando as desigualdades a partir de uma suposta seleção natural.

Embora a França e a Inglaterra enveredassem explicitamente pelo legado positivista, a Alemanha, pelo caráter peculiar de sua formação e inserção na modernidade capitalista⁹², manteve um debate que de certa forma foi imune e crítico das influências positivistas, possibilitando refutar a validade das analogias e pretensões da sociologia que enveredava por um caminho que buscava na biologia e nas ciências naturais à sua fonte de inspiração⁹³. Ainda sim, segundo Wiese (1962), a sociologia Alemã desse momento não se furtava a uma *vinculación íntima y no aclarada entre la sociología y biología (generalmente darwinista*⁹⁴).

A “crise” das ciências sociais no final do século XIX, tendo como referência uma ampla discussão acerca da validade das ciências sociais diante das

⁹² Mannheim (1963, p.90) registra que [...] se a França representa o papel de reconstrutor radical de todos os elementos da ilustração e do racionalismo na consciência, e se converteu no portador reconhecido do pensamento abstrato, também é possível dizer que a Alemanha representou um papel complementar quando converteu o pensamento conservador, orgânico, histórico, em uma arma, dando ao mesmo tempo uma consistência e lógica interna, própria dele. (Mannheim; 1963:90)

⁹³ Segundo Barberis (2004) a unidade e a continuidade da natureza eram dois credos amplamente aceitos no fim do século dezenove e serviram de base para o desenvolvimento de vários campos do conhecimento. Acreditavam ainda que a biologia era o modelo que garantiria a sociologia uma ciência.

⁹⁴ Lorenz Von Stein, Karl Marx, Albert Schaffle, Paul V. Lilienfeld (organicista), Ludwig Gumplowicz (teoria das lutas de grupos), Gustav Ratzenhofer.

ciências naturais, Max Weber denominou de *pestilência metodológica*. Esta *pestilência* estava inextricavelmente ligada às questões relacionadas à objetividade do conhecimento (o que implicava a transposição ou não dos métodos das ciências naturais para as sociais) e ao caráter nomotético do conhecimento. Com o historicismo e culturalismo alemão, e principalmente em seus desdobramentos na Escola de Baden⁹⁵, temos os principais iniciadores deste processo revisão do conhecimento científico nas ciências sociais.

O Historicismo representou uma revisão do postulado positivista da objetividade e do caráter nomotético do conhecimento ocorrido na Alemanha do século XIX, cuja intenção de fundo consiste na pesquisa das condições de possibilidade, isto é, da autonomia e validade cognitiva das ciências históricas. Os traços fundamentais do historicismo alemão advogam que a história é obra dos homens, de suas ações e relações situadas em contextos precisos e não resultado de leis inalteráveis; Estendem a crítica kantiana (como é possível às ciências?) pra além das ciências físico-naturais, isto é, para as ciências sociais; Para eles o pesquisador não é o sujeito transcendental com categorias a priori, fixadas no plano a-histórico, mas é um homem concreto, historicamente condicionado; O objeto de estudo é a individualidade dos produtos da cultura humana, oposta à uniformidade e regularidade dos fenômenos nas ciências naturais; Enquanto o instrumento do conhecimento nas ciências naturais é a explicação causal (Erklären) nas ciências sociais passa a ser uma compreensão empática (verstehen). A principal contribuição, todavia, é a ênfase nos elementos

⁹⁵ Escola de Baden foi marcada pelas questões suscitadas por **Windelband** (1848-1915) – que advogava que as ciências se destinam em função de sua base metodológica e distingue as ciências nomotéticas (buscam a determinar a regularidade dos fenômenos) das ideográficas (atentas às especificidades dos fenômenos particulares) – **Rickert** (1863-1936) – que acentua o papel de referência aos valores no trabalho do historiador mostrando que a realidade social (seus eventos e instituições) é inapreensível em sua totalidade, e que esse mesmo estudioso escolhe os fatos relevantes em função dos valores da sociedade a qual ele pertence.

afetivos e volitivos na orientação e formação do pensamento. Esta questão culmina numa substancial distinção entre o papel do valor nas ciências naturais e culturais, e por conseguinte, a crítica a idéia de uma sociedade que segue um padrão pré-determinado ou nomotético de evolução ou progresso.

No Brasil esse debate também ocorrerá. Temos de um lado uma tensão entre as explicações que centram suas ênfases nos aspectos naturais e involuntários da cultura e sociedade humanas e outra vertente que tenderá a interpretar a cultura como criação humana ligada umbilicalmente a volição. Este debate será visto adiante e demarca claramente o resvalar das discussões sociológicas do século XIX no Brasil.

V – PATRIMONIALISMO E SOCIOLOGIA

As minhas idéias [...] flutuavam, no meio das atrações diferentes desse período, entre a monarquia e a república, sem preferência republicana, talvez somente por causa do fundo hereditário de que falei e da fácil carreira política que tudo me assegurava [1900] (NABUCO, 1995, p.17).

Do que acabo de dizer facilmente se deduz a crença, em que permaneço, de ver a tão custosa solução sair naturalmente, espontaneamente, do seio da sociedade [1885] (BEVILAQUA, 1976, p.33).

Sob quais circunstâncias é possível emergir uma sociologia metodologicamente criteriosa? Apenas numa sociedade de classes, burguesa? É possível que os fatores extra-teóricos delineiem o tipo de reflexão sociológica a se desenvolver sob determinadas condições? Roberto Schwarz (2000, p.11) em seu famoso e significativo texto *As idéias fora do lugar*, aponta que:

[...] toda ciência tem princípios, de que deriva seu sistema. Um dos princípios da economia política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato “impolítico e abominável” da escravidão. Este argumento põe fora a Brasil do sistema de ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral “impolítico e abominável”. Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as luzes, o progresso, a humanidade etc.

Ainda segundo ele, o Brasil foi assentado no monopólio de terra que gerou três “classes de população”. O latifundiário, o escravo e o homem livre, que ele chama de “dependente”. Entre as duas primeiras classes a relação é muito clara, mas em relação ao terceiro, o esteio que regulamenta a sua relação com os latifundiários e com o estamento é o *favor direto ou indireto de um grande*. Mesmo nas profissões liberais que pressupunha um saber específico, onde teoricamente não deviam nada a ninguém, valendo pelo seu serviço, o favor imperava.

E assim, como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto [...] O favor é a nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. (Idem, p.16-17)

Segundo Emilia Viotti da Costa (1999, p.262-263), os intelectuais, e de certa forma a sociologia por eles praticadas, estavam presos a uma ambígua rede de relações

de dependência para com o estamento. A sujeição tolhia a possibilidade do que deveria ser dito. Segundo a autora:

O melhor testemunho das atitudes dos bacharéis é dado pelo comportamento dos intelectuais. Alguns provinham como Silvio Romero, de famílias cujas atividades eram ou tinham sido essencialmente agrárias. Outras tinham origem estritamente urbana. Localizando suas atividades nos centros mais importantes, onde o contato mais íntimo com a cultura européia e com a vida urbana lhes dava relativo distanciamento da realidade rural, opunham-se, às vezes, teoricamente, ao domínio das oligarquias, denunciando a opressão que estas exerciam sobre as populações rurais e urbanas. Criticavam o latifúndio, a escravidão; preconizavam métodos de ensino mais modernos. Continuavam, no entanto, na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência dos elementos das oligarquias, escrevendo em revistas e jornais [...] a ambigüidade em que se debate esse tipo de intelectual fica evidente numa atitude de Tobias Barreto que, numa cidadezinha perdida no interior do Brasil, publicava em alemão um jornal que certamente não encontrava leitores, e fazia discursos [...] atacando as oligarquias rurais numa área controlada essencialmente por elas, diante de um público perplexo, senão atônito.

José Murilo de Carvalho (1980) chama essa relação de *dialética da ambigüidade*. Trata-se de uma situação caracterizada pelo fato de que emprego público indicado e nomeado constituía a principal alternativa para os “enjeitados” do latifúndio escravista, ao tempo que embaraçava e limitava a crítica e o protesto contra este mesmo latifúndio. Logo, ao passo que viam com o olhar do mundo moderno a monarquia escravista na qual estavam inseridos, tinham medo de sua falência.

Em estudo sobre os efeitos das relações clientelistas no Brasil Imperial, Wilton José Marques (2003, p.32), a partir do caso de Gonçalves Dias, atesta que a dependência do emprego público no Brasil do século XIX chegou ao ponto de gerar uma maior complacência em relação às mazelas da sociedade brasileira e à ordem escravista. A sua constatação foi a de que Gonçalves Dias estava ciente de *como as coisas funcionavam, mas, em alguns momentos, assumia posições contraditórias em*

relação aos meios necessários para assegurar sua entrada no funcionalismo público, ora criticando-os, ora aceitando-os.

O depoimento de Gonçalves Dias (Apud, Marques, 2003, p.41) deixa patente essa relação:

De mim te digo recitei uma poesia que está a sair à luz, e então julgarás. Só me distingui em não afogar o Imperador à força de baforadas de lisonja, verdadeiras nuvens de incenso. Por quê? Pois estou convencido que ninguém crê mais firmemente do que eu na necessidade do governo monárquico entre nós, ninguém quer mais ao Imperador que eu: tem virtudes que o fazem um homem estimável, tem qualidade de um rei literato; mas parece-me que sempre que se fala na presença de um poderoso é preciso ter cautela e reserva nos louvores para que não se convertam em lisonjas; é preciso ter alguma coragem para se poder afrontar com certeza na opinião do vulgo, quando acaba de louvar um destes – o epíteto de lisonjeiro ou adulador! É essa coisa que não poderei fazer nunca, ainda que me sobrasse vontade por isso: não posso, não sei.

A questão que nos propomos neste instante é tentar perceber qual foi o estilo de sociologia modelada pelas relações estamentais. Talvez não seja interessante pensar a ideação, como sugere Schwarcz, (2000) e Alonso (2002), a partir da inexistência de reflexões científicas e de um campo intelectual autônomo, respectivamente, durante o Brasil Império. O que pode ser interessante é perceber quais foram os espaços e horizontes das manifestações intelectuais e os estilos de sociologia que pôde ser feito sob a égide das relações políticas e sociais que caracterizavam o Império.

Havia restrição nas críticas da grande maioria dos autores que compuseram o cenário intelectual brasileiro do século XIX. Tobias Barreto, alerta Vamireh Chacon (1978), só ousou criticar abertamente o imperador quando escreveu uma monografia em alemão que só viria a ser publicada postumamente. È bem provável que Silvio Romero referendasse Gobineau pela sua forte e íntima relação com o imperador.

Segundo Otavio Ianni (1992, p.15) os intelectuais deste momento buscaram refletir sobre o que era o século XIX brasileiro, e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades regionais e nacionais. Aproveitaram-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia ser transformada a sociedade, a economia, a população, a cultura, o estado, a nação. Em cada período marcante de sua história, a sociedade brasileira tem sido induzida a pensar-se novamente. Os momentos em que o Brasil foi obrigado a pensar sobre si foram: (1) declaração da independência de 1822 (indianismo), abolição da escravatura e proclamação da república em 1888 e 89 (romantismo e positivismo) respectivamente (3) e pós-revolução de trinta (marxismo e funcional-estruturalismo).

No segundo período, que interessa-nos, quais eram os dilemas que o Brasil enfrentava? Como estavam estruturadas as relações de poder entre os grupos representados? Acreditamos que é fundamental partirmos dessas duas questões para podermos entender como a emergência da explicação sociológica no Brasil e as suas relações com o estamento.

Para Paulo Mercadante (1972, p.01), no período de formação nacional, que alcança os últimos anos do século XIX, a mentalidade conservadora brasileira haveria de distinguir-se da Européia por suas singulares feições conciliatórias. Trazendo em seu espírito o reflexo das faces mercantil e feudal do domínio, teve a *intelligentsia* nacional que conciliar também o liberalismo econômico e o instituto da escravatura, procurando ajusta-los à realidade do país. Ademais, tudo levava a uma ideologia da mediação. No Brasil os senhores rurais traziam naquela dualidade econômica do domínio uma duplicidade ideológica a traduzir-se em revolução quando se tratava de

comércio com o mercado mundial, e reação, quando se cuidava de manter as relações escravistas na fazenda ou no engenho. Tudo o que coubesse na moderação devia ser aproveitado, isto é, tudo o que já significava a reação contra o enciclopedismo, sem implicar endosso às velhas idéias da aristocracia derrubada (Id. p.99).

Como observou Gláucia Vilas-Boas (2006, p.70), quando a sociologia surge no Brasil ela não indaga os fundamentos das associações entre os homens, à maneira dos estudiosos franceses, nem da possibilidade teórica e metodológica de conhecer a sociedade, à maneira dos alemães. Tampouco interessava as reformas sociais ou a integração de grupos de diferentes origens étnicas nas grandes cidades, a exemplo da sociologia americana. A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita numa tradição de pensamento sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira. O que interessava era investigar problemas concretos do país, principalmente, conhecer suas peculiaridades para saber das possibilidades de integrar-se ao concerto das nações modernas.

Conforme Antonio Candido (1960, p.01)

A sociologia brasileira formou-se, portanto, sob a égide do evolucionismo e recebeu dele suas orientações fundamentais, que ainda hoje marcam vários de seus aspectos. Dele recebeu a obsessão com fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiado gerais e as grandes sínteses explicativas. Daí a predominância do critério evolutivo e a preferência pela história social, ou as reconstruções históricas, que ainda hoje marcam os nossos sociólogos e os tornam continuadores lógicos da linha de interpretação global do Brasil, herdadas dos *juristas-filósofos* (para falar como Clovis Beviláqua) do século passado.

A sociologia enquanto experiência ligada ao mundo moderno e industrial nasce historicamente como uma teoria da sociedade burguesa, debatendo-se desde cedo com a questão da passagem das sociedades pré-capitalistas ao capitalismo. Foi invocada como “ciência” regeneradora e organizadora da sociedade. Estas dimensões estão presentes em várias das obras precursoras da sociologia do século XIX. No

Brasil, no esteio de um grupo de intelectuais que estão maritidamente unidos a Europa, era plausível, nos termos de modernizar, explicar e reorganizar, que a sociologia, a ciência do processo civilizador ocidental, se adequasse em suas premissas e postulados aos interesses de um grupo que buscava impor rupturas com as anti-modernas instituições sociais vigentes.

É importante salientar como já observado por Antonio Candido (1960), que o evolucionismo não constituiu uma importação artificial de modas européias, ao contrário, ele veio e se adequou as várias das nossas realidades locais, servindo de referência a um povo que procurava justamente construir de si mesmo uma representação coerente no plano ideológico, preocupada com o peso do passado escravocrata, às possibilidades de desenvolvimento futuro, o significado positivo ou negativo que teriam desse processo as raças díspares e a decorrente da mestiçagem.

Neste período, no plano intelectual, as Faculdades de Direito e o pensamento oficial brasileiro era marcado pelo ecletismo, que, muito mais do que o positivismo, foi, segundo Francisco Igléssias (1997, p.327), a filosofia que mais extensas e profundas raízes encontrou na alma brasileira, estando plenamente vigente no fim do Império.

A fácil adaptação do ecletismo no Brasil consistiu no fato de, a partir de 1830, haver representado num momento de crise das velhas correntes filosóficas e políticas, transformando-se numa doutrina conciliadora das opiniões. Sua proposta é conciliar e apaziguar. Esta solução filosófica teve, naturalmente, conseqüências políticas muito importantes e, no nosso meio, correspondeu a uma exigência do agitado período que vai da abdicação de D.Pedro I à maioria. Convinha aos interesses políticos moderados que buscavam “nada de excessos”. Queremos a constituição, não queremos revolução. O ecletismo com toda a sua ambigüidade,

apresentava uma solução para a classe que detinha o poder, para as idéias da nossa aristocracia.

Conforme Cruz Costa (1967, p.73) o sucesso desta perspectiva filosófica estava no fato de que a partir de 1830 haver ela tomado uma orientação que satisfazia, num momento de crise das velhas doutrinas filosóficas e políticas, uma direção conciliadora. Ele propunha para todos os sistemas filosóficos um tratado de paz. Deveria haver uma conciliação dos elementos interessantes de cada perspectiva, *do mesmo modo que o governo representativo deveria ser o governo misto que satisfizesse a todos os elementos da sociedade. Nada de excessos. Queremos constituição, não queremos revolução.*

Para Paulo Mercadante (1972, p.33) o ecletismo pode ser traduzido como a primeira tendência filosófica estruturada no país, angariando a adesão da intelectualidade e contribuindo para manter uma situação de domínio quase que absoluto nas décadas de 1840 à de 1880. Seu objetivo era conciliar o que julgavam verdadeiro em todos os sistemas, considerados como manifestações parciais de uma verdade única e ampla. Consistia numa reunião de teses conciliáveis tomadas de diferentes sistemas filosóficos, e que são justapostas, deixando de lado, pura e simplesmente, as partes não conciliáveis destes sistemas. *Recolhe todas as grandes idéias suscitadas pelo progresso das idades, e em fundi-las no crisol de uma idéias nova.* O ecletismo foi a filosofia que mais despertou nosso interesse, devido ao seu verbalismo e lirismo e à sua superficialidade. Todos os exames gerais realizado no império deveriam seguir o esquema eclético, é por isso que se afirma que o ecletismo foi a filosofia oficial neste período. A máxima de Victor Cousin era: *recomendo é um ecletismo ilustrado que, julgando com equidade e inclusive com benevolência todas as*

escolas, peça-lhes por empréstimos o que tem de verdadeiro e elimine o que tem de falso.

A base tanto da filosofia quanto da teoria política dominante no império até 1865 era um curioso mosaico de idéias importadas da França. Era um ecletismo, e, como o nome indica, pouco passava de uma síntese das idéias filosóficas e religiosas em voga na França⁹⁶.

Roque Spencer Maciel de Barros (1986) identifica no Império três tipos de mentalidades. A primeira, a católico-conservadora, que de tão hegemônica, era toda desarticulada. Seus objetivos estavam vinculados à manutenção das instituições monárquicas e religiosas, ao impedimento das idéias liberais mais ousadas, do estado laico e do ideal cientificista. Ela vai se amparar no ecletismo para poder defender os direitos do passado contra as necessidades do presente e as exigências do futuro, pregando que só existe uma ordem juridicamente legítima numa sociedade teocrática⁹⁷. Conforme Glaúcio Veiga (1993, p.27) o catolicismo institucional não estava ameaçado e daí a sua força. A ausência de ameaças não obrigava os verdadeiros católicos a se organizarem, a se definirem doutrinariamente, daí a sua fraqueza.

Enquanto era a religião do Estado e não lutava contra a propagação de nenhum outro tipo de religião, pois não havia tal liberdade, a mentalidade católico-conservadora mantivera-se no controle da interpretação pública e oficial. Contrários a liberdade de imprensa, bradavam, como ilustra a fala do ultramontano professor Braz Florentino (1866, 07), contra aqueles que advogavam os credos científicos incompatíveis com a Igreja. Segundo ele, querer que escritos infames, ímpios ou

⁹⁶ Cf. Skidmore, 1976, p.20.

⁹⁷ Conforme Macedo Costa (apud Barros, 1886, 38) o direito não provém [...] de uma mera convicção pessoal, de uma opinião variável, de uma determinação arbitrária dos homens, ou de um contrato social, mas sim de Deus: suprimi esta constituição divina da sociedade humana, toda ela se abala a base do fastígio [...] não há mais critério absoluto, nem fundamento sólido em que assentem os deveres do governo para com o povo e do povo para o governo.

sediciosos circulem impunemente na sociedade é querer a ruína dos estados. Além de contrários à livre circulação da informação, rejeitavam ao casamento legal e a secularização dos cemitérios (denominando essas demandas, respectivamente de “concubinato legal” e “profanação dos cemitérios”), do sufrágio universal e da escravidão⁹⁸.

Extremamente preocupados com a manutenção da estrutura patriarcal da Família, advogavam que a desigualdade entre os homens e as mulheres eram natural. As mulheres devem ficar restritas ao universo do privado e não do público. Acreditavam que as limitações impostas pela natureza às mulheres impediam que as mulheres exercessem a vida pública⁹⁹.

As outras mentalidades, que poderíamos chamar de liberais, ele distingue a liberal e a cientificista, pois partem de objetivos similares e pressupostos diferentes. Segundo Barros (1986) elas compõem a *ilustração brasileira*. As concepções de mundo dos liberais se modificam. Os cientificistas acreditam na validade da ciência, no determinismo universal (de onde podemos tirar proveito para poder intervir no funcionamento do mundo social e natural), no fato de que mudança de governo representaria uma mudança social profunda e acreditavam que era preciso transformar o povo para que a legislação ou administração avançassem. Já os liberais mais conservadores, entendem que a ordem social está assentada numa concepção jurídica de homem, crê na liberdade humana, na volição, acreditam que a mudança da forma de

⁹⁸ Consoante Barros (1986, p.45) o problema da abolição para eles tem o mesmo valor que o das reformas eleitorais, que o da industrialização do país, o da imigração. Segundo a fala de Júlio César de Moraes Carneiro (Apud, 46) [...] pensam eles que com reforminhas de colégios, de eleições, e do cativo dos negros velhos a pátria há de sair incólume da crise moral que ameaça revolucioná-la [...] nem o voto indireto, nem o direto, nem o ensino leigo e livre, nem a imunidade da imprensa, nem a prerrogativa dos cultos, nem a libertação do ventre, nem a secularização do ensino [...] é tempo de voltar a Cruz; de pedir ao catolicismo a resolução dos problemas sociais que agitam a nossa época.

⁹⁹ Para melhor compreensão da mentalidade católico-conservadora e seu estilo de pensamento ver o livro de Roque Spencer M. de Barros (1986), especialmente seu capítulo II.

governo resolveria os problemas sociais e isso poderia ser alcançado por um tipo de administração que transformasse o modo de ser de um povo.

Estas três mentalidades, ou estilos de pensamento na acepção mannheimiana, são as que preponderam no século XIX, principalmente na imprensa do período. A mentalidade cientificista, estava preocupada em aplicar as esferas do saber o método naturalístico, darwínico ou positivista ao estudo da sociedade brasileira. Foi no momento de desmonte das bases que sustentavam o império, desmanche demorado, mas potencializado pela incorporação da sociologia como fundamento de validade que se contrapunha a mentalidade católico-conservadora. A ciência foi tomada como referência para pensar e projetar o Brasil. Como afirma Bastos (1986) para o cientificismo *o mundo humano, enquanto objeto de conhecimento não é mais dado como algo que é, mas como algo que vem a ser; a história incorpora-se a natureza.*

A maioria dos jovens intelectuais que residiam em Recife aderiram ao espírito cientificista da época. De todo o conjunto de idéias e correntes filosóficas do século passado que por aqui ressoou, foi a filosofia da história positivista a que, com a do ecletismo, maior número de intelectuais atraiu. O prestígio crescente da ciência, sobretudo das ciências naturais, foi determinante dessa influência. De um lado os ecléticos que poderiam ser modernos, e de outros os modernos que iam de encontro aos ecléticos.

De certa forma, a passos lentos, operava-se o desmonte da estrutura estamental monarquista e escravocrata e no seu bojo emergia a possibilidade da produção da cultura brasileira, de sua memória e de um saber “positivo”. As manifestações desta decadência começaram a saltar aos olhos com o colapso da economia açucareira e de seu modelo escravocrata, a partir acirrados debates

intelectuais que começavam a ganhar fôlego na década de 1870. Estes debates eram modelados pela crença na lei da evolução histórica, tendo a sociologia, inicialmente na vereda proposta por Comte e posteriormente na de Heackel e Spencer, como as perspectivas intelectuais que mais espaço tivera neste momento, sendo o instrumental intelectual que tornava justificável a falência do regime monárquico e o advento “inexorável” do capitalismo brasileiro. Foi por intermédio de reflexões balizadas por estas premissas que houve a possibilidade de se pensar e projetar a nação brasileira (e suas especificidades) não mais em função de certo fatalismo teológico-histórico, mas à luz das teorias científicas vigentes em terreno europeu. Articulado uma série de autores, teorias e conceitos para explicar a especificidade da formação histórica brasileira, a geração de 1870 é um “frágil” sintoma deste débil processo.

A Sociologia que emergia na ordem estamental é tímida, preocupada com as questões sociais dentro de limites reformistas e paulatinos. As leituras sociológicas que incorporaram foram reflexos do desmantelamento gradativo do sistema escravocrata e com isso, a consolidação de uma alteração superficial da ordem brasileira. Era o estamento selecionando a sociologia brasileira do século XIX. Conforme Gláucio Veiga (1983, p.09-10) o confronto na qual a sociologia é invocada é entre dois mundos com tempos e premissas diferentes, que inexoravelmente demandavam estilos de pensamentos diferentes.

A preocupação da ordem estamental é domar o tempo, freá-lo, desfigurá-lo da dinâmica orgânica, enfim, coagular o tempo. Ou aplicar mecanismos inércias. Todo o sistema estamental tende a retrooperar em direção ao arcaico, ao arquétipo; por seu turno, este passa a ser reprojetoado como ordem perfeita repetida, reiterada. O natural com toque de atividade, por ser natural, é a ancoragem do tempo [...] O tempo, para aqueles segregados, ou quase exilados da ordem estamental, a plebe fulgurante, resume-se no futuro. Na mesma medida que o estamento sacraliza o passado, o não estamental diviniza o futuro. E vinculado ao conceito de futuro, alonga-se toda uma imagem luminosa de adjetivos e substantivos: auroras, sol, luzes, progresso irreversível, ciência libertadora, etc. [...] Caminho único para destruir o sistema estamental – a via científica por excelência – consistiria

em naturalizar cientificamente o direito, através do método darwiniano. Esta, opção de Tobias, opção estrondosa. Qualquer filosofia evolucionista espelha transição e depois hegemonia, da estrutura de classe sobre a estrutura estamental.

A fala de Clovis Beviláqua [1885] (1976, p.23) é sintomática.

[...] uns produzem para outros, cuja função social é simplesmente locupletarem-se com os frutos da atividade alheia. Isto parece uma fatalidade de todas as associações quer de homens quer de animais. As abelhas e as formigas não tem, como nós, os homens, uma classe inteligente laboriosa, incansável e outra composta de indivíduos soezmente madraços.

Segundo Beviláqua, Karl Marx e Lassale eram vistos com simpatia por ele, principalmente o primeiro. Segundo o autor, essa simpatia se deve a ênfase científica que procurou imprimir nos seus escritos, buscando um socialismo científico, a partir dos trabalhos de Darwin, da anatomia, da antropologia etc. *Infelizmente suas* (as de Marx) *doutrinas parecem que tem mais um caráter revolucionário do que construtor* (Id. p.24).

As hipóteses socialistas sempre me impressionaram de um modo desconsolador [...] Reconhecia que todas se nutriam de uma ambição nobre, mas nenhuma delas me parecia acertar no ponto vulnerável, nenhuma delas me parecia engendrar uma solução tranquilizadora, atendendo os diversos interesses em antinomia [...] O próton-pseudos, o pecado original do socialismo é querer nivelar as classes sociais, quando é certo que é da sua desigualdade, da diversidade de suas funções que resulta a harmonia e o progresso humano [...] Se muitas classes vivem do trabalho alheio não devemos concluir que essas classes são inúteis e danosas, mas sim que já, em sua constituição ou nas suas relações com as mais, um vício que é preciso extirpar (Ib.Id. p.24-25).

Estes intelectuais, que nem sempre ostentavam os vínculos diretos com a elite, eram homens encantados com o racionalismo, com a ciência, com a possibilidade positivista de controle racional do desenvolvimento. Era sobre a realidade brasileira que estes desdobramentos iriam surtir efeito. O ambiente das possibilidades objetivas que se impunham na escolha das opções teóricas e metodológicas do período está

vinculado, pelo menos no Recife do século XIX, à seleção de modelos que dessem, em contraposição aos interesses da igreja, uma autoridade científica às proposições alcançadas, para a construção de uma nova *weltanschauung* que ordenasse as estruturas sociais “modernas” que emergiam naquele momento.

Todos estes intelectuais eram bacharéis e estavam contaminados pelo beletismo. O literato, detentor do status de intelectual, se imbricava ao bacharel, que passa a ser um elemento fundamental no aparelhamento racional-legal, tanto como político, funcionário ou escritor. Esta geração, por intermédio de uma situação existencial comum, ficou marcada pela ambigüidade de pensar o Brasil em função dos modelos fornecidos pela Europa que depreciava-nos desde suas premissas. Segundo Nicolau Sevcenko (2003,98), os *mosqueteiros intelectuais* estavam voltados para o fluxo cultural europeu com a verdadeira e única tábua de salvação capaz de apagar o passado obscuro, e abrir as possibilidades para um novo mundo. *A palavra de ordem da geração modernista de 1870 era condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar grandes reformas redentoras: a Abolição, a República e a Democracia.*

As principais perspectivas sociológicas utilizadas durante as décadas de 1870 e 1880 foram as de Augusto Comte (1798-1857) e a de Herbert Spencer (1820-1903), mas seu espaço de enunciação, ou as questões pelas quais ela fora invocada para resolver e explicar foi o caráter cultural do Direito e da Literatura.

As dimensões que distinguem o jurista do literato são tênues, ao menos naquele momento. Era através das faculdades de Direito que os jovens galgavam acesso às produções literárias, e de certa forma o pensar literário. Enquanto sinônimo de status de intelectual desde a colônia, com a incipiente “modernização” do aparato patrimonial burocrático brasileiro, o literato vai começar a dividir espaço com o jurista, e cada vez mais debates acerca da fundamentação intelectual e científica de suas

posições ganham espaço. A questão literária estava intimamente articulada a questão da nação, enquanto a questão do direito à crítica as instituições *jusnaturalistas* monárquicas. O desencantamento do mundo a partir do século XVI e a sua correlata automação de algumas esferas de valores da cultura, possibilitou o deslocamento tanto da questão jurídica quanto literária, para um universo em que fosse possível explicá-la racionalmente. Indubitavelmente estas explicações emergiam das necessidades concretas de consolidação dos estados nações burgueses sendo o direito e a literatura, facetas deste processo¹⁰⁰.

É importante perceber, como salienta Lelita Oliveira Benoit (1999, p.188) que a noção de história e o seu sentido em Augusto Comte não está, ao contrário de vários pensadores contemporâneos a ele, impregnada pela idéia de revolução constante. A decadência de um sistema social se efetua de maneira contínua e é decorrente de uma série de modificações independentes da vontade humana, para as quais todas as classes de sociedade concorreram, e das quais mesmo os reis foram frequentemente os primeiros agentes ou os mais calorosos promotores.

Conforme José Artur Giannotti (1978) o núcleo da filosofia Comteana está radicado na idéia de que a sociedade só pode ser reorganizada através de uma reforma intelectual do homem. Contrariando Charles Fourier e Saint Simom, que prescreviam modos mais diretos para efetuar essa mudança, para Comte seria necessário fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências de seu tempo. Logo o tripé da obra comteana é: uma filosofia da história que preconiza uma maneira de pensar como forma de guiar os homens à evolução; uma fundamentação

¹⁰⁰ Vale lembrar que algumas dimensões da sociedade moderna foram invocadas, enquanto outras, talvez mais significativas para o desenvolvimento posterior da sociedade brasileira, não foram. É o caso da economia capitalista. Enquanto elemento fundamental para se pensar o processo de ideação no Brasil, é preciso levar em consideração o fato de que, outras dimensões, que não a econômica, chegam primeiro e abrem espaços para a sua implantação. É o caso da “ideologia” burguesa chamada sociologia que viria a minar o terreno infecundo para a consolidação do capitalismo no Brasil. Mas não é possível somente pensar o debate sociológico como dependente desta variável.

das ciências com base nessa filosofia; e uma sociologia que ao determinar a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições.

No Brasil, esta dinâmica, em consonância com as mudanças pelo qual o país passava, deu-se a partir da proeminência da sociologia enquanto fator explicativo da autonomia, tanto do direito, quanto da literatura em contraposição a interpretação religiosa e idealista existente. O fundamento de validade de determinadas instituições e interpretações de nacionalidades, estariam ancorados na dimensão de uma explicação racional de tais fenômenos. Para Artur Orlando [1906] (1975, p.70), parafraseando Silvio Romero *o direito pode e deve ser estudado cientificamente, por que é um fenômeno sociológico, porque é uma das criações fundamentais da humanidade, cujo estudo constitui o amplo objeto da sociologia.*

É interessante frisar que a sociologia naquele momento, em sua busca positivista da verdade, tinha modelos de análises que embora inspirados nas ciências naturais, particularmente o darwinismo e a biologia, forneciam uma explicação dos processos históricos e da suposta evolução desigual das sociedades. A este respeito, a observação de Nogueira (1978) sobre as razões da sociologia e a aceitação da perspectiva de Spencer é sugestiva. Partindo do pressuposto que a sociologia se desenvolveu em resposta as situações de crise, como modalidade de consciência dessas situações – *a autoconsciência científica da sociedade burguesa que se percebe a si mesma como época crítica* – afirma que a lei dos três estados infundia nos espíritos um fatalismo otimista, criando a expectativa da passagem, mais cedo ou mais tarde, de um estado social menos evoluído a outro mais evoluído, sendo que nisso consistiria basicamente o progresso ou a saída da crise.

Para Raymundo Faoro (1989, p.501) ser culto ou moderno naquele momento, significava estar em

[...] dia com as às idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e com confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso.

Podemos constatar esse ímpeto na crença das idéias científicas através da poesia¹⁰¹. Na transição do século XVIII para o XIX houve a publicação de um tipo de poesia denominada de científica. Nesse momento houve uma maciça divulgação de poemas didáticos voltados para a transmissão de entusiasmo sobre o pensamento científico e a crença na perfeição das coisas humanas. Consoante Charles Darwin, *o propósito geral destas páginas e alistar a imaginação sob a bandeira da ciência*¹⁰².

Podemos tomar como exemplo o caso José Isidoro Martins Junior (um dos inúmeros representantes da ER). Publicou em 1881 o livro de poesia científica *Visões de Hoje* (seguindo o programa da perspectiva de Darwin). Segundo ele, são *ensaios de poesia científica* que devem ser alimentados pelos *sentimentos filosóficos da nossa época*. A ciência já substituiu os deuses. Vejamos um trecho:

Tu, meu pobre burguês, deixaste-te ficar
Com a tua inteligência ao pé do limiar
Dantesco e monacal da turva idade média
Não quiseste aplaudir a ríspida comédia
Do rir voltariano enorme e dissolvente,
Não soubeste julgar a força onipotente
Da vasta enciclopédia e mais de OITENTA
E continuaste a crer em Pedro, em Cristo e Jove,
Nos reis, no imperador nos padres e no inferno,
E enfim, não penetraste o pórtico moderno
Do século vigente – a catedral da idéia!¹⁰³

¹⁰¹ As artes, dando às causas seu inteiro rigor, não se conformam por si; dependem de um material estranho que lhes fornece vida: o espírito do tempo (ROMERO, 2001, p.40)

¹⁰² Cf., Martins, 1978, p.111.

¹⁰³ Cf., Martins, 1978, p.113.

Propõe que a síntese moderna possa ser traduzida na lei positivista da seleção, da luta pela existência, amparado em nomes como Littré, Spencer, Buckle e Comte, Haeckel e Pasteur, Darwin e Broca. Concluindo que:

E eis o que ele mostrou-me, o fato armado em lei:
Mostrou-me o povo sempre a guerrear o Rei.
O homem sempre a roer o metal de um grilhão
Ou sempre a demolir uma religião (Idem, p.114)

Silvio Romero é exemplo de apologista dessa leitura de poesia que estava alicerçada nos ditames da ciência evolucionista e positivista do século XIX¹⁰⁴. No prólogo ao seu livro de poesias *Cantos do Fim do Século* (1878) ele afirma que o

[...] poeta deve ter as grandes idéias que a ciência de hoje certifica em suas eminências; não para ensinar geografia, lingüística, pré-história ou matemática; mas para enlevar o belo com os lampejos da verdade, para ter certeza dos problemas, além das miragens da ilusão.

Em outro momento Romero [1882] (2002, p.87) assevera que *a ciência é toda grave; seu método deve ser o jogo de princípios incontestáveis; a prosa é sua natural expressão, prova severa como correções, que sabem ter as idéias claramente definidas em uma cabeça de sábio. Nada pode emprestar à arte, além da grande intuição do mundo e da humanidade.*

Amigo de Martins Junior, Silvio Romero considerava-o *talentoso poeta pernambucano*, e elogia bastante seu livro *Visões de Hoje [1881]*. Percebia a sua poesia como autêntica expressão das idéias científicas de então. Conforme passagem de Martins Junior (1881, p.10-11):

Eu não quero a poesia arvorada em compendio, o verso feito mestre de pedagogia. Entendo que modernamente ela, a poesia, deve ser científica [...]

¹⁰⁴ Eis como naquele mesmo ano de 1870, quando todo o Brasil estava inteiramente mergulhado no ultra-romantismo palavroso e bombástico de Victor Hugo decadente, determinávamos o espírito da poesia em particular e das artes em geral: é uma verdade já muito repetida que a poesia e a arte sempre trazem o cunho dos tempos que atravessam. Qual é o cunho do nosso? Reconhecem todos: o espírito preparado pela crítica científica, pelo criticismo filosófico e pelo transformismo biológico (ROMERO, 2001, 39)

ou antes quero a poesia contemporânea alimentando-se dos sentimentos filosóficos da nossa época, mas cantando-os sem tratadizar (sic), no poema ou na ode, uma ciência particular, ou uma ordem de conhecimentos especiais.

No estudo realizado por Marcia Sabino (2006) sobre a poesia de Augusto dos Anjos (1884-1914), as suas conclusões indicam que o mesmo tinha incorporado os ditames da poesia científica, sugerida pela ER e praticada por Silvio Romero e Martins Júnior. Suas características são: a relação da poesia com o evolucionismo e positivismo, adoção da estética do prosaico e do feio e a abertura para o contexto social.

Tavares Bastos (1938, p.93), ex-aluno da FDR na carta VI de Dezembro de 1862 conclamava: *levantemo-nos, meu amigo, e apressemos-nos em combater o inimigo invisível e calado que nos persegue nas trevas. Ele se chama o espírito clerical, isto é, o cadáver do passado: e nós somos o espírito liberal, isto é, o obreiro do futuro.*

Tobias Barreto (1978, p.49) em suas poesias já deixava clara a crítica que se fazia a religião, bem como as tarefas da geração diante dos problemas que enfrentavam. Em poema denominado *Ignorabimus* ele transparece as angústias de sua geração.

Quanta ilusão!... O céu mostra-se esquivo
E surdo ao brado do universo inteiro...
De dúvidas cruéis prisioneiro,
Tomba por terra o pensamento altivo.

Dizem que o Cristo, o filho de deus vivo,
A quem chamam também de Deus verdadeiro,
Veio ao mundo remir do cativo,
E eu vejo o mundo ainda tão cativo!

Se os reis são sempre os reis, se o povo ignavo
Não deixou de provar o duro freio
Da tirania, e da miséria o travo,

Se é sempre o mesmo engodo e falso enleio,
Se o homem chora e continua escravo,
De que foi que Jesus salvar-nos veio?...

Um aspecto que suscita certo dissabor no que concerne a atuação dos intelectuais do século XIX é sua relação ambígua com a Escravidão. Não temos dúvidas que todos eram, ao menos publicamente, republicanos, liberais e contrários à escravidão. Mas uma questão que deveria marcar como questão basilar do Brasil na sua barganha para entrar na modernidade, seria a questão da eliminação e erradicação completa dessa relação social. Como já observado anteriormente, o tipo de sociologia praticada estava de certa forma limitado pelo estamento. Glaúcio Veiga (1989, p.63)

Sugere que:

Não há e nem houve diálogo, doutrinação do acadêmico para o negro. Os protestos, as poesias, os comícios, eram consumidos entre os acadêmicos. A escravatura, apenas o mote para cada um demonstrar aptidões intelectuais e estéticas.

Poucos de nossos autores verteram esforços concretos ou dedicaram parte de seus vícios teóricos e interpretativos para tentar dissecar e erradicar essa forma de relação. Até a abolição da escravidão, atesta Thomas Skidmore (1976, p.12), pouca atenção fora dada a questão racial. Raras vezes a raça foi abordada enquanto fenômeno social. *Preferiram comodamente concentra-ser na reforma pura e simples das instituições e da lei.* Acreditavam que só as mudanças de ordem institucional seriam capazes de por o Brasil no caminho do progresso.

A ambigüidade dessa circunstância, é evidente no sarcasmo de Tobias Barreto (1926, p.167):

Devo dizer, de passagem, que naquele tempo, como ainda hoje, o ato do senhor Zacarias¹⁰⁵ não me pareceu censurável. Ao contrário, sempre o achei muitíssimo defensível. A pretendida contradição entre o liberalismo de sua Excelencia e o seu voto antiabolicionista para mim nunca existiu, Porquanto, se é em nome da humanidade, que se considera ultrajada pela escravidão, se em nome de uns chamados princípios eternos do direito, da igualdade, da fraternidade humana, que não pode um liberal mostrar-se escravocrata, sem gravíssima incoerência, eu não descubro razões por que diante dos mesmos princípios um liberal possa ser monarquista, sem cair também em contradição. A monarquia, dizem, é uma instituição que nos legaram nossos pais. E a escravidão não seria outra? Repugna aos sentimentos da dignidade humana ver-se um homem, nosso igual, escravizado a um senhor, como seu instrumento de trabalho; é o que se alega. Mas também será bastante digno, bastante humano, ver-se outro homem, nosso igual, com ares de semideus, por cima de todos nós, vivendo à nossa custa, e à nossa custa dando passeios pelo mundo? Eis por que nunca achei motivo de censura na oposição do Sr. Zacarias, que aliás foi muito lógica e natural.

Conforme Gilberto Freire (2000b, p.444) a atitude de Tobias Barreto no que diz respeito ao *problema do negro ou do escravo no Brasil - problema que alguns supõem ter sido desprezado pelo vigoroso revolucionário intelectual, para que não se verificasse ostensiva identificação de sua condição étnica com a do negro cativo do brasileiro branco*¹⁰⁶.

Como explicar a escravidão? Em tom ambíguo, uma vez que “aceita” a idéia de uma desigualdade natural darwinista entre os homens, mas entende que o aparato cultural, permite que toda essa dimensão supostamente natural seja desfeita ou depurada, afirma ele:

Se alguém hoje ainda ousa repetir com Aristóteles que há homens nascidos para escravos, não vejo motivo de estranheza. Sim, - é natural a existência da escravidão; há até espécies de formigas que são escravocratas; porém é cultural que a escravidão não exista [...] Do mesmo modo, é um resultado natural da luta pela vida que haja grandes e pequenos, fortes e fracos, ricos e pobres, em atitude hostil uns aos outros; o trabalho cultural consiste, porém, na harmonização dessas divergências, medindo a todos por uma só bitola [...] É natural que a mulher, por sua fraqueza, seja sempre uma escrava do homem; mas é cultural que ela mantenha-se em pé de igualdade,

¹⁰⁵ Um liberal que estava votando contra a lei do ventre livre.

¹⁰⁶ Existem dois textos que debatem a relação entre Tobias Barreto e a escravidão. São os capítulos contidos no livro de Luiz Antonio Barreto (1994) e de Evaristo de Moraes Filho. O interessante é o que o resultado dos trabalhos são diametralmente opostos. Enquanto o primeiro edifica um conjunto de informação para registrar a importância de Barreto na luta pela escravidão, o segundo faz a mesma coisa, só que defendendo a hipótese contrária.

quando não lhe seja até superior. A ginecocracia, que os poetas estão longe de admitir, exprimiria uma das mais altas vitórias ganhas pela cultura sobre a natureza. (Ibid.Idem, p.215-216)

Em poema denominado *Escravidão*, Tobias Barreto (Idem, p.70)

transparece sua comedida forma de contrapor-se à escravidão. Vejamos o que diz:

Se Deus é quem deixa o mundo
Sob o peso que o oprime
Se ele consente esse crime,
Que se chama escravidão,
Para fazer homens livres,
Para arrancá-los do abismo
Existe um patriotismo maior que a religião

Se não lhe importa o escravo
Que a seus pés queixas deponha,
Cobrindo assim de vergonha
A face dos anjos seus,
Em seu delírio inefável,
Praticando a caridade,
Nesta hora a mocidade
Corrige o erro de Deus

A acepção da sociologia como a “grande” ciência é partilhada, sem ser opinião unânime, pelos membros da ER, e é por intermédio dela que os fatos sociais passariam a ser explicados. Era a sociologia que projetava uma dimensão explicativa da história e permitia a reflexão sobre a alteridade e as diferenças culturais em seus vários desdobramentos. Quando ela é invocada, seus aspectos são aqueles que possibilitam a projeção de uma singularidade nacional e da possibilidade discursiva da implantação da “modernidade”. Atesta Thomas Skidmore (1976, p.29) que o

[...] positivismo era também atraente aqueles membros da elite que desejavam o progresso econômico sem mobilização social. Julgando a massa da população despreparada para participação na plena sociedade (devido ao analfabetismo, ao meio racial inferior etc.), achavam o aspecto autoritário do positivismo um modelo de modernização, que explicava e justificava a continuada concentração de renda nas mãos da elite. A ênfase de Comte na idéia de família como elemento social básico era outra idéia atraente para os brasileiros interessados na modernização mais preocupados com o forte assento individual que o pensamento liberal europeu introduzia e que implicaria, possivelmente, no enfraquecimento da família.

Esta articulação acima descrita só é compreensível fazendo referência ao universo de interesses em disputas nas interpretações divergentes da *ordem das coisas*. Ou seja, por que o evolucionismo, o positivismo e o “culturalismo”? O positivismo e o cientificismo forneceriam o critério de objetividade e verdade para o entendimento e explicação dos fenômenos sociais e sob a égide da ciência minavam a cosmovisão religiosa e monárquica. O evolucionismo permitia a compreensão da evolução das sociedades possibilitando enquadrar objetivamente a situação do Brasil e de certa forma antecipar, ou como sugeriu Nogueira (1978), amenizar o dilema de ser brasileiro e ter que ver e explicar-se como um patamar inferior aos seus próprios olhares europeus. O culturalismo galgou o reconhecimento da cultura enquanto fato sociológico, permitindo que determinadas manifestações da cultura fossem explicadas em função de seus aspectos sociais. O dualismo natureza e cultura, embora biologizando em certa medida a cultura, permite dentro do rígido esquema evolucionista, perceber a especificidade das manifestações culturais.

As marcas de uma sociologia produzida sob os auspícios do estamento são perceptíveis. Em primeiro lugar o favor limita as falas e de certa forma gera complacência em relação a questões cruciais, como ocorreu com a escravidão. Essa interpretação emerge como oponente histórico do ecletismo e das instituições religiosas representando a incipiente burguesia nordestina. A afirmação da interpretação sociológica evolucionista, voltada para a mediação e fatalismo no que diz respeito aos processos de mudança e evolução social, foi a solução conciliatória inevitável.

VI – INTELLECTUAIS CORDIAIS

As idéias, na sociedade estamental transformam-se em propriedade; e o ataque às idéias transforma-se em ataque pessoal. (VEIGA, 1993, p.16)

As marcas da estrutura estamental não operam apenas na formação de determinadas explicações existencialmente condicionadas ou na sugestão condescendente de determinados temas os alvos. Elas atuam na configuração emotiva e sentimental das disputas e debates sobre determinadas idéias e posições.

O homem cordial sugerido e construído como tipo ideal para podermos pensar alguns aspectos dos parâmetros subjetivos das ações e relações sociais na sociedade brasileira, implica a percepção dos traços característicos do temperamento do brasileiro. Temperamento esse formado nos quadros de uma estrutura familiar marcada por “relações de simpatia”, de afinidade e personalidade que dificultavam a sua incorporação normal a outros grupos. Conforme Antonio Candido (2000, p.938) foi por essas razões que não achavam agradáveis às relações impessoais típicas da dominação racional-legal, procurando reduzi-las aos ritmos e tempos dos padrões pessoal e afetivo. Onde pesa a família tradicional, não emerge a sociedade urbana e moderna. O homem cordial não pressupõe bondade, mas somente o predomínio do comportamento de aparência afetiva. O homem cordial é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários.

Desse homem cordial decorre uma mentalidade cordial. Essa mentalidade, ou estilo, tem como característica fundamental, a satisfação com o saber aparente, como um fim em si mesmo, sem alvo concreto, tornando-se meros fatores de prestígio. Outro aspecto característico é o pendor para rituais marcados pelo exibicionismo, a improvisação, por formas impressionantes e sem apego as suas aplicações.

Até que ponto o estamento modelou a reflexão sociológica da Escola do Recife no século XIX? Essa é a pergunta que terminaremos de responder neste capítulo, respondendo a outra pergunta, bem correlata: qual o tipo de intelectual que se desenvolve nos espaços intelectuais estamentais? Qual a marca da personalidade e do clientelismo no processo de ideação? Uma das proposições iniciais que chegamos sobre a relação entre estamento e ideação sociológica é que ele delimitou o tempo e a perspectiva de mudança através da impregnação do conceito de evolução. A questão

agora é como o age o intelectual estamental. Se o seu pensamento sociológico é fatalista, comedido e ensaísta, sua atuação é passional, agressiva e universalizante. Ou seja, sai à briga com todos e se acha portador da verdade. A própria inexistência de uma instancia democrática e científica para corroborar as opiniões fazia com que o barulho, as pelejas, e o cansaço fossem por vezes, os elementos definidores de uma contenda intelectual.

Gláucio Veiga (1989, p.16), o mais sensível estudioso da FDR e de suas idéias, percebera lucidamente que as idéias, na sociedade estamental transformam-se em propriedade; e o ataque às idéias transformava-se imediatamente em ataque pessoal. Não estava em jogo a validade do argumento, mas a delimitação do espaço de cada sujeito dentro de certo contexto. Os desaforos da polêmica são limites significativos e reluzentes dos espaços estamentais. E as grandes polêmicas constantemente travadas naquele momento, são duelos de espaços estamentais contra espaços não estamentais ou espaços das classes da emergente sociedade burguesa.

A polêmica, a intriga, a peleja, a disputa e toda a sorte de críticas a pessoa e as suas idéias que marcavam a posição dentro do universo intelectual, não são apenas confrontos e choques de idéias e pensamentos abstratos, porém, o mais escancarado processo de legítima defesa, na manutenção e garantia de privilégios e “espaços” ameaçados dentro daquela ordem estamental em decomposição¹⁰⁷.

Gláucio Veiga (1988) observara esse ímpeto belicoso dos intelectuais brasileiros ao constatar que na FDR no período de 1860 que os acadêmicos se valiam

¹⁰⁷ A polêmica era fato comum e constante no campo intelectual da época [...] e nem sempre giravam em torno de idéias novas ou motivações culturais, literárias ou filosóficas. Elas explodiam pelos mais diversos e surpreendentes motivos, os quais, no decorrer dos debates, tornavam-se rigorosamente secundários. Cf. Aguiar, 2000, p.321.

de jornais quer para ataques pessoais aos mestres – o que era freqüente – que para discordâncias doutrinárias, o que era raro.

Um interessante trabalho sobre o universo das polêmicas literárias no século XIX é o de Roberto Ventura (1991, p.13), denominado *Estilo Tropical*. A questão que orientou seu livro foi o entendimento das polêmicas na imprensa brasileira naquele momento e a sua importância, para a crítica literária e para o pensamento social brasileiro. Conforme ele, as polêmicas eram os instrumentos que os letrados utilizavam na luta por suas idéias e por seus grupos, *sobrevivência ou morte na cena da literatura e do jornalismo. Época de escritores combativos, de polemistas irados, de bacharéis em luta*.

Em comum acordo com Roberto Ventura (id. p.77-78) a nível pessoal e baixo das polêmicas naquele momento, revelam muito do caráter personalista da intelectualidade brasileiro do final do século XIX, que levava para o plano pessoal o debate literário e cultural. Conforme Sérgio Buarque de Holanda (2000, p.1059) no vício do bacharelismo ostenta-se também nossa tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior as contingências. Segundo Sylvio Rabello (1967, p.12)

O debate sobre as bíblias suspeitas de vícios do protestantismo desenrolava-se dentro da atmosfera liberal do Recife. Nele, as classes mais cultas se separavam pela política, por um partidarismo cuja fronteira seguia menos a linha ideológica de um sistema do que os sulcos de velhos ressentimentos – velhas indisposições entre os senhores de terra, entre famílias socialmente bem situadas, que se revezavam nos postos do governo.

Fazia parte do processo de auferir de idéias válidas, as polêmicas. Não raro era ela a forma de se adquirir prestígio e capital. Era incomum que um homem de letras ou mesmo um homem público que tenha feito parte da nossa história intelectual, que não houvesse experimentado a vivência belicosa e truculenta da polêmica. A

compreensão da quantidade exacerbada desses rituais manifestos em formas de críticas, que por sua vez assumem a feição de charges, artigos e até livros, era a ânsia de obtenção de uma situação de reconhecimento dentro deste campo intelectual.

No estudo de Ronaldo Conde Aguiar (2000, p.321) sobre Manoel Bomfim, o instituto da crítica, da polêmica e o personagem Silvio Romero, tem lugar de destaque. Os desafios e as contendas eram marcados pela necessidade de uma vitória contundente sobre o adversário.

Coisas como ética e discussão no plano restrito das idéias passavam de frescura naquela época de polemistas iracundos e de busca desenfreada de “poder intelectual”. Silvio Romero tornou-se, sem dúvida, um polemista requintado, que utilizava no mister todas as armas do seu arsenal, que não eram poucas — e muito menos brandas. Tudo servia, da injúria à intolerância e, no caso específico do crítico de Lagarto, ao “elogio irrestrito de Tobias Barreto, em detrimento de autores de maior importância, como Castro Alves e Machado de Assis”.

Respondendo ao inquérito elaborado por João do Rio (1994, p.54), Félix Pacheco afirma que

[...] quem deseja vencer, deverá começar demolindo, porque, no fim de contas, só essa fúria iconoclasta pode ter a virtude de arrombar a porta e facilitar a entrada. Fora disso, o que resta é apenas a docilidade passiva, o respeito aos medalhões, a subserviência miserável e ignóbil — elemento seguro e infalível para a subida rápida. Imaginem o atroz dilema! — Devora ou és devorado.

Segundo Machado Neto (1973, p.136):

A fisiologia dessas lutas era marcada pela utilização de um arsenal: elogios e ataques eram as armas desses competidores da pena. Polêmicas, os campos de batalha em que a vasta cópia de metáforas bélicas eram utilizadas. E como no regime cumulativo da guerra e do comércio também governa esse ambiente das letras, proteções aos do nosso grupo e perseguições aos integrantes dos *comitatus* adversos são sempre as táticas mais utilizadas.

Um Medeiros e Albuquerque, um Silvio Romero, um Carlos Laet eram os campeões da polêmica, na qual deixaram nomes e admiradores. Tipos psicológicos aguerridos, eles sabiam tirar o necessário partido de sua natureza, conduzindo a agressividade de que eram dotados para os canais institucionais consentidos pela vida

intelectual de então, realizando, assim, às maravilhas, uma insociável sociabilidade que, de outro modo, talvez lhe viesse a resultar prejudicial (Id. p.149-150).

Era uma prática muito comum o vínculo assumido por estes autores a irmandades espirituais com as denominadas igrejinhas, esses escritores não ficassem apenas no platonismo dos elogios e dos ataques verbais. Quando a oportunidade se apresentava, eles passavam aos fatos, manipulando com habilidade as influências e os pistolões em favor dos de sua grei e até usando das armas das perfídias e das perseguições, quando as circunstâncias o favoreciam. Essas relações iam desde as nomeações para empregos e concursos, bem como para defender os aliados que por ventura tivessem sido atacados.

O depoimento de Tobias Barreto é assaz significativo:

A luta é o meu elemento. Deixo a outros, mais felizes do que eu, viverem a vida plácida e serena do cágado dentro da concha, ou do caranguejo dentro da toca. Para mim só há uma força no mundo com quem não quero lutar, com quem me esforço para viver em paz: é a consciência, quanto às outras, é como quiserem¹⁰⁸.

Araripe Junior (1978, p.322) depõe que o Brasil, aquele tempo, recebia então os primeiros óculos da nova aurora que raiava nos horizontes da filosofia.

Uma estranha corrente de idéias vinha agitar as nossas eminências intelectuais. Sílvio Romero na idade dos entusiasmos irresistíveis, foi um dos mais afoitos na marcha para o Oriente. Fazer o que ele fez, isto é, desprezar os cânones acadêmicos, as fórmulas consagradas e aceitas pela turba literária de seu tempo, era um fato tão natural como seria, em outra época, dadas as mesmas condições do seu temperamento, defender aqueles cânones, impondo-os aos rebeldes medíocres com a ferocidade do selvagem.

Os amigos neste universo são sempre uns gênios. Ou pelo menos um talento bonito, um escritor de talento, um artista de rara sensibilidade e coisa do gênero. Essa é a regra número um da estratégia mantida *intra-muros* pelos grupos literários na luta pela sua legitimidade, e que seria a marca da nossa história

¹⁰⁸ Cf., Montelo, 1997, p.X.

intelectual. A ER diz, Machado Neto (1973, p.139) deixava muito evidente o seu caráter de igreja. Eles construíram sistematicamente toda uma teia de elogios, indicações, publicações em que os personagens são muitas das vezes qualificados de gênio.

Graça Aranha, disse que Tobias que foi o maior homem do Brasil até hoje, proclamou que não poderia ser quem ele era, se não tivesse recebido do seu gênio de Tobias a *centelha criadora*. Fausto Cardoso refere-se também a Tobias como o genial discípulo brasileiro de Noiré. Sem contar com os inúmeros prefácios e estudos introdutórios que esses autores fizeram um do outro. Sabe-se que Romero tinha um forte capital cultural e social naquele momento e que graças a ele Fausto Cardoso viera a assumir a cadeira de professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro¹⁰⁹.

Para Gilberto Amado (1958, p.19) a admiração que Silvio Romero demonstrava por Tobias [...] *entrava sentimento de ordem paroquial, alheio ao valor objetivo das idéias, que eu considerava ridículo. Penitenciei-me mais tarde, pois, nenhum elogio de Silvio Romero a Tobias me pareceu superior ao mérito do autor de estudos alemães.*

Segundo Afrânio Coutinho (1963, p.126) sempre houve no Brasil em todos os momentos, um grupo literário que comandava e dominava a cena literária assumindo a condição de grupo oficial.

Ocupa as posições chaves, os suplementos, os lugares administrativos de onde podem distribuir vantagens e favores. Houve tempo em que esse oficialismo dominava a academia, daí ter sido esta na época o centro da vida literária. Mais tarde, foram surgindo outros centros e se transferindo a sede de comando. E, de acordo com isso, outros grupos passaram a dominar e consequentemente distribuir a glória literária consoante as suas preferências. Novos ídolos substituíram aqueles que a academia entronizara, muito dos

¹⁰⁹ É interessante notar que as rixas se traduziam na parcialidade da análise e história dos fatos literários e históricos da sociedade brasileira. Como é o caso de Romero que em um livro sobre a literatura no Brasil, dedica mais de 100 páginas a Tobias, menos de 20 a Machado de Assis e 12 a Castro Alves.

quais hoje inteiramente olvidados. A literatura passou a girar em torno de novos papas, alguns excelentes administradores da própria glória, sobre cuja personalidade são focalizadas todas as atenções, graças a um sistema bem montado de permuta de fogos cruzados de elogios, às vezes até de auto-elógio.

Em outra carta de 31 de agosto de 1885, endereçada a Silvio Romero, Tobias solicita que tome o indicado, um conterrâneo chamado José Ferreira de Menezes, *sob suas vistas protetoras, promovendo tudo que lhe for possível* para conseguir emprego. Já outra correspondência também endereçada a Silvio Romero, datada de 24 de janeiro de deste mesmo ano, temos a seguinte solicitação:

Venho pedir-lhe o seguinte favor. O Vieira, professor de filosofia do Colégio das Artes, protestou vingar-se de uma moça, que rejeitara a oferta, por ele feita, de lecioná-la em filosofia; agora que ela tem de prestar esse exame na academia, há motivo para desconfiar que o tolo queira desabafar-se. Por isso peço-lhe que me arranje por aí, já e já, uma proteção, uma carta em favor da moça para o mesmo Sr. Dr. Antonio Luis de Melo Vieira. A carta deve ser, ou de algum cadáver que ele tenha por aí, ou do diretor do Colégio Pedro II, ou enfim de qualquer outra pessoa (bispo, núncio, frade, ministro, o diabo), que possa de algum modo influir sobre ele. A moça chama-se D. Maria Coelho da Silva Sobrinha – confio que dará importância ao meu pedido. Seu Amigo.

Machado de Assis indicou e se esforçou para a entrada de Mario de Alencar (filho de José de Alencar), mesmo contra a vontade deste. Segundo seu depoimento ele (Machado) era o culpado de ter sido eleito acadêmico, fez-se até cabalista eleitoral na academia¹¹⁰. Outro caso curioso se dá a partir da amizade de Nabuco com Graça Aranha, fazendo com que ele ingressasse na Academia sem ter publicado ainda senão capítulos de Canaã na Revista Brasileira¹¹¹.

A relação entre as práticas políticas e a literatura já foi percebida por alguns autores. Wilton Marques (2003) ao tentar perceber como as práticas clientelistas

¹¹⁰ Medeiros e Albuquerque registra, a este respeito, o seguinte: um dos melhores exemplos da academia foi durante algum tempo, Mario de Alencar. Tinha sido eleito por Machado de Assis que, desde o tempo de José de Alencar, professava por ele uma amizade paternal. Sua eleição foi, porém, o primeiro escândalo acadêmico, por que o concorrente de Mario de Alencar era Domingos Olímpio, cujo romance “Luzia homem” bastava para fazê-lo superior a Mário [...] Mas, que se podia recusar a Machado de Assis? Cf. Machado Neto, 1973, p.152.

¹¹¹ Cf. Machado Neto, 1973, p.153.

interferiram na dinâmica da produção literária no século XIX. Tido como prática comum na sociedade brasileira desde a colônia, o clientelismo, empregado indiscriminadamente e tradicionalmente no Império pelos Luzias e Saquaremas, institucionalizou a dinâmica do favor, utilizada para a manutenção da hierarquização social.

Outro critério fundamental para medir a originalidade e conhecimento desses intelectuais era invocara o pioneirismo na leitura e publicidade de determinados autores ainda não lidos e ou desconhecidos no Brasil. Conforme sugestão de Nelson Saldanha (1985, p.11):

[...] para eles, a medida estaria justamente na novidade dos livros e dos autores que aduziam, como *pour épater* e como uma réplica, também estranha e tosca, do clássico argumento da autoridade. Quanto mais nova uma idéia, melhor; e quanto mais autores a estejam adotando, melhor. Este critério vigorou com tendência psicológica central no grupo de Tobias.

Um exemplo que como se processava a demarcação de sua posição ímpar e nada humilde, intelectualmente falando, é o que se dá em seu texto denominado *Uma nova intuição do Direito*, quando constrói uma nota de rodapé para “esclarecer” o autor que tinha citado. Conforme Tobias Barreto [1881] (1977, p.262):

Se o leitor entende, tanto melhor para si; porém, caso não entenda, não é culpa nossa. Talvez nos perguntem: quem é este Sr. Eduard F. Strasburger? Só podemos responder que não é lente da nossa Faculdade, nem candidato a deputação geral: mas é professor universitário em Jena, e o escrito dele no qual reportamos, intitula-se: *Ueber die Bedeutung phylogenetischer Methode für die Erforschung lebender Wesen*.

A declaração de Silvio Romero (1898, p.204) ilustra bem esse ímpeto a demarcação as posição no campo intelectual a partir do pioneirismo no uso de alguns autores.

A nova concepção do direito, cujo representante magno na Europa era Rudolf von Ihering, foi pela primeira vez pregada no Brasil por mim. É uma

prioridade *que* Ouso reivindicar por ter sido fato publicamente acontecido numa defesa de teses que se tornou celebre perante a Faculdade Juridica do Recife., Era isto em Março de 1875. Tobias Barreto, que assistiu a pública discussão, e naquela época não se ocupava ainda de estudos jurídicos de que mais tarde foi tão ousado quão ilustre propugnador, deu-me então calorosos parabéns, e em ocasião oportuna, rendeu pela imprensa a indispensável justiça¹¹².

Uma das marcas da política dos coronéis, além da truculência e da intolerância, era tirar proveito das racionalizações legais no uso patrimonial que faziam do estado, inclusive para dar continuidade a eterna rivalidade pelo poder. É comum na verve popular o ditado que diz que no Brasil, a marca dos políticos era de que *aos amigos tudo; aos inimigos, os rigores da lei*. A versão desse provérbio para o campo intelectual seria: aos amigos os elogios, recomendações e indicações, aos inimigos, rigores da crítica e do escárnio. Essa leitura permite perceber que a lógica do reconhecimento de determinados autores nesse campo era marcada por um tom pré-paradigmático, onde falava mais alto não a evidência e a plausibilidade do argumento, mas a luta acirrada que chegava a extrapolar o universo da pessoa e de sua intimidade. Eram as polêmicas uma forma de demarcação de filiações, de uma novidade ou uma *nova intuição*. Não havia uma defesa pública do argumento, mas uma defesa pública do portador do argumento, que quando não era bom, se amigo ou conhecido, era considerado um promissor ou quem sabe um notável talento. São esses indícios que delimitam a forma de processar a construção dos laços e das disputas intelectuais no Recife do século XIX.

¹¹² Silvio Romero (idem) registra essa *justiça*: *ao meu ilustre comprovinciano e amigo Silvio Romero cabe a honra de ter sido o primeiro que ousou convidar o Dr. Von Jhering para ir a FDR, lembrando-se de cita-lo na sua bela dissertação apresentada por ocasião das teses que pretendeu sustentar, porém que tiveram, com é sabido, para glória sua e vergonha dos mestre, aquele triste resultado metafísico-criminal. Isto em março de 1875*

VI – VICISSITUDES DAS REDES: AS ESCOLAS DO RECIFE

A sua obra viverá e perdurará; e eu que me reconheço saturado das teorias de Darwin, de Heackel, Tobias Barreto, eu que me sinto inspirado pelas mesmas idéias do Senhor Fausto Cardoso, afirmo que jamais morrerão elas em meu espírito, e com afeto, dedicação lhes consagrarei as energias de minha vida, e procurarei transfundir em outros esta fé, este amor (ARANHA, Apud, CARDOSO, 1894, p.128).

A interpretação do uso da sociologia na composição do estilo de pensamento da ER possibilitou a compreensão de sua intenção fundamental, respondendo a possibilidade de mensurar a sua unidade tendo como parâmetro os dois primeiros tipos ideais, a farta literatura sobre os autores e a ER, bem como a averiguação do microcosmo em que se dava a produção e circulação dessas idéias a partir da referência fornecida por Collins (2005), permitiu perceber e explicar como podia ser pensada a ER a partir do terceiro procedimento de análise. Logo, outros fatores, abundantes nas fontes e textos sobre o período, contribuíram para entender que as vicissitudes das CRI intelectuais, reservariam um espaço bastante significativo não só para o papel desta “escola” no pensamento social brasileiro, como para explorarmos a unidade dessa escola a partir da existência de uma rede de relações pessoais marcadas por laços verticais e horizontais. A constatação desses vínculos pode ser rastreada por intermédio de várias fontes: as relações de amizade . É fundamental entender a escola, em sua dimensão horizontal, a partir amicais que se manifestam de várias formas. Comentando a importância desses laços naquele momento, afirma Machado Neto (1973, p.137-139):

Os amigos são sempre uns gênios. Ou pelo menos são um talento bonito, um escritor de talento, um artista de rara sensibilidade e coisa pelo estilo. Essa é a regra número um da estratégia mantida *intra muros* pelas coteries literárias [...] Na Escola do Recife – e é evidente seu caráter de igreja, coisa que em nada diminui seu valor extraordinário – quase que se pode urdir toda uma teia de elogios em que os personagens são à sua vez qualificados de gênio. Graça Aranha, depois de dizer de Tobias que foi o maior homem do Brasil até hoje, lhe atribui gênio divinatório e, ainda se referindo a Tobias, ao receber Souza Bandeira na Academia, proclama [...] que não sereis quem sois, se não tivesse recebido do seu gênio a centelha criadora. Fausto Cardoso, embora dissidente, por fiel ao monismo mecanicista Heackeliano contra a conversão de Tobias ao monismo finalista de noiré, refere-se também a Tobias como o genial discípulo brasileiro de Noiré. Mesmo depois de morto, Tobias não escapou ao constante tratamento de gênio. (137-39)

A importância das polêmicas e debates como forma de dar vulto e de demarcar posições dentro do universo intelectual brasileiro é uma variável destacada na literatura sobre o tema¹¹³. A não existência de uma instância objetiva e adestrada para dirimir as tricas sobre a validade da interpretação, sinônimo do autodidatismo¹¹⁴, permitia que ela se impusesse menos por critério sociológico e metodológico, do que por critérios estratégicos.

É bem essa dimensão que caracteriza a ER. São amigos que operam a ampliação de seus prestígios e, por conseguinte, de suas idéias a partir de uma economia cuja rentabilidade não era traduzível em termos monetários. Tobias morreu na miséria. O depoimento de Artur Orlando [1904] (1975, p.54) é significativo. É

¹¹³ Quase todos os autores que escreveram sobre Silvio Romero e a Escola do Recife (Saldanha, 1995; Chacon, 1969; Moraes Filho, 1985; Rabello, 1967; para citar apenas os que contam nessa bibliografia) estão em comum acordo com a seguinte afirmação de Machado Neto (1969): era um dos campeões da polêmica, na qual deixara nomes e admiradores. Tipo psicológico aguerrido, soube tirar o necessário partido de sua natureza, conduzindo a agressividade de que eram dotados para os canais institucionais consentidos pela vida intelectual de então, realizando, assim, às maravilhas, uma insociável sociabilidade que, de outro modo, talvez lhe viesse a resultar prejudicial.

¹¹⁴ A ausência de universidades e as limitações provenientes do controle clerical exercido sobre as instâncias educacionais brasileiras, notadamente as Faculdades de Direito, ocasionou um típico fenômeno que não permitia a consolidação de escolas de pensamento em função de um adestramento sistemático e ritualizado. Implicou isto, na preponderância em todos ou quase todos os intelectuais, do autodidatismo. Este era marcado pelo uso aleatório de leituras em função de livros disponíveis nos parques mercados de então. Autodidata foi Tobias, não somente no estudo do alemão e da cultura germânica, mas também na filosofia, em sociologia, e com ele Silvio Romero e todos os outros. É o próprio Clovis Beviláqua (1897, 107) que assevera que no Brasil de então o autodidatismo era fundamental. Escreve ele que *nós os brasileiros somos mais ou menos, em regra geral, autodidatas, e Tobias o foi mais do que qualquer outro. Isolado em sua superioridade mental, recolhido ao retiro da pequena cidade da Escada, á custa de um trabalho tanto mais.*

naturalmente a Silvio Romero, no caso de sobreviver a Tobias, que havia de caber a tarefa de organizar e dirigir a publicação póstuma de suas obras.

Mas Silvio Romero coube não somente a tarefa de organizar a publicação póstuma dos trabalhos do grande morto, mas ainda a glória de lhe completar a obra, o que fez mesmo em vida de Tobias.

Além de que, sem Silvio Romero, o eminente reformador de nossos hábitos intelectuais teria morrido no meio do esquecimento de seus contemporâneos, além de que foi aquele dedicado companheiro de armas que tornou Tobias conhecido como uma individualidade representativa, como uma glória nacional [...] (idem, 54/55)

Uma amizade de vinte e dois anos comenta Silvio Romero (Apud Orlando, Ibid.Idem), *fenômeno raro no Brasil entre dois homens de letras, desmentida por um ressentimento qualquer, dava-me este direito.*

Consoante Afrânio Coutinho¹¹⁵ eles eram *excelentes administradores da própria glória, sobre cuja personalidade são focalizadas todas as atenções, graças a um sistema bem montado de permuta de fogos cruzados de elogios, às vezes até de auto-elogio.*

Gilberto Amado (1958, p.18-19) denunciou que Gumercindo Bessa só havia publicado sua *definição de Direito* em apêndice do livro de Romero pelo *fato de ser sergipano*. O próprio Romero introduz essa definição considerando *a melhor e mais completa até então publicada*. Acerca da amizade entre Silvio e Tobias sugere que [...] *na admiração de Silvio por Tobias entrava sentimento de ordem paroquial, alheio ao valor objetivo das idéias, que eu considerava ridículo (19).*

Nelson Saldanha (1985, p.99) salienta que ao saírem da FDR todos os bacharéis que viviam numa *atmosfera de conflito e rebeldia*, marcada também pelas

¹¹⁵ Há no Brasil, em todas as épocas, um grupo literário que constitui por assim dizer, o grupo oficial, pois é o que dominava a vida literária. Ocupa as posições-chaves, os suplementos, os lugares administrativos de onde podem distribuir vantagens e favores. Houve tempo em que esse oficialismo dominava a academia, daí ter sido esta na época o centro da vida literária. Mais tarde, foram surgindo outros centros e se transferindo a sede de comando. E, de acordo com isso, outros grupos passaram a dominar e consequentemente distribuir a glória literária consoante as suas preferências. Novos ídolos substituíram aqueles que a academia entronizara, muito dos quais hoje inteiramente olvidados. (Apud. Machado Neto, 1973: 126)

amizades temperadas e de lealdades drásticas apreendidas nos grupos formados na FDR. Dificilmente um homem, diz Saldanha, *saído da Academia e entrando na vida política do país ou de algum estado, esqueceria sua fonte, a faculdade, cujo prestígio alimentava o de seus alunos e se refazia pelo deles.*

Devemos ainda destacar, que as representações saudosistas dos episódios protagonizados por Tobias Barreto e Silvio Romero durante as décadas de 70 e 80, são importantes baluartes para medir o alcance dessas idéias e essa unidade. São inúmeros os escritos, principalmente os de Romero, que fazem referência a esses episódios como pontos de ruptura na vida intelectual brasileira e na circunscrição desta “escola”. Silvio Romero matou a metafísica. Tobias Barreto foi a centelha de luz que iluminou o obscuro passado brasileiro. Esses episódios são considerados o cerne desta “escola” e da nova mentalidade brasileira, afirmam vários autores.

Em várias cartas trocadas pelos colegas de curso, conterrâneos e membros voluntários da ER, encontramos a validação de tais impressões. Em 1874 Tobias assim escreve uma carta para José Maria de Albuquerque e Melo: *li teu ultimo escrito, achei-o bom e tão bom, que não olvidaria prestar-te o meu apoio público, se dele carecesses. Não obstante, se for preciso, dize-o ao teu amigo.*

No trabalho de Pinto Ferreira (1980, p.28) está nítido que além das relações amicais, as relações de favores e de conhecimento podiam ser suficientes para criar as identificações de pertença a essa Escola. Epitácio Pessoa também vai ser considerado membro da ER, não só por ter concluído o curso na FDR em 1886, mas, sobretudo – segundo este autor –, por ter, enquanto ministro de Estado se empenhado para elaborar o Código Civil, *chamando justamente a um jurista do norte, Clovis Beviláqua, para executar o trabalho [1889].*

Há ainda um fato que devemos levar em consideração no que diz respeito ao alcance dessa escola. Conforme Machado Neto (1969, p.75) *a expansão geográfica dessa escola estava garantida pela atração que o seu foco originário – a FDR – exercia sobre todo o nordeste.*

Essas dimensões podem ser atestadas a partir da leitura dos livros, artigos em jornais e até mesmo indicações para determinados lugares estratégicos desse campo intelectual, que podemos encontrar nas inúmeras correspondências entre eles e biografias sobre estes autores. Silvio Romero indica e engrandece Fausto Cardoso, que louva Tobias, esse por sua vez elogia Romero, ao tempo que ratifica suas discrepâncias com este. Graça Aranha enaltece Tobias, prefacia saudosamente Fausto Cardoso, que também gaba Artur Orlando, que escreve e eleva Tobias e Romero. Clovis escreve sobre Silvio Romero e Tobias, que por sua vez é querido por todos. Ou seja, como será visto adiante, os rastros evidenciam que as relações de amizade e de oposição, de elogio mútuo, de professor e aluno, antes mesmo do suposto surto de idéias, que eles admitiam ser diferentes, eram os veículos que os uniam em torno daquilo que Romero chamou de movimento, surto ou escola.

O segundo espaço que ilustra a possibilidade de adquirir prestígio e construir linhagens deve ser compreendido como o elemento fundamental para pensar como a idéia de CRI e de redes podem ser úteis no mapeamento e identificação do alcance dessa “escola”. Neste sentido, o papel da burocracia estatal, do jornalismo, do magistério, além da carreira política, foram os principais agentes da consolidação dessa invenção.

De acordo com boa parte da literatura sobre o período (Carvalho, 1980; Machado Neto; Venâncio Filho, 1982; Holanda, 1995; Azevedo, 1958; Iglésias, 1997; Freire, 2000, dentre outros) a função pública, nela incluindo-se a maior parte dos que

se dedicam ao magistério, seria responsável pela subsistência desses intelectuais. O magistério, em particular o magistério público, foi um constante meio de realização profissional e, por vezes, até vocacional de nossos escritores. Todos os membros do epicentro da “escola” chegaram a ser professores¹¹⁶, além de juizes, deputados, promotores, desembargadores.

Todas essas reflexões indicam que existe, a moda do século XIX, uma subsunção da sociologia e da filosofia ao direito que durante muito tempo modelou a fala da sociologia no Brasil. Os espaços que a sociologia pode trabalhar e galgar terreno foi primeiramente este. Esta marca ainda pode ser sentida na geração herdeira dessa tradição. Os juristas-filósofos, como Clovis Beviláqua cognominou, que mantém a relevância dessa escola e de suas idéias, mesmo que seja para apenas constatar que elas foram consideradas o marco para pensar a entrada do Brasil na ilustração e na modernidade. Essas cadeias, que podem ser mais exploradas no âmbito das análises das redes sociais, oferecem uma interessante genealogia que enuncia como determinadas linhagens foram ganhando tanta importância a despeito de sua parca contribuição para a reflexão sociológica e filosófica. Em todo caso, a análise da produção sociológica a partir das décadas de 1940/50 sobre a sociologia no Brasil indica, em contrapartida ao valor dado por outras linhagens, que a ER não existiu. Autores como Silvio Romero e Tobias Barreto representam, quando muito, presságio e agouro de uma malfadada teoria racista e evolucionista que marcou deletoriamente o pensamento sociológico brasileiro.

¹¹⁶ Tobias Barreto foi professor da FRD do Recife de 1881 a 1889; Silvio Romero foi professor de filosofia no Pedro II no Rio de Janeiro, bem como co-fundador da Academia Brasileira de Letras e da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde foi professor. Clovis Beviláqua: professor da FDR do Recife e um dos juristas mais lembrados em função da construção do código civil de 1916 (conforme Chacon (1969), o *código civil representa a culminância da Escola de Recife*). Fausto Cardoso foi professor da Faculdade Livre de Direito do RJ, por indicação de Silvio Romero. Artur Orlando não foi professor, foi jornalista, deputado e senador.

Se observamos a bibliografia utilizada como referência para construirmos este trabalho, veremos que grande parte dos apologistas desta escola são aqueles que pertencem ao universo de uma reflexão sociológica que flerta com o direito e a filosofia diretamente. Ao observarmos os trabalhos produzidos por esses autores, verificamos uma amplitude de temas e questões que caracterizam uma prática já não mais tão comum. A publicação dos primeiros trabalhos elaborados por sociólogos como Gilberto Freire e Florestan Fernandes, marcam uma ruptura com essa amplitude. A geração de juristas contribuiu de maneira fundamental na emergência da sociologia brasileira. Ilustraremos o processo de construção da ER e do uso da sociologia a partir da análise de dois próceres da ER, os seus epicentros.

CAPÍTULO 04

TOBIAS BARRETO E A SOCIOLOGIA NO BRASIL

A luta é meu elemento. Deixo a outros, mais felizes do que eu, viverem a vida plácida e serena do cágado dentro da concha, ou do caranguejo dentro da toca. Para mim só há uma força no mundo com quem não quero lutar, com quem

me esforço para viver em paz: é a consciência, quanto as outras, é como quiserem. (BARRETO, Tobias)

O único consenso existente sobre esta escola é o de que Silvio Romero e Tobias Barreto representaram seu núcleo e que em torno deles e de suas idéias, ela foi circunscrita e construída. Seus pensamentos e suas atitudes ilustram a silhueta do intelectual brasileiro do século XIX traçada até aqui. As reflexões destes autores indicam a necessidade de compreendê-los como expressões de um tipo de sociologia existencialmente condicionada, e exercida dentro de limitados horizontes institucionais e culturais.

Acreditamos que Tobias Barreto foi considerado o ícone desta escola por que representava a encarnação da teoria de Silvio Romero. Ele ilustra o aspecto positivo e saudável do mestiço que Romero queria enaltecer. As investidas em Tobias, por parte de Romero, nada mais eram do que a aplicação da sociologia que traduzia a mestiçagem como sintoma da mestiçagem nacional e paradoxalmente, da esperança no progresso¹¹⁷. O próprio Tobias Barreto trilhou seu entendimento da cultura e da sociedade eliminando os preceitos teóricos, que, possivelmente, invalidariam a sua posição e da sua fala.

A análise das trajetórias de Tobias Barreto e Silvio Romero, ilustra a debilidade do universo da produção cultural no Brasil do século XIX e a interferência embaraçosa exercida pelos dilemas e as contradições da sociedade brasileira no processo de criação intelectual.

I – TEUTO-SERGIPANO

¹¹⁷ Cf. [1888] e [1878].

No Brasil, as idéias chegavam por intermédio dos portos, e sofriam mais influência do legado francês e do inglês em detrimento do alemão, ou seja, éramos marcados pelo que Gilberto Freire (1971) nomeou de *imperialismo intelectual francês*. Conforme Nilo Pereira (1983, p.194), naquele momento, no Recife [...] *a nossa sensibilidade era modelada pela influência francesa [...] tudo vinha da França: a literatura, a moda, a pedagogia, a ciência, a botica, o teatro, os navios, os jornais, as revistas*¹¹⁸.

Tobias Barreto, mulato sergipano, humilde, encravado naquilo que ele denominou *açucarcracia*¹¹⁹. Foi portador de uma enorme “*emotional energy*”, oriunda da gana de penetrar na única brecha de mobilidade social existente, a intelectual, notabilizando-se por um apego muitas vezes considerado exagerado à cultura germânica. Conseguiu a partir de tantas dificuldades, edificar uma curiosa e singular crítica a voracidade da razão positivista e de seu ímpeto de reduzir o universo da cultura a dimensões nomotéticas.

Em 1864 Tobias Barreto matricula-se na FDR. A partir daí passa a se dedicar aos estudos jurídicos, desenvolvendo paralelamente a atividade de poeta, jornalista e professor particular. Formou-se em 1869, tendo repetido o terceiro ano por falta. Durante esse período submeteu-se a três concursos para o magistério, sendo dois de latim e um de filosofia. Apesar de aprovado, por faltar padrinhos, pois conforme

¹¹⁸ Consoante Mauro Mota (1978, p.167) os comerciantes franceses se contariam apenas entre os cabeleireiros, alfaiates, perfumistas, dentistas e damas do Palais-Royal, e suas lojas seriam apenas de modas e nouveautés, ao passo que os ingleses estariam representados por capitais muito fortes. A França não influenciou em nossa gente somente por suas modas femininas, suas cocottes, seus perfumes: influenciou pelo extraordinário e universal prestígio de sua revolução; e debaixo desse ponto de vista deixou à distância a Inglaterra.

¹¹⁹ [...] *a qual se julga com direito á posse de todos aqueles que vieram tarde e não encontraram um pouco de terra para chamarem sua, e dentro desse domínio manejaram sem piedade o bastão da prepotência*. Cf., [1877] 1962, p.110.

Luiz Nascimento (1966, p.11) estava em vigência o *famigerado regime do pistolão*, não conseguiu ser nomeado¹²⁰.

Muitos autores, tais como Vamireh Chacon (1977), Pinto Ferreira (1969), Carneiro Leão (1953), Djacir Menezes (1964), dentre outros, consideram Tobias Barreto um precursor da sociologia brasileira. Mas, a meu ver, embora essas opiniões não sejam tão transparentes assim, apenas Antonio Candido (1960, p.2107) percebeu a justa medida, ou o critério negativo, da veracidade dessa suposição:

[...] o primeiro escrito teórico de certo vulto sobre a matéria (deixando de lado as repetições automáticas dos positivistas) foi possivelmente devido a Tobias Barreto e obedeceu, vale mencionar, a um critério negativista. São as *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas*, onde contesta, com a vivacidade costumeira, a validade e a autonomia de nossa disciplina.

Acreditamos que o texto inicial desse debate (e isso não desmerece em nada a intuição de Antonio Candido) precede as *Glosas*. Trata-se da dissertação elaborada para concurso para lente da Faculdade de Direito de Recife, em 1882, concurso esse que “eterniza” e demarca de maneira ritual e intelectual, sua posição de destaque e criatividade no pensamento social brasileiro.

Esses textos teóricos são peças interessantes da sociologia brasileira do século XIX. É sobre eles que essa reflexão se debruçará. São os trabalhos onde o autor faz referência manifesta à sociologia, mesmo tentando provar a sua inexistência ou o seu caráter falível. O interessante é que ao negar e restringir a possibilidade da sociologia, ele faz mediante argumentos e preocupações que estavam presentes nos neokantianos.

¹²⁰ O primeiro concurso pleiteado por Tobias Barreto foi quando ainda cursava a Faculdade em 1865, e destinava-se a ocupar a cadeira de Latim do Colégio de Artes (anexo da FDR). Segundo Carlos Sussekind de Mendonça (1938, p.123) as provas de Tobias são brilhantes. Consegue ser classificado em primeiro lugar. Mas anulam o prêmio. No ano seguinte renova-se a disputa. Tobias se sai do mesmo modo. Obtém ainda uma vez, a primeira classificação. Mas uma vez, porém, o atraçoam, nomeando o padre.

O cerne dessa relação está em sua admiração assumida e incontestada da cultura alemã, chegando a escrever periódicos nessa língua no interior de Pernambuco, no município de Escada, e julgando ser um fiel defensor de suas idéias. Para Tobias Barreto [1872] (1962a, p.283) a *Alemanha ensina a pensar e a França a escrever*¹²¹. Em outro momento afirma ele dever aos [...] *alemães um pouco de gratidão, por haverem eles indiretamente, com maior robustez dos seus argumentos e a maior profundidade de suas indagações, melhor assentado a insustentabilidade do positivismo e, sobretudo, a inanidade da sociologia* [1887] (1962b, p.245-246).

[...] a minha germanomania não é de todo um fenômeno psiquiátrico, pois que se baseia em muito boas razões [...] os pensadores alemães, em quase todos os domínios da inteligência, andam dez anos, pelo menos, adiante dos franceses.

Não sei se devesse excetuar o domínio político. A política alemã não me é totalmente simpática. Olhada por este lado, a minha cara Alemanha assemelha-se a uma linda mulher, em que aliais a enormidade das mamas diminuí a beleza das outras formas. Por isso limito-me a contemplá-la só pelo rosto (Ib. p.201).

Gilberto Freire (1971, p.143) observa que havia condições pessoais que favoreciam em Tobias, a adesão de termos ostensivos e absolutos à cultura alemã e, simbolicamente – talvez – à própria etnia germânica. Que os Nabuco, Taunay, padres latinistas e aristocráticos do Maranhão, se conformassem em ser latinos e tratados como brancos de segunda classe. Ele, pela sua anuência absoluta à cultura germânica, transferia-se para aquela cultura e, simbolicamente, para aquela raça de europeus superiores que eram os europeus germânicos.

Segundo a sugestão de Sylvio Rabello (1967, p.16), Nilo Pereira (1983, p.194) e Mauro Mota (1978, p.165) um dos fatores decisivos para adoção desse germanismo foi à vitória da Alemanha sobre a França em 1870, levando-o a

¹²¹ Conforme o testemunho de Clovis Beviláqua (1990, p.44) Tobias era poliglota. Entendia bem latim uma vez que havia sido professor de Latim na adolescência. *Escrevia alemão com elegância, segundo afirmavam competentes, e deixou livros na língua de Goethe. O francês lhe era familiar, e às vezes recorria a esse idioma para as suas críticas ligeiras. Conhecia o inglês, o russo e o grego.*

apaixonar-se pela cultura alemã. Para Nelson Saldanha (1985, p.15) e Vamireh Chacon (1978, p.12) a paixão pelo germanismo se deu quando foi ser promotor em Escada. Segundo os relatos destes autores, antes de ir, passou à Rua do Imperador, comprou ao acaso um dicionário e uma gramática alemães, e que a partir daí, dessa *visita histórica*, iniciou a suas *núpcias com o germanismo*.

Consoante Tobias Barreto [1880] (1990, p.66):

Aqui importa notar – e para destruir uma certa idéia, geralmente aceita, de que eu me dedicara à Alemanha, por ocasião ou depois da guerra desta com a França – que já no ano de 69, ainda acadêmico, eu começará a fazer estudo de gramática alemã, não podendo, porém, ir muito avante, por causa das ocupações acadêmicas [...] no ano seguinte (1872) vim para Escada, e entregando-me a profissão de advogado, entreguei-me também ao estudo da língua alemã, na qual nunca tive mestre; sou completamente um autodidata, ou mestre de mim mesmo.

É esse ponto de partida que marca a crítica que Tobias Barreto de Menezes – o *combatente Outsider*, como denominou Paulo Mercadante (2006), ou o *Sócrates da Escola do Recife* como designara Nelson Saldanha (1985) – faz entre 1882 e 1887 ao determinismo e ao positivismo, ao refutar a possibilidade da sociologia naquele momento ser considerada uma ciência.

As suas sentenças, pouco grácil, interpretadas equivocadamente por Alcântara Nogueira (1980, p.19) como uma das *contradições mais sérias de sua produção* e pouco comum a uma época, vislumbrada com a idéia de evolução social, afirmam às impossibilidades de se pensar uma sociologia nos moldes darwinistas e positivistas. Gilberto Amado (1934, p.37) assevera que a sociologia era o seu *abantesma*. Na dissertação do concurso assiná-la Tobias Barreto [1882] (1977, p.284-285) que a

[...] concepção de sociologia, e especialmente a concepção de direito, ainda hoje correntes entre nós, são um pedaço de metafísica, um resto de mitologia [...] em estado embrionário [...] Verdade é que a sociedade, na qualidade de um organismo de ordem superior, na qualidade, não de uma

antítese, mas de uma continuação da natureza, deve ter a sua mecânica, mas essa mecânica [...] ainda não encontrou seu Kepler.

Nas *Glosas*, cinco anos após, continua a insistir: *não creio na existência de uma ciência social*, dizia Tobias Barreto [1887] (1962b, p.191-192).

A sociologia é apenas o nome de uma aspiração tão elevada, quão pouco realizável. O estudo dos fenômenos sociais, considerados em sua totalidade e reduzidos à unidade lógica de um sistema científico daria em resultado uma estupenda pantosofia [...] Uma ciência, que é realmente tal, não tem necessidade de fazer de sua própria existência a primeira questão, que lhe cumpre resolver [...] em geral os sociólogos pertencem à ordem dos crentes; e crenças não se refutam.

Deixemo-nos de cerimônias e digamos toda a verdade. Em geral os sociólogos não são homens com quem se possa falar sério; são espíritos incompletos ou doentes. Não é em vão que esta nova raça de filosofastros tem tido maior incremento nos países atrasados como o Brasil, Portugal e outros, diminuindo o seu número na razão inversa da cultura dos povos, entre os quais eles aparecem.

Os discípulos e subdiscípulos da celebre seita (positivismo) pertencem pela maior parte à ordem dos malucoides (mattoidi), de que fala Lombroso. (Idem, p.244-245)

Autores como Miguel Reale (1973, 1990), Antonio Paim (1966, 1967), Vamireh Chacon (1959, 1969, 2008), Pinto Ferreira (1969) consideram a posição fundamental de Tobias foi a de ter trazido por intermédio de Kant. Tobias indicou a debilidade e fragilidade das doutrinas e perspectivas que estavam assentadas na suposição que a natureza cultural dos fenômenos estivesse sujeito a certos tipos de determinismos e aprisionadas a dimensões involuntárias. Veremos a seguir como ele elabora essa crítica a sociologia positivista, partindo justamente de um fator não teórico e de um campo desregulamentado. Isso implica compreendermos que na busca aleatória de autores, idéias as afinidades afetivas devem ser levadas em consideração como balizas para entender a recepção e rejeição de determinados pensamentos por parte de Tobias.

II – EDUCAÇÃO DA MULHER (1879)

A Educação da Mulher foi um dos discursos de Tobias, proferido na assembléia provincial enquanto ele era deputado estadual pelo partido liberal. Foi apresentado em 22 de março de 1879 e tratava da defesa, por parte de Tobias, do projeto 61/79 que defendia um auxílio, a ser dado pelo governo da província para que Josefa Felisbela de Oliveira pudesse estudar medicina nos Estados Unidos ou na Suíça. No pólo diametralmente oposto ao de Tobias estava o médico Malaquias Antônio Gonçalves.

A fala de Tobias Barreto [1879] (1962, p.60-61) é sintomática e já aponta para a dimensão social da relação desigual entre homens e mulheres: *seria um pecado imperdoável contra o santo espírito do progresso, de um crime da lesa-civilização, da lesa-ciência [...] o de ficar aqui decidido, barbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres científicos, para os misteres que demanda uma alta cultura intelectual*. Critica a posição do Deputado Malaquias que advoga que a mulher está condenada por natureza a incapacidade e ao atraso mental, sugerindo que para dirimir a questão, *um livro de história, no qual se narrassem todas as fases, por que tem passado a questão aqui suscitada, e o estado em que ela se acha*.

A partir do modelo da fisiologia o Deputado Malaquias pretendia demonstrar a inferioridade da mulher¹²², sua dependência perpétua em relação ao

¹²² A questão da inferioridade da mulher era medida, por Malaquias, pelo peso do cérebro: O maior peso do cérebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? [...] como explicar o fenômeno: o cérebro de Byron, por exemplo, pesou 2.238g, e o de Dupuytren 1436g, um peso tal que oferece para com o primeiro uma diferença de 802g. ora, uma diferença tamanha no peso do cérebro deveria corresponder uma notável diferença intelectual entre os dois espíritos [...] mas isto não diz tudo [...] na pergunta que

homem, sua inaptidão para os estudos sérios; tudo isto escrito, como ele pensa, no próprio cérebro feminino. Para contrariar esses argumentos Tobias Barreto cita falas de autoridades em medicina, principalmente alemães, para atestar a aptidão da mulher ao aprendizado e ofício da medicina. Cita como exemplo a russa Nadeschda Suslowa, a primeira mulher a ser consagrada medica, na universidade de Zurich em 1867. [1879] (Barreto, 1962, p.66/71)

Para Tobias, tendo como pressuposto uma *sociologia* passional, não havia exagero algum em pensar a emancipação da mulher. Essa é uma das questões do nosso tempo, dizia ele. É um dos mais sérios assuntos da época, em toda a sua complexidade, e pode ser tratado sob três pontos de vistas distintos: o político, o civil e o social. *Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, confesso que ainda não julgo precisa, eu não a quero por ora. Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos em nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas da província. (exclama um deputado: o Sr é oportunista)* (Ibid. Idem, p.75).

Do ponto de vista civil argumenta ser necessário emancipar a mulher do *jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados*. O diagnóstico era de que as relações da família, ainda eram dominadas e modeladas pelo influxo direto dos princípios bíblicos da sujeição feminina. Vejamos o diálogo relatado por Tobias:

Tobias: A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como devera ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se como escrava à soberania da vontade marital. Essas relações deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado à civilização.

O Sr. Clodoaldo: com igualdade absoluta dos direitos é impossível família. Não compreendo a sociedade conjugal sem uma autoridade.

vou fazer, está a morte da teoria que combato: eis aqui o que vai mata-la: qual o peso normal do cérebro humano? Responde Malaquias: Há uma média. Uma média não é um peso normal. Peço ao nobre deputado que me dê o peso certo e determinado. [1879] (Barreto, 1962, p.72)

Tobias retruca: esta autoridade estaria na lei. O que eu desejava, pois, era que a lei regulasse as relações de família de tal maneira, que não pudesse aparecer nem a anarquia nem o despotismo.

O Sr. Clodoaldo: e é o que temos.

Perdão, diz Tobias, nos temos o despotismo na família. Sr.

Clodoaldo: não apoiado. [Malaquias retruca – perdão: estou nos braços da ciência.

Tobias exclama – engana-se; está com o catolicismo, está com São Paulo, está com os santos padres, que tinham dúvida sobre a alma racional da mulher, como hoje se dúvida do seu cérebro [...]

O deputado Gervásio Campelo interpela – então está salvo [1879] (Ibid. Idem, p.75-78)

Afirmar que a mulher não tem competência para os altos estudos científicos é além de um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos. As diferenças podem ter sua natureza nos aspectos fisiológicos e dimórficos, mas a proposta de cultura enquanto dimensão artificial utilizada no combate das intempéries da condição humana permitia a ele perceber que era no seio das relações sociais que encontraríamos o motor dessa desigualdade. Para Tobias Barreto a mulher não teve no transcurso histórico, *uma educação suficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento*, chegando ao ponto de supor que ela não é suscetível de cultivar-se e ilustrar-se da mesma forma que o homem. (Ibid. Idem, p.81)

A procura de um maior ou menor grau de desenvolvimento entre os sexos, deve levar em consideração a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje educação só e só para a vida íntima, para a vida da família, ela chegou ao estado de parecer que é esta a única missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a ilusão, em que laboramos: tomando por efeito da natureza o que é simplesmente um efeito da sociedade, negamos ao belo sexo a posse de predicados que alias, ele tem de comum com o sexo masculino¹²³. (Ibid. Idem, p.82)

Tobias apresentou neste mesmo ano o seu projeto de lei, no. 129, criando o Partenogógio do Recife, estabelecimento público, de cultura literária e profissional para moças, dividido em duas Escolas: Escola Média, ao modelo alemão das

¹²³ Segundo Luiz Antonio Barreto (1994) Tobias não só defendeu a concessão do auxílio, como apresentou uma emenda em favor de Maria Amélia Florentina, para o mesmo estudo no exterior.

Mittelschule, e a Escola Superior, a Honore Schule. O projeto foi lido na sessão de 28 de março de 1879 e aprovado em primeira discussão no dia 2 de maio do mesmo ano. O que movia Tobias era os ensinamentos de Frederico Diesterweg, que com Pastelozzi e Froebel, integrava a tríade de pedagogos modernos: a liberdade do povo, e a felicidade do povo, pela cultura do povo, não pode ser conseguida por meio da instrução parcial, ministrada a um só sexo. A novidade não estava na criação de uma escola feminina, pois já existia no Recife a Escola Normal, que atendia no ano de 1789 a 42 alunas. Mas sim, na criação de uma Escola Superior, ao lado de uma escola médica, pois equivaleria a libertar a mulher daquela condição de portadora de uma certa cultura da vaidade, formada por um pouco de música, um pouco de desenho e pelo gaguejar de uma ou duas línguas estrangeiras. Quando o projeto voltou ao plenário da assembléia para a segunda discussão, em 5 de março de 1880, Tobias já não era deputado. A defesa coube ao Barão de Nazaré, também signatário do projeto, que enfrentou forte reação do deputado Erminio Coutinho, para quem o projeto não acautelava suficientemente moralidade do sexo feminino. A base da crítica foi o fato de que enquanto a província não pudesse dispor de condições para construir o partenogógio, matriculasse suas alunas no prédio do ginásio pernambucano. A proximidade das alunas do partenogógio dos alunos do ginásio pernambucano, configurava uma promiscuidade, dizia o nobre deputado¹²⁴.

¹²⁴ Cf. Barreto, 1994, p.324-325.

III – O CONCURSO DE TOBIAS (1882)

Segundo a delimitação de Antonio Paim (1966) e Paulo Mercadante (1977) o ano de 1882 demarca na trajetória intelectual de Tobias Barreto o início do *ciclo de adesão ao Neokantismo*. Embora a relação com o pensamento Alemão venha de muito antes, é só a partir do concurso realizado esse ano, que ele manifesta abertamente sua posição culturalista e Neokantiana de rejeição à sociologia nos moldes positivistas e deterministas. No pronunciamento analisado anteriormente, como visto, já há uma busca em desmistificar a argumentação de fundo determinista e de base biológica que assentava a segregação entre homens e mulheres, mas é nessa prova escrita para o concurso de professor da congregação da FDR que ele vai sustentar com mais veemência a influência alemã.

A questão proposta pela Faculdade para o concurso foi a seguinte: *Conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem?* Essa indagação vai ser respondida a partir da pressuposição teórica que o fenômeno jurídico deveria ser compreendido como construção cultural humana¹²⁵. Conforme Tobias Barreto [1882] (1977, p.285) *a concepção de um direito superior e anterior à sociedade é uma extravagância da razão humana, que não pode se justificar. O homem é um ser histórico. Para ele um direito natural se coadunaria com um direito universal e não relativista, e isso é impensável. O direito variou e varia no espaço e no tempo. A etnologia nos mostra que as diferenciações que produzem raças, trazem diferenças nos costumes, nas leis, nas instituições das mesmas raças, e história confirma essa asserção.*

¹²⁵ Cf., [1881], 1977.

A arte, a ciência, a religião e o direito, assim como outras instituições humanas, eram *produtos da cultura humana*. Os direitos considerados como naturais e inalienáveis, tais como a vida, a propriedade, à liberdade *nunca existiram fora da sociedade; foi esta que os instituiu e os consagrou* (Idem, p.286). O direito, incorporando a reflexão de Rudolph Von Jhering, é definido como um *complexo de condições existenciais da sociedade, asseguradas por um poder público*. E como esse poder público que garante os direitos não é natural, pois é criado pelo homem, nenhum direito pode pré-existir a ele. Conclui ele que:

A teoria de semelhantes direitos não é somente inarmonizável com os referidos pressupostos, mas até sucede que a sua permanência é um obstáculo à sociologia. Platão disse: não a ciência do que passa; a moderna teoria da evolução inverteu a proposição e redarguiu ousada: só a ciência do que passa, por que a história só se ocupa do que passa, e todas as ciências caminham para tornar-se preponderantemente históricas. (Ibid. Idem, p.287)

Serpente que não devora serpente não vira dragão, eis a essência do fenômeno jurídico em Tobias Barreto. O direito é originado na transformação da força, *que limitou-se, e continua a limitar-se no interesse da sociedade. Desta força conservada e desenvolvida, é que tudo tem-se produzido, inclusive o próprio direito, que em última análise não é um produto natural, mas um produto cultural, uma obra do homem mesmo.* (Ibid. Idem)

Essa intuição e percepção culturalista – que identifica o determinismo e o idealismo como óbices à sociologia – é inevitavelmente incorporada em função do “germanismo” de Tobias. Consoante Paulo Mercadante (1972, p.154) ela foi fruto da dupla “inspiração” e/ou “confusão” entre [...] *o naturalismo científico e o movimento neokantiano*. Corroborando essa assertiva José Silvério Leite Fontes (2003) e Miguel Reale (1973, 1990) atestam que foi por intermédio de Kant, que se pôs à mostra a debilidade epistemológica de doutrinas pomposas e pretensamente assentes em dados

irretorquíveis das ciências naturais, inquietando os espíritos para problemas que pareciam superados, especialmente os relativos à reconhecida necessidade de se distinguir o físico e o psíquico, o mundo da matéria e o mundo do espírito. Nesse sentido Antonio Paim (1990, p.50) tem amparo ao afirmar que Tobias, com sua hipótese culturalista, acabou *antecipando uma das linhas mais fecundas de desenvolvimento do neokantismo*.

IV – UM MOTE DO SÉCULO XIX: AS VARIAÇÕES ANTI-SOCIOLÓGICAS

*As Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas*¹²⁶ [1881] é um texto muito mais denso que a dissertação para o concurso e mais significativo para o debate que gravitava em torno dos limites do conhecimento sociológico em termos positivistas. Ele tece críticas á idéia da transposição dos modelos de explicação e entendimento das ciências naturais para a sociologia propriamente dita. A sua reflexão está endereçada a dois pilares do organicismo em voga: no primeiro instante, ao determinismo, que advoga a lei da causalidade,

¹²⁶ A primeira parte do texto foi concebida em 1881 e a segunda em 1887 segundo a informação de Antonio Candido (1960, p.01).

desprezando a volição, nos assuntos sociais humanos; num segundo momento, a crítica se volta para a suposição de que os fenômenos sociais pudessem ser regulados por leis.

As críticas que Tobias Barreto (1962b) faz à sociologia são as seguintes: (1) O estudo dos fenômenos sociais, em sua totalidade, resultaria numa *estupenda pantosofia*, e isso é incompatível com as forças do espírito humano. (2) vivemos num período sociolátrico, e a sociolatria é inconciliável com uma ciência social. (3) o conceito de liberdade torna impossível a existência de uma sociologia nos moldes deterministas uma vez que não há como provar que a vontade humana é uma força natural, como o calor ou a eletricidade. (4) se a sociologia trata da humanidade em geral, seu objeto é apenas uma grande abstração, e se tratar de sociedades humanas geográfica e historicamente situadas, haveria tantas sociologias quantos grupos sociais. (5) A admiração pelas ciências naturais é que trouxe a mania da sociologia como ciência. Quando vamos até as formações superiores (família, estado, homem etc.) não podemos lançar mão de explicações mecânicas. (6) A sociologia nasceu da idéia errônea de considerar o Estado e a Sociedade como dois seres diferentes, distinta da política, que é a ciência do estado. (7) A sociologia tem mania de lei e procura aplicar essa idéia a tudo. *Os sociólogos costumam por a estatística a seu serviço e alegar que tal ou qual regularidade com que os números funcionam em certas ordens de fenômenos da vida social, é uma prova em favor da existência das leis sociológicas.* (8) A sociologia tem a pretensão de ser incorporada pelas ciências naturais e mediante o uso do mesmo método, busca iguais resultados. Esquece que não existe uma ciência da natureza, como ela pretende ser uma ciência da sociedade?

Para Tobias, as leis da liberdade são, também, as leis da natureza. Mas isso não reduz o processo da vida moral à pura mecânica dos átomos, a ações e reações químicas. O determinismo tenta negar a *liberdade a partir do argumento de que as*

ações são todas motivadas. A lei da motivação seria uma das formas da lei geral da causalidade. Os motivos por possuírem causas mecânicas, seriam efeitos de necessidades, de maneira similar aos eventos do mundo natural (Id. p.196).

A discussão se dá em torno da volição como elemento fundamental para pensarmos o ser humano social. O debate acerca da liberdade acontece para contrapor-se a uma idéia de que os seres sociais humanos obedecem a regulamentações que extrapolam o universo da cultura. *Ao tornarem o caos e a desordem na vida individual e social o estereótipo da liberdade, os deterministas, impõe fatalismo e necessidade, em qualquer regular encadeamento dos atos humanos*¹²⁷.

O elemento da volição e da singularidade está presente ao afirmar que *se a liberdade é alguma coisa, ela consiste na capacidade, que tem o homem, de realizar um plano por ele mesmo traçado, de atingir um alvo, que ele mesmo se propõe*. A causalidade da natureza e a causalidade da vontade não possuem o mesmo caráter. Assim, ao passo que as causas naturais se traduzem num por que, a causa voluntária se exprime num para quê (Ibid. p.211-212).

A partir daí, a crítica ao positivismo se dá a em torno do conceito de sociedade e de cultura. É impossível pensarmos a sociedade em termos de organismos vivos, sujeitos aos mecanismos involuntários e inconscientes. As anomalias da vida social, que são a verdadeira vida do homem, são transgredidas a partir de formas de seleção que purificam os homens. A seleção jurídica, a que se pode adicionar a seleção religiosa, moral, intelectual e estética, constitui um processo geral de depuramento que caracteriza o grande processo da cultura humana. A sociedade, como

¹²⁷ Assim, e de conformidade, por exemplo, com os princípios da sociologia nacional brasileira, como, ela é cultivada por vadios e vagabundos, é um depotismo clamoroso, quando a autoridade, invadindo a terra santa da liberdade, quebra a viola do ocioso cantor popular e põe um limite aos excessos de bebedeira (Ibid. p.197).

produto da cultura é *um sistema de forças que lutam contra a própria luta pela vida*, que depuram o homem de sua condição animal. A seleção, dos aptos e dos normais, não poderia ser feita a partir de algumas instituições sociais, como asilos para mentecaptos e doentes, leis de socorro aos indígenas, etc. como sugeria Le Bon, supostamente amparado em Darwin. Advoga ele que tal teoria, que postula que é normal a eliminação natural dos fracos diante dos fortes, dos enfermos diante dos sadios, aceitaria como normal não punir o homem robusto e vigoroso, que em luta com o raquítico e inválido, chega a matá-lo.

Entregar os míseros à sua própria miséria, deixar que morram de fome os que não podem conquistar pelo trabalho os meios de subsistência, e deste modo correr para o depuramento da sociedade, se isto é seleção, seria mil vezes mais bárbara do que a velha seleção espartana; e como precisa de um nome, que a caracterize, - pois que Esparta já não existe, bem pudera qualificar-se de seleção inglesa (Ibid. p.214).

De acordo com Tobias Barreto, *a sociedade é um sistema de forças combatentes contra o próprio combate pela vida*, ela extrapola o universo da condição animal. A sociedade, que é o *grande aparato da cultura humana*, apresenta-se como *uma teia imensa de relações sinérgicas e antagônicas; é um sistema de regras, é uma rede de normas, que não se limitam ao mundo da ação, chegam até os domínios do pensamento* (Ibid. p.218). Ela é *uma série de combates contra o geral combate pela existência, é um conjunto de seleções artísticas, que melhoram, modificam, alteram a grande lei da seleção natural* (Ibid. p.227).

A abordagem denominada culturalista por muitos estudiosos da obra de Tobias, está inserida dentro de um marco, ou de um repertório, que permite que pensemos a cultura, e suas instituições como criações sujeitas não ao inexorável domínio da evolução, mas as diversas e peculiares formas de organização ligadas a as volições superorgânicas. O direito e a filosofia foram os alvos prediletos de Tobias.

Seus interesses sobre o Direito partiam de uma dimensão de que as regras jurídicas deveriam ser encaradas como criações humanas, não necessariamente fundamentadas na natureza, e que teriam como função, a qualquer custo, minimizar os dispêndios inevitáveis à sobrevivência gregária dos homens. A crítica feita ao determinismo se torna mais contundente, ao salientar que tal empreitada no fundo é uma tentativa de naturalizar determinadas relações cujos fundamentos não são naturais.

Outro aspecto desenvolvido por Tobias no que concerne a crítica a sociologia diz respeito ao fato da “crença” em uma disciplina denominada sociologia proceder de duas fontes: o predomínio das ciências naturais por um lado, e um número de aberrações políticas características de nosso século, por outro. No que diz respeito ao primeiro fator, afirma que os sociólogos, que em regra são espíritos tomados de admiração pelos progressos e conquistas das ciências naturais, entendem que nada há de mais fácil do que construir a sua sociologia, aplicando-lhe unicamente o método naturalístico, isto é, observando e induzindo. A ilusão é compreensível, mas não desculpável.

Além destas e outras aberrações, os sociólogos ainda são vítimas de uma ilusão, característica do tempo, quero dizer, a ilusão, a mania de lei – de cujo conceito se pode afirmar o que Brinz disse do de pessoa jurídica, isto é, ser apenas um espantalho, uma figura de palha para afugentar as aves, *respectivé*, confundir os tolos (Ibid. p.261).

A crítica de Tobias neste momento do texto é direcionada a Paul Von Lilinfield (1828-1903), famoso “sociólogo” russo partidário e defensor do organicismo. Partindo do pressuposto, diz ele, de uma analogia real e positiva da sociedade com a natureza, como opina o sociólogo, a primeira confrontação a estabelecer entre os dois ramos da embriologia, deve ser nestes termos:

assim como, nos estádios superiores da evolução embrionária do individuo, desaparece a cauda do primeiro período, assim também, nos

estádios superiores da vida do embrião social, desaparece [...] o que? [...] Hic haeret aqua. O que, com efeito, corresponde à pequena cauda, ao rabinho do homem, e que em seguida acaba-se de todo? Ninguém sabe (Ibid. p.269).

Segundo Tobias:

A teoria é bonita demais, para ser verdadeira. Efetivamente: um menino de cinco anos, nascido em uma das nossas grandes cidades, que brinca sobre o tapete de nossos salões, não pode apresentar os mesmos sinais de rudeza mental, que apresenta a pobre criança, da mesma idade, filha do alto sertão, ainda meio “alali”, que mal começa a conhecer e distinguir seus *pais*. *Iguala-los é um disparate, que repugna à observação e o bom senso.* (Ibid. p.270).

Se o positivismo e o determinismo são a tônica do momento, como explicar a posição crítica e peculiar à sociologia perfilada por Tobias? De uma maneira geral a geração de 70 da Faculdade de Direito do Recife e as subseqüentes gerações, foram partidárias do evolucionismo naturalista e quiçá do positivismo. Tinham em comum um clima de mudanças paulatinas, que incorporavam a justaposição de modernidade e controle consuetudinário das instituições políticas, econômicas e jurídicas, e isso deixavam entrever nas teorias selecionadas para explicar o Brasil. Os intelectuais no Império eram segundo Oracy Nogueira (1978, p.185), ambivalentes e marcados por uma perplexidade em relação ao observar o contexto em que estavam inseridos. Vendo-os com os olhos do europeu, exacerbavam seus aspectos negativos, sem conseguir romper com os laços afetivos que a ele os prendiam.

Assim como Nogueira, Emilia Viotti da Costa (1999), assiná-la que os intelectuais estavam presos a uma ambígua rede de relações de dependência para com o estamento. É o que José Murilo de Carvalho (1980) chama de *dialética da ambigüidade*, caracterizada pelo fato de que emprego público indicado e nomeado constituía a principal alternativa para os “enjeitados” do latifúndio escravista ao tempo que tolhia e limitava a crítica e o protesto contra este mesmo latifúndio. Logo, ao passo

que olhavam com as lentes do mundo moderno a monarquia escravista, tinham medo de sua falência. Segundo ela E. V. da Costa (p.262-263):

[...] a ambigüidade em que se debate esse tipo de intelectual fica evidente numa atitude de Tobias Barreto que, numa cidadezinha perdida no interior do Brasil, publicava em alemão um jornal que certamente não encontrava leitores, e fazia discursos [...] atacando as oligarquias rurais numa área controlada essencialmente por elas, diante de um público perplexo, senão atônito.

Nessa direção Evaristo M. Filho (1985, p.80) assiná-la que:

Grande parte do arsenal, idéias e noções sociais de Tobias veio do positivismo, moldou-se seu espírito nos meios tons conciliatórios de comete, de ojeriza e incompreensão pela revolução francesa, de construção de uma ciência política ou sociológica compreensiva, tímida na ação, anti-revolucionária, idealista e intelectualista, a despeito de uma ou outra intuição pessoal espontânea, heterodoxa, rebelde, mais logo contida, com medo de suas conseqüências. Sempre conservadora.

A lei da evolução incutia nos espíritos um fatalismo otimista, criando a expectativa da transição, mais cedo ou mais tarde, de um estado social inferior para outro mais evoluído, ou seja, o progresso. Esse evolucionismo facilitou a incorporação da idéia de superioridade racial como elemento para entender o domínio dos europeus sobre os demais povos. Junto a este se associa o determinismo geográfico, que criou a dúvida sobre a viabilidade da sociedade nacional. Ou seja, seria possível desenvolver nos trópicos uma civilização que se equiparasse a européia?

Penso que é no interior desse debate e dessa imprecisão que podemos encontrar as razões para a emergência da crítica de Tobias Barreto à sociologia e seu apego à cultura alemã. Ele reage, dentro dessa ambigüidade, a sentença teórica condenatória que via o mulato como elemento inferior. Combate, a partir das regras fornecidas pelos espaços (crítica literária e professor da FDR) e com argumentos intelectuais (novidades), as teorias que advogam uma dimensão natural das desigualdades sociais. A sua feição visivelmente sinalizadora de uma herança africana,

não poderia sacrificar a validade de seus argumentos e idéias, que o estamento ruindo já havia acatado quando o aprovara no concurso. As rejeições parciais de idéias evolucionistas e raciais denotavam uma forma de ação que, ao buscar se afirmar enquanto igual – e, além de tudo, ímpar, singular, distinto – era capaz de desfazer a rude perspectiva ideológica e estrutural que o condenaria necessariamente, a uma dimensão menos reconhecida.

Conforme Gilberto Freire (2000, p.601) o [...] *Bacharel e o Mulato (muitas vezes reunidos na mesma pessoa) foram as duas grandes forças novas e triunfantes no Brasil do século XIX*. Foi ele o elemento dinâmico da sociedade brasileira do século XIX.

Entre esses duros antagonismos é que agiu sempre de maneira poderosa, no sentido de amolecê-los, o elemento socialmente mais plástico e em certo sentido mais dinâmico, da nossa formação: o mulato. Principalmente o mulato valorizado pela cultura intelectual ou técnica (Id. p.11).
[...] o mulato que vinha desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade. A meia-raça a fazer de classe média, tão débil dentro do nosso sistema patriarcal (Ibid. p.335).

Demonstrando uma arguta sensibilidade para contrariar o critério empírico naturalista presente nas obras dos organicistas, apresenta a dimensão cultural e social como relevante para pensarmos o homem em sociedade. Encerra o texto convidando Lilienfeld para visitar o Brasil e constatar que o determinismo racial não vinga e que o Brasil é um sintoma de que o processo inexorável da sociologia de então, que advogava o malogro das raças inferiores, encontra seus limites nas evidências aqui fornecidas.

Segundo Tobias Barreto:

Quanto ao ponto relativo às raças, isso é apenas o efeito de uma outra mania do nosso tempo: a mania etnológica. Eu quisera que Lilienfeld viesse ao Brasil, para ver-se atrapalhado com a aplicação de sua teoria ao que se observa entre nós. As chamadas raças inferiores nem sempre ficam atrás. O

filhinho do negro, ou do mulato, muitas vezes leva de vencida o seu coevo de puríssimo sangue ariano [1877] (1962b, p.270-271).

As constatações que chegamos a respeito da contribuição e relação de Tobias Barreto à sociologia brasileira são as de que toda a sua leitura filosófica e sociológica está entrelaçada a uma biografia vivida nos interstícios fornecidos pelos ríspidos e preconceituosos espaços de mobilidade existente no estamento de então. Logo, foi de maneira intelectual que galgou à miséria¹²⁸, pois ser lente da Faculdade de Direito do Recife e virtuoso na polêmica, na intriga e na filosofia, lhe deu o “compensatório” prestígio e status social. A relação impetuosa com a Alemanha servia, dessa forma, como mote para delimitar e legitimar a sua singularidade, seu capital simbólico e seu espaço enquanto intelectual com presença de destaque no pensamento filosófico e social brasileiro.

A pouca autonomia do campo intelectual se fazia presente nesse momento. Havia sim um mercado de oportunidades que se apresentava a carreira intelectual, embora a ausência de critérios objetivos na delimitação do pensamento a ser considerado verdadeiro era débil, pois as idéias religiosas não mais se sustentavam e as estruturas não comportavam rituais mais objetivos quanto a questão do conhecimento. A polêmica, como veremos, era um delimitador do capital cultural e do acesso ao campo da produção intelectual, assim como a invocação de autores desconhecidos e tidos como novidade, a quantidade de leituras e acesso a determinados autores, bem como as posições de prestígio que viriam a ocupar.

¹²⁸ Em 19 de julho de 1889, poucos dias antes de morrer, escrevera Tobias para Romero a seguinte carta: *Amigo Sr. Silvio. Acabo de receber a sua carta e vejo que me diz a respeito do 7 de junho. É engano seu; não me restabeleço mais, a moléstia tem sido rebelde, o único remédio é morrer. Como estou reduzido a proporções de pensionista da caridade pública, e me fala nisto em sua carta, peço-lhe que de pressas as entradas das contribuições de sua lista, visto como meus últimos recursos estão se esgotando Do amigo velho.*

V – CAMARADA DE PLATÃO? UM CASO DE CRIATIVIDADE INTELECTUAL?

Sylvio Rabello aponta que Tobias Barreto em seu *arrebatamento* tropical durante os anos de 1968, dizia-se amigo de Platão. Será que, mesmo a despeito de tanto reconhecimento, podemos considerar Tobias Barreto um intelectual criativo¹²⁹?

¹²⁹ A grandeza intelectual é precisamente o efeito que alguém tem na história intelectual, sua influência sobre as gerações seguintes. Nesta classificação, a grandeza se fundamenta no grau em que os filósofos seguem sendo de interesse para os demais pensadores no transcurso de extensos períodos de tempo. Os intelectuais irrompem e mudam o curso da corrente de idéias graças ao seu modo de operar com o capital cultural e a energia emocional que fluem para ele desde o seu próprio passado, reestruturado pela rede de tendões que se produzem entre seus contemporâneos. Os méritos de suas contribuições, seus valores intrínsecos, seu impacto social, é questão de como evoluem as estruturas após sua morte (Cf. Collins, 2005).

Em carta datada de 13 de setembro de 1880, enviada como resposta ao interesse manifestado em carta recebida tempos antes, de Carvalho Júnior, sobre o seu itinerário e reconhecimento intelectual, Tobias Barreto faz a seguinte declaração:

Os alemães que falaram de mim foram: Alfred Waldler, de Leipzig; por várias vezes, no “Gartelenlanhe”, onde saiu a minha biografia e retrato, no – “Export” – de Berlim, no – Magazin fur literatur” de Leipzig. “A gazeta de Colônia” (Kolnische Zeitung) ofereceu-me um exemplar da sua edição semanal, com uma carta, a que eu respondi (em alemão), e minha resposta foi lá publicada com uma introdução assaz lisonjeira. É o que posso dizer-lhe de relativo ao que deseja saber. Também é certo que, em carta particular a um amigo do Rio Grande do Sul, Ernesto Heackel disse que eu lhe parecia pertencer a raça dos grandes pensadores.

O mundo intelectual é feito da soma dos rituais de interação e das correntes de objetos sagrados – idéias e textos – que são conseqüências deste. No Brasil do século XIX, ser intelectual era estar em dia com as opiniões vigentes na Europa. Todavia, algumas dessas idéias se destacam mais que outras, sendo portadoras de significação emocional, elevadas por Interações Ritualizadas à categoria de objetos sagrados. Essas são as idéias que atuam como pólos magnéticos do pensamento intelectual, elas constituem o centro de atenção continuada e que resulta na atividade do mundo intelectual em seu grau mais intenso. Neste contexto é possível enquadrar Tobias Barreto como intelectual criativo?

Conforme Araripe Junior [1898] (1978, p.358):

Que a sua influência foi profunda sobre a mocidade do norte do Brasil, não há meio de negar; e deste fato dou testemunho, declarando que o movimento inaugurado por este mestre propagou-se tanto, que foi até me inquietar no Ceará, quando eu aí exercia o lugar de juiz municipal em 1872.

O reconhecimento da importância de Tobias no pensamento social brasileiro está vinculada ao direito e a filosofia, pois o que poderia ser sua contribuição à sociologia foi entendida ao pé da letra pelos seus percussores. Ele negava a sociologia, pois deixou claro que a sociologia apontando questões que demonstravam

que esta não tinha condições de ser pensada enquanto ciência, ao menos naquele momento. Mas é possível, pelo uso posterior da dimensão culturalista de sua perspectiva, antecipando o debate Kantiano que terá sua culminância em Weber, que possamos enquadrá-lo como exemplo de intelectual criativo, uma vez que abriu uma vereda a partir das questões que levantou.

A pergunta que importa é saber porque suas idéias não foram apropriadas pela sociologia. Neste contexto as bases materiais da criatividade intelectual falam mais alto. Ainda que tivesse acesso a muita informação, viveu isolado boa parte de seu tempo em Escada. Teve como principal interlocutor Silvio Romero o qual tornou-se o mais árduo defensor e reservou um lugar sagrado na vitrine do pensamento social no Brasil. Cumpre destacar que o grupo que deu continuidade a obra e a interpretação cultural dos fenômenos sociais assimilada por Tobias, foi, antes de tudo, primeiramente, o grupo de amigos e alunos (Artur Orlando, Gumercindo Bessa, Clovis Beviláqua, Martins Junior, Graça Aranha etc.), ou seja, bacharéis que dominavam a cena da sociologia no momento e todos, sem exceção, agraciados pela academia brasileira de letras.

Esses bacharéis eram todos autodidatas sendo iniciados nas lides da sociologia e filosofia por intermédio de Tobias e da Imprensa. A FDR e a imprensa foram a base material maciça da criação intelectual naquele instante. A FDR por ser, junto com a de São Paulo durante quase todo o século XIX, a maior fornecedora de funcionários do Estado no Brasil, irá, através de seus alunos, espalharem a importância de Tobias e desta escola no Brasil¹³⁰.

¹³⁰ José Francelino de Araújo (1996), em seu livro nomeado *A Escola do Recife no rio grande do sul: influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul*, faz um mapeamento e capitulação histórica de todo o conjunto de egressos da FDR que ocuparam os cargos na magistratura naquela localidade. José Rafael de Menezes (1977) publicou livro intitulado

Tobias é sem dúvida um intelectual criativo se observarmos a sua representação dentro da história das idéias no Brasil. Neste sentido este autor é representado como um gênio, principalmente, pela tendência que acredita que as suas idéias independem das condições sociológicas a que estão inseridos. Tobias destacou-se porque canalizou o seu vigor moral não só para garantir o status dentro do universo intelectual, mas, também, por ter se tornado a concretude e o exemplo de um engenhoso trabalho de construção de uma nação e de suas expectativas.

VI – TOBIAS BARRETO E A ESCOLA DO RECIFE

O critério utilizado aqui para definir a posição de Tobias Barreto no Pensamento social brasileiro, não é um critério pessoal de interpretação da importância cultural desse autor, e sim, um critério histórico e sociológico. Logo, o prisma utilizado, tendo como referência a sugestão de Randall Collins (2005) é o de que devemos medir a posição de um autor dentro do campo intelectual, pela quantidade de atenção percebida por ele nos vários trabalhos sobre o pensamento sociológico brasileiro desde então. Ora, é muito significativa a quantidade de trabalhos sobre

Paraibanos em distinção na Faculdade de Direito do Recife, onde enumera inúmeros paraibanos que ali se diplomaram e credenciaram-se pelo saber. A lista vai de nomes como: José Américo, Augusto dos Anjos, José Lins do Rego, Assis Chateaubriand, Epitácio Pessoa, para citar apenas os mais familiares.

Tobias Barreto, havendo uma regularidade na feitura e publicação de livros dele e sobre ele até hoje.

Isso acontece quando um grupo alcança um alto grau de acordo em torno das idéias propostas por um líder intelectual, de modo que essa pessoa e suas idéias se convertem em um objeto sagrado para o grupo. É assim que nascem as figuras cultuadas da vida intelectual. A motivação para converter-se em objeto sagrado é uma das forças produtoras de EE nas carreiras intelectuais. Uma das razões para haver cadeias que une a um intelectual altamente criativo com outro é que a pessoa mais jovem extrai sua energia da mais velha, justamente, como tal *herói simbólico*.

A opinião de Nelson Saldanha (1985, p.101), acompanhada por diversos outros autores é fundamental para pensarmos a relação entre Tobias Barreto e a Escola do Recife. Consoante sua fala, de certa forma, a ER, *que alguém já propôs chamar de Escola de Tobias*, foi um mosaico, um *conjunto de dissidências coexistentes e solidárias. A lealdade e admiração a Tobias foram o cimento constante das fixações pessoais.*

Segundo Roberto Ventura (1991, p.84) Tobias lançou o movimento crítico e filosófico da ER. Gilberto Amado (1934, p.23) indica que ele foi o *desbravador das terras virgens*, o inaugurador, em solo brasileiro, *do pavilhão da nossa independência mental*. Ainda segundo depoimento de Gilberto Amado por toda a parte os *discípulos de Tobias demonstravam o poder do mestre.*

Numa conferência de Abelardo Lobo, pronunciava num estado de delírio, mostrava-me como estava viva em todos os contemporâneos à presença do homem prodigioso que diante deles lutara e sofrera pelas coisas belas [...] não tendo o conhecido na mocidade, nesse instante magnético em que se soldam as admirações duráveis, tendo-o lido fragmentariamente, eu fizera de Tobias uma idéia – ele era para mim um potente indivíduo, uma espécie de Hércules perdido nas legendas da formação intelectual no Brasil, uma personagem mitológica que por seus feitos mágicos houvesse ficado na imaginação dos homens mais como símbolo do que como realidade. Eu o considerava assim como uma espécie de feiticeiro da tribo, cuja atitude

oracular tivesse estarecido para sempre os ouvintes numa imobilidade estática (Id. p.13).

Araripe Junior (1989, p.XLVI), contemporâneo de Tobias dá seu testemunho sobre a convivência e a impressão que Tobias causava nos jovens estudantes da FDR. Afirmava ter escutado e anotado muitos

[...] trechos de conferências feitas por Tobias nas todas de estudantes, porque ele fazia filosofia por toda a parte onde o provocavam, nos cafés, nas calçadas, nos corredores da academia; e uma vez ouvi-o admirado falar, talvez durante uma hora sobre arte, filosofia e direito no saguão do teatro Santa Izabel. Está visto que a loquela dirigia-se *soto voce* a um pequeno grupo; mas Tobias Barreto não podia manter por muito tempo esse diapasão; passados poucos instantes, a sua voz estrondava e todos ouviam. Foi nesta ocasião que pela primeira vez soube que havia um Darwin e um Haeckel. O sergipano lançava as primeiras tarrafadas na pesca dos prosélitos.

Antonio Paim (1966) lembra que Tobias foi o ponto culminante da evolução filosófica da ER. José Veríssimo aventa que ele foi *o demolidor de nossos valores mentais*¹³¹, assim como Machado Neto (1969, p.75) que supõe que este tenha sido o *líder espiritual do grupo*. Consoante o testemunho de Sylvio Rabello (1967, p.14-16) Tobias foi um

[...] *homem de aptidões – um agitador que consumiu seu tempo a dismantelar a ordem de um velho mundo. Quanto a construir o que a sua dialética destruía, era-lhe impossível, apesar de possuir essa força de pensamento que faria dele o mestre eu Silvio Romero amou toda a vida [...] As religiões são as hemorróidas do espírito, afirmava ele.*

Um episódio que ficou no imaginário da “ilustração brasileira” como marco para pensarmos a institucionalização das novas idéias foi o concurso de Tobias para Lente da FDR realizado em 17 de Abril de 1882. Conforme Luiz Antônio Barreto (1994, p.29) esse concurso traduz e representa na *opinião unânime dos historiadores das idéias do século passado*, uma ruptura abrupta e formal com o atraso, com o

¹³¹ Cf., Cruz Costa, 1967, p.122.

domínio das *velhas teorias mofadas nos compêndios, da lavra de professores que bebiam no catolicismo tradicional as 'verdades' imutáveis que transmitiam aos jovens acadêmicos nordestinos*. Em Bio-bibliografia elaborada sobre Tobias, Luiz Antonio Barreto (1990, p.08) afirma que o concurso foi *acontecimento memorável na vida daquela escola*, repercutindo no país inteiro. Nomeado, continua ele, acaba Tobias se tornando o *mentor intelectual da mocidade acadêmica, renovando conceitos filosóficos e jurídicos, a partir da cultura e da ciência alemã*.

Nelson Werneck Sodré (1976, p.358) em seu estudo sobre a literatura no Brasil aponta a importância desse acontecimento.

Mal iniciado o penúltimo decênio do século, o concurso para professor da Faculdade de Direito do Recife ofereceria, na moldura de um centro de idéias ainda muito importante, o espetáculo sintomático proporcionado pelo papel que desempenhou um bacharel pobre e mulato, vindo de uma cidadezinha do interior. A moldura, o espetáculo, a figura de Tobias Barreto, a receptividade que encontrou nos acadêmicos, as idéias defendidas, e até mesmo a agressividade na colocação das idéias, permitia verificar, então, a existência de um clima exatamente propício, dentro da relatividade do tempo, a transformações que seriam denunciadas na mentalidade brasileira.

Este episódio foi reescrito em vários outros depoimentos, ganhando destaque os que acabaram por figurar como parte integrante de nossa história literária. Vejamos a expressão do relato do contemporâneo e conterrâneo de Tobias, percussor do seu prestígio, Gumercindo Bessa [1882] (1990, p.91-95) ao relatar a seu amigo Luiz de Mattos Freire (Juiz de Estância-Se) o fato por ele presenciado:

[...] Desde o dia 17 do passado que estamos de férias na Academia em virtude do concurso para o provimento de uma cadeira de lente substituto. São concorrentes o Lomelino Drummond, Freitas, Mandu Portela e o eminente Tobias Barreto de Menezes. Aqui sinto que não poderei descrever-te o que se há passado neste admirável certame.

A palavra mágica e arrebatadora de Tobias Barreto, traduzindo uma lógica inelutável e originalíssima, não é coisa que se descreva, que se exprima numa carta. E depois o vulto grandioso de Tobias ainda mais se destaca no quadro por efeito de um contraste palpável; imagina tu um gigante assentado no meio de quatro pigmeus e terás a verdade do que vai sucedendo por aqui nesse célebre concurso. Na verdade o que são Freitinhas e outras ejudsem furfuris confrontados com Tobias? Figuras liliputianas. Avaliar-se em mais de mil as pessoas que têm afluído à sala dos graus não é exagero. É um

barulho enorme desde as 7 horas da manhã na Academia - para achar-se lugar

[...] “E fique sabendo, sr. dr., (continua Tobias que eu não sou dos que beijam as sandálias dos papas, não, eu entendo que é tão pateta [com calor] o que crê no papa que lhe promete a bem-aventurança eterna no céu; como é pateta o que crê no Rei que lhe promete o reino da justiça na terra.”

(Bravos, aplausos prolongados.)

Aí o Bandeirinha se benzeu três vezes e o José Honório resmungou, chamando o Tobias de herege.

O presidente da Província conselheiro Liberato Barroso, que estava presente, abraçou Tobias com entusiasmo.

A mocidade rompeu em palmas estrepitosas.

[...] Continuava o Tobias na explanação do seu sistema quando foi surpreendido pela hora, que se esgotara. Uma salva de palmas prolongadíssima acolheu suas últimas palavras: bravos e vivas estrepitosos se ergueram no recinto, apesar dos reclamos do Aguiar. Foi um triunfo esplêndido. Sabe-se que a Congregação está disposta a mandá-lo para o 1º lugar da lista. É um dever. Noutra carta, dar-te-ei conta do resto. Escreve-me.

Graça Aranha¹³² (1931, p.33) instrui que ele *abalou como um ciclone a sonolenta faculdade Academia do Recife*. Em seu relato autobiográfico descreve que:

Aos doze anos neguei Deus, aos quatorze neguei o direito natural, aos quinze neguei o princípio monárquico e o direito à escravidão. Dos dezesseis em diante acrescentei às minhas negações, a libertação estética. Quando cheguei ao Recife, aos treze anos e meio, encontrei Tobias Barreto. Para receber a sua força educativa de negação e crítica, o meu espírito estava preparado com a iniciativa da negação religiosa, que realizei por mim mesmo. O prestígio de Tobias Barreto foi fascinante. Eu estava apto para receber todas as demolições do direito natural e da teologia e propagar as revoltas contra a metafísica, contra ordem política e social.

Num outro instante do seu testemunho este autor registra, de forma a reservar um espaço singular e importante do seu mestre na história da “mentalidade” brasileira, a impressão que teve dos momentos que envolveram o concurso de Tobias.

[...] esse martírio obscuro, informe, ia cessar. Abria-se o concurso de Tobias Barreto. O concurso abriu-se como um clarão para os nossos espíritos. A eletricidade da esperança nos inflamava. Esperávamos, inconscientes a coisa nova e redentora. Eu saía do martírio da opressão para a luz, para a vida, para alegria. Era dos primeiros a chegar ao vasto salão da faculdade e tomava posição junto a grade, que separa a congregação da multidão dos estudantes. Imediatamente Tobias Barreto se tornou o nosso favorito [...] Tobias, mulato desengonçado, entrava sob o delírio das ovações. Era para ele, toda admiração da assistência, mesmo a da emperrada congregação. O

¹³² Foi o criador da cadeira de número 38 em janeiro de 1897, quando da criação da ABL, elegendo como patrono Tobias Barreto.

mulato feio, desgracioso, transformava-se na argüição e nos debates do concurso. Os seus olhos flamejavam, da sua boca escancarada, roxa, móvel saía uma voz maravilhosa de múltiplos timbres, a sua gesticulação transbordante, porém sempre expressiva e complementando o pensamento. O que ele dizia era novo, profundo, sugestivo, abria uma nova época na inteligência brasileira nós recolhíamos a nova semente, sem saber como ela frutificaria em nosso espírito, mas seguros que por ela nos transformávamos. Esses debates incomparáveis era pontuados pelas continuas ovações que fazíamos ao grande revelador. Nada continha nosso entusiasmo. A congregação humilhada em seu espírito reacionário, curvava-se ao ardor da mocidade impetuosa. Prosseguíamos impávidos, certo de que conduzidos por Tobias Barreto estávamos emancipando a mentalidade brasileira, afundada na teologia, no direito natural, em todos os abismos do conservantismo [...] são passados mais de quarenta anos desse grande choque mental e ainda ressinto em mim as suas inefáveis vibrações. Por ele me fiz homem livre. Por ele sai do nevoeiro de uma falsa compreensão do universo e da vida. Por ele afirmei minha personalidade independente e soberana. A lição de Tobias Barreto foi a de pensar desasombradamente, a de pensar com audácia, a de pensar por si mesmo, emancipado das autoridades e dos cânones. A sua primacial ação foi destrutiva. (Idem, p.149-151)

Em discurso de recepção do acadêmico Souza Bandeira, Graça Aranha, mais uma vez, eleva a figura de Tobias¹³³:

Em 1882 Tobias Barreto, que os seus condiscípulos não compreenderam e de cuja imensa reputação ainda se espantam e sorriem, abalava como um ciclone a sonolenta Academia do Recife. Ele invade a sociedade espiritual de seu tempo como um verdadeiro homem da sua raça. E o segredo da sua força está na absoluta e constante fidelidade a esse temperamento, em cuja formidável composição entram doses gigantescas de calor, de luz e de todas aquelas ondas da vida que o sol transfunde regiamente ao sangue mestiço... Tinha a exuberância, [...] a impaciência e a temível explosão da revolta que permanecerá como o traço vivaz do seu caráter. Não houve vaso que o amoldasse; não conheceu senão os limites inabordáveis da liberdade e os da extrema irresponsabilidade. Pôde, como um sertanejo, viver com o povo, foi descuidado, miserável e infeliz. Cresceu músico e poeta. E mais tarde, quando lhe chegar a cultura, ela virá na barca fantástica da poesia. E foi pelo impulso dessa volátil essência do seu temperamento que Tobias Barreto passou da arte para a Filosofia [...] E nisto foi um homem do seu tempo e da nossa raça. É preciso que o sangue corra longamente, durante séculos, numa infinita descendência, para que o precipitado das forças originais do nosso espírito seja a idealização científica. O máximo, a que por enquanto podemos atingir, foi o que nos deu Tobias Barreto, a filosofia através das cores solares da poesia.

Não é um sinal de incapacidade; é uma segurança de que estamos no princípio, pois na realidade a inspiração dominante da nossa vida será sempre a preocupação intelectual e neste sentido o Brasil será gloriosamente uma nação de metafísicos. Pelas nossas origens, pela multiplicidade das nossas raças, pela variedade de deuses que povoam as almas geradoras deste

¹³³ Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8347&sid=340>.

país, pela imensidade territorial que exalta a imaginação e engrandece o espírito, nós, como os povos da Índia, sentimos uma atração imperiosa, que nos arrebatava para o sonho, para o vôo místico, onde achamos o consolo da tremenda realidade. Seria o momento da religião [...] Tobias Barreto não teria tido aquele imenso e decisivo triunfo se não correspondesse à exigência íntima da nossa formação nativa, se não introduzisse uma abstração metafísica, que ainda era uma novidade. Trouxe-nos o monismo... E, filosofia contra filosofia, a obra de demolição começou pelo conceito do Direito para depois se espalhar por todos os recantos da cultura. Mas o resultado principal do aparecimento desse pensador na vida brasileira, talvez o que maior vastidão de Infinito pôde descortinar, é a fascinação que exerceu sobre os jovens espíritos, como o vosso, que não seríeis quem sois, se não tivésseis recebido do seu gênio a centelha criadora. Não conheço maior elogio àquele que foi o vosso inspirador, e não o vosso mestre, dando-vos a liberdade do inspirado, e não a servidão do discípulo. Porque Tobias Barreto combateu, destruiu, arquitetou idéias por conta própria, sem querer fundar escolas, nem reconhecer adeptos. Para mim eu o vejo só – a unidade completa e desejada do pensamento e da ação. E toda a sua grandeza sobressai no isolamento em que se manteve, e em que o devemos conservar. Se dele se procurasse originar uma escola, ela não poderia deixar de lhe ser inferior.

A notícia desse concurso foi publicada tempos depois em Sergipe, sob a crítica severa de não ter tido a proporção merecida na terra natal de Tobias. Em 22 de julho de 1882 Manoel P. Oliveira Teles (1989, p.391) publica um artigo denominado *Um acontecimento científico na Academia do Recife: o concurso de Tobias B. de Menezes*. Neste artigo o autor também relata saudosamente o concurso citando falas e diálogos de Tobias com a banca examinadora. Inicia seu depoimento assim:

No Recife ainda estamos saboreando as impressões de um fato recente, inteiramente novo no mundo intelectual. Todos, os grandes e pequenos letrados e iletrados, narram-no com entusiasmo. Na verdade foi maravilhoso. Em concurso o Dr. Tobias Barreto de Menezes não discutiu como filósofo somente: representou sim o mundo filosófico, o grupamento de conhecimentos a que chamam ciência moderna.

Silvio Romero, um dos melhores amigos de Tobias e o grande entusiasta e articulador de sua projeção, cognominou-o de várias maneiras: o maior intelectual brasileiro, o sábio brasileiro, corifeu do germanismo entre nós. A fala de seu amigo e discípulo Artur Orlando (1975, p.79) também é um sintoma dos mecanismos de

construção e projeção de determinados intelectuais. Acerca de Tobias, comentando a publicação de *Questões Vigentes* [1888], assegura ele que

[...] são mais alguma coisa do que um livro notável, escrito com saber e arte por um vigoroso pensador, que é ao mesmo tempo brilhante escritor: são um monumento para a literatura brasileira, simbolizam as sucessivas e múltiplas manifestações de uma pena magistral, esteriotipam a psicologia de uma natureza genial, constituem uma obra tão grandiosa como a alma de Tobias em seu movimento progressivo, em suas diferentes metamorfoses, livrando-se das cadeias e convenções correntes, e elevando-se as mais altas regiões do pensamento, em que dominam como reis no espaço e no tempo os Lucrécios, os Dantes, os Shakespeares, os Goethes.

O próprio Tobias já tinha incitado tal elogio de Artur Orlando, pois em dedicatória a um exemplar da 2ª edição de seus “Ensaio e estudos de filosofia e crítica” (1889), transparece não só a sua posição, mas a de Orlando dentro do cenário intelectual brasileiro. A fala de Tobias Barreto (1989, p.370) é: *a Artur Orlando, o amigo incomparável, o companheiro de batalhas, do qual bem poderá dizer o que disse Hugo de Lamartine, que somos uma espécie de par homérico, sendo ele quem traz a lança e eu quem dirige os corcéis.*

Outro amigo e companheiro de escola, Clovis Beviláqua considerou Tobias Barreto e Silvio Romero *Juristas Philosophos*¹³⁴, colocando-os ao lado de Cícero, Montesquieu, Hermann Post e Rudolph Von Jhering. O conceito de *Jurista Philosophos* dá idéia da importância e relevo atribuído por este autor a Tobias. Em conformidade com Clovis Beviláqua (1897, p.01) são:

[...] todos aqueles homens do direito que, do terreno médio da ciência prática, do conhecimento das leis e dos princípios que fazem mover-se a mecânica do direito, se elevaram às generalizações superiores que unificam os grupos particulares de fenômenos da mesma ordem e os prendem, depois, ao conjunto cósmico. Nem foi intenção minha escrever uma história da filosofia jurídica. Voltando, porém, os olhos para essa história,

¹³⁴ O livro foi publicado na Bahia em 1897 e traz como epígrafe, a seguinte afirmação em alemão de Tobias Barreto: Es git etwas Besseres und Bedeutenderes als in der Arnuth und Noth des Augenblickes auf Jermenden zu rechnen, der uns aus der Bedraengniss zu helfen kommt;—es ist im Drange des nach Licht und Wahrheit strebenden Gedankens Jemanden zu begegnen, der uns denken hilft.

destaquei alguns nomes típicos, representativos de uma forma nova do pensamento jurídico, quando não criadores de uma fase nova da ciência.

Tobias Barreto, segundo Mauro Mota (1978, p.173) não se limitou a contribuição intelectual. Além dos livros e das especulações, Tobias exerceu influência sobre o meio *social no sentido amplo, nas mudanças de costumes e preferências iniciadas nos próprios estudantes*. Outros autores atestam que a passagem de Tobias pelo Recife foi marcada por entusiasmos e controvérsias. Luiz Nascimento (1966, p.33) a este respeito escreve que no dia seguinte a nomeação de Tobias, *grande massa de acadêmicos levou a efeito uma passeata de regozijo, precedida de banda de música, até a residência do novo lente, culminado com boa messe de discursos inflamados*.

Virgílio de Sá Pereira (1917, p.105) aluno de Tobias assim se manifesta:

Para nós, que lhe recebemos as lições, as suas falhas são visíveis, e não são raros os pontos em que dele divergimos; para os outros, para os que combatiam, os seus méritos são reais. E pesando estes e aquelas, chega-se a evidência de que temos diante de nós umas das mais representativas figuras das nossas letras, um pensador digno de nossa admiração e que maior seria se não fora o caráter dispersivo de sua obra. Antes de tudo ele é um precursor, e as sementes que mancheias andou se espalhando agora germinam e dão frutos

Conforme observamos, a miscigenação atuou como vetor para que alguns segmentos participassem da parca mobilidade social existente naquele período. Esta questão implicava, na sociedade brasileira, uma realidade que já era notada pela existência de alguns mestiços ocupando posições de prestígio e destaque, tratava-se de um fenômeno definido por Sylvio Rabelo (1967, p.14) como um processo de

*aristocratização pela inteligência*¹³⁵. Para este autor, a miscigenação atuou diretamente na formação dos paradoxos de Tobias.

É possível que seu problema social – a sua inferioridade de origem – tivesse perturbado a espontaneidade do artista; que a ascensão do homem humilde de Campos a professor da Faculdade de Direito tivesse absorvido o que de melhor existia nele como personalidade – a sua força nativa [...] conquistou o título de doutor, o casamento em família burguesa, a cadeira de professor, a fama de gênio.

É provável que tenha procedência as impressões, abaixo relacionadas, que sugerem encontrarmos, na condição de mestiço, o um impulso ímpar e gerador daquilo que Randall Collins (1987) chama de *emotional energy*, ingrediente fundamental à criatividade cultural e ou intelectual¹³⁶.

Consoante Gilberto Freire (2000b, p.444) e Gláucio Veiga (1889, p.18), respectivamente:

Pois seu próprio alemanismo talvez tenha sido, conforme antiga sugestão nossa ao professor Roger Bastide, que a vem considerando sociologicamente válida, como vingança ou desforço do brasileiro negróide contra aqueles outros brasileiros que, sendo brancos, o eram apenas pela sua condição étnica de neolatinos, de neomediterrâneos, de neo-hispanos, faltando-lhes a perfeita arianidade que era a nórdica, particularmente a germânica; e com esta é que ele, Tobias, estava identificado pelo espírito; pela cultura; pelo intelecto; e de tal maneira que sua condição étnica afro-brasileiro ele talvez a considerasse superada pela intelectual ou cultural, de homem impregnado, da cabeça até quase aos pés, de alemanismo jurídico,

¹³⁵ Thomas Skidmore (1976, p.60) conclui que os homens livres de cor tiveram importante papel no Brasil muito antes da abolição. Haviam conseguido atingir considerável mobilidade ocupacional enquanto a escravidão era dominante no país. Tais oportunidades econômicas e sociais – abertas a homens livres de cor dão prova de que o padrão multirracial da categorização racial estava firmemente estabelecido muito antes de 1888.

¹³⁶ A Criatividade intelectual é resultado da participação nas "Cadeias interações ritualizadas". Logo, no campo intelectual: (1) cada indivíduo traz o seu capital cultural particular, que pode ser entendido como o conjunto de idéias e conceitos adquiridos em encontros prévios. (2) cada indivíduo traz o custo deles/delas de energia emocional, adquirido do sucesso deles/delas ou fracasso em encontros prévios. Isto varia de confiança, entusiasmo e positividade ao extremo, para passividade, depressão, e retirada ao outro. (3) o indivíduo traz um senso das oportunidades de mercado pessoais deles/delas mais adiante. Esta é uma percepção, fundada em grande parte em experiências no recente passado deles/delas, sobre que tipos de outras pessoas eles poderiam interagir com, e como a pessoa corresponde em poder relativo e vis-à-vis de atratividade de estado estes outros.

filosófico, literário. Sob essa convicção, não poderia nunca tornar-se um abolicionista, semelhante ao neolatino Joaquim Nabuco¹³⁷.

No fundo, os artigos de Tobias Barreto eram espetaculares legítimas defesas do mulato – mulato e pobre – mulato pela primeira vez se apresentando para invadir o espaço da branca congregação da faculdade, hospedando o barão camaragibe, o visconde de Bom Conselho e uma série de conselheiros.

A questão da relação entre a pulsão intelectual do mulato e seu reconhecimento é algo presente no século XIX. Gilberto Freire (2000a), simpático, assim como Silvio Romero¹³⁸, a percepção da importância do papel do mulato ou do elemento mestiço em nossa formação, chega ao ponto de afirmar que o mulato valorizado pela cultura intelectual ou técnica, representa o elemento socialmente mais plástico e em certo sentido mais dinâmico, da nossa formação, foi ele que suplantou esses duros antagonismos e que agiu sempre de maneira poderosa, no sentido de amolecê-los.

Logo, dentro de uma sociedade escravocrata que “tolerava” o mestiço e possibilitava a sua mobilidade por intermédio da instrução, muitos eram os que enveredavam pela via intelectual, da inteligência, como forma de negociar certas formas de reconhecimento¹³⁹. Segundo ele o mulato que vinha “desabrochando” em

¹³⁷ Em outro momento, transcrito por Wilson Martins, Gilberto Freire reitera esse comentário: [...] chamei há anos a atenção do professor Roger Bastide, quando esse sociólogo francês deu-me a honra de visitar-me em Apipucos, para o fato de parecer-me o germanismo fanático de Tobias Barreto uma espécie de vingança do mulato contra os brancos brasileiros em particular, e latinos, em geral, que eram aqueles cujo contato direto teria trazido ao sergipano maior número de ressentimentos: exaltando os brancos, a seu ver branquíssimos, completos, perfeitos da Alemanha, e considerando, junto deles, inferiores brancos a seu ver, imperfeitos, da Europa latina e do Brasil, Tobias como que se compensava do fato de não ser branco simplesmente latino ou brasileiro. Mais ainda: pelo conhecimento da língua e letras germânicas incorporava-se de algum modo aos dólicos-louros – estes sim, brancos perfeitos Cf. Martins, 1977, p.70.

¹³⁸ Segundo Romero (2001, p.57) na história política, civil, literária, artística, sua colaboração foi de todos os tempos, por intermédio principalmente de seus parentes mestiços, com seus jornalistas, seus oradores, seus juristas, seus poetas, seus artistas.

¹³⁹ Thomas Skidmore (1976, p.60) conclui que os homens livres de cor tiveram importante papel no Brasil muito antes da abolição. Havia conseguido atingir considerável mobilidade ocupacional enquanto a escravidão era dominante no país. Tais oportunidades econômicas e sociais – abertas a homens livres de cor dão prova de que o padrão multirracial da categorização racial estava firmemente estabelecido muito antes de 1888.

padre, em doutor, em bacharel, possuidor do “diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias” (que acabava servindo-lhe de carta de “branquidade”) que iria dinamizar a sociedade brasileira no século XIX. Eles seriam a meia-raça a fazer de classe média, tão débil dentro do nosso sistema patriarcal. Conforme Freire:

O bacharel e o mulato (muitas vezes reunidos na mesma pessoa) foram as duas grandes forças novas e triunfantes no Brasil do século XIX [...] Desde o últimos tempos coloniais que o bacharel e o mulato vinham se constituindo elemento de diferenciação dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio, e mais do que isso, pelos que os sociólogos modernos chamam de acomodação, entre dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo. A casa grande, completada pela senzala, representou, entre nós, verdadeira maravilha de acomodação que o antagonismo entre o sobrado e o mocambo veio quebrar ou perturbar. (Id. p.601)

A leitura de Freire é endossada pelo conterrâneo e amigo Nelson Saldanha (1985, p.08), ao afirmar que:

O padrão mestiço existente na sociedade permitiu-lhe subir na hierarquia social, vindo a ser professor da Faculdade, condição que no tempo correspondia a um status de enorme prestígio. Mas teve-se que haver com um mundo de antipatias e reações por conta de seus caracteres somáticos.

Gilberto Amado (1934, p.29) também associa seu ímpeto destrutivo às suas condições sociais. A origem humilíssima, acaso sentindo em torno de si a persistência de preconceitos mal dissimulados, pobre até a miséria, em que viveu e morreu. Sua susceptibilidade o levava as manifestações de violência em que explodiam os seus ressentimentos.

Segundo Hermes Lima (1963, p.12), a sua primeira dolorosa humilhação foi ter sido rejeitado pela família de *seu primeiro grande amor* por ser ele *pobre e mestiço*. Destas distinções sociais (preconceito de classe e de cor) *sempre tivera o pressentimento e elas, desde cedo, concorreram para marcar-lhe a personalidade com azedume, o pessimismo e a agressividade que o caracterizam [...] amava o ruído das*

discussões, o fulgor e a atmosfera incandescente dos grandes auditórios. Inflamara os corações. A ida para Escada deveu-se ao casamento com filha do coronel João Felix, proprietário de engenhos nesse município.

Tudo indica que ele pusera a esperança de grandes vantagens sociais neste casamento [...] viver em Escada passou a significar viver em domínios de família, onde, com o prestígio social e as relações políticas desta, ele poderia incorporar-se suavemente a elite dominante. Entraria na combinação com a parte bela: o talento, a cultura, a capacidade (Id. p.19).

O diagnóstico de Silvio Romero [1879] era o de que a condição de homem pobre e *inferior* dentro daquela ordem gerou um *dissabor latente que nunca abandonou, essa insistente prevenção contra os grandes, os poderosos, os favorecidos de toda a sorte, todas essas encarnações da fatuidade brasileira, todos esses famosos que via acima de si, sem terem o seu mérito*¹⁴⁰.

É da relação com os germânicos, e principalmente com Kant, que vai surgir uma primeira crítica de carácter teórico aos limites das explicações sociológicas deterministas e positivistas. Tivesse Silvio Romero estado mais atento à crítica de Tobias – e não apenas em demarcar sua autoridade ante qualquer intelectual brasileiro que publicasse alguma coisa que fosse de encontro a ele – não iria sofrer tanto com a miscigenação que o afligia, pois como bem observou Tobias Barreto [1872] (1962a, p.286) [...] *não sou bastante forte para fazer à minha imagem e semelhança a sociedade em que vivo; mas esta, por sua vez, não é também bastante forte para me levar em sua corrente. Daí uma eterna irredutibilidade entre nós.*

Tobias Barreto não contribuiu com a sociologia por que quem se apropriou de sua leitura foram os bacharéis que enveredaram pela polissemia culta do ensaio e daquele amplo horizonte do saber que Alcântara Nogueira (1980) sugere em dedicatória ao amigo Clovis Beviláqua: *glória do saber sócio-jurídico-filosófico-*

¹⁴⁰ Cf., Rabello, 1967, p.20.

político. Como seguiram a greta por um universo amplo, poucas contribuições, deram à sociologia, nem notaram que tinha muita coisa interessante de sociologia na anti-sociologia de Tobias. De tantas *variações* possíveis, insistiram na variação mais explícita de Tobias que traduzia a sociologia como *decrépita metafísica social*.

De qualquer forma, como medir a importância de Tobias Barreto no pensamento sociológico Brasileiro? Pela quantidade de publicações¹⁴¹ sua e a seu respeito, apenas? Penso que esse critério é fundamental, junto com outro que possibilita entendermos porque não nos falta livros de Tobias Barreto nas bibliotecas de filosofia em todo país, mas raramente achamos o de Manoel Bomfim: a rede que amparou e não deixou perecer as idéias e a importância de Tobias Barreto. Alguns de nossos respeitados escritores, tais como Graça Aranha, Hermes Lima e Gilberto Amado fizeram estudos e teceram poéticos elogios dedicados a esse autor. O primeiro, como observamos, foi Graça Aranha. O segundo foi Gilberto Amado (1934, p.24), que mesmo sem o ter conhecido conseguiu produzir assim, a sua impressão sobre ele:

Esse olhar aquilino que atravessa o oceano em busca de ilhas remotas do conhecimento, essa inquietação de quem se não contenta com o que lhe dão e sabe que algo existe de novo que é preciso mirar; essa sede de uma nova água, essa ânsia de renovação da planta que quer refecundar-se (sic) com sementes de outros climas; esse desejar, esse sentir de longe o que de bom e de grande existe além dos horizontes domésticos, isso que faz os aventureiros, os descobridores, isso era o gênio de Tobias, esse imigrante do conhecimento que parte longe do lar para ver novas terras e descobrir novos mundos. Compare o que existia antes dele no Brasil e o que depois dele existiu [...] depois dele alguns indivíduos começaram a ver novos caminhos se abrirem no horizonte fechado. Novas direções se rasgaram para os estudiosos, os pensadores. Enfim, em meio aos conformados, ele se revoltou. Enquanto todos, ou quase todos resolviam seu destino nos miúdos afins da vida cotidiana, ele partiu na sua longa viagem para as alturas do pensamento, para as fontes da cultura.

¹⁴¹ Em vida Tobias publicou poucos livros, pois o espaço mais interessante para a produção e circulação de determinadas idéias era a imprensa. Os livros foram: duas edições (1875 e 1889) de *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica*, uma coletânea de poesias de 1881 *Dias e Noites*; os livros *Estudos Alemães* (1882), *Menores e Loucos* (editado em 1884 e em 1885), *Discursos* (1887) e *Questões Vigentes de Filosofia e Direito* (1888).

Reconhecidos filósofos, não apenas os contemporâneos e amigos como Silvio Romero¹⁴², Artur Orlando, Clovis Beviláqua, Miguel Reale, bem como Antonio Paim e Paulo Mercadante¹⁴³, Luiz Antonio Barreto e Jackson da Silva Lima¹⁴⁴ reeditaram e organizaram as suas obras completas. Sem falar de seu reconhecimento unânime no universo da história da filosofia e do direito no Brasil.

Clovis Beviláqua (1897, p.23) na introdução ao seu livro *Juristas philosophos*, afirma a esse respeito que a [...] *tarefa ainda não estava concluída quando morreu o ousado pensador, porém a idéia estava fortemente incrustada nos espíritos, e o trabalho de transformação continuou a ser efetuado por Arthur Orlando, Martins Junior, Silvio Romero, Fausto Cardoso e outros.*

A questão é que no momento que a sociologia se institucionaliza a partir da década de 30, ela não vai incorporar o legado da sociologia do século XIX que do ponto de vista estrutural, era incapaz de ser sociológica, como se insinua. A leitura negativa da obra de Silvio Romero e a incorporação da temática (relação de continuidade) por Gilberto Freire permitiu uma associação que de certa forma cindiu o pensamento sociológico nacional, cisão essa que não se operava apenas em termos ideacionais e sim em termos ideológicos.

¹⁴² Silvio Romero foi o obstinado amigo que arregimentou para si a tarefa de coligir e sistematizar os escritos de Tobias. Silvio Romero em 1892 lançou a primeira edição de um volume que ele nomeou de *Estudos de Direito* e em 1898 a segunda. Reeditou os *Estudos Alemães* em 1892, publicou em 1900 um livro com textos diversos, *Vários Escritos* e em 1901 um livro contendo as suas *Polêmicas*. Em 1923 o governo do Estado de Sergipe encarrega Manoel P. de Oliveira Teles para editar as obras completas de Tobias. Este fez uma extensa pesquisa no Recife complementando a de Romero.

¹⁴³ Antonio Paim e Paulo Mercadante durante as décadas de 1906 e 1970 foram responsáveis por organizar uma edição das obras completas de Tobias Barreto a pedido do Instituto Nacional do Livro. Este trabalho de reorganização teve início a partir das lacunas deixadas pelo trabalho de M.P. de Oliveira Teles. A edição proposta foi composta de XII volumes. Cf. 1972, p.30-32.

¹⁴⁴ Luiz A. Barreto é um autor preocupado com os trabalhos de Tobias Barreto e tem escrito muito a este respeito. Enquanto superintendente do Instituto de Documentação da FUDAJ (fundação Joaquim Nabuco) arregimenta escritos até então inéditos de Tobias e que no contato com Jackson da S, Lima foram coligidos em um livro que vem à tona em 1889, denominado *Esparsos e Inéditos*, contendo documentos, poesias, cartas e escritos diversos sobre Tobias. Cf. Barreto, 1989, p.09-11.

O apego a cultura germânica, cujas raízes remontam a uma índole estrutural, ou seja, o vigor que saltava da percepção do espaço fornecido ao mestiço na sociedade brasileira, induziu Tobias a busca de reflexões sobre a natureza dessa sociedade. Não encontrou a resposta evolucionista, porque essa inevitavelmente condenaria aquilo que seu cogito (ou a sua consciência, como ele sugere) não podia condenar. Assim, em Kant e Ihering, encontra a resposta satisfatória para as suas angústias. Neles, a cultura se perdeu da natureza, e quando isso aconteceu, o metro que medias as pessoas e legitimava suas posições dentro de determinadas configurações sociais, tornou-se obsoleto.

CAPÍTULO 05

SILVIO ROMERO E A SOCIOLOGIA NO BRASIL

A virtude prova-se no meio da luta. A sociedade não é um convento de monjas. Que grande mérito advém em não cobrir-se de pó a quem não sai a liça do combate e deixa-se tranquilamente ficar em doce e sossegado aposento? (ROMERO, Silvio)

Suas contradições se forem tomadas ao nível profundo, constituem a projeção, no seu pensamento, da complexidade perturbadora de uma sociedade marcada por certas desarmonias e discordâncias. Justamente por isso, sua obra é mais do que uma

construção bem feita, que satisfaz em si mesma: ela é uma imagem nervosa do país (CANDIDO, 1978, p.XII).

Se Tobias Barreto alcançou o patamar de *herói simbólico* do pensamento filosófico e jurídico nacional, foi devido a atuação de Silvio Romero. Entender os contornos da ER e a projeção de Tobias, se passa pelo entendimento da atuação deste. Poucos intelectuais brasileiros arregimentaram uma atenção constante desde seu aparecimento até os dias atuais, tanto como objeto de estudo quanto fonte documental das áreas da literatura, história e ciências sociais, ou através da regular reedição de suas obras. É um representante ideal-típico do intelectual cordial do estamento brasileiro.

Neste capítulo, iniciamos expondo algumas razões para Romero incorporar a sociologia no entendimento da sociedade brasileira e demarcar a ruptura com as concepções do período. O episódio do “assassinato da metafísica” (defesa da tese de doutoramento de Romero) é ritual e típico sintoma de uma base material que limitava a criatividade intelectual. O autodidatismo, típico dessa circunstância, não permitia a existência de um critério comum para auferir a validade dos estudos e das proposições. A ruptura se dava por negação da autoridade intelectual da instituição e de seus representantes. Silvio Romero foi perito em assegurar uma posição de prestígio tecendo críticas, incorporando polêmicas e produzindo um singular e pioneiro registro e reflexão da sociológica e antropológica da cultura brasileira.

Na seqüência, procuramos encontrar algumas veredas para entendermos como se processou o alcance e a criação da ER. Neste sentido, a presença e a articulação de Silvio Romero nesta elaboração fora fundamental, pois através dele esta escola foi inserida na história intelectual do Brasil. Foi ele o responsável por espriar

desta, e, como decorrência do conjunto de seus contatos, laços e interações com os diversos setores ligados ao governo e aos meios intelectuais, demarcou o seu lugar (da ER) na história da filosofia, sociologia, direito e literatura nacionais.

No final desse capítulo aponto como as temáticas e teorias desenvolvidas pela ER no século XIX serão apropriadas por estudiosos como Gilberto Freire, concorrendo para que alguns autores considerem Gilberto Freire como expoente da 2ª geração da ER.

I – O ASSASSINO DA METAFÍSICA E SUAS ARMAS

A impressão que lhe dera a atitude do crítico foi de quem visse aparecer, de repente, no meio de uma multidão pacífica, um homem tomado da fúria a empunhar uma faca de ponta. Uma impressão de pânico. Os mais espertos viram, entretanto, que o instrumento ameaçador não era nenhuma faca de ponta, mas o Curso de Filosofia Positiva de Augusto Comte. (RABELO, 1967, p.40).

A mais destacada, pelo critério histórico e sociológico antes mencionado, obra que traduz a índole da sociologia brasileira do século XIX está contida nos escritos de Silvio Romero. É nele que temos um tipo de reflexão que cuidadosamente

se valerá da aplicação de modelos teóricos conjugados a pesquisas de caráter empírico¹⁴⁵.

Silvio Romero sobressai no cenário intelectual brasileiro, por uma enorme produção que flertava com a sociologia, antropologia, literatura, filosofia e o direito, cujo escopo era a compreensão do Brasil naquele momento. Em se tratando das contribuições sociológicas e antropológicas é procedente certo descrédito e por vezes traduções que implicam na apreensão de sua obra como a construção de uma imagem depreciada e de cunho ideológico do Brasil.

Seus primeiros objetivos, ligados a forte preponderância da literatura, eram fixar critérios científicos para a elaboração de uma crítica literária objetiva. A partir daí, mapear e demarcar as fontes e os indícios culturais permitisse a percepção e delimitação da nação brasileira¹⁴⁶. Em um segundo momento, verificamos o seu interesse pela sociologia como forma de delimitação dos fundamentos das instituições políticas e jurídicas modernas.

O registro acerca do pioneirismo da reflexão sociológica por parte de Silvio Romero nos é dado por alguns autores e, inclusive, por ele mesmo. Em 1885, nos *Ensaio de Filosofia e Direito* (2001, p.38-39) ele aponta que *quanto aos processos de observação e a transformação por eles operada em sociologia, achamo-nos de acordos e proclamamos entre nós desde 1870. Fomos talvez o primeiro a fazê-lo e aproveitamos, a ocasião para consigná-lo de uma vez.*

Antonio Candido (1969, p.01) insinua que:

¹⁴⁵ No dizer de Antonio Candido (1988, p.42), se já houve projeto ambicioso no Brasil, poucos terão sido mais que o desse estudante sergipano, embriagado pela divulgação da ciência européia.

¹⁴⁶ É interessante que o conceito de literatura utilizado naquele momento já envolvia o que hoje se denomina de literatura oral. Neste sentido Romero fez o registro de várias lendas, contos e músicas populares através das suas mais variadas experiências, não só em sua infância, como em suas várias passagens pelos interiores onde morou e trabalhou. Cf. Rio, 1994, p.15-16.

Talvez a primeira manifestação do que seria a sociologia no Brasil durante quase meio século se encontre na Introdução à História da Literatura Brasileira (1881) onde Silvio Romero estabelece as diretrizes que orientaram por muito tempo os estudos sociais no Brasil, ao interpretar o sentido da evolução cultural e institucional segundo os fatores naturais do meio e da raça.

Vamireh Chacon (1977,13) declara que há um momento específico, uma fase pré-paradigmática da sociologia brasileira, marcado por um debate ocorrido na suposta ER no fim da década de 70, envolvendo Silvio Romero e Tobias Barreto, sobre a possibilidade de existência de uma sociologia científica¹⁴⁷. Em outro texto ele assiná-la, a respeito da sociologia, que Silvio Romero *é um dos precursores no Brasil* (2008, p.64).

As informações de Oracy Nogueira (1978, p.201) também corroboram a importância de Romero na sociologia Brasileira.

No que respeita especificamente à sociologia, a figura mais eminente desta fase é a de Silvio Romero, que pode ser considerado como o primeiro estudioso da disciplina no Brasil que não se limitou a reflexões teóricas e a aplicação de quadros de referência sociológicos a interpretação da realidade nacional, empenhando-se na coleta e análise das informações sobre aspectos da sociedade e cultura nacionais, contribuindo para o seu conhecimento [...] neste sentido Silvio Romero foi atípico em relação à fase de análise e precursor de uma tendência que só mais tarde se formaria na história da sociologia no Brasil.

Em Antonio Machado Neto essa identificação de Romero com o surgimento da sociologia no Brasil também está presente¹⁴⁸, assim como em Alfredo Bosi (1982, p.280) quando afirma que o enfoque utilizado por este autor em sua crítica literária, foi o passo decisivo para uma crítica sociológica de estreita observância,

¹⁴⁷ Logo de principio recuso duas idéias por ele perfilhadas, idéias prediletas, que constituíram a base de seu ensino jurídico: a guerra à sociologia como ciência, coisa estranhável nele, que admitia o direito como ciência; e a doutrina do direito-força, quase inexplicável para quem dizia ser o direito um simples produto da cultura (ROMERO, 2001, p.17).

¹⁴⁸ Da sociologia ele é, em nosso meio, o mais autentico corifeu, tendo, não apenas divulgado os seus princípios teóricos, como também praticado na medida das possibilidades do seu tempo e ambiente uma constante análise sociológica da realidade brasileira. Cf. 1969, p.98.

propondo de maneira rigorosa uma abordagem da obra em função das realidades sociais e antropológicas.

Na recente abordagem de Alberto Schneider (2005, p.21) Silvio Romero é tido e entendido como o *sociólogo da cultura brasileira* e o grande hermenêuta do Brasil. Sua sugestão é a de que *Silvio Romero desenvolveu uma autêntica teoria do Brasil: um modo de ler e compreender não apenas a literatura brasileira, mas o próprio país*. Seguindo as instruções deste autor, podemos falar de uma tradição interpretativa de inspiração nacionalista que está assentada na idéia de mestiçamento como fator dinâmico e imprescindível no entendimento da cultura brasileira. Esta tradição tem com principais representantes Darcy Ribeiro, Câmara Cascudo, Mario de Andrade e Gilberto Freire (Id. p.25).

O PUNHAL DA CRÍTICA LITERÁRIA

Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero é um expressivo e exaltado intelectual da geração de 1870, preocupado a partir dos modelos fornecidos pela ciência vigente, em entender e investigar a sociedade brasileira. Forneceu diversas contribuições enquanto crítico literário, folclorista, e nas diversas áreas das ciências sociais. Nasceu em Lagarto, município de Sergipe, em 1851, e faleceu no Rio de Janeiro em 1914. Em 1863, partiu para a corte¹⁴⁹, a fim de fazer os preparatórios no Ateneu Fluminense, e em 1868, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife.

¹⁴⁹ Conforme Regina Abreu (1998, p.225) Silvio Romero não vinha de uma boa condição social, ou menos a família estava em decadência. *A trajetória familiar de Romero foi da progressiva decadência. Marcado desde a infância pelas crises da produção açucareira e pelas seguidas epidemias nas fazendas que levaram a sua família à mais completa ruína, desde cedo uma das poucas alternativas que lhe restaram foi emigrar para uma região e encontrar nova atividade.*

Conclui o curso de bacharel em direito em 1873. Iniciou sua atividade intelectual no jornalismo e na crítica literária no primeiro ano do curso. Em um primeiro momento advoga o positivismo de Comte, embora mais tarde veio a se afastar das idéias deste para se aproximar da perspectiva evolucionista de Herbert Spencer. Os esforços iniciais de Romero estão inicialmente voltados para a literatura, mas como veremos adiante, é neste intento que desenvolve suas perspectivas sociológicas e científicas, buscando o entendimento do texto literário como fruto das relações sociais e históricas vivenciadas por cada sociedade em sua dinâmica de desenvolvimento. Assim, forneceu diversas contribuições enquanto crítico literário, folclorista e nas diversas áreas das ciências sociais.

Como todo intelectual de sua geração, o mergulho na literatura ocorria antes, e muitas vezes, concomitante à entrada nos cursos jurídicos. Nos termos de Antonio Candido (1988, p.41-42) o período de formação na FDR foi marcado pela manifestação contra o romantismo e a circunscrição das *bases modernas para o nosso pensamento e o estudo de nossa cultura*. Tratava-se do primeiro momento do labor crítico, na qual se manifesta a preocupação com as fundações da literatura brasileira do ponto de vista naturalista, donde termos e conceitos como os de raça, meio, evolução histórica, que eram utilizados como referência para pensarmos o Brasil. Era uma crítica marcada pela

[...] maneira de aplicar na literatura as grandes descobertas científicas do tempo [...] Ao mesmo tempo que procura lançar a poesia da sua pátria num trilho moderno, o jovem escritor tenta alicerçar a própria crítica literária em princípios que haviam feito dela, na Europa, um instrumento magnífico de conhecimento. O seu intento é transformá-la (a crítica) de comentário em norma científica. Para isto, atira-se ao debate dos elementos condicionantes da cultura com um duplo objetivo. [...] mostrar a fraqueza e a artificialidade do romantismo, indianista ou boêmio [...] traçar o caminho da renovação intelectual da sua terra (Id. p.42).

Silvio Romero, como quase todos de sua geração, adentrou no universo da crítica literária munido de uma abordagem sociológica. As coordenadas que utilizava era dos modelos erigidos e fornecidos pela ciência do seu tempo, modelos estes que o vinculavam diretamente o entendimento do fenômeno literário a partir de critérios mesológicos, biológicos e sociológicos. Roberto Ventura (2001, p.17) insinua que Romero, enquanto cultor da literatura enfatizava em demasia os aspectos históricos e sociais que estavam envolvidos no processo de criação literária e cultural. *Ganhava, assim, como investigador da sociedade e da cultura o que perdia como crítico literário.* O testemunho do próprio Silvio Romero [1906] (2001, p.23) é valioso para o esclarecimento da sua ênfase na abordagem sociológica dos fenômenos literários e culturais. Disse ele que àquele momento (as décadas de 70 e 80) que havia deixado de perceber

em tais criações – as obras literárias – a obra do acaso, do capricho ou das imposições de um poder estranho qualquer. Eram estas últimas presumidas manifestações da metafísica do absoluto em tal ordem de assuntos. A crítica moderna desterrou do seio esta classe de fantasmas. É que chegou definitivamente a estabelecer que a literatura é apenas um ramo das criações artísticas, a arte da palavra escrita ou falada, que como toda arte, não passa de um capítulo da sociologia, qual acontece à religião, à moral, ao direito, à política, à ciência, à indústria. Ora, o fundamento de toda a sociologia, a sua condição primordial vem a ser terra e gente, o meio e a população.

Roberto Ventura (2001) e Antonio Candido (1988) ao refletirem sobre o momento e os interesses dos intelectuais brasileiros sobre a produção literária, ressaltam que a história como esboço ou desenvolvimento de um povo surgiu no século XIX, e estava ligada ao fortalecimento das línguas e dos estados nacionais. Influenciados pelo historicismo, os filólogos conceberam a história literária como processo complexo, determinado por fatores externos e internos. As grandes obras seriam aquelas onde o caráter nacional teria se manifestado plenamente. O estudo da literatura passa então a ser dominado pela perspectiva das ciências naturais, a partir de bases científicas e

“objetivas”, adotando um ideal de objetividade histórica, que privilegiava um conceito linear e cumulativo de literatura, reforçando a introdução da perspectiva positivista e naturalista da crítica literária na Europa e no Brasil do século XIX.

As primeiras explicações e apreciações sobre o fenômeno literário no Brasil no século XIX, assentadas em presumidos critérios científicos, deu-se com essa geração de 1870¹⁵⁰. Extremamente influenciados pelo positivismo e darwinismo social (este de uma maneira geral representando a tradução das leis da evolução das espécies, como aplicáveis à evolução das sociedades) buscavam uma literatura nacional, com obras e autores originais, entendendo que estas obras permitiriam a afirmação da autonomia e da soberania da recém fundada nação brasileira. Era à busca da identidade nacional e quiçá cultural da sociedade brasileira a partir de um sinal externo, de um sintoma manifesto: as obras literárias.

O trabalho mais interessante sobre a formação intelectual de Romero é o de Antonio Candido (1988, p.37) *O método crítico em Silvio Romero*. Estudando o percurso teórico-metodológico da crítica literária de Silvio Romero, ele percebe a existência de três momentos na trajetória desta e de sua correlata reflexão sociológica. A primeira fase vai de 1869 a 1880 e é nitidamente marcada pela insurgência contra o romantismo, a partir da proposição das bases modernas para o pensamento social brasileiro. Nesta etapa sobressai o interesse com os fundamentos da literatura brasileira do ponto de vista naturalista, onde conceitos como os de raça, meio e evolução histórica são fundamentais como marcos de estudo e análise da obra literária.

Neste instante é iniciada no Brasil a introdução da orientação evolucionista, naturalista e sociológica para o entendimento da literatura brasileira e, por conseguinte

¹⁵⁰ Foram críticos literários: Clovis Beviláqua, Artur Orlando, Araripe Junior, Martins Junior dentre os membros mais próximos.

da realidade nacional. Incorporando uma série de referências vai buscar elementos que o ajudem a construir um diagnóstico da nação brasileira. Em Buckle, diz Romero [1880] (2002) importa o fator mesológico, em Ernst Haeckel, busca a idéia de hibridações multiplicadas, em Augusto Comte a idéia de progresso a partir do desenvolvimento das idéias, em Herbert Spencer o evolucionismo que jamais abandonaria. É no bojo destas contribuições que percebe a produção literária brasileira e como ela reflete o atraso brasileiro.

Silvio inaugura no contexto da história da literatura brasileira, uma reação anti-romântica, introduzindo o naturalismo, o evolucionismo e o cientificismo, tomando como referência conceitos de raça e natureza, para respaldar e fundamentar a objetividade e imparcialidade no estudo da literatura e da sociedade brasileira. O texto e as instituições sociais eram tidos como reflexo das condições sociais e naturais e adotavam como critério de valor e de validade, o grau de correspondência entre literatura e sociedade. As obras literárias e artísticas, inclusive as manifestações populares, eram tidas como dados e sintomas que revelariam a psicologia de um século, de um povo, de uma nação ou de uma raça.

Segundo Romero [1880] (2002) a própria literatura romântica e indianista era reflexo de uma imitação uma vez que desmereciam o componente negro e mestiço no processo de inspiração de obras e fenômenos culturais que manifestavam a autenticidade da situação nacional¹⁵¹. Ou seja, o que possuíamos como realidade modeladora da nossa “excentricidade” e singularidade não estava no português, muito

¹⁵¹ Durante o século XIX, salienta Otavio Ianni (1992, p.128) enquanto a sociedade estava apoiada no regime do trabalho escravo, o debate nacional se polarizou em termos do indianismo, inicialmente, e europeísmo, depois. Logo após a independência houve um surto indianista. A mesma literatura que trabalhava o mito da raiz indígena da sociedade brasileira trabalhava também uma imagem mais abrangente da sociedade como todo. Gonçalves Dias e José de Alencar não só retratavam os índios como articulavam escravos e livres, índios, negros e brancos, portugueses e brasileiros, ou raça, população e povo. Da mesma forma o indianismo de Bonifácio e Varnhagem também entrava na fisionomia da população brasileira. Todos estavam inventando a nação.

menos no índio ou no africano. Essa realidade, apreendida em função de fatores bio-sociológicos, é o mestiço.

Neste sentido, foi um equívoco nos afastarmos da influência lusitana e enveredar pelo indianismo em razão do romantismo. Eles pregavam o retorno às tradições nacionais e como não as podiam encontrar nos brancos, foram buscá-las nos índios. Em síntese podemos afirmar que durante o século XIX, marcado por uma sociedade apoiada no regime do trabalho escravo, o debate nacional cindiu em indianismo, inicialmente, e europeísmo depois. O surto indianista ocorreu logo após a independência e explorava o mito as origens e referências indígenas da sociedade brasileira.

As noções de raça e natureza, de trópicos e miscigenação, literatura, atraso e devir do Brasil, são pautas da ordem do dia em todo o século XIX. Um povo branco ou mestiço? Cultura ou barbárie? Poderá haver civilização? Estes são os dilemas que se impõe aos críticos e intelectuais que buscavam entender o resultado deste processo, nos vários aspectos destas sociedades. Os tipos de literatura e os estilos criados no meio tropical passam então a serem entendidos e explicados a partir da singularidade da formação brasileira: a miscigenação¹⁵².

A filosofia e a sociologia, em suas imbricadas relações com a literatura e o direito, que acompanhava o processo de modernização das sociedades ocidentais e ocidentalizadas, vão ser as armas do *guerrilheiro desarmado* que Nelson Werneck Sodré (1961) faz referência. O mote: o Brasil. O olhar: a ciência, em específico, a sociologia evolucionista.

¹⁵² Em todos os campos culturais, os indivíduos que mais se destacam em certos ramos são os mais citados, e portadores de idéias que são originam uma linhagem. Um grande intelectual é proclamado quando abre e amplia o espaço em que possam trabalhar seus seguidores. Neste caso as deficiências de certas veredas é que acabam ampliando o entendimento de suas questões. Logo, Gilberto Freire vai desdobrar a questão da miscigenação, como veremos, incorporando uma reflexão sociológica mais sistemática e menos biológica, em função de seu treinamento..

Num momento em que o campo intelectual brasileiro era desordenado, sem mecanismos auto-suficientes de sustentação dos estudos e das pesquisas, as formas em que se davam a criatividade eram extremamente limitadas. Como a seleção dos livros eram aleatórias e ainda não tínhamos em âmbito mundial a institucionalização da sociologia, todos os esforços edificados por Romero são de certa forma originais. Energia emocional tinha o suficiente, com atesta o seu relato acerca dos primeiros anos no Recife (1870-1872) e no Rio de Janeiro (1875-1882), dedicados puramente ao estudo exaustivo dos autores estrangeiros. Esses momentos permitiram que Romero pusesse e articulasse as diversas, utilizando-as para entender o Brasil. Possivelmente, boa parte da criatividade de Romero tenha vindo daí.

No em prefácio a segunda edição do seu livro *Ensaio de Filosofia do Direito* [1885] assim resume as coordenadas teóricas e de certa forma, documentais, utilizadas em suas reflexões sobre as sociedades e em específico, sobre a sociedade brasileira.

Sendo o autor professor de Filosofia do Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, era natural que procurasse pôr o seu livro de acordo com o programa de sua cadeira. É o que fez. As idéias não sofreram alteração, nem as fundamentais, nem as de ordem secundária. Foram, ao contrário, reforçadas aqui e ali. O autor não tenta esquivar-se aos rigores da crítica. Ao contrário. E para facilitar-lhe a tarefa, não oculta as influências que, com maiores ou menores reduções, tem sofrido seu espírito até a situação atual. O leitor habilitado verá que quase todas elas se enquadram, em proporções várias, neste mesmo livro. Kant, na crítica geral do conhecimento e na intuição peculiar da Filosofia, Spencer, na explanação do evolucionismo agnóstico e em muitas idéias de Biologia, Psicologia e ciência social. Darwin e Haeckel, nas linhas gerais do transformismo biológico. Huxley, Bain, Mill e Delboeuf, em várias concepções de Psicologia e Lógica. Noiré e Hartmann, na intuição do monismo idealista o primeiro, e na da Teleologia o segundo. Schopenhauer, em vários pontos da Etica, como, entre Outros, O seu imperativo categórico. Helmholtz e Lange, na penetração de Kant. De Gobineau, Max Müller, Renan, Lenormant, Michel Nicolas, E. Burnouf na diferenciação das raças, ajudados, em tal intuito, por Lubbock, Broca, Tylor, a que se ligam Taine e Scherer, mestres, além disto, na crítica literária e estética.

Mais recentemente, os grandes discipulos de Le Play – Ed. Demolins, P. De Rouziers, H. De Tourville, L. Poindard, A. De Preville nos processos de observação aplicados com peculiar capricho as classes sociais e ao estudo

das nações. Savigny, S. Maine e R. Ihering na concepção especial do Direito, ajudados, posteriormente, por Fustel de Coulanges, Holtzendorff e Dareste.

H. T. Buckle, nas linhas gerais da concepção da História como ciência. Mommsen, na inteligência do Estado entre os romanos. Guizot, na questão da queda do Império e na apreciação da Idade Média. Thierry, neste último ponto.

A. Herculano, sobre a situação das classes servas na Península Ibérica e na determinação do caráter da invasão árabe. A de Jubainville, para o estudo da etnografia da Europa. Martins Sarmiento, para o da Espanha, e H. de Tourville, já citado, para a formação dos grandes povos particularistas e a compreensão do Feudalismo. Ed. Zeller, para o conhecimento da filosofia dos gregos. Boutmy — acerca dos ingleses e americanos; Bryce — sobre estes últimos e sobre o Santo Império Romano-Germânico; Freeman, no que diz respeito à história geográfica da Europa e à constituição da Inglaterra; de Greef — na questão da reforma do sistema atual de representação política, substituindo-o pelo da representação das funções sociais, não poderiam ser esquecidos sem injustiça. Igual é o caso de Gregorovius, G. Boissier e Sorel, aqueles para a Roma antiga e mediévia, o último para a moderna história diplomática da Europa.

Injustiça seria também ocultar os nomes de Ott. Müller, Bréal, de Gubernatis e A. Lange, para a compreensão do pensamento primitivo da humanidade, através dos mitos. Mister há também de lembrar os de F. le Dantec e Laumomer, para noções de Fisiologia, indispensáveis hoje [1907] a quem querque pretenda escrever quatro palavras para o público.

Acode ao autor o nome de Ribot, para a Psicologia em geral e o de G. Le Bon, para a psicologia das massas, da educação e do Socialismo moderno; os de Ammon e Lapouge sobre a etnografia ariana; os de Gliddon, Morton, Nott, Hartt, Steinen em etnografia americana.

Esses têm sido, sucessivamente, no correr dos últimos quarenta anos, cada um a seu turno, os principais mestres, auxiliares ou propulsores do pensamento do autor.

Escusado é falar do crescidíssimo número de leituras que deixaram, por certo, vestígios em seu espírito, de escritores de ordem secundária.

Companheiros, por assim dizer, e não guias e chefes. Os escritos de Tobias Barreto, o grande fundador da Escola do Recife, de Clovis Beviláqua, Artur Orlando, Martins Junior, Viveiros e Livio de Castro, foram muitas vezes lido com vantagem [1907] (2001, p.09-11).

Sua tarefa básica no primeiro momento de sua crítica literária (um capítulo de uma sociologia da literatura) é, conforme Antonio Candido (1988, p.51) a de evidenciar *a ação do meio, da raça, da tradição popular, a fim de dar orientação certa ao pensamento, por que este, bem orientado, age decisivamente sobre as instituições.* Trata-se de um momento decisivo para a formação das bases que norteariam o entendimento da realidade brasileira no pensamento de Silvio Romero.

Alfredo Bosi (1982, p.280), em estudo sobre a história da literatura no Brasil, faz um interessante apanhado que expressa de maneira bastante clara a relação entre a literatura e a sociologia no itinerário de Romero:

As linhas de força do pensamento romeriano no que toca às letras brasileiras podem resumir-se nas seguintes premissas: a) a literatura — como as demais artes o folclore exprime diretamente os fatores naturais e sociais: o clima, o solo, as raças e seu processo de mestiçagem (determinismo bio-sociológico); b) a seqüência dos fatos na História ilustra a interação dos fatores mencionados; mas ela não é cega, tem um sentido: o progresso da Humanidade (Evolucionismo); c) a melhor crítica literária será, portanto, genética e não formalista. Os critérios de juízo darão valor ao poder, que a obra deve possuir, de espelhar o meio, e não a seus caracteres de estilo (crítica externa vs. crítica retórica).

O enfoque de Romero foi, assim, o primeiro passo decisivo para uma crítica sociológica de estreita observância. Rejeitando as teses românticas e indianistas por subjetivas (Alencar e Magalhães) e os resíduos de uma literatura acadêmica (Sotero dos Reis), Silvio propôs vigorosamente uma abordagem da obra em função das realidades antropológicas e sociais, vistas como fatos primeiros e inarredáveis.

O segundo momento, que vai de 1880 a 1888 é o período da *cristalização* das idéias que vinha amadurecendo, e do aperfeiçoamento dos instrumentos de crítica e interpretação, por intermédio de um levantamento empírico dos elementos culturais do Brasil. Voltou então, sua atenção para o estudo da cultura popular, das manifestações folclóricas, culminando com a publicação dos Cantos [1883] e Contos Populares do Brasil¹⁵³ [1885]. Câmara Cascudo (1985, p.17) em vários momentos faz referência a contribuição de Silvio Romero, chegando a afirmar que este foi edificador do primeiro documentário da literatura oral brasileira. Em outro trabalho, Cascudo (1997, p.825) afirma que ele *foi o maior divulgador e agitador das idéias culturais de sua época. Iniciou a história literária no Brasil. O folclore lhe deve as primeiras coleções de cantos, contos e poesias populares, explicações, comentários, valorizações, enfrentando a indiferença e a ignorância do ambiente.*

153

Vale lembrar que num campo débil como era o do Brasil neste período, ser pioneiro nas novidades intelectuais e nos novos modelos de análise científica em voga na Europa era uma forma de demarcar a ocupação de certo espaço nesse universo. As insistentes menções de pioneirismo que Romero e Tobias fizeram durante toda a sua obra era uma demonstração de seu capital cultural.

Uma das obras de Romero que delimita as bases sociológicas utilizadas para o entendimento da literatura e da sociedade brasileira, é a *Introdução à História da Literatura Brasileira* [1882] (2002, p.124-127). Neste estudo, temos a excelente oportunidade de percebermos o alicerce que guiará a reflexão sociológica deste autor. Num momento em que raríssimos trabalhos se aventuraram a compor um panorama da história da literatura brasileira, adverte:

A história do Brasil, como deve ser hoje compreendida, não é, conforme se julgava antigamente [...] a história exclusiva dos portugueses na América [...] é antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Operários deste fato inicial hão sido os portugueses, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. [...] Para tanto, é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual coma história política, social e econômica da nação: será preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de coisas, o português em suma, foi-se transformando ao contato do índio, do negro, da natureza americana, e como, ajudado por tudo isso e pelo concurso das idéias estrangeiras, se foi aparelhando o brasileiro, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro [...] Pretendemos escrever uma introdução naturalística à história da literatura brasileira. Munidos do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecermos o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social quando tratamos de notar as relações do Brasil com a humanidade geral.

Desse modo, conforme Silvio Romero, a noção de um povo brasileiro ou de uma nação ainda não tinha sido circunscrita. Este povo não pode ser caracterizado como um grupo étnico nem como uma formação histórica pura e definida. Não é um grupo étnico definitivo por que é resultado, ainda pouco determinado, de três raças

diversas, que ainda acampam separadas uma das outras. E não seria ainda uma formação histórica, uma raça sociológica, por que ainda não temos uma feição característica e original. Embora sem originalidade, ou uma originalidade forjada naquilo que representa o mestiçamento, a literatura seria o dado externo capaz de identificar o nascimento da nação (mestiça).

É interessante observar que ênfase naturalista de Romero não restringia a percepção apenas do cruzamento físico e a sua relevância para os aspectos sociais da população brasileira. Ele extrapolou esse universo (e por isso foi ambíguo) demonstrando que o cruzamento é fator determinante das dimensões intelectuais. Segundo Romero, a união neste solo de povos em tão variados estados da inteligência influenciou na psicologia do povo brasileiro¹⁵⁴.

A dimensão naturalística em Romero, não perde a dimensão histórica e a sua importância no entendimento do Brasil, e de seu malogro. Neste sentido, em um segundo momento do seu trabalho, Romero se volta para o entendimento, e ou recapitulação histórica de fatores concretos, que determinaram a situação da sociedade brasileira¹⁵⁵. O seu diagnóstico, a propósito das contribuições e determinações históricas do Brasil, para tal situação aponta que:

¹⁵⁴ Silvio Romero (2001, p.59) faz a distinção entre o mestiçamento moral do mestiçamento físico. Segundo ele podemos a luz dos fatos e da ciência, concluir: a incorporação do índio e do negro entre nós foi conveniente para garantir o trabalho indispensável à produção da vida econômica do povo novo ia se formar; e o mestiçamento deles com o europeu foi vantajoso em vários aspectos. Primeiro, ele foi indispensável para a formação de uma população aclimada ao novo meio. Segundo, favoreceu a civilização das duas raças menos avançadas. Terceiro, tornou possível unidade da geração futura, que jamais se daria se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem. E por ultimo, chega ao seu intento inicial, ou seja, entende o mestiçamento como fundamental para o desenvolvimento das faculdades estéticas da imaginativa e do sentimento, fato real no próprio antigo continente, como demonstrou o ilustre de Gobineau.

¹⁵⁵ A avaliação da economia brasileira é a seguinte: um país com uma agricultura arruinada, (assentada em grandes propriedades, resquícios das capitânicas hereditárias), relações servis estereotipadas na figura do agregado (extorsão cruel feita aos negros e proletários rurais), pequena indústria e comércio quase todo estrangeiro. O que resta para o grosso da população pergunta Romero? O pauperismo completo, ou os empregos públicos (forma bastarda de pauperismo). Neste meio os filhos daqueles que podem, negociantes ou agricultores, vão para o estudo, alinhavam os preparatórios, fazem um curso de

Durante mais de três séculos foi o Brasil governado por prepostos de um governo absoluto. Retalhado a princípio em capitâneas, mal divididas e mal determinadas, que foram entregues a alguns aventureiros e áulicos, que nos fez ter também nossa idade feudal, passou depois ao domínio direto da coroa, que tratou de segregá-lo do mundo e explorá-lo. Num e noutro sistema o índio era considerado uma fera, que devia ser caçada; o negro uma máquina, que devia estupidificar-se para produzir; o peão português, o colono, um ente de sangue bastardo, distante do sangue azul, escravos dos fidalgos e de El rei, nosso senhor! ... Nestas condições, as populações que se iam formando no país, traziam a marca da origem: - a submissão. (Romero, *Ibid.* Idem, p.160-161)

Romero não desmerece, embora insista na correlação entre raças biológicas e produções culturais, que as dimensões sociais, históricas, econômicas e políticas são fundamentais para a edificação do diagnóstico do Brasil, marcado, e isso é relevante, pela suposição de que o conhecimento científico haveria de redirecionar o país rumo a civilização. José Veríssimo (1929, p.1237-1238) observa a relevância do estudo do “adversário”. Sobre isso, é ilustrativo o seguinte comentário:

Não é difícil, e já tem sido feito apontar-lhe as contradições, as incoerências, as repetições, as inexatidões de fato ou de juízo, os abusos de generalização, a carência de serenidade e imparcialidade crítica. (...) Não obstante, a *História da Literatura Brasileira* do Sr. Sílvio Romero é com certeza um dos livros mais originais, ou pelo menos mais pessoais, mais sugestivos, mais copiosos de opiniões e idéias, mais interessantes, de mais veias e temperamento que jamais se escreveram no Brasil.

Toda a vultosa produção de Sílvio Romero durante as décadas de 1870 e 1880 foi coligida nos 05 volumes desta obra publicada em 1888. Trata-se de um livro pioneiro quanto ao registro e análise de quase toda a produção literária no Brasil. Segundo Gilberto Freire:

É difícil imaginar a literatura moderna no Brasil sem Sílvio Romero. Sem sua obra revolucionária de historiador e sem sua voz impaciente de profeta. O gigante quase sempre zangado e as vezes agressivo foi uma espécie de São Cristovão das letras nacionais. Carregou no rijos braços valores ainda débeis

medicina, direito ou engenharia, e, ou vão engrossar as fileiras dos empregados públicos, ou agitarem-se nas aventuras temerosas de uma política relapsa, torpe e conservadora (ROMERO, 2002, p.159).

com os quais a literatura em nosso país, vem se afirmando genuinamente brasileira¹⁵⁶.

Uma das grandes contribuições do trabalho de Romero, foi a de ter ampliado a possibilidade de identificar o caráter nacional brasileiro, a partir do que tinha sido escrito, contado e cantado no Brasil. Tratou de usar o critério nacionalista para julgar determinadas obras e manifestações culturais. Ou seja, buscou a nação latente nas diversas manifestações da cultura brasileira. Encontramos esse caráter, escreve Silvio Romero [1888] (1980, p.1502), *na índole, na intuição, na visualidade interna, na psicologia do escritor*. Tomasse Tolstoi um tema brasileiro, haveria de tratá-lo como um russo.

Queremos dizer com aquela maneira de sentir e pensar, aquela visão interna das coisas, aquele tique, aquele sestro especial, se assim nós podemos expressar, que são os modos de representação espiritual da inteligência brasileira [...] Machado de Assis não sai fora a lei comum, não pode sair e aí dele se sair. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada [...] seus romances, seus contos, suas comédias encerram vários tipos brasileiros, genuinamente brasileiros.

Nas páginas da *História da literatura brasileira*, está delimitada e delineada a importância da miscigenação na formação do Brasil. Um país marcado pela mistura de raças, encontrou em Romero o seu mais fervoroso defensor, que arrogou a legitimidade de sua fala a partir dos ditos critérios científicos. Essa postura pode ser mensurada nos capítulos dedicados ao estudo do folclore brasileiro, assim como nos estudos realizados sobre os cantos e contos populares em 1883 e 1885. Segundo Romero (Id. p.153) *um dos fenômenos mais interessantes no estudo das criações populares é o que se pode chamar de mestiçamento [...] de nossa literatura anônima, indicando as várias origens de nossos cantos e contos*. Esse dado, o mestiçamento, podia ser percebido e encontrado nos mais variados aspectos da nossa

¹⁵⁶ Cf. Romero [1888] 1980.

cultura, nas [...]cantigas populares, romances, orações, parlendas [...] não se denuncia somente na linguagem; manifesta-se nas fontes mais íntimas das inspirações (Ibid. p.161).

O ESCUDO DO DIREITO

Se na literatura encontrou o lugar comum da cultura Brasiléia, identificando o Brasil como um país congenitamente mestiço, essa dimensão não foi o seu único foco de interesse. Outro grande interesse do momento era o Direito. Como já afirmado, é por intermédio dos cursos e das discussões sobre a reorganização da sociedade brasileira em bases legais e científicas que a sociologia adentra no Brasil¹⁵⁷. Machado Neto (1969, p.102), percebendo a forte relação entre o direito e a sociologia neste autor, sugere que a sua teoria jurídica é um capítulo de seu *sociologismo evolucionista*.

Os *Ensaio de Filosofia do Direito* de Silvio Romero [1885] (2001, p.41) é o principal trabalho sociológico e sistemático no que tange a sua proposta de

¹⁵⁷ Chacon (2008, 1969) afirma a ER resvalou diretamente, como fonte de pressupostos intelectuais e filosóficos, na construção do código civil brasileiro de 1916.

entendimento do fenômeno jurídico¹⁵⁸. É neste texto que está delineada a leitura sociológica que nutriria toda a sua produção intelectual. É nele que encontramos a defesa da sociologia das acusações que outrora ela sofrera por parte de seu amigo e companheiro de “escola” Tobias Barreto¹⁵⁹.

Do ponto de vista filosófico, o pressuposto de Romero é traduzido num *naturalismo crítico, ou agnosticismo evolucionista ou evolucionismo integral de Spencer*¹⁶⁰. Já não é mais lícito em nossos dias falar de uma ciência da natureza e de uma ciência do homem, como coisas de todo separadas e antitéticas, afirmou Romero. A intuição evolucionista suprimiu essa dicotomia¹⁶¹ ao mostrar que o homem é apenas um fenômeno no imenso mundo dos fenômenos; a sociedade, um grande fato observável no mundo de milhares de fatos observáveis (Id. p.26).

A filosofia na leitura de Romero era a síntese de todas as ciências particulares¹⁶² e a perpetua inquiridora daquilo que para ele não era objeto de

¹⁵⁸ O livro está dividido em três partes: a primeira denominada de *Idéias de filosofia e sociologia indispensáveis à boa compreensão do direito* (que consome 60% do livro), versa sobre o papel da filosofia e da sociologia dentro do contexto do pensamento científico moderno. Para ele a filosofia é a síntese de todas as ciências e a sociologia seria a síntese das ciências que estavam encarregadas dos estudos sobre a condição social humana e isso implicava que o direito fosse um capítulo especial da sociologia. A segunda parte é dedicada a aplicação das leis sociológicas a evolução social, sendo denominada de *Meio natural em que se origina e se desenvolve o direito*. E a terceira e última partem, nomeada de *Natureza intrínseca e elementos componentes do direito*, é onde ele delimita o sal posição teórica diante do direito, discutindo com Jhering e apontando o seu próprio conceito, como será visto adiante.

¹⁵⁹ Os dois mais notáveis sistemas filosóficos que encheram a segunda metade do século XIX: o positivismo e o evolucionismo (Idem, p.22).

¹⁶⁰ Para Spencer existem regularidades de causa e efeito nos fenômenos sociais, e um estudioso do homem e da sociedade não se satisfará com uma história apenas cronológica, nem com uma história biológica. Ele procurará na história da humanidade aquelas recorrências gerais no desenvolvimento, as seqüências causais, aquelas correlações esclarecedoras, que transformam a região inculta dos fatos no mapa da ciência. A biografia está para a antropologia assim como a história está para a sociologia (Cf. Gurvitch, 1970; Durant, 1990; Rumney, 1944).

¹⁶¹ O grande paradoxo discutido por estes autores àquele tempo era entre o monismo (que pregava a unidade da cultura e da natureza) e o dualismo (que advogava que eram elementos diferentes). Essa discussão pode ser traduzida em termos do debate anterior sobre a crítica a culturalista a idéia de uma predeterminação do natural sobre o social.

¹⁶² Ele tem uma curiosa classificação das ciências. A primeira dividida no considerável número de ciências particulares, físicas e naturais conhecidas, se ocupará dos fenômenos mecânicos regidos pela lei da causalidade, fenômenos alheios aos fatos conscientes voluntários. A segunda se encarregará de todos os fenômenos nos quais se acham inerentes à consciência e a vontade, regidos pela lei da finalidade, e se

nenhuma ciência: *a origem e a natureza intrínseca e final do universo*. Os grandes sistemas filosóficos do seu tempo, e com os quais ele estava dialogando eram: *o monismo*¹⁶³, *o dualismo*¹⁶⁴, *o positivismo*¹⁶⁵ e *o criticismo evolucionista*¹⁶⁶.

Silvio Romero acreditava que a sociologia deveria ocupar um lugar privilegiado no contexto das ciências humanas, embora participasse da crença de que haveria uma unidade que gravitava em torno das ciências de uma maneira geral. Advogava ele que a singularidade da sociologia em relação às ciências naturais dizia respeito a especificidade dos objetos destas respectivas ciências, pois claro estamos, diz Romero, que *o método em sociologia: é o mesmo de todas as ciências* (Ibid. p.62).

O objeto das ciências difere de umas para as outras; mas os seus processos são sempre os mesmos e estes: 1º observação dos fatos e sob esta indicação vai compreendida a observação artificial, a que se dá o nome de experimentação; 2º os processos que consistem em reunir fatos similares [...] que se intitulam comparação e classificação; 3º a indução, que não é mais do que a formação de proposições gerais que resultam do processos precedentes; 4º. A dedução, que nos reconduz das proposições gerais aos fatos e nos ensina a prever (Ibid. p.59).

Quanto ao direito, como toda grande criação humana, não se desenvolve à parte e em separado; mais por elas e no meio delas. Segundo ele:

O direito, como todo fato observável e capaz de ser estudado em sua evolução, dá origem a uma ciência especial – a ciência jurídica, subdividida em vários ramos, que todos entram no quadro de uma ciência mais geral – a sociologia (Ibid. p.41).

divide nessa série de ciências chamadas sociais ou morais, que são outras tantas ramificações particulares do grande todo, da ciência geral sociológica [...] De acordo com nossa intuição, continua Romero, com esse modo de pensar, formulamos, de ano a esta parte, o seguinte quadro de classificação das ciências, que reputamos mais completo e didático de que as de Comte e Spencer (Ibid., p.26-27).

¹⁶³ Explicam o assombroso desenvolvimento do universo apelando para um só ente, uma só substancia que evolui (Ibid.idem, p.34).

¹⁶⁴ Aquele sistema que assiná-la ao mundo uma origem fora dela (Ibid.Idem.)

¹⁶⁵ A força do positivismo está no agnosticismo que eliminou das investigações científicas as questões que outrora ocuparam um lugar privilegiado na história do pensamento humano e que por sua natureza não são suscetíveis de solução (Ibid.idem, p.35).

¹⁶⁶ O naturalismo evolucionista hodierno, post o a par da ciência corrente, é, em nosso modo de pensar em suas linhas capitais o kantismo rejuvenescido pelo órgão de Spencer (Ibid.Idem).

Acompanhando a sua opinião e endossando o valor amplo que a sociologia alcançava naquele momento, Clovis Beviláqua (1897, p.27) encerra sua longa introdução ao livro intitulado *Juristas Philosophos* da seguinte maneira:

Hermann Post afirmou-nos ter chegado à convicção de que a única base para a jurisprudência do futuro seria encontrada em uma sociologia geral apoiada exclusivamente nos dados da experiência. Se as palavras traduzem o pensamento humano, é com o jurista alemão que está a verdade, neste momento. E, si o direito necessita das luzes de todas as ciências que se ocupam do homem, como geralmente hoje reconhecem os juristas de mediana cultura, hão de vir coadadas essas luzes através da sociologia para que possam melhor ilumina-lo.

Antes de apontar a leitura que nosso autor tinha acerca do direito, vejamos como ele define a sociologia. Na definição e delimitação desta ciência a fraternidade não inibiria Romero de afirmar ante Tobias as suas discrepâncias e dissidências no tocante à compreensão do alcance e possibilidade da Sociologia. Silvio Romero, um convicto e propugnador da sociologia no Brasil vai, num dos raros momentos de discordância, analisar a perspectiva de Tobias Barreto que, como já observada, era totalmente alheia e descrente a respeito da possibilidade de uma sociologia¹⁶⁷.

Constatamos, a partir das críticas listadas na discussão sobre Tobias Barreto, as respostas fornecidas por Silvio Romero. Assim, se por um lado Tobias afirmava que a liberdade humana impossibilitava a formação da sociologia. Por outro, Romero não nega o primado da razão, embora recuse a conclusão de que a sociologia não possa existir. Consoante ele: *admitimos com Tobias Barreto a liberdade e com Spencer a sociologia.*

¹⁶⁷ Ainda hoje espíritos altamente cultos e fortemente compreensivos repelem a possibilidade de uma ciência geral da sociedade. o mais significativo desses impugnadores, o mais esforçado, o de mais merecimento, não no Brasil, porém em qualquer parte foi, parece-nos Tobias Barreto, o famoso poeta, filósofo e jurista, que tão brilhante figura desempenhou e tão larga e legítima influencia, em que pese os ferrenhos zoilos, exerceu na moderna literatura nacional (ROMERO, 2001, p.41).

Silvio Romero retruca Tobias Barreto argumentando que, se a liberdade fosse um óbice a constituição de uma ciência como a sociologia, não seria possível uma ciência do direito como sugeria Tobias Barreto. Para Romero a visão de Tobias era modelada pela crença de que só seria possível haver ciência das coisas mecânicas. *Enquanto não se provar ser a vontade humana uma força motriz, como calor ou eletricidade, a sociologia nada vale.* Ora, para Romero os assuntos sociais não se processam necessariamente dessa forma. Amparado em Spencer nosso autor afirma que.

Porque certos atos da vontade não podem ser previstos, Froude¹⁶⁸ conclui que nenhum ato da vontade pode sê-lo; ele ignora que os atos de vontade, pelos quais nossa conduta ordinária é determinada, são tão regulares que é fácil prevêê-los com extrema probabilidade [...] já que as ações mais freqüentes do cidadão são determinadas por motivos tão regulares, devem resultar delas fenômenos sociais que se produzam com uma regularidade correspondente, e mesmo com uma regularidade maior, porque os efeitos dos motivos excepcionais se acham perdidos no meio dos efeitos da multidão dos motivos ordinários. (Ibid. p.47)

Quanto a crítica que Tobias faz ao fato de que a sociologia tendo como objeto a humanidade inteira ela não passaria de uma abstração, é refutada a partir do argumento que advoga que a sociologia está preocupada em estudar os fenômenos humanos comuns e identificáveis nos diversos grupos e raças. *Há muitos fatos que são comuns a todos os homens, como há os peculiares às raças e até os indivíduos, mas o mesmo acontece com a biologia, por exemplo, o que não lhe tira o caráter de ciência* (Ibid. p.49).

Outra queixa a Tobias, diz respeito a sua crítica a idéia de que existam leis que rejam os fenômenos sociais. Para Romero, no domínio da sociologia existem *indicações formuláveis em genuínas leis, no sentido científico*¹⁶⁹. Encerra esse tópico de

¹⁶⁸

¹⁶⁹ Silvio Romero faz menção a mais de dez leis sociológicas diferentes, umas colhidas em vários autores e outras formuladas por ele. Vejamos algumas: há um impulso evolutivo na sociedade como na

sua defesa arrematando que: *os inimigos da sociologia não têm força para refutar* (Ibid.Idem, p.54). Uma das leis gerais da ciência era segundo ele a lei da evolução. A sua aplicação *a tudo quanto existe é o feito magno da ciência e da filosofia nos últimos tempos* (Ibid. p.63). Ela figura entre as quatro grandes leis da ciência e filosofia moderna e *abrange o complexo dos fenômenos universais, desde os cósmicos até os sociológicos*¹⁷⁰(Ibid).

Partidário da transmigração das idéias darwinianas para o universo da sociologia e da história, Romero invoca certa *famosa lei*, formulada por Heackel e endossada por Spencer, Jhering, e Lilienfeld, que insinua que *o desenvolvimento embrionário do individuo recapitula a evolução da espécie*. Ao primeiro desenvolvimento designamos ontogênese e ao segundo filogênese. Um exemplo da utilização dessa lei, e descrito por ele, é dado por Fausto Cardoso. Vejamos como Silvio Romero apresenta essa discussão:

Entre nós é suficiente abrir qualquer escrito jurídico ou social de Tobias Barreto, Artur Orlando, de Clovis Beviláqua, de Martins Junior, de Lívio de Castro, para ver que a cada passo nos falam eles de uma ontogênese e de uma filogênese do direito, de uma ontogênese e filogênese da sociedade [...] já se vê que não é preciso sair do Brasil para saber que, desde os anos de 1880 pelo menos, já se falava na aplicação da lei fundamental da biologia a assuntos históricos e sociológicos [...] um escritor nosso – Fausto Cardoso – deu da suposta lei aplicável a história e à sociologia às seguintes formulas [...] todas as vezes que elementos sociais em estados diversos de cultura põem-se em contato e em fusão, total ou parcial, rompe-se o equilíbrio histórico anterior, interno e externo, instável ou estável, formando-se então um novo corpo social, que retrograda às formas elementares da história universal, reproduzindo depois em seu desenvolvimento individual, as fases sucessivas desta, com rapidez proporcional ao grau de cultura e de civilização dos elementos fusionados, até tomar feição histórica própria do seu grupo de civilização (Ibid. p.77).

natureza; a evolução tem se constituído numa diferenciação constante de suas funções; a sociedade por toda a parte tem atravessado fundamentalmente as mesmas fases; a formação do organismo social, como do biológico, começa por certa diferenciação, cujo resultado é tornar a porção periférica distinta da porção central [...] (Ibid.idem, p.54).

¹⁷⁰ São elas segundo ele: evolução, unidade, imanência, relatividade; evolução de tudo que existe, unidade das forças físicas, imanência da causalidade em cada fenômeno, relatividade do conhecimento (Ibid.idem, p.63).

Se a concepção de lei esteve presente na sociologia produzida por Romero, o desejo de encontrar os alicerces das organizações sociais não está excluído de sua voracidade intelectual. São sete, sugere ele, as classes, as espécies diversas dos atos e fenômenos culturais (*criações super-orgânicas e sociais*) que constituem a civilização humana, desde nossos imemoriais tempos: ciência¹⁷¹, arte¹⁷², política¹⁷³, moral¹⁷⁴, indústria¹⁷⁵, religião¹⁷⁶ e direito.

O direito¹⁷⁷ com pilar das organizações sociais, diz Romero, *em todos os tempos, ontem como hoje, vem a ser aquela norma da vida dos homens entre si, que pode ser exigida por uma coação exterior, na frase do insigne Ihering* (Ibid.idem, p.105). É o fruto da ação social humana e tem a sua origem nas relações delas decorrentes. Ele nasce da fatal e essencial *necessidade de disciplinar a vontade, a liberdade de cada um no proveito da faculdade congênere dos outros, o direito é um broto natural dessa consciência*¹⁷⁸ da identidade dos destinos humanos, que é o

¹⁷¹ Conjunto dos esforços feitos pelos homens para explicar pelo raciocínio a multiplicidade de fenômenos que se lhe deparam no universo. (Ibid.idem, p.102)

¹⁷² Pertence ao universo da imaginação e do sentimento. E fusão do sentimento e o brinco da imaginação diante do espetáculo das coisas e das peripécias humanas (Ibid.idem, p.103)

¹⁷³ É a realização das aspirações nacionais, o conjunto de leis da formação e desenvolvimento de um povo (Ibid.idem, p.104).

¹⁷⁴ Norma digna, elevada, superior de conduta que o homem a si mesmo se impõe nos seus atos em geral, norma que oriunda da consciência, não lhe é imposta pela coação de um poder exterior. (Ibid.idem, p.104)

¹⁷⁵ Não tem sido outra coisa mais do que o dispêndio de força do homem, afeiçoando a natureza, no intuito de produzir utilidades indispensáveis à sua própria existência. (Ibid.idem, p.106)

¹⁷⁶ Peculiar estado da alma diante do desconhecido, do ponto de partida de todas as coisas, da origem do universo. (Ibid.idem)

¹⁷⁷ É interessante observar que não se tratava de uma idiosincrasia de nossos autores pela opção do direito neste esquema evolutivo. Por volta de quarenta anos antes, Marx e Engels já advogavam uma leitura que partia do pressuposto de que só é possível pensarmos a organização estatal em função das desigualdades sociais. A configuração estrutural histórica dinâmica que Mannheim faz referência, nos aponta para alguns dimensões possíveis de compreensão desta tendência. Como já observado anteriormente, a dinâmica do contexto inibia a formulação de algumas questões, inclusive, a leitura marxista do estado e da sociedade brasileira.

¹⁷⁸ Essa consciência não é um produto complicado da evolução; é um produto dela, sim, porém um dos mais simples e mais primitivos. As ações humanas, até na rudimentar sociedade primitiva, nunca estiveram paradas, sempre em movimento, nunca em repouso. As experiências começaram logo a acumular-se. Os conflitos, os casos complicados, os atritos difíceis eram decididos pela capacidade prática dos mais hábeis, mais inteligentes, mais autorizados, mais enérgicos. Tal a primeira origem do Direito O modo como esses maiores, esses chefes, esses espíritos diretores se avieram nessas

fundamento de toda a ética, de toda a boa conduta, segundo o nosso peculiar modo de pensar (Ibid. 159).

Como crítico literário e como um dos precursores do debate sobre o direito no Brasil, nosso autor foi sociólogo. Isto é, em meio a um momento em que o mundo começava a dar sinal das emergência das primeiras organizações para a produção dessa jovem ciência, Silvio se achou com autoridade para criar suas próprias leis, suas próprias interpretações, embora Spencer tenha sido o seu guia desde quando o descobriu. É obvio que o adestramento desta disciplina se dava de forma indisciplinada e as suas formulações e axiomas da sociologia possuíam um acentuado caráter autoral.

Pudemos notar anteriormente, o debate sociológico no Brasil era impossível nos termos que se deu em alhures, pois as circunstâncias materiais limitaram até a década de 1930. coincidência ou não, há uma reorganização nos espaços de produção intelectual no Brasil, justamente no momento da acelerada industrialização, permitindo que outros setores adentrassem na possibilidade de se adestrado para o exercício sistemático dessa nova ciência.

emergências, era, pelo agradecimento, pela verificação, pelo respeito, acatado, guardado de memória; ia constituir um como patrimônio da experiência social ou tribal. Quando apareciam casos análogos, e eles não faltavam numa sociedade simplista, o proceder, a solução dos antigos era de novo aplicada. Tal a segunda fonte das regras ou leis jurídicas; assim se foi criar costume, forma do Direito após a ação direta dos chefes. Distanciados pelo tempo os fatos que lhe foram dando origem, as normas de proceder em tais circunstâncias pelos avós cobertas pouco a pouco pelas sombras e pelas iluminações da lenda, assumiram todos eles, fatos e normas, o caráter sagrado ou divino, que é um dos sintomas das leis primitivas. É uma terceira fase na evolução. Mas a sociedade foi crescendo, um núcleo central de direção foi se formando e foi se encarregando da função jurídica por seu caráter de estabilidade e poder entre os conflitos. É uma quarta época no caminho jurídico. Daí por diante esse princípio seletor do Direito está formado; é o Estado, superior às personalidades, imparcialmente entre as lutas individuais, capaz, portanto, de definir o Direito, que a sociedade vai elaborando lentamente na sua afanosa lida de todos os momentos. Depois disto as evoluções do Direito são, por assim dizer, internas; ele não anda mais à cata de um órgão de expressão; tendo-o encontrado, vai-se desdobrando normalmente pela lei do consensus, isto é, modelando o seu progresso pelo progresso das outras forças e criações da humanidade (Ibid.idem, p.160)

Na época de Silvio Romero, a sociologia não passa de um conjunto de argumentos que só podem ser enunciados nos espaços estamentais fornecidos para a sua circulação. Esses espaços limitaram ou concorreram para que Romero fosse ambíguo no diagnóstico e nas expectativas que possuía sobre a sociedade brasileira, harmonizando-se as tramas que conspiravam para a necessidade de uma nítida solução fatalista e natural.

II – O ASSASSINATO DA METAFÍSICA E OUTRAS HISTÓRIAS

A questão de saber se a metafísica deva ou não ser considerada como exausta e morta, escapa, sem dúvida, se não completamente ao programa, pelo menos aos limites desta pequena folha [1875] (BARRETO, 1977, p.187).

Tristão de Alencar Araripe Junior [1898] (1978, p.319) cearense – colega de turma de Tobias Barreto e amigo de Silvio – registrou a precipitação e o arrebatamento desse autor no seu pendor para a crítica e para polêmica, construindo

sua imagem de homem furioso. Romero foi hábil em consolidar seu prestígio em função do pioneirismo de algumas leituras e reflexões e também, na forma de alcançar atenção do meio intelectual em função de suas polêmicas e intrigas¹⁷⁹. Segundo ele:

Quando, em 1880, apareceu no Rio de Janeiro o autor da História da Literatura Brasileira, a avaliar pelas antipatias que contra ele se levantavam, tanto entre os moços como entre os velhos homens de letras, dir-se-ia que uma cascavel, vinda dos sertões de Sergipe, tinha-se emboscado à Rua do Ouvidor e ameaçava todo mundo com a violência de sua mortífera peçonha [...] lhe faltava [...] a sagacidade ou a polidez artificial dos centros civilizados.

Silvio Romero é considerado o mais exaltado e ilustre representante desses intelectuais estamentais. Como veremos, foi quem criou a ER e a sua atuação estratégica permitiu que ocupasse um excelente lugar no universo do reconhecimento intelectual posterior. Roberto Ventura (2001, p.15) analisando a obra de Silvio Romero e o ímpeto que ela manifestara ao tempo em que foi produzida, afirma que:

Crítica e polêmica se alia no combate do bacharel e do letrado contra o domínio oligárquico e as estruturas arcaicas do país. Por meio do engajamento intelectual, a “geração de 1870” procurou intervir nas transformações históricas que resultaram na abolição da escravidão e na proclamação da república, trazendo uma sociedade urbana de tipo moderno.

Em 1873 dispara contra o romantismo brasileiro nas figuras de Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar. Acreditava ser uma calamidade que assolava o Brasil o *pieguismo* de Macedo e o *Indianismo* de José de Alencar. Nomeia-os de representante da *velharia romântica, sofisticaria indigna, degradação, mentira, maus instintos, decrepitude*.

Evaristo de Moraes Filho (1985, p.41), explica que o tom de Silvio Romero

¹⁷⁹ A irrupção do polemista foi tremenda, e, nos círculos acadêmicos, operou-se o mesmo fenômeno que numa reunião popular, quando um homem audaz avança brandindo uma lâmina afiada. Formou-se um vácuo em torno do agressor. Uns fugiram, outros puseram-se, de longe, a invectivá-lo. A estranheza do instrumento, tido como perigoso, deu que falar à gente ignara. Os menos cegos, contudo, puderam, afinal, certificar-se de que essa arma escandalosa, de que o crítico se servia para aterrar os adversários, não era senão a teoria positivista (1978, p.322).

[...] era de desabafo e desafio, em atitude de evidente superioridade diante dos afrancesados literatos da província fluminense. Lutava por impor-se na corte, em busca de um lugar ao sol, sempre com a preocupação de apontar prioridades no combate ao romantismo e na adoção da nova intuição ao naturalismo, na poesia, no romance, e sobretudo, no pensamento filosófico.

Em 1875 protagoniza um dos episódios que ficou registrado como emblema da agitação e empolgação que representava a geração de 1870 e os usos das idéias sociológicas naquele momento. Trata-se do incidente denominado por Tobias Barreto de *metafísico-criminal*, ou seja, a defesa da tese de doutoramento de Silvio Romero. Naquele período, após a conclusão do curso de ciências jurídicas e sociais das Faculdades de Direito, o graduado poderia galgar a condição de doutor apresentando e defendendo sua tese junto a uma banca indicada pela congregação.

Sobre o ocorrido, o depoimento de Clovis Beviláqua (1977, p.143-144) é ilustrativo:

O fato culminante deste ano 1875, foi, na Faculdade de Direito do Recife, a defesa de tese de Silvio Romero. Segundo narra a ata da sessão da Congregação da Faculdade, reunida a 13 de março, os fatos se deram do modo seguinte: No dia 12, designado para a defesa das teses de Silvio Romero, depois de lida a dissertação, deu-se começo à prova oral. Iniciou-a Belfort, que escolheu uma tese de economia política. Enquanto expunha a sua opinião e deduzia os seus argumentos, era interrompido pelo defendente nestes e em termos semelhantes: — Ouça-me, Sr. Doutor, não vá adiante. Quero que cada argumento seu seja imediatamente destruído. Multiplicando-se essas interrupções, no correr do debate, e à medida que o terreno deste ia sendo circunscrito pela arguição do arguente, foi o mesmo obrigado a observar, ao doutorando, que, se continuasse daquele modo, ele, Dr. Belfort, se calaria. Então o primeiro dos abaixo assinados (Paula Batista), como presidente do ato, chamou-o à ordem, e esta foi, felizmente, restabelecida na discussão, durante os poucos minutos, que lhes restavam para argumentar. Seguiu-se, na arguição Sr. Dr. Coelho Rodrigues, que começou opondo uma objeção segunda tese de Direito constitucional, à qual procurou o defendente. O arguente voltou a carga, dizendo que a sua objeção ficava intata, e o doutorando procurou provar-lhe o contrário. Dito isto, o Dr. Coelho Rodrigues acrescenta: — desde que, em uma discussão qualquer, perco a esperança de convencer ou ser convencido, mudo de assunto. Passemos à tese seguinte. A respeito desta, passou-se tudo como na primeira, *mutatis mutandis*. Mas, antes que passe a outra, observa o arguente, como para moderar o azedume das respostas, que obtinha: — Não tenho a presunção de vir aqui ensinar-lhe alguma coisa. Se insisto nisso, é somente porque tenho necessidade de formar o meu juízo. Em seguida,

passou à segunda tese de Dímio romano, concebida nestes termos: “O *jus in re* compreende também a posse”. E, depois de uma discussão mais moderada que as duas precedentes, pergunta aquele doutor: — qual a ação, que garante esse Direito real, no seu entender? — Isto não é argumento, responde o doutorando — Por quê? re pergunta aquele — Porque, responde-lhe este, não se pode reconhecer a causa pelo efeito. — Pois admira-me, torna o primeiro, que, tendo-se mostrado o senhor tão contrário ao método metafísico, na epígrafe das suas teses (a qual repetiu, traduzindo o inglês, em que estava escrita), recuse agora um argumento a *posteriori*. — Nisto não há metafísica, Sr. Doutor, diz o segundo, há lógica. — A lógica, replica o argüente, não exclui a metafísica. — A metafísica, treplica o doutorando, não existe mais, Sr. Doutor; se não sabia, saiba. — Não sabia, retruca este. — Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta. — Foi o senhor quem a matou? pergunta-lhe então o senhor Dr. Coelho Rodrigues. Foi o progresso, foi a civilização, responde-lhe o bacharel Silvio Romero que, ato contínuo, se ergue, toma dos livros, que estavam sobre a mesa, e diz: não estou para aturar esta corja de ignorantes, que não sabem nada. E retira-se, vociferando por esta sala afora, donde não pudemos mais ouvi-lo”

Há ainda o depoimento do “álibi” Araripe Junior [1898] (1978, p.324-326):

E célebre a cena que o crítico provocou quando pela primeira vez encontrou-se em *tête-à-tête* com a ciência oficial. Defendia ele teses para obter o grau de doutor em ciências jurídicas e sociais perante a congregação da Faculdade do Recife. Fora incumbido de cortar-lhe as asas, no vôo temeroso, o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, ex-senador federal e então uma das mais recentes e fogosas ilustrações daquela corporação. A argüição tinha começado sob os auspícios das doutrinas filosóficas de Cousin; e os lentes, de Charma em punho, buscavam amordaçar o doutorando com argumentos fariscados em Constant, Oudot, Taparelli, Troplong, Bergier, Ortolan e *tutti quanti*. O argüido ouviu as primeiras objeções; não tardou, porém, em inflamar-se, e, estranhando que professores ilustrados se ocupassem ainda com as célebres distinções entre o direito e a moral, ergueu-se, por último, escudado nas grandes autoridades do século, e apostrofou os seus argüentes, classificando-os de ineptos e ignorantes. Às apóstrofes responderam os Cujácios do Recife com o sorriso catedrático de quem apanha o mau estudante em flagrante delito de ignorância da postila exata, correta e aceita pela unânime aclamação da rotina. Não se imagina a indignação que se levantou no espírito daquele que já ousara criticar os melhores poetas escritores do Brasil. No decurso da discussão, que se travara mais acesa com o ilustre romancista acima citado, surgiu, incidentalmente, a frase: “a metafísica morreu”. Não é aqui ocasião de estabelecer confronto entre os dois contendores. Todavia, direi que o Dr. Coelho Rodrigues pertence à classe dos literatos cujo gozo primacial consiste em sentir-se sempre em desacordo com o presente, defendendo as usanças do passado. Em França, o Dr. Coelho Rodrigues, com um pouco mais de imaginação, seria um outro Barbey d’Aureville, e teria escrito, em vez do *Manual do Súdito Fiel*, uma biografia à *la diable* do regente Feijó, ou realizado conferências sobre as primazias de Amador Bueno e Anhanguera, em lugar de ocupar-se com a apologia de pai João e mãe Maria, os bons pretos velhos *da temps jadis*. Tendo, porém, a sorte determinado que a sua atividade intelectual se exercitasse sobre as Pandectas e as Ordenações do

Reino, depois de um longo tirocínio na aula régia em que se retalhavam as carnes das nádegas das crianças para introduzir com sangue as primeiras letras da arte latina do Padre Pereira, sucedeu ao ilustre romanista o que sucede a todos aqueles que se habituam a gracejar através dos satíricos latinos. Para responder ao Dr. Silvio Romero, foi pedir a Horácio um dos seus dísticos, e aos reinícolas, o grotesco filipino.

– Declarou-me o doutorando, acrescentou ele então, que a metafísica morreu. Quem a matou? Dar-se-á o caso que fosse o senhor? A pergunta pedia uma réplica de espírito; e os textos caricatos do livro 5º. das Ordenações do Reino teriam fornecido mais de um mote para ser vantajosamente glosado pelo argüido. O polemista, porém, perdeu a calma e, levantando-se cheio de uma ira holoférmica, passou a invectivar nos termos mais acrimoniosos toda a corporação docente. Não fora ele quem assassinara a idéia caduca, mas Comte, Darwin, Spencer, Haeckel, Stuart Mill, Littré, Taine, Buckle e todo o estado-maior do positivismo, tanto ortodoxo como heterodoxo. Esta explosão de desrespeito universitário deu lugar à interrupção do ato e a um processo que se tornou celebre.

Muito foi escrito sobre esse episódio, diversos trabalhos fazem referência a esse momento como o sintoma mais evidente de que as instituições monárquicas estavam padecendo e as novas idéias finalmente estavam aportando por aqui¹⁸⁰. Esse fato foi incorporado pela história das idéias no Brasil como o notável momento que a as idéias religiosas começam a ruir. Algumas observações devem ser feitas. O critério para demarcar era arbitrário, mas o campo todo era composto de pessoas que estavam ligadas a alguém que já havia passado pela FDR e ao próprio Romero que era um dos pioneiros da circunscrição desse. O episódio, a contar como foi retratado ficou registrado como o emblema da geração do Recife: o assassinato da metafísica, anunciado por um nervoso e valente ex-aluno daquela congregação, carregado de energia emocional, a ponto de subjugar a mesa e vaticinar que o progresso e a civilização já haviam enterrado a dita cuja.

Araripe Júnior (1978, p.329) considerava Romero um audacioso. Haviam encetado no Recife o *trabalho de renovação filosófica e literária no Brasil, sem a audiência dos próceres da capital*. Crime imperdoável comenta este autor. Ao chegar

¹⁸⁰ Cf. Ventura (1991), Schwarcz (1993), Mendonça (1938), Rabelo (1987), Chacon (1969, 2008).

a capital da República em 1876, acreditava que ninguém dispunha de instrução suficiente para resistir aos aparatos científicos do qual era portador. Entendia que a ignorância na corte era tão grande que bastaria o *toque das trombetas positivistas para que os muros dessa nova Jericó caíssem de uma vez por terra.*

Em 1878, ao lançar *A filosofia no Brasil*, a impressão que deixa é a de que o sul era ignorante em relação ao norte. *Fosse por que motivo fosse, Silvio Romero sustentava que, no Rio de Janeiro, não havia um só homem que pudesse competir, em estatura intelectual, com o doutor Tobias Barreto* (Idem, p.329). Ainda segundo Araripe Junior, a finalidade do livro era apresentar Tobias Barreto como o *fundador da filosofia no Brasil*¹⁸¹.

Artur Orlando¹⁸² (1888, p.XVI) comenta a importância da defesa de Romero bem como a sua relação com Tobias.

Em março de 1875, Silvio Romero, por ocasião de uma defesa de tese perante a Faculdade de Direito, apresentou uma belíssima dissertação, na qual citava o notável jurista alemão Von Ihering. A novidade da citação causou espanto a congregação, e foi talvez essa uma das circunstâncias que concorreram para que o ilustre candidato não se doutorasse e lhe fosse instaurado um processo. Tobias Barreto, que a uma extraordinária largueza de vistas reunia uma prodigiosa generosidade de coração, tomou a peito vingar algum tempo depois ao seu comprovinciano e amigo e fê-lo escrevendo aquelas brilhantes páginas onde se respira um tão delicado perfume de amizade ao mesmo tempo que se trava conhecimento com um dos mais ilustres juriconsultos da Alemanha. Sic.

¹⁸¹ A relação de Tobias com Romero é mais estreita e mais complexa do que se suspeita. Romero a este respeito destaca que embora fossem filhos de Sergipe não se conheceram ali. *Só em Pernambuco, em fevereiro de 1868, é que vi aquele patrício pela primeira vez. Cursava ele o quarto ano da Faculdade de Direito; eu ia do Rio de Janeiro, com os preparatórios feitos, para matricular-se naquele curso. Tobias foi, portanto, meu contemporâneo nos estudos acadêmicos. Nunca meu professor.* Ainda segundo Romero, *Tobias influiu sobre todos aqueles que trabalharam ao seu lado, nas três fases de sua vida, pelo espírito de reação, pela intuição crítica, pelo temperamento de luta e não por um complexo de idéias feitas, reduzidas a sistema* (2002, p.421).

¹⁸² Artur Orlando (1988, p.16) repetiu, a seu modo, a atitude atrevida de Silvio — pois, tendo dito *na* sua defesa de tese, perante a mesma congregação que Silvio enfrentara, que “a ciência do direito era uma ciência de seres vivos, entrando, por conseguinte, na categoria da *fisiofilia* ou *filogenia* das funções vitais, a qual só poderia convir o método filogenético preconizado por Eduardo Strasburger, apressou-se em declarar logo a seguir: “se entendem isso, tanto melhor; caso, porém, não entendam, não é culpa nossa. Talvez nos perguntem quem é esse Eduardo Strasburger? Só podemos responder que não é lente da nossa faculdade, nem candidato a deputação geral”.

Dois episódios ficaram ilustram as desventuras do nosso autor na história do pensamento intelectual e sociológico brasileiros. O primeiro foi à reação de Romero a crítica as suas poesias feita por Machado e o segundo foi o rebatimento à publicação do livro de seu conterrâneo Manoel Bomfim sobre a América Latina.

O entendimento e compreensão da polêmica estabelecida por Romero contra Machado podem ser traduzidos na questão elaborada por Ventura (1991, p.95): *como entender que um dos mais aparelhados críticos da geração de 1870 tenha procurado demolir a obra do mais importante escritor da época?*

Decerto que os pretextos naquele universo estamental eram motes muitas vezes fundamentais a demarcação de espaço e prestígio. A razão aparente de Romero foi à crítica de Machado de Assis a seu livro, *Cantos e Contos do Fim do Século*, em um artigo de 1879 intitulado *A nova Geração*. A apreciação feita por Machado aos *Cantos* contrariou não apenas o autor, como entendimento dele acerca da moderna poesia¹⁸³.

Tanto Romero como Martins Júnior, como já observado, postulavam a idéia de uma poesia que tivesse como referência o entendimento científico do mundo. A crítica de Machado foi justamente a fraqueza desse tipo de literatura, pois faltava

¹⁸³ Machado de Assis assim escreveu: Os Cantos do Fim do Século podem ser também documento de aplicação, mas não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética. Creio que o leitor não será tão inadvertido que supunha referir-me a uma certa terminologia convencional; também não aludo especificamente a metrificação. Falo de forma poética, em seu genuíno sentido. Um homem pode ter as mais elevadas idéias, as comoções mais fortes, e realça-las todas por uma imaginação viva; dará com isso uma excelente pagina de prosa se souber escreve-la; um trecho de grande ou maviosa poesia, se for poeta. Que o Sr. Romero tenha algumas idéias de poeta não lhe negará a crítica; mas logo que a expressão não traduz as idéias, não importa as ter absolutamente [...] no livro do Sr. Romero achamos essa luta entre o pensamento que busca romper do cérebro e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reversa e obscura; o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional. Pertenceu o Sr. Romero ao movimento hugoista, iniciado no Norte e propagado no Sul, há alguns anos; movimento a que esse escritor atribui uma importância infinitamente superior à realidade. Entretanto não se lhe distinguem os versos pelos característicos de escola, se escola lhe pudéssemos chamar; pertenceu a ela antes pela pessoa do que pelo seu estilo. Cf., Martins, 1978, p.37-38.

estilo, além de Romero ter sobre-valorizado a obra de Tobias Barreto e Castro Alves. Num universo onde os espaços eram determinados pelos duelos e embates entre perspectivas diferentes acerca da interpretação de determinados fenômenos, era natural que Romero não deixasse a atitude de Machado de Assis passar em branco.

Conforme Roberto Ventura (1991, p.96) e o relato de Wilson Martins (1978, p.38) *o Sr. Romero, que tinha um rancor persistente, fá-lo-á pagar caro, em 1881, 1882, 1885 e 1897 essa falta de entusiasmo pelos Cantos e pela renovação literária que pretendiam introduzir entre nós*. A sua primeira reação foi em 1888 na *História da Literatura Brasileira*. Conforme Romero [1888] (1980, p.1501) Machado era filho de pais pobres

[...] atravessou dificuldades em seu início. Começou pela arte tipográfica. Esta profissão teve a vantagem de despertar-lhe o gosto literário e pô-lo em relação com os escritores de seu tempo. Para alguma coisa serve a desfortuna econômica [...] tendo começado os seus primeiros ensaios literários aos vinte anos, em 1859, até os trinta nada produziu de sério valor.

A sua resposta mais incisiva e crítica, demorou mais veio, e não na forma de um artigo – que poderia ser publicado a qualquer hora, dado o seu prestígio, na imprensa diária carioca – mas no formato de um livro intitulado *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira* (1897). Neste escrito, inicia a sua abordagem apreciando os fatores biográficos e congênicos que transpareciam na obra do autor analisado. O fato de Machado ter sido proveniente de origem humilde e ter tido pouca instrução, foi compensado pelas atividades desenvolvidas na tipografia, que possibilitou que tivesse contato com a literatura e os escritores do seu tempo. Além disso, salienta o irônico e polemista Romero (1897, p.60), fora *ajudado pelo caráter de sua raça e até pelas próprias falhas de seu sistema nervoso* (o autor faz alusão ao fato de Machado ser mestiço, epilético e gago).

Ao contrário de José Veríssimo, que via em Machado de Assis um escritor que representava o elemento universal da literatura, Romero o percebia como um representante do nacionalismo. Segundo Silvio Romero o espírito nacional não está estritamente na escolha do tema, na eleição do assunto, e por isso ele considerava Machado de Assis, salienta Romero [1888] (1980) um *genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada* e suas obras encerram vários tipos brasileiros, genuinamente brasileiros.

O saldo dessa intriga foi negativo para Romero, por várias razões. Uma delas é a de que Machado era um escritor reconhecido, apreciado e muito moderado nos seus debates públicos¹⁸⁴. Enquanto criador de uma obra reconhecida e de uma instituição que irá respaldar formalmente o prestígio e o capital intelectual, a ABL, Machado de Assis encontrou um confortável lugar na crítica literária brasileira, não arregimentando as máculas que as teorias raciais implicariam na vida póstuma de Romero.

A defesa acirrada de suas interpretações podem ser vislumbradas não apenas no embate com Machado de Assis, mas também como Manoel Bomfim. O caso de Manoel Bomfim foi muito mais esquisito. Este autor é considerado por vários estudiosos como um pensador esquecido, um autor que foi deixado de lado apesar de ter construído uma das obras mais interessantes sobre a formação do Brasil¹⁸⁵.

Medico sergipano formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Manoel tinha lançado um livro em 1905, denominado a *América latina: males de origem*, cujo conteúdo é bastante expressivo por assinalar que o malogro do Brasil não deveria estar relacionado a fatores raciais ou de natureza mesológica, e sim a fatores históricos

¹⁸⁴ Cf. Ventura (1991), Faoro (1988), Schwarcz (2000).

¹⁸⁵ Darcy Ribeiro (1993), Roberto Ventura e Flora Sussekind (1984), José Maria de O. Silva (1998), Ronaldo Conde Aguiar (2000).

ligados ao processo de parasitismo e de exploração patrocinado pelo velho continente¹⁸⁶. Silvio Romero, autor do então famoso e volumoso *História da literatura brasileira*, escreveu vinte e cinco artigos contra *A América Latina* (publicados na revista *Os Anais*, de Domingos Olímpio) cujo o título geral era *Uma suposta teoria nova da história latino-americana*. Posteriormente estes artigos foram coligidos em livro denominado *A América Latina análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim* e publicado no mesmo ano que o de Bomfim.

Na percepção de Silvio Romero (1906, p.83), o livro de Bomfim era um amontoado de erros e ele não passava de um desastrado defensor da doutrina da igualdade das raças. Segundo Romero:

J. Massart e Vandervelde forneceram-lhe as miragens do parasitismo sociais, com aplicações especiais às colônias do novo continente. Oliveira Martins encheu-lhe os bolsos de notas falsas acerca da Espanha, Portugal e Brasil, *mui aptas* para serem grudadas pelo parasitismo de Massart e Vandervelde. Rocha pombo esvoaçou-lhe sobre a América nuns reacionarismos anti-europeus de quinta ou sexta ordem pelo atraso das investidas e a pulhice dos conceitos. Com tão falhos e suspeitos elementos é que foi arquitetada a América latina. Avaliem. Tal a razão pela qual, tirada as divagações, o livro se reduz a cinza e a nada.

Silvio Romero critica um dos pontos mais relevantes do pensamento de Bomfim, a questão do parasitismo. Romero desacredita essa idéia, insinuando que o verdadeiro parasita era o próprio Manoel Bomfim, na dependência de suas fontes. A acusação de Romero volta-se, sobretudo os documentos utilizados por Bomfim e ao lastro teórico utilizado por este. Segundo Silvio Romero, a época da publicação da AL, era inconcebível a não utilização de Le Play, Spencer dentre outros, a qual Romero

¹⁸⁶ Conforme Bomfim [1905] (1993, p.243): tanto vale discutir logo toda a celebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma objeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e cordialmente aplicado a à exploração dos fracos pelos fortes.

arrogava para si o privilégio de ter incorporado ao rol de possibilidades científicas para o entendimento do Brasil.

Diversas foram as explicações para o esquecimento de Manoel Bomfim. Conforme xFlora Sussenkind e Roberto Ventura (1984) as idéias de Manoel Bomfim não penetraram na cultura nacional, pelo fato de que os usos das metáforas expressavam ao mesmo tempo aquilo que era novo, o radicalismo ideológico de Manoel Bomfim, mas que não poderia ser assimilado pela posteridade pelo emprego de analogias extraídas do campo da biologia.

Para Dante Moreira Leite (2002, p.330) a razão fundamental para o esquecimento de sua obra decorre do fato deste estar *adiantado com relação aos intelectuais do seu tempo, propondo uma perspectiva para o qual esses intelectuais não estavam preparados. Era um nacionalista num período de pessimismo e Socialista, num período em que os nossos intelectuais estavam seduzidos pelas realizações de Mussolini na Itália.* Manoel Bomfim, desta forma, não poderia ser compreendido, assevera nosso autor.

Darcy Ribeiro (1983, p.12) informa pasmado que só veio conhecer Manoel Bomfim nos anos de exílio em uma biblioteca no Uruguai. Diz ele que ao ler esse autor *me vi diante de todo um pensador original, o maior que geramos, mas viveu ignorado como pensador, e a partir de então não parou de indagar sobre por que ninguém sabe dele? Por que não exerceu nenhuma influência?* Sua resposta pendeu para o fato de que ele, apenas ele, naqueles anos

teve olhos para ver que as teorias européias do atraso e do progresso que os atribuíram ao clima, à raça, à religião católica, são, de fato, mistificações urdidas pra disfarçar ações hediondas. O que se tomava por sabedoria científica é, a rigor, a ideologia do colonizador, consagradora de suas façanhas.

O interessante é que as críticas valorizam a dimensão da recepção das idéias do ponto de vista da sua plausibilidade. Acreditamos que a razão do esquecimento de Bomfim extrapola esse universo. Não podemos esquecer que Silvio Romero era um dos ícones do pensamento dominante do seu tempo. E neste sentido, temos bons indícios para acreditarmos que o peso e o destaque de Silvio Romero foi um elemento determinante no esquecimento da obra de Manoel Bomfim. José Maria de Oliveira Silva (1998, p.65) acredita que a causa dele não ser bem visto aqui, como também por parcelas da intelectualidade brasileira da sua época, deve-se a crítica acerbadada de Romero, que segundo ele era expressão de maior renome da crítica literária no país.

Quando estive pela primeira vez em Aracaju, pesquisando no IHGS, senti um pouco o porque do esquecimento de sua obra [...] indaguei da pessoa que me atendeu sobre os livros de Manoel Bomfim, e ela respondeu, meio secamente, que “essa pessoa não era bem vista por aqui”. Até hoje, me parece, não há nenhuma escola local com seu nome (o que contrariamente ocorre no Rio de Janeiro) apesar de ser reconhecido como grande educador e o seu nome ser lembrado recentemente em localidade do Paraná para desencadear o processo de alfabetização popular, com a designação de Brigadas Manoel Bomfim. E, nenhuma de sua obra foi republicada pelo governo do Estado, como acontece com outras figuras ilustres sergipanas.

Em uma das principais pesquisas sobre Manoel Bomfim há uma referência direta ao peso da apreciação de Silvio Romero no esmorecimento da voz de Bomfim durante quase todo século XX. Trata-se do interessante livro de Ronaldo Conde Aguiar (2000, p.319) *O Rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Conforme ele

O principal e mais feroz crítico da obra de Manoel Bomfim foi o também sergipano (natural da cidade de Lagarto) Sílvio Romero [...] Na verdade, os ataques e injúrias de Sílvio Romero contra Manoel Bomfim constituem um testemunho explícito da importância da obra. E um sinal mais que evidente que o livro, de alguma forma, incomodou bastante o crítico de Lagarto — ou, pelo menos, tinha algo que não lhe permitia ficar indiferente à sua leitura. Afinal, ninguém escreve quatrocentas páginas, mesmo que só de críticas e vilipêndios, apenas para provar que um livro não passa de “um

acervo de erros, sofismas e contradições palmares¹⁸⁷ [...] Em 1905, Silvio Romero era um autor consagrado — e um polemista temido e, pior ainda, impiedoso com quem ousava discordar das suas idéias. Tinha cinquenta e quatro anos, e já publicara a maior parte da sua vasta e, sem dúvida, competente produção intelectual. Nas muitas polêmicas em que se envolveu, atacou sem dó nem piedade diversos autores portugueses e brasileiros, gente ilustre como Teófilo Braga, Machado de Assis e José Veríssimo, com o qual, aliás, disputava a primazia da crítica e da história literária brasileira. Mas era, naquela altura da vida, um homem corroído pela amargura, totalmente descrente do braneamento do povo brasileiro, que antes considerara um verdadeiro ganho evolutivo. Era-lhe absolutamente alarmante a hipótese de que o país viesse a ser dominado por raças inferiores ou cruzadas

Neste contexto, Manoel Bomfim cometeu uma falta grave na dinâmica de reconhecimento da valia de determinados autores no cenário intelectual cordial brasileiro de então: não rebateu com veemência os 25 artigos de Romero sobre o seu livro. Pelo contrário, só respondeu uma só vez e assim mesmo por insistência de Walfrido Brito que em carta intimidava Manoel Bomfim: *as acusações de Bomfim devem ser rebatidas*¹⁸⁸.

A resposta de Manoel Bomfim foi apenas uma carta¹⁸⁹.

Meu caro amigo Sr. Walfrido: “É muita a sua gentileza de repetir-me em carta o oferecimento feito por intermédio de um amigo. Venho agradecer-lhe. Você põe à minha disposição as colunas de Os Anais para que eu conteste a extensa descompostura passada à minha A América Latina pelo Sr. Sílvio, garantindo-me estar pronto a acolher uma resposta à altura da agressão. Lamento não poder aproveitar esta ocasião de honrar-me colaborando nas colunas da sua estimada revista. Não responderei diretamente ao Sr. Romero. Os sentimentos que lhe animaram a pena nessa extraordinária crítica são tais, e tão claramente se exprimem, que me dispensam de tratar diretamente com ele. É um indivíduo que não tem, sequer, o pouco de educação e de bom gosto necessários para mascarar em publico os furores da inveja e da cólera. Os seus dezenove artigos são outras tantas séries de contorções grotescas, gestos e assobios, onde a gaiatice

¹⁸⁷ “Falsa é a sua base científica, falsa a etnográfica, falsa a histórica, falsa a econômica. Não admira, portanto, que falsa seja também a causa a que atribui os desvios e atropelos da evolução latino-americana, e sofrivelmente ineficaz a medicação que propõe para corrigi-los” (ROMERO, 1906, p.11-12).

¹⁸⁸ O trabalho de Ronaldo Aguiar é uma biografia sociológica interessante. Durante todo o decorrer do livro ele está “reconstruindo” possíveis diálogos travados por Manoel Bomfim em determinadas circunstâncias. Sobre a crítica de Romero o autor “reconstrói” um possível diálogo entre Bomfim, Olavo Bilac e Alcindo Guanabara.

¹⁸⁹ Cf. Aguiar, 2000, 352-355.

insípida mal encobre um despeito minaz e vil, traindo um espírito que até na decrepitude é ridículo e pretensioso.

O Sr. Romero foi sempre um endeusador prejudicial e enfadonho, ou um xingador destemperado, xingador sem veemência, sem verve e sem brilho, na abundância da “logomaquia” dos degenerados mentais. Dos que o conhecem, os que o estimam têm-lhe dó; os outros desprezam-no como bem merece ser desprezado o crítico que só se agita movido pelo ódio invejoso, ou pela reciprocidade do elogio

[...] O meu livro é uma obra de amor – de muito amor à minha terra. Quando o escrevi, roubando o meu tempo as excursões, aos passeios e aos estudos que deveria fazer na Europa. e que estava convencido que se deviam dizer e propagar as verdade que neles se dizem. Eu bem sabia que o reacionarismo dos eternos exploradores acharia penas que me enxovalhassem. Esperava por isso. Eu o e bem o disse: que a exploração, o parasitismo, a violência e a injustiça - dispõem de uns pseudo-sábios para defender-se. São esses mesmos que, há duzentos anos, seriam negreiros ou pegadores de índios — se tivessem coragem de afrontar a morte; hoje são teóricos, a serviço dos e dos sugadores.

O trabalho de Ronaldo Aguiar atentou que a chicana entre Romero e Bomfim, aquele momento, era decidida em função das regras fornecidas pelo campo intelectual de então. Não responder uma a uma as críticas que eram feitas e não acusar o seu opositor de impostor e mal informado, era uma erro que comprometerias a sua vida no meio intelectual. Deixar de participar do ritual sendo incitado por todos – inclusive pelo editor que havia publicado as críticas de Romero e insistia que Bomfim revidasse – custou-lhe, como aponta Aguiar, o esquecimento.

Acreditamos que a participação precária nos rituais do campo intelectual brasileiro deve ser um dos argumentos da sistemática omissão ao seu pensamento. A obra de Manoel Bomfim não percutiu apenas por ser implausível (não é) ou por gerar um sentimento de desconfiança por parte das elites patrimoniais e estamentais – pois os canais que podiam permitir que os credos de Bomfim vazassem para a população eram escassos e controlados pelo estado.

Como visto na resposta de Bomfim, ele acusou e atemorizou¹⁹⁰ todos aqueles que acreditavam nas teorias raciais de serem ideólogos das nações imperialistas, outro pecado capital. No mundo patrimonial e racista, blindado contra artimanhas das lutas de classes, dominado pelos juristas-filósofos, ser um dos poucos a bradar de modo sistemático contra a teoria que propunha a desigualdade entre as raças era um grave erro. Ainda mais quando o que determinava o prestígio das explicações sociológicas sobre o Brasil não pertencia em hipótese alguma, ao universo das idéias.

III – O CRIADOR DA ESCOLA DO RECIFE

[...] Por disposição natural de espírito, atirei-me à crítica literária, cuja renovação em nosso país, digo-o sem medo de contestação, nasceu de meus primeiros escritos, publicados em 1870 (ROMERO, 2001, p.13).

Nessa trilha que escolhemos, de certa forma nominalista, instituições, idéias, autores, instituições são objetos sagrados justamente na medida em que se

¹⁹⁰ A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhes diques, suspendem o progresso normal: as águas, injustiçadas acumulam-se, e, um dia, o seu peso rompe o dique – é a revolução social; foram os conservadores que a prepararam. Cf. Bomfim, 1993.

tornam padrões reificados pela interação cotidiana, e são cognitivamente elevados ao nível do meramente representado e tratado como se fossem entidades auto-suficientes as quais devem adaptar-se os indivíduos.

Nelson Saldanha (1995) em seu já referido estudo sobre a ER faz uma observação que traduz a sua ambigüidade em tender a perceber a ER ora como uma interpretação ficcional da história da filosofia e ora como um movimento de significativa contribuição à filosofia e ciências sociais brasileiras. Vejamos sua fala.

O movimento chamado Escola do Recife teve tamanha profundidade, dentro do contexto cultural do Nordeste de fins do século passado (e começo do presente), e tal força em relação ao panorama brasileiro como irradiação e provocação que quem o estuda corre o risco de calcular mal os seus contornos. Não se pode minimizá-lo; sua importância foi grande. Mas há o risco de atribuir-lhe demais, de incluir em sua esteira, como participante, a todo intelectual daqueles tempos que tenha andado com um livro de Taine na mão ou tenha escrito algo onde entrasse o nome de Spencer. É preciso portanto catar as influências com cuidado e delimitar com certa discricção os resultados intelectuais da atuação do grupo. Na fase final da Escola, houve naturalmente uma dispersão e uma perda de unidade bastante sensíveis.

Essa observação, feita pelo autor de um dos mais completos estudos sobre a ER não é em vão. De fato pesa sobre a ER o caráter natimorto. Embora muitos intelectuais, como já expressado, vertam esforços em tentar perceber a ER como uma escola de pensamento dotada de coesão de pressupostos, idéias integradoras fundamentais, encontros, reuniões, redes de publicação e adestramento dentre outras dimensões fundamentais a existência e uma escola. Ficou transparente que só era, e é, possível pensar a ER na informalidade das redes e dos mecanismos de integração provenientes do universo onde tais idéias eram postas em circulação. Os concursos, as polêmicas, as indicações, os elogios, os prefácios dentre todos os elementos que compõe as cadeias de interação entre os indivíduos que voluntariamente ou involuntariamente participaram da ER, não seria suficiente sem um articulador e organizador.

Silvio Romero, um dos pioneiros na construção da história da literatura e da filosofia no Brasil, soube edificar uma Escola, o seu lugar reservado nela e o de seus amigos. Estaria ele para a Escola do Recife como Machado de Assis para a Academia Brasileira de Letras. Vejamos as palavras utilizadas por Silvio Romero [1895] (2001, p.13) em seu prefácio a 1ª edição de *Ensaio de Filosofia do Direito*, para demarcar sua importância dentro do pensamento jurídico brasileiro:

Este livro é uma contribuição para o alargamento dessa nova compreensão da idéia do Direito e de seu desenvolvimento, que se vai de alguns anos a esta parte, principalmente a datar de 1880, espalhando no Brasil. Desde 1868 e 69 que a leitura de Taine, Renan, Scherer e Spencer, desfazendo a intuição católica e especialmente juffroyanesca com que saíra do curso de preparatórios, me iniciara na intuição do mundo moral, que ficou sendo fundamentalmente o meu credo filosófico até hoje [...] Preocupado com leituras e estudos de crítica, de Antropologia, Etnografia, Filosofia e Religião, tinha deixado quase inteiramente de lado os assuntos jurídicos, posto que, na minha defesa de teses no Recife tivesse sido o primeiro (1875) a citar von Ihering e a falar na darwinização do Direito. A despeito disto, desde que não passei de uma simples indicação, pertence incontestavelmente a Tobias Barreto, de 1880 em diante, a glória de ter sido o iniciador entre nós das novas idéias na esfera dos estudos jurídicos.

À época da geração de 1870 o papel da literatura era muito forte como elemento de distinção e marca deixada pelo modelo coimbrã e jesuíta. Todavia, eram poucas as tentativas de historiar a literatura e a filosofia brasileira, uma vez que a restrição do horizonte de possibilidades à leitura e a escrita ficava circunscrita a um pequeno universo da sociedade brasileira. Aliado a um fraco mercado editorial, o cenário era caracterizado pela ausência de trabalhos que compusesse a história da literatura nacional a partir dos critérios científicos que começavam a ecoar no Brasil.

Acreditamos que o que faz com que um autor e o seu capital sejam legítimos e reconhecidos em detrimento de outro é, no nível mínimo, o conhecimento do vocabulário básico de seu campo, de suas concepções, seus êxitos passados e de seus objetos sagrados mais populares. Para ganhar uma posição mais proeminente, é

interessante que saibamos qual é o centro atual da discussão, quais são seus ingredientes simbólicos que podem ser adquiridos no acesso aos textos, publicações e demais rituais desse campo precário.

O que Silvio Romero faz, e nisto é pioneiro, é edificar, com base em alguns novos critérios sociológicos (ou científicos), um mapeamento e ordenamento da ampla literatura brasileira, que, àquele momento incorporava tudo que tinha sido escrito no Brasil. Ora, o lugar que Romero está é fundamental. Primeiro, era bacharel em direito, articulado com a escrita de jornais e a crítica literária. Segundo, tinha uma reserva significativa de energia emocional, traduzida no vigor de sua produção e na voracidade de sair adquirindo trabalhos e lendo textos para apresentá-los como novidades no Brasil¹⁹¹. Além disso, foi acostumado na lide da peleja e neste aspecto foi passional e cordial em várias de suas querelas. Fora audacioso e pirotécnico em momentos cruciais da história das idéias e do Império do Brasil do século XIX, tal como a defesa da tese e na crítica a Machado de Assis, colhendo os benefícios e malefícios de suas histórias. Nesse caso, ao tempo que se projetou com o ícone de uma geração que assassinou a metafísica, perdeu muito espaço uma vez que a posteridade não se esquivou de perceber as injustiças e o caráter nervoso de suas críticas.

Entretanto Romero soube aproveitar os oportunos espaços que o mercado de oportunidades intelectuais oferecia. Assim que se formou, exerceu a promotoria em Estância. Atraído pela política, elegeu-se deputado à Assembléia provincial de Sergipe, em 1874, mas renunciou logo depois à cadeira. Regressou a Recife para tentar fazer-se professor de Filosofia no Colégio das Artes. O concurso fora realizado no ano seguinte. Romero conseguiu ser classificado em primeiro lugar, mas a Congregação

¹⁹¹ Em incursão realizada ao que restou da Biblioteca de Silvio Romero dá pra perceber que ele era um autodidata bastante informado sobre o seu tempo. A questão é que ele estava perdido num lugar onde pouco ou quase nada estimulava a produção, debate e circulação de idéias.

resolveu anular o concurso. Nesse mesmo ano tenta defender a tese de doutoramento e protagoniza um dos episódios que acaba percutindo como marco do “fim” do domínio escolástico sobre o pensamento brasileiro. Em 1880 prestou concurso para a cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II, conseguindo-a com a tese *Interpretação filosófica dos fatos históricos*. Fez parte também do corpo docente da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, assim como da fundação da ABL.

Ao nosso ver o elemento fundamental, o fato gerador, o dado primário para pensarmos a criação da ER, foi o dilema de ter que interpretar a sua posição e a de seus contemporâneos e amigos dentro do objeto que a ele interessava. Ele sabia que eles faziam parte da história da literatura brasileira, do direito, da filosofia, que representavam a *Ilustração Brasileira*, a *mentalidade cientificista*¹⁹² e que tinham como “difícil” tarefa nomeá-los e classificá-los. Na ânsia de perceber o elemento subjacente comum a todos os amigos e diversos grupos, não se conteve em elevar ao patamar de objeto sagrado o espaço que tinha contribuído pelas débeis circunstâncias para a produção intelectual de então.

Vale destacar que Romero buscou o entrelaçamento de todos aqueles bacharéis que enveredaram pelo universo da literatura, da filosofia, da ciência. Foi isso que Romero fez e ninguém, apesar de dizerem que não pensavam de maneira igual, contestou. Nem Clovis Beviláqua, que diz que todos cogitavam diferentes, deixa explícito qualquer menção a essa invenção, pelo contrário¹⁹³. Não há registro de uma só reunião desse grupo nem de caráter formal nem informal. Não existe nenhuma

¹⁹² Cf. Barros (1986)

¹⁹³ Em seu livro sobre a FDR Beviláqua (1977, p.450) deixa nítida a crença na existência da ER. Chama Silvio Romero de prócer da *escola do Recife* e reitera a existência de um *movimento literário, filosófico e jurídico da escola do Recife*.

indicação de encontro realizado no cotidiano das faculdades que envolvessem a transmissão ritual de algumas idéias e atitudes integradoras fundamentais¹⁹⁴.

Alfredo Bosi (1982, 279), a este respeito, faz menção ao fato de ser Silvio Romero *a consciência ativa e vigilante da Escola do Recife que ele não cessaria de sustentar um sem número de artigos e polêmicas, como um ponto de honra pessoal*. O que os unificava em torno da ER era a rede de prefácios, de indicações, de elogios, de amizades e de favores que tornavam forte e estreita a relação entre eles. As correspondências eram o universo que unificava a Escola. Trocavam inúmeras cartas¹⁹⁵, apresentavam leituras, enviavam livros. Essa tessitura da ER implicou uma informal relação, que mantinha a conveniência do lugar e posição ocupada, dentro da história da literatura e das idéias no Brasil.

Tobias discordava em muitas coisas de Romero, menos da amizade e do fato de serem conterrâneos. Fausto Cardoso e Beviláqua também. Artur Orlando era o que não contestava e até reforçava a existência dessa escola. É curioso que ela pode englobar, a depender do autor que sobre ela esteja falando, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Graça Aranha, Pontes de Miranda, Gilberto Freire, Câmara Cascudo e se vacilar até Rui Barbosa. A criação perdurou, pois as redes que se criaram na FDR jamais deixaram de existir. Elas se cruzavam o tempo todo, seja no universo da produção literária, filosófica, jurídica, nas instâncias do poder judiciário, no legislativo ou mesmo no executivo.

¹⁹⁴ Mannheim, 2004.

¹⁹⁵ Existe um grande registro das correspondências entre esses contemporâneos. Inúmeras cartas de Tobias Barreto a Silvio Romero, a Artur Orlando, a Clovis Beviláqua, entre Romero e Orlando, dentre outros documentos, podem ser encontrados nos textos de Chacon (1969, 2008), Tobias Barreto de Menezes (1989, 1990), Clovis Beviláqua (1977), na Biblioteca da FUNDAJ (acervo de correspondências entre Joaquim Nabuco e Silvio Romero), Biblioteca da FDR (biblioteca de Tobias Barreto) e Biblioteca Pública Epiphânio Dória – Aracaju, SE (Biblioteca de Silvio Romero).

Em depoimento sobre as suas principais influências a João do Rio (1994, p.16-17), Silvio Romero observa que:

As três primeiras leituras que fiz no Recife, por um feliz acaso, me serviram para abrir definitivamente o caminho por onde já tinha enveredado, fortalecendo as velhas tendências. Foram um estudo de Emílio de Laveleye acerca dos *Nibelungen* e da antiga poesia popular germânica, um ensaio de Pedro Leroux sobre a *Gothe* e um livro de Eugênio Poitou sob o título — *Filósofos Franceses Contemporâneos*. O primeiro meteu-me nessas encantadas regiões de *folclore*, crítica religiosa, mitologia, etnografia, tradições populares, que me têm sempre preocupado. O segundo nas acidentadas paragens da crítica literária moderna, que tanto me tem dado que fazer. O terceiro no mundo áspero e movediço da filosofia, em que me acho nas mesmas condições. Mas tudo isso já vinha de trás. Aí ficam as várias cenas do 1º ato — *As Origens* — de minha vida espiritual. Como, depois, me orientei de tudo isso, por entre as leituras e estudos que tenho feito por quarenta anos ininterruptos, o que aprendi dos mestres, o que tirei de mim próprio, isto é, o 2º ato do drama — *A Formação* — deixo de indicar, porque já me vou tornando secante. A crítica indígena que o procure por si mesma descobrir e refazer, se achar nisso algum interesse. Deixei para o fim a influência em mim exercida por Tobias Barreto, para ter o prazer de destacá-la com mais força. Não recebi dele propriamente idéias; aprendíamos, por assim dizer, em comum. Dele aproveitou-me intensamente, e nunca fiz disso mistério, o entusiasmo de combater, o calor da refrega, o ardor da luta, o espírito de reação, a paixão das letras, o amor pela vida do pensamento, pelo espetáculo das idéias.

Segundo a percepção do contemporâneo de Romero e Tobias, Araripe Junior [1898] (1978, p.336):

Se é verdade que Tobias Barreto deve a Silvio Romero a reputação que hoje goza, não é menos exato que este tem havido, daquele seu amigo, pretexto para os melhores dias de glórias. Não direi que o autor de *Dias e Noites* representasse o papel de gato morto atirado à cara Messalina fluminense; mas penso que o antigo mestre de Latim serviu-lhe de magnífica funda para arrojar pedras aos gigantes da Rua do Ouvidor. Cada qual tem o direito de usar os processos que lhes são mais fáceis. Neste particular, Silvio Romero foi um Artista.

A relação de Silvio Romero com o grupo do Rio e de São Paulo era de ferrenha oposição. Sempre deixou muito claro que o grupo do Recife era a vanguarda da renovação intelectual no Brasil. Em carta direcionada a Artur Orlando, deixa

patente essa relação. Ao comentar a recepção de seu livro *História da Literatura Brasileira* no Rio de Janeiro, em agosto de 1888, afirma ele que

[...] aqui o livro tem recebido 5 ou 6 notícias muito asnáticas. Só ai de Pernambuco é que eu espero alguma coisa que tenha senso. Porque a canalha daqui é muito burra e cheia de preconceitos. Aqui só o Araripe Junior e o Tito Lívio de Castro estão no caso de compreender o livro. Aí – Martins, Clovis – estão habilitadíssimos para isso, ou quaisquer outros trabalhos mentais. Não falo em Tobias por que seria um pleonasma.

Conforme Silvio Romero (1897, p.V-XXVI):

Os anos de 1869 e 1870 — dizia ele aí — foram os da crise de emancipação espiritual em Tobias Barreto e em mim. Por uma espécie de divisão do trabalho, e por diferença de índoles, ele se ocupou de preferência da filosofia e eu da critica literária.

Os seus primeiros escritos de reação foram um artigo publicado no periódico *A Regeneração* sob o titulo A propósito de uma teoria de S. Tomaz, em 1868, e, no ano seguinte, mais dois artigos aparecidos no «Correio Pernambucano», um sobre os Fatos do espírito Humano, de Gonçalves de Magalhães e outro a respeito da *Religião Natural de Jules Simon*. Acompanhei, de perto, esta mutação do poeta romântico, que se transformava pouco a pouco em filosofo evolutivo e naturalista.

Por meu lado, não descansava, e, em Novembro de 1869, escrevi o primeiro estudo de critica, publicado logo após no jornal *A Crença*. Versava sobre o livro de um poeta paraense, moço de muito merecimento, de nome Santa Helena Magno Seu livro de verses intitulava se *Harpejos Poéticos*. A esse primeiro artigo seguiram se, imediatamente, e no mesmo jornal, um estudo sobre as «Falenas» de Machado de Assis, outro sobre as *Espumas Flutuantes* de Castro Alves no *Americano* e um quarto sobre as *Peregrinas* de Vitoriano Palhares, no *Diário de Pernambuco*.

Nesses artigos, com um entusiasmo verdadeiramente juvenil, atacamos violentamente o romantismo sob suas diversas formas religiosas, sentimentais, cétricas, indianas, condoreiras et le reste.

Como se esta a ver, o próprio hugoanismo socialista de Tobias e Castro Alves foi batido. Tobias, porem, que era homem de espírito, e já ia, na própria critica, mudando de intuição não se deu por ofendido, e, ao encontrar-nos, apos a publicação do primeiro ensaio, disse-nos naquele seu tom incisivo, que «tínhamos começado por onde muita gente quisera acabar, isto é, dando mais largas á lógica do que a imaginação. Ate hoje — arremata Silvio — foi, talvez, a animação mais espontânea e sincera que temos encontrado na região sáfara e ingrata das letras nacionais.

O reconhecimento exaltado da contribuição de Silvio Romero e Tobias Barreto para a história das idéias no Brasil é corroborado por Clovis Beviláqua em depoimento a João do Rio (1994, p.35-36), que deixa patente a relação de

reconhecimento em relação a Silvío Romero e Tobias, após ter lançado livro onde os nomeia de juristas-filósofos. Conforme ele:

Foi nesse momento que os estudos de Silvío Romero me fizeram compreender que essa alta função da vida intelectual dos povos — a literatura — somente à luz do critério social e etnográfico se pode bem apreciar. Depois de concluído o meu curso de Direito foi que, por assim dizer, comecei a interessar-me por essa ciência, ao lado da qual passara cinco anos sem lhe perceber os encantos. Devo a Tobias esse inestimável serviço de me ter aberto a inteligência para ver o Direito. Durante o curso acadêmico, estudei apenas para cumprir as minhas obrigações e transitar pelas solenidades escolares sem apoio estranho, mas não podia dedicar afeição profunda a uma ciência na qual não descobria o influxo das idéias que me davam a explicação do mundo. Incitado pelo ensino de Tobias e guiado por Jhering, vi o direito à luz da filosofia, da sociologia e da história. Savigny, Bluntschli, Roth, Glasson, Cimbali, d'Aguano, Cogliolo e Post, para citar somente os mais característicos, deram-me a educação jurídica. No Direito Penal, as minhas simpatias se declararam, desde os primeiros momentos, pela terza scuola de Tarde, Alimena e Liszt. Mas, ainda que a história e a legislação comparada me dessem a contemplação do fenômeno jurídico no seu máximo brilho e em sua plenitude, é bem de ver que eu não me podia segregar do Direito Pátrio, cuja expressão me davam, principalmente, Coelho da Rocha, o mais completo discípulo de Melo Freire, e Teixeira de Freitas, o maior dos nossos jurisconsultos. Talvez pareça longa esta resposta. Mas não a podia dar mais concisa. A formação de um espírito se faz lentamente, por assimilações e adaptações sucessivas. A história do espírito de cada um de nós reproduz, em miniatura, a história do pensamento de uma época. Mas eu me resumo, afinal. Os autores que mais contribuíram para a formação do meu espírito foram: Em Literatura: — Alencar, Taine, Silvío Romero e Zola. Em Direito: — Tobias Barreto, Jhering, Post, Savigny e Glasson. Em Filosofia: — Littré, Comte, Spencer e Haeckel.

Na fala de Artur Orlando (Id. p.44) observamos semelhante reverência ou referência a contribuição destes pensadores. *No ponto de vista filosófico, devo tudo, por um lado a Kant e a Tobias Barreto, por outro lado a Spencer e Silvío Romero. Tais foram os elementos que concorreram para a formação de minha acanhada cultura de espírito.*

Era comum a valorização endógena do grupo de bacharéis formados pela FDR. A ER vai surgindo aos poucos, na construção “arbitrária” da própria história da literatura e da filosofia no Brasil por Silvío Romero. No início das discussões e

leituras, a impressão que tínhamos era de que ele se valendo de um estilo de pensamento sociológico evolucionista e determinista (racial e geográfico), utilizava para entender o que acontecia no Recife, ou seja, a constelação específica dos fatores ecológicos e sociológicos do meio permitia o desenvolvimento de uma produção intelectual homogeneia, o que permitira circunscrever a ER. A coisa não era assim.

Ilustremos os momentos originários desses símbolos, desses objetos sagrados do pensamento brasileiro. Silvio Romero [1880] (2002, p.110) relata este parto:

[...] em 1862, no terreno do jornalismo, antes da reação de Coimbra [...] entre nós a escola do Recife reagiu contra os nossos pretensos chefes por meio de Tobias Barreto e seu discípulo Castro Alves. Este momento de caráter revolucionário propagou-se por todo o país, acordando decidido entusiasmo na escola de S. Paulo e Rio Grande do Sul [...] não foi somente o movimento poético que retumbou com força na província do Rio Grande. As novas idéias críticas e filosóficas inauguradas no Recife, e que abriram a segunda fase da vida intelectual de Tobias Barreto, foram bem aceitas naquela parte do império. Contribuiu eficazmente para isto o apoio que lhes prestou o sábio escritor alemão Carlos Von Koseritz. A escola pois, a que o autor deste ensaio filiou-se, e cujas doutrinas desenvolve e defende a seu modo, muito deve à poderosa colaboração do distinto autor de *Roma ante o século*, que aliás antes de nós os do norte já possuía a grande intuição mecânica do universo.

Em texto denominado de *Vista geral sobre a Escola Literária do Recife*¹⁹⁶, Romero [1880] (2002, p.45) afirma o caráter acidental do Recife no que tange ao surgimento dessa Escola.

De todos os centros intelectuais do Brasil, se é que neste país os há bem caracterizados, a cidade do Recife, nos últimos vinte anos, é o que tem levado a palma aos outros na iniciativa das idéias. Desde logo cumpre-me avisar ao meu leitor que não sou pernambucano, nem tenho em mui exagerada conta o último movimento espiritual ali provocado, como também não aprecio largamente a tão decantada aptidão da grande província do norte, para as lides das idéias livres, com suas três e tão mal apreciadas revoluções deste século. Nem 17, 24 e 48 me prendem com força, nem é

¹⁹⁶ As informações fornecidas por Araripe Junior [1898] (1978, p.345) são a de que esse artigo era dirigido ao pernambucano Antonio Herculano de Souza Bandeira. Foi motivado pela crítica que este último realizou ao livro de Silvio Romero *A Filosofia no Brasil* (1878), chamando-o de eclético, estéril e incoerente. Segundo Araripe Romero, pois, começou a dizer de público, que o Recife apenas dera casa aos fautores do movimento de 1870. A maior parte dos indivíduos que ali tinham feito época, de 1862 em diante eram adventícios, filhos de Sergipe, do Maranhão, do Ceará.

para decantar tais fatos que tomo agora da pena. Minha pretensão é mais modesta, visa à época recente e a idéias de natureza muito diversas. O movimento a que hei me referido teve por fatores indivíduos pela maior parte estranhos àquela terra, e só ali nasceu pelo fato, quase acidental, de terem eles ido lá fazer seu curso acadêmico. A glória, pois, que de tal fato possa advir a Pernambuco é puramente reflexa; mas não é menos verdade que foi na bela *Veneza transplantada* para repetir a velha frase do poeta, que as coisas se passaram.

Silvio Romero [1904] (2002, p.420), em texto que levava como subtítulo *carta aberta a Artur Orlando*, deixa evidente a criação da ER.

Por cinco vezes diversas tenho historiado, ora mais, ora menos amplamente, o que eu mesmo denominei a Escola Literária do Recife e foi na *Filosofia no Brasil*, na *Literatura brasileira e a crítica moderna* no ensaio *A prioridade de Pernambuco no movimento espiritual brasileiro*, na *História da Literatura Brasileira* e no livro sobre Machado de Assis. As três fases dessa escola estão perfeitamente determinadas na História da Literatura (2ª. Edição) e indicada com maior amplitude, os nomes dos respectivos combatentes [...] Em 1882, quando já era eu no Rio de Janeiro lente no ginásio nacional, é que foi iniciada a terceira fase da Escola do Recife ou período jurídico filosófico. Já então estava dali ausente; mas fui um precursor do movimento com a minha defesa de teses, em 1875, especialmente com a dissertação na qual já largamente caracterizava os novos horizontes do direito e pregava a sua intuição evolucionista, citando um trecho de Von Jhering – da luta pelo direito – aspiração que veio a ser, mais tarde, uma realidade com o concurso, lições e escritos de Tobias nos últimos anos de sua vida.

Na *história da literatura brasileira* [1888] (1980, p.1180-1182) o autor reitera esse construto:

A última escola poética de valor formada dentro do círculo da romântica entre nós foi a escola do Recife [...] o que eu chamo aqui de escola literária do Recife, como já falei em escola baiana, escola mineira, escola fluminense, escola paulista, escola maranhense, tem atravessado três fases bem caracterizadas. A primeira época é poética e ainda sob a influência do romantismo, iniciou nos fins de 1862 e princípios de 1863 e chegou até 1870 [...] época de Tobias, Castro Alves, Palhares, Luis Guimarães, Plínio Santa Helena Magno, Eduardo de Carvalho reagiram, conservando as tendências lamartinianas. Franklin Távora e Araripe júnior, ainda sobre a influência de Gonçalves Dias e Alencar, começavam a se dedicar ao romance [...] a segunda fase ocorreu de 1870 a 1877 ou 1878. Começaram as reações da crítica face ao romantismo em geral. O autor deste livro em quatro artigos sucessivos em 1870, para só falar deste ano, atacou o sentimentalismo exagerado e o indianismo decrépito dos *arpejos poéticos* de Santa Helena Magno, o hugoanismo retumbante das *espumas flutuantes* de Castro Alves, o lirismo subjetivista, o humorismo pretensioso das *Falenas* de Machado de Assis [...]

Começou então, uma grande fermentação de idéias alimentadas pela curiosidade e sede de saber de Celso Magalhães, Souza Pinto, Generino dos Santos, Inglês de Souza [...] Tobias foi do número dos reatores [...] a terceira fase vem de 1878 ou 1879 e continua ainda nos dias atuais. A crítica e os estudos jurídicos e sociais tomam a dianteira a poesia, que mostra feições mais severas. É o tempo dos moços Clovis Beviláqua, Anibal Falcão, Artur Orlando, Martins Júnior, Alvares da Costa, João Freitas, Virgílio Brígido, a quem deve se juntar o nome de três lentes da faculdade jurídica: Tobias, que nunca mais saiu de Pernambuco, onde ficou sempre a lutar, José Higino, o ilustrado jurista e pesquisador da história pátria, e João Vieira, célebre criminalista.

Era a possibilidade de um campo que estava se criando, donde era possível a eleição e criação de rótulos e de modelos de interpretação acerca da literatura e das idéias no Brasil. Eles eram pioneiros em pensar Comte, Kant, Spencer, Heackel, Vacherot, Ihring dentre outros, numa sociedade que ainda acreditava em Adão e Eva. O mundo era novo demais se contraposto ao mundo percebido por Heackel¹⁹⁷. Eles eram arautos do mundo burguês. Trouxeram suas falas e pensaram o Brasil por intermédio delas. Eram pioneiros e isso dera lugar de destaque na história das idéias no Brasil.

Tomemos outro exemplo, o livro *A Filosofia no Brasil*, escrito em 1876 e publicado por Karl Von Koseritz em Porto Alegre em 1878. O livro é marcado pela depreciação dos autores e filósofos brasileiros até aquele momento. São analisados os seguintes autores: Mant´Alverne, Eduardo Ferreira França, Domingos de Magalhães, Padre Patrício Moniz, Soriano de Souza, Pedro Américo, Pereira Barreto, Domingos Cabral Guedes e por último Tobias Barreto. Quanto a este último, seu trabalho destaca-o como principal filósofo brasileiro. Para Silvio Romero (1878, p.173) Tobias era dotado de uma *nobre individualidade*, era um *notável poeta e não menos notável filósofo*. Não tenho ao dr, Tobias Barreto, na conta de gênio, mas peço que me apontem, a mim que gosto um pouco de estudar imparcialmente a vida intelectual de

¹⁹⁷ Inserir texto

minha pátria, onde se acham os espíritos brasileiros superiores ao desprezado crítico de Sergipe.

Silvio Romero comenta e afirma que:

Tobias, que demos ao Brasil o exemplo da mais concreta fraternidade espiritual, fomos dois camaradas, dois obreiros amigos, mas independentes, que procurávamos trabalhar sem rivalidades e sem submissão um ao outro; de acordo, porém autônomos; ele, afinal, quase todo Haeckelista e nós, mais spencerianos¹⁹⁸.

Nesse contexto é interessante a observação de Evaristo de Moraes Filho (1985, p.42) ao sugerir que *Silvio sempre demonstrou especial predileção por escolas, enxergando estrutura e organização onde muitas vezes não existiam*¹⁹⁹. Silvio Romero enquanto organizador de uma história da literatura precisava definir e delimitar critérios para enquadrar determinados autores a determinados grupos. Fazendo referência ao oponente de Romero, José Veríssimo, Evaristo M. Filho nota que este já se refutava os critérios adotados pelo Silvio Romero. Devemos distinguir grupos de escolas, dizia Veríssimo. Os grupos são formados por tendências comuns que se aglutinam de forma natural e desinteressada, já por escola devemos ter em vista o *resultado de uma comunidade consciente de autores que se submetem à direção de uma convicção mais ou menos distintamente formulada. Não basta a camaradagem literária*, ou a união natural das tendências comuns. É necessário que exista, como elo, um mesmo credo filosófico ou literário, vinculando os autores de forma consciente e permanente²⁰⁰.

¹⁹⁸ Cf. Mendonça, 1938, p.65.

¹⁹⁹ Assim, continua Moraes Filho (1985, p.42), é que surge a escola baiana no século XVII, a escola mineira no século XVIII, ao lado de outras escolas – maranhense, paulista, pernambucana – segundo os locais em que mais se concentraram e floresceram. Era escola demais, afirma.

²⁰⁰ A discussão se dá a partir de dois historiadores da literatura que partiam de critérios diferentes na percepção do fenômeno literário. De qualquer forma é justa a pecha de parcialidade que recai sobre a obra de Romero, principalmente no tocante a classificação e ordenação da história literária e filosófica no Brasil.

Conforme o depoimento do discípulo Alceu Amoroso Lima, Silvio Romero teria sido seu grande professor. Muito diferente da dimensão belicosa comumente associada a sua pessoa. O testemunho de Amoroso Lima (1973, p.49-50) deixa a impressão de um proselitista.

Ele era um homem que à cultura aliava um grande sentimento de humanidade. Vivo, cordial, pareceu-me desde logo ser um tipicamente brasileiro. Quem o via percebia nele imediatamente a negação do formalismo. Como professor, revelava-se, tanto na exposição da matéria como no trato com os alunos [...] seu ensino era palpitante, vivo, inteligente, comunicativo, enquanto outros professores, afastados, distantes, quase indiferentes à classe, limitavam-se a ler as apostilhas, tal como em Coimbra. O professor era o lente, o que lia [...] encontrei em Silvio Romero mais que um professor, um mestre no sentido de orientador de idéias. Nele descobri também o brasileiro

Observa-se, portanto, quanto a postura de Romero e a sua defesa da ER, de modo que se, de um lado, encontramos autores que divergiam da existência de uma escola, por outro alguns autores atribuíram a Romero o papel fundamental para que esta se consolidasse. Nilo Pereira (1977, p.165) faz referência à relação de Silvio Romero com esta escola da seguinte forma:

Sob certos aspectos talvez Silvio Romero tenha sido maior do que o próprio Tobias na visão abrangente da cultura brasileira que teve. Tudo indica que seja, por isso mesmo, a maior figura da Escola do Recife como sistematização de conhecimentos. E como integração do brasileiro em seu meio. Na sua realidade. No seu ethos.

Logo, só podemos entender a ER se levarmos em consideração o fato de que o cenário cultural imprimia essa possibilidade. Acompanhamos a sugestão de Luis Delgado (1970, 172) ao enfatizar que a ER foi criada por Silvio Romero quando chegou ao Rio de Janeiro no final de 1875. *querendo com seu ânimo combativo, triunfar por si só, libertos de amizades e de compadrios, começou a assegurar que as idéias então circulando como novidades na corte, eram velhas em Pernambuco.* Para

rotular as inquietações que ocorriam no Recife, diz o autor, *inventou o nome a Escola do Recife*.

A persistência da ER, medida a partir dos critérios antes delimitados, indica que ela só pode ser entendida como uma idéia-emblema que se mantém e se manteve em função da extensa rede de relações que vão sendo mantidas com o passar das gerações. Os textos desses autores e as suas respectivas idéias, ao serem lembradas e reverenciadas, criam uma tradição que além de expandir as contribuições e as veredas interpretativas que estes autores criaram, mantém “viva” as questões que serão trabalhadas posteriormente.

IV – DA MISCIGENAÇÃO À DEMOCRACIA RACIAL?

A percepção de que a miscigenação étnica e cultural entre as três raças teria formado a nacionalidade brasileira foi uma invenção oitocentista – que teve em Sílvio Romero um de seus maiores artífices – legado que mais tarde Gilberto Freire atualizou e sofisticou, dotando-o de inédita força e prestígio (SCHNEIDER, 2005, p.244)

Toda comunidade intelectual prescinde de atos intelectuais – conferências, debates, discussões – que se desenvolvam fazendo menção aos textos passados, ora organizando e elaborando questões e pesquisas a partir deles, ora censurando-os e negando certas possibilidades de conhecer. Os intelectuais são reservadamente conscientes de seus predecessores. Os seus produtos vão direcionados a um público. Quando a fala e a pregação são feitas em função de um conjunto de alunos, de colegas ou discípulos, aquela mensagem vai se tornando subliminarmente um elemento de uma cadeia, que será repisada, debatida e aumentada a depender das circunstâncias matérias que sustentem essas redes.

Silvio Romero é um desses ícones que faz parte do passado como referência para pensar o presente. É o exemplo de que os que se tornam visíveis em certos ramos do saber, não são os que possuem as “melhores” idéias e sim, via regra, os mais mencionados. Geralmente uma notável obra é identificada quando é amplamente reconhecida em determinado campo cultural e quando amplia os limites da fala de seus partidários. Os seus pontos de vista dão origens a uma maior filiação e seus pensamentos tornam possível que outras pessoas firmem suas declarações. Essa ampliação se dá em função dos acertos, das incorreções, das limitações e dos óbices que certas perspectivas possuem e que acabam se tornando a origem da inclinação e do fascínio que elas exercem.

No seu afã de interpretar sociologicamente o Brasil, Romero edifica uma leitura da nacionalidade brasileira que emerge do pressuposto sociológico de que a miscigenação é umas das mais importantes forças motrizes da cultura brasileira. Silvio Romero [1906] (2001, p.51) é um dos primeiros a notar, registrar e dar um trato sociológico a importância do negro na formação da sociedade brasileira. Alertava ele que:

[...] dos negros é que ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se, assim, a mais censurável ingratidão de toda a nossa história [...] É indispensável restituir aos negros o que lhe tiramos: o lugar que lhe compete em tudo que tem sido praticado no Brasil. E o que mais admira é que o não tenham já feito tantos negros e mestiços ilustrados, existente no país.

Salta aos olhos, salienta Romero, num breve relance sobre os dados demográficos do Brasil o fato do contingente de negros representarem por si e por seus parentes mestiços, dois terços da população. Adverte ele que o mestiçamento era um fato incontestável.

Na ordem econômica, foram eles principalmente que abríamos caminhos, desbravaram as terras, cultivaram os engenhos e fazendas, mineraram os terrenos auríferos e diamantinos e fizeram todo o serviço doméstico; foram assim os principais fatores da riqueza pública e particular [...] Na história política, civil, literária, artística, sua colaboração foi de todos os tempos, por intermédio principalmente de seus parentes mestiços, com seus jornalistas, seus oradores, seus juristas, seus poetas, seus artistas [...] No contato perene de nossas famílias influíram o negro profundamente no caráter nacional por meio de seus hábitos, de suas usanças, de suas predileções, de suas lendas, de seus cantos, de suas tendências psicológicas [...] podemos a luz dos fatos e da ciência, concluir: o incorporamento direto do índio e do negro entre nós foi conveniente para garantir o trabalho indispensável à produção da vida econômica do povo novo ia se formar; e o mestiçamento deles com o europeu foi vantajoso: a) para a formação de uma população aclimada ao novo meio b) para favorecer a civilização das duas raças menos avançadas c) para preparar a possível unidade da geração futura, que jamais se daria se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem d) para desenvolver as faculdades estéticas da imaginativa e do sentimento, fato real no próprio antigo continente, como demonstrou o ilustre de Gobineau. (Idem, p.59)

Um das representações comuns acerca da produção desses intelectuais, e em específico com relação à Romero é o tom pessimista que perpassa a sua obra²⁰¹. Pessimismo este que está associado à leitura negativa²⁰² que possuíam acerca do

²⁰¹ Antonio Candido (1978, p.XII) caracteriza seu trabalho como marcado por um derrotismo pessimista e ao mesmo tempo um forte patriotismo.

²⁰² [...] manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum. (ROMERO, 2001, p.59)

cruzamento das raças e de sua posição dentro da escala de evolução²⁰³. Não obstante essa atitude apreensiva no tocante a miscigenação, ele manifesta por toda a sua obra uma tensão entre o descrédito e a crença otimista no futuro do Brasil²⁰⁴. Conforme a fala de Romero (2002, p.162) o intento do autor com este livro (Introdução à história da literatura brasileira de 1882) é que ele seja *um protesto, um grito de alarma de são brasileiro, um brado de entusiasmo para um futuro melhor*. Em outro momento afirma que os males das misturas das raças podem ser compensados através da educação: [...] *os defeitos apontados, porém. São defeitos que podem ser reduzidos por uma severa educação* (2001, p.59).

A sua influência sobre Clovis Beviláqua [1886] (1976, p.51) é inconteste, inclusive no que tange ao pessimismo: *o mestiço, em seu primeiro momento histórico é o meio termo entre duas raças de que provém. Um direito superior fundido com outro inferior retrograda fatalmente, reproduzindo formas soterradas no desuso*.

Essa leitura é evidente em sua interpretação da literatura brasileira de 1880. No seu livro *A Literatura Brasileira e Crítica Moderna*, publicado neste ano, temos uma representação significativa do valor atribuído à miscigenação como categoria analítica da sociedade brasileira. Começa a discussão delimitando o que devemos entender por literatura nacional. Se for a descrição da natureza do país, diz ele, seu fundador seria Pero Vaz de Caminha. Se a questão é a descrição dos selvagens e seus costumes, temos Thevet, Lery dentre outros. Se considerarmos os cantos dos índios,

²⁰³ A sua influência sobre Clovis Beviláqua [1886] (1976, p.51) é inconteste, inclusive no que tange ao pessimismo: o mestiço, em seu primeiro momento histórico, é um meio termo entre duas raças de que provém. Um direito superior fundido com outro inferior retrograda fatalmente, reproduzindo formas soterradas no desuso.

²⁰⁴ O Brasil é um país democrático. Filho da cultura moderna, nascido na época das grandes navegações e das grandes descobertas, o que importa dizer, depois da constituição forte da plebe e da burguesia, ele é, além do mais, o resultado do cruzamento de raças diversas, onde evidentemente predomina o sangue tropical. Ora, os dois maiores fatores da igualdade entre os homens são a democracia e o mestiçamento. E estas condições não nos faltam em grau algum, têm-las de sobra (ROMERO, 1894, p.15).

foram eles os iniciadores, se a descrição dos costumes dos negros, seus fundadores foram os primeiros escravos que para cá vieram. Para Silvio Romero [1880] (2002, p.220-221):

A literatura brasileira, como todas as literaturas do mundo, deve ser expressão positiva do estado emocional, dos sentimentos de um povo. Ora, nosso povo não é o índio, não é o negro, não é o português; é antes a soma de todas estas parcelas atiradas no caminho do novo mundo. São as gerações crioulas, que, deixadas de parte das nostalgias dos progenitores, esqueceram-se delas para amar este país e trabalhar na formação da nova pátria [...] o advento do elemento novo, do genuíno brasileiro – mestiço, o filho do país.

Quando falo do mestiço não quero me referir somente ao mestiço fisiológico, o mulato; refiro-me a todos os filhos da colônia, todos os crioulos, que o eram no sentido lato; porquanto, ainda que nascessem das raças puras, o eram no sentido moral. Eu me explico [...] O proprietário é um português rico; tem seus prejuízos de raça, que ter uma descendência limpa, e por isso contraiu matrimônio com a filha de um mercante abastado da praça, português como ele.

Vai-lhe saindo a prole alourada, mostrando através da cútis macia os fios distintos do sangue azul. Mas o nosso homem rico, e sê-lo no Brasil, máxime naqueles bons tempos, era possuir algumas dúzias de escravos, e eles os tinham, não só da terra como de Guiné. Como era natural, estes últimos também procriavam! Ora, o meio tem suas exigências atrozes; o resultado vinha a ser que os filhos do senhor de engenho eram limpos de tez; mas, gostando muito de ir as senzalas a conversar e brincar com os moleques, as pretas e as caboclas velhas, saiam no fim de contas uns portugueses, é verdade, mais uns tais, que distavam dos pais, como a água do vinho, pela intuição e pela face moral. Sabiam as lendas das caiporas, Çaci Cererê, da Iara, do Zumbi, do Manjelau e uma multidão de outras coisas, que sorateiramente, e sem o quererem, as pretas e índias iam inoculando nos tenros espíritos.

Por outro lado, os filhos dos escravos, os filhos dos pretos e dos índios, perdiam também o uso de sua língua nativa e falavam a língua da casa grande, a língua do senhor; eram cristianizados e aprendiam umas tantas coisas, que só os brancos sabiam. Eis aí o que eu chamo um caso de mestiçagem moral.

Romero busca a genealogia da formação social brasileira a partir do elemento mestiço, enaltecendo-o e defendendo-o. Na verdade as atitudes de Romero com relação a Tobias expressava seu otimismo quanto ao futuro de um país miscigenado. O mestiço Tobias que ele construiu na *História da Literatura Brasileira [1888]* e em *A filosofia no Brasil [1878]* como maior intelectual brasileiro, era a utilização precisa das coordenadas fornecidas pelas teorias importadas.

Silvio Romero deparou-se com um estilo de sociologia cujos conceitos fundamentais estavam eivados de leituras depreciativas do que estávamos condenados a sermos num futuro distante. Era um momento, informa Thales de Azevedo (1962, p.74), marcado por interpretações sociológicas eivadas de certo determinismo bio-psicológico, que passam a voltar seus interesses pelo mestiço como forma de

[...] fornecer elementos para a explicação das fraquezas e defeitos de uma sociedade otimista mas um tanto descrente das qualidades de seu povo, em sua maioria ainda jungido ao primitivismo das mentalidades bárbaras que o positivismo colocava no degrau mais baixo e antigo no degrau das civilizações.

No entendimento de Alfredo Bosi (1982, p.281):

Hoje os cânones evolucionistas já estão em crise ou, pelo menos, relativizados; as reservas para-racistas que Silvio tinha em comum com os antropólogos do tempo já não nos fazem mal; enfim, não cessam de refinar os métodos de análise da obra literária: temos, portanto, armas para reler criticamente os escritos do mestre sergipano e deles extrair o muito que ainda podem oferecer em documentação e, o que mais importa, em interesse constante sob todas as faces de nossa realidade. É a partir de Sílvio que se deve datar a *paixão inteligente* pelo homem brasileiro, pedra de toque de uma linhagem de pesquisadores e críticos que se estenderia até os nossos dias contando, entre outros, com os nomes de Euclides da Cunha, João Ribeiro, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e, a partir do Modernismo, Mário de Andrade, Roquette Pinto, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Josué de Castro, Câmara Cascudo, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Cavalcanti Proença, Cruz Costa, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Antônio Cândido.

Chegamos há um momento crucial. Constitui Romero uma linhagem no pensamento sociológico brasileiro? Afinal, há de fato uma apropriação dos resultados e das reflexões sociológicas de Silvio Romero pela sociologia brasileira, e em específico, por Gilberto Freire? Fez parte, Gilberto Freire, da segunda Escola do Recife como propõe Pinto Ferreira (1980) e Vamireh Chacon (2008)? Quais elementos foram incorporados na obra dessa nova Escola?²⁰⁵

²⁰⁵ É notável a influência de Tobias e Romero naquela geração no que diz respeito à sua influência, principalmente na concepção de Direito, pois este seria o universo onde eles continuariam debatendo e sendo prestigiados com pioneiros (isso por ter tido a argúcia de ter registrado e repisado que foram eles

Quanto à primeira questão há diversas leituras. Para Antonio Candido (1978, p. XIII) Silvio Romero influenciou *diretamente no modo de Gilberto Freire conceber a gênese das classes dominantes*. Em Pinto Ferreira (1981, p.106) tem-se a constatação de que a influência de Romero estaria *numa linha ideológica que mais tarde seria trilhada e aproveitada por Gilberto Freire, em sua sociologia, pois na verdade a concepção sociológica do aludido autor representa apenas uma recontinuação em uma nova fase de desenvolvimento, das idéias do mestre sergipano*.

O resultado do estudo de Alberto Schneider (2005, p.243) sugere com veemência que há sim, *resquícios sutis e vigorosos da velha leitura romeriana do Brasil nas páginas freyreanas. Cotejar as obras desses autores revela pontos de contato mais profundos do que habitualmente se supõe*. No ensaio de Ricardo Souza também é notada essa relação de continuidade com Freire na observância de que Romero já havia, como este, notado a tendência e propensão do português miscigenado em constituir uma nova raça mestiça²⁰⁶.

De fato, Gilberto Freire era leitor de Silvio Romero e incorporou sua obra não somente como fonte sobre cultura brasileira mas desenvolveu as veredas abertas

os pioneiros na inauguração das idéias que mesclavam o Darwinismo com o culturalismo, através da obra de Ihering). Clovis Beviláqua [1886] (1976, p.41-48) assevera que: o homem moderno, que destruiu os bosques sagrados, onde se escondiam os sátiros de pés caprinos e as ninfas tentadoras; que de telescópio em punho, varreu do empírio dos deuses que a imaginação criara, que, no azul profundo sobre nós vergado, só encontra o frio espaço choviscado de sóis e pincelado de nebulosas, não pode se satisfazer com a explicação teológica da origem do direito [...] A concepção de justo absoluto, do direito fundado na razão universal, superior a sociedade e a lei vem da filosofia grega, como também essa outra *fons errorum* – a concepção de um estado de natureza [...] O direito é um produto cultural, não uma dádiva da natureza [...] Desde o momento que o direito se destacou do acervo das forças sociais, constituindo um sistema de forças disciplinadoras e reguladoras começou a desenvolver-se, a evoluir, o que quer dizer a transformar-se, a receber as influências de raça, de clima, de cultura mental, de modo que podemos conceber uma ecologia jurídica semelhante a ecologia das espécies orgânicas [...] Da vitória ou do equilíbrio das forças sociais combatentes surge o direito como resultante das solicitações divergentes. O equilíbrio dos interesses antinômicos é necessariamente instável [...] É, pois, a luta o fator principal do direito. Ela o criou e ela o mantém. Como disse Ihering: todo direito foi adquirido por meio da luta; a luta impôs todos os princípios de direito, que hoje vigoram àqueles que não os queriam; e todo direito, o de um povo ou de um indivíduo, pressupõe que há alguém prestes a defendê-lo.

²⁰⁶ Cf., 2007, p.63

pela sugestão da interpretação de Silvio Romero²⁰⁷. A percepção de como o cadinho da história permitiu a edificação do mestiço, era autenticamente sociológica. Isto está presente em seus três grandes trabalhos sobre a história da sociedade patriarcal no Brasil²⁰⁸. Em *Casa Grande e Senzala* [1933] (2000) ele recupera de Silvio Romero a contribuição do negro e do indígena na formação dos costumes e da cultura brasileira, além de citá-lo como fonte sobre os costumes e as relações de então.

Em *Sobrados e Mocambos* [1936] (2000a, P.1226) a referência se dá em torno da questão da importância da miscigenação como fator dinâmico da sociedade brasileira, mostrando como Romero percebia a importância que o mestiço, particularmente o bacharel, estava ocupando nas funções públicas. Neste caso, Freire aponta para o fato de que o *sagaz sergipano* já havia notado o fato

[...] que nestas páginas procuramos associar ao declínio do patriarcado rural no Brasil: a transferência de poder, ou de soma considerável de poder, da aristocracia rural, quase sempre branca, não só para o burguês intelectual – o bacharel ou doutor as vezes mulato – como para o militar – o bacharel da escola militar e da escola politécnica, em vários casos negróides.

Dando continuidade as veredas propostas por Romero, Gilberto Freire afirma que [...] *o mestiço, o mulato, digamos delicadamente, o moreno, na acepção já assinalada por Silvio Romero, parece vir revelando maior inteligência de líder que o branco ou quase branco* (Id. p.1295).

Em *Ordem e Progresso* (2000b, p.751) há algumas referências interessantes sobre Romero. Identifica neste um certo pessimismo característico daquela geração em

²⁰⁷ Em certo sentido Gilberto Freire é portador de uma tradição interpretativa que passou por outros autores que o procederam, sobretudo os intelectuais brasileiros do século XIX, entre eles, Silvio Romero, para o qual o país é fatalmente democrático (SCHNEIDER, 2005, p.227).

²⁰⁸ Silvio Romero é um dos grandes etnógrafos da sociedade brasileira no século XIX. Seus estudos sobre a literatura continham informações sobre os costumes e a cultura dos diversos tipos que habitavam o Brasil. Gilberto Freire recorre a Romero através do *O Compendio de História da Literatura Brasileira, Evolução da Literatura Brasileira* [1909], *História da Literatura Brasileira* [1888], *Cantos e Contos populares do Brasil*.

relação ao Brasil, mas segue a trilha deste autor ao perceber como os traços nacionais já se manifestavam na música, na culinária, na literatura e na cultura de uma maneira geral, caracterizando a obra de Romero como representante de um *brasileirismo cultural*. Para Freire (Idem, p.483) a relação de Romero com a questão da *interpenetração das raças* é muito contraditória da parte de Romero. Ora defendia, ora não. Conforme ele: *quanto a Romero – por vezes campeão ardoroso do melanismo – faltou-lhe neste ponto coerência. Mesmo assim, suas atitudes foram antes no sentido de favorecer que no de impugnar o que fosse tendência brasileira à melanização do homem ou da gente nacional* (Ibid. p.472).

Observamos portanto, que a relação de Gilberto Freire com Silvio Romero é a de leitor e de certa forma ampliador do debate já inaugurado por Romero. Em uma das parcas diretas a Romero além de seus três estudos sobre o apogeu e declínio da sociedade patriarcal, Gilberto Freire²⁰⁹ assiná-la a importância de Silvio Romero:

A História da literatura brasileira, de Sílvio Romero é um desses livros que protegem um povo contra a agressão e o desânimo, como se fossem fortalezas, e, ao mesmo tempo, igrejas. Que se levantam contra os que descrêem dos valores nacionais de cultura e contra os que agridem esses valores por considerá-los perniciosos ou maus. Na verdade o que Sílvio Romero nos deixou neste livro monumental foi a afirmação do devido poder de desenvolver uma literatura diferente da portuguesa. Uma literatura-reflexo da nossa cultura mestiça e expressão da nossa condição de americanos. (...) Ao lado dele os historiadores dos institutos nos surgem, quase todos, diminuídos como se fossem homens de outra raça intelectual.

A sugestão que indica a continuidade nas discussões entre Gilberto Freire está relacionada a elementos presentes não de forma direta na relação entre professor e aluno. Gilberto Freire não foi aluno da FDR²¹⁰ embora seja muito provável que tenha

²⁰⁹ Cf., Schneider, 2005, p. 472.

²¹⁰ A relação de Gilberto Freire com a FDR não foi institucional, ele apenas, no ano de 1935, a pedido dos alunos da Faculdade de Direito do Recife, e por designação do Ministro da Educação, inicia esta faculdade um curso de Sociologia com orientação antropológica.

convivido e se relacionado com os principais percussores da ER²¹¹, seu pai, Alfredo Freire era catedrático de economia política da FDR e participou do Centro Regionalista do Nordeste (prenúncio do movimento regionalista).

Sabemos que os temas dominantes, são os que definem o que num certo momento deve ser estudado, delimitam as questões importantes para os pesquisadores, sobre as quais eles devem concentrar seus esforços. Entretanto, as redes e o universo intelectual ele opera muitas das vezes a partir das lacunas e limites deixados pelas propostas explicativas que encontram sobre determinados fenômenos. É o que Gilberto Freire fez. Ele muda as coordenadas que operavam o entendimento da cultura brasileira no século XIX. Ou seja, ao invés de levar em consideração os “vícios hereditários”, a “inferioridade psíquica”, o “atraso evolutivo” que resultavam (supostamente) da miscigenação (esta por sua vez determinante do alcoolismo, da criminalidade, e do nosso atraso) Gilberto Freire opera, conforme Thales de Azevedo (1962, p.76), *uma autentica revolução no método da história social e da Antropologia cultural nacionais*. Ele deixa de examinar a mestiçagem para

[...] além dos termos gerais do problema, isto é, reduzindo às proporções reais as correlações entre o substrato orgânico e o biótico e as forças históricas que atuaram na vida brasileira desde a inauguração desta como cultura autônoma no tempo da Colônia, e tratando com fatores distintos em sua gênese a raça e a cultura [...] em Gilberto Freire a miscigenação [...] é apreciada como um fenômeno de outra ordem, diríamos mais nobre, de natureza social e de sentido positivo, um corretor das distâncias sociais e do profundo hiato cultural entre o branco e o indígena, particularmente entre aquele e o negro, entre o senhor e o escravo ou liberto, entre o civilizado e o bárbaro, entre a casa grande e a senzala (Id. p.76-77).

A *re-interpretação do mestiço e da mestiçagem*, informa Thales de Azevedo (Ibid, Idem, 78), permitiu que Gilberto Freire ocupasse uma *posição que*

²¹¹ Gilberto Freire representou o que Silvio Romero e Tobias Barreto representaram para a sua geração. Gilberto Freire conviveu e conheceu diretamente quase todos os que escreveram sobre a ER e que passaram pela FDR. Um estudo longitudinal sobre a Sociologia no Brasil tratará de refazer essas conexões e percebermos com determinados grupos vão se formando e desenvolvendo os objetos sagrados de seus grupos.

nenhum outro intérprete da nossa civilização já assumira; e leva-o a sugerir a hipótese de que, além de promover a mobilidade horizontal e vertical das pessoas de cor, além de atuar como forte elemento de integração transnacional ou supra nacional das populações assim formadas.

É evidente que o objetivo deste item não é a discussão da teoria de Gilberto Freire, muito já foi feito e muito há de ser feito neste sentido. O que importa neste momento é tentar perceber que a dinâmica do campo opera com várias coordenadas. Não se trata apenas de lastros teóricos, metodológicos, problemas de pesquisas e suas controvérsias e falibilidades. Essas idéias percorrem os autores, são incorporadas por movimentos, escolas ou grupos etc., e esse espriar, transparece os elos que permite que percebamos as conexões entre estes intelectuais e a força de determinadas construções arbitrárias denominadas muitas vezes de escolas.

Com isso, talvez associar Gilberto Freire à ER seja só um esforço de tentar criar emblemas, brasões, universos de identificações pelas quais as pessoas sejam levadas e motivadas a se engajarem e com isso fortaleçam as suas motivações. Seria uma forma de dar vida e peso a existência desta Escola. Se for possível e verossímil falar em ER, o critério, como já dissemos, deve ser aquele que agrupe todos os componentes em termos de relação de amizade e não de matizes teóricas comuns. O pensamento em comum era o de uma geração criada no Recife que aleatoriamente aventuraram-se pelas veredas do saber e que na ausência de um adestramento sistemático e científico experimentaram as mesmas angústias (o futuro) de maneiras diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamento, Sociologia e criatividade intelectual no Brasil do século XIX

A criatividade no es algo que suceda de una vez, sino um processo que se extiende torno a las personas en las que se manifesta, hacia atrás, lateralmente y hacia delante, a partir de los individuos cuyos nombres son como emblemas totêmicos erigidos por las redes. Son las redes intergeracionales que se dividen el espacio de atención las que hacen la historia intelectual, en todos los sentidos (COLLINS, 2005).

Tentamos mostrar no decorrer desse trabalho, que só é possível entender a ER a partir das interpretações sobre o papel da FDR, de Tobias Barreto e da atuação precisa de Silvio Romero nas redes que ampararam o espraiar do pensamento jurídico, filosófico, sociológico e literário brasileiros. A grandeza de certos intelectuais, do ponto de vista objetivos e, não ético, está no fato de que estes autores acabam sendo interessantes para vários pensadores no decorrer de mais de um século. Eles irrompem e mudam o curso da corrente de idéias, graças ao modo específico e singular de opera com capital cultura e a energia emocional que fluem (eminente interligada com sua trajetória singular) das tensões que produzem juntos com seus contemporâneos.

Conforme Nelson Saldanha (1995, p.22)

Creemos que se pode dizer que a escola inicialmente foi o mero convívio de Tobias Barreto e Silvio Romero, embora a caracterização efetiva só viesse quando a influência de Tobias transbordasse sobre outros, e quando as lealdades pessoais de Silvio tingissem de cores ásperas as suas críticas e seus destemperos contra inimigos adquiridos em comum, numa espécie de

definitivo condomínio polêmico que os uniu toda a vida, nos ganhos e nas perdas, e que prosseguiu depois mesmo da morte do mestre.

No estudo da formação das tradições intelectuais, como bem observou Collins (2005, 625), algumas questões são fundamentais. Em primeiro lugar devemos perceber como as idéias são agrupadas e quais as redes sociais dos indivíduos que produziram tais idéias. Em seguida, devemos notar quais foram as mudanças nas bases materiais da produção intelectual, e, em um terceiro momento, captar qual o contexto político que gerou essas mudanças organizativas.

Os intelectuais precursores da ER souberam manobrar conceitos e tradições do pensamento de que dispunham aleatoriamente, dentro de um débil espaço. Esse processo se deu mediante a remodelagem dessas ferramentas intelectuais, procedentes nesse caso, não do passado, mas sim do estrangeiro. De certa forma deram um novo veio às controvérsias internas do campo intelectual, invocando perspectivas sociológicas que ora se coadunavam, ora não, com os interesses do estamento de então. Quando a urbanização se acentua no Recife e o Império começa dar sinais de ruir, os intelectuais começam a receber energia de oportunidades estruturais que começam a se abrir naquele universo.

Foi nessa época que a ER teve início, com a atuação e fundação esmerada parte de Silvio Romero. As principais idéias sociológicas que perpassaram os integrantes da ER foram produzidas durante as décadas de 1870 e 1880 perdurando até a segunda década do século XX. Foram textos resultados das aventuras no universo do autodidatismo. Muito do que ficou de comum foi por intermédio das leituras de autores feitas através das sínteses de Silvio Romero e Tobias Barreto e das inúmeras permutas de livros e idéias que faziam. A figura principal deste movimento, Silvio

Romero, estava firmemente e astutamente conectado às redes de influência intelectual e de contato pessoal no Brasil de então.

As carreiras destes intelectuais precisavam de condições materiais de apoio. O mundo do consumo literário era restrito pela existência de um grande número de analfabetos. O veículo que alcançava uma maior cobertura era o jornal. A imprensa embora passasse a fornecer remuneração, nunca foi suficiente para permitir que estes autores vivessem apenas dela. As oportunidades para as carreiras intelectuais que apareceram no Império, principalmente nas Faculdades, foram ocupadas em sua grande maioria por padres, isso até a década de 1880. Os bacharéis que eram diplomados, geralmente se dedicavam as letras por status e não por subsistência ou profissão.

O funcionalismo público foi a principal oportunidade que se apresentou, e boa parte de nossos mais reconhecidos intelectuais foram absorvidos por ele. A ER surgiu no contexto de oportunidades restritas à tarefa de criação cultural. A principal base material da criatividade fornecida pelo estamento foram as as Faculdades e, ainda sim para garantir a sua manutenção. Enquanto na Alemanha do século XVII, o príncipe fixava uma dotação material para um grupo de filósofos outorgando os intelectuais de certa autonomia e estabilidade, no Brasil os postos acadêmicos eram débeis, outorgavam certo prestígio e no geral, estavam sujeitos às pressões, interferências e indicações do governo e igreja.

A “revolução acadêmica” só ocorrerá no Brasil a partir de 1930. Até lá, principalmente durante o período que antecede o fim do Império, todos os ensinamentos e conteúdos eram fragilmente controlados pelo governo e pela igreja. A FDR era tida como instituição caduca e intelectualmente retrógrada. O sentimento de crise que imperava no final do século XIX, fruto da impositação das teorias em voga,

era o cerne e o lastro dos problemas que os bacharéis mestiços intelectualizados tinham, para conseguir seguirem uma carreira profissional. O espaço que o estamento foi cedendo para a sociedade burguesa foi diminuindo o abismo que separava alguns segmentos. A partir de então, mulatos e mestiços passariam a galgar um lugar nessa ordem, que ainda se curvava à herança do nascimento e do clientelismo, através da construção de uma argumentação científica das questões sociais.

Os criadores da ER foram os líderes do movimento de reforma que tinha como meta a reorganização da sociedade via ciência. Como muitos, ao menos os mais expressivos, eram homens de origem social modesta e dependiam do funcionalismo público e seus espaços. Pensaram sociologicamente a nação brasileira no intuito de que esses meios “burgueses” fossem garantidos e para que as dimensões intelectuais das novas respeitadas a despeito de critérios consuetudinários e de natureza racial. Naquele momento, com os diagnósticos que fizeram, ficaram assustados e cabreiros.

A fase inicial da escola acabou com a aspiração da teologia no que concerne a explicação dos fenômenos sociais. O positivismo presente nos primeiros trabalhos de Silvio Romero e Tobias Barreto indica que há uma negação do fundamento de validade das explicações religiosas que rondavam a FDR a partir da famosa lei dos três estados. Em seguida estes autores demonstram que os fenômenos sociais humanos (tais como direito e a literatura) são criações culturais e que devem e podem ser explicados por intermédio das ciências tão proeminentes naquele século.

A ER degradou a teologia e elevou a ciência ao papel de árbitro do conhecimento. Esses ingredientes da sociologia de Silvio Romero não estavam nas anteriores redes do pensamento brasileiro. Boa parte desse repertório foi incorporado aleatoriamente a partir dessa demanda de encontrar um lugar do mestiço nessa nova ordem social.

Com certeza a grande contribuição para a sociologia não foi o pioneiro debate de Tobias Barreto sobre a sua possibilidade. Não havia como. Ilhado em Escada não tinha como participar das grandes redes onde as questões sociológicas estavam sendo postas em jogo e nem do contexto alemão muito mais prenhe de informação. O culturalismo, tido como grande contribuição dessa escola, no plano jurídico, grosso modo, implica pensar a legitimação do Direito, como esfera distinta e autônoma da esfera religiosa e da cultura como forma de sobrepujar as dimensões naturais.

A ER e o seu correlato evolucionismo revelam a construção de um estilo de pensamento incorporado por certos grupos que galgavam espaço por intermédio, muitas vezes, de uma re-significação da questão. Os conteúdos de sua sociologia apóiam e referendam as aspirações de uma reflexão que leve em consideração na sua projeção, a incorporação do mestiço, e, quiçá, da democracia racial. Busca-se, pois, desta forma, encontrar critérios sociológicos para a inclusão de certos segmentos e setores. Como a ossatura desta escola está assentada em Silvio Romero e Tobias Barreto, ela manifestou de forma bastante criativa os argumentos a favor da mestiçagem que vinha das demandas vitais desses representantes. Em Silvio Romero a necessidade de construir uma leitura científica do Brasil e se destacar como iniciados e referência no campo em que ele era um dos pioneiros. Já em Tobias Barreto, emerge da necessidade de assumir a condição de igualdade perante a aristocracia pernambucana.

A contribuição dessa escola não se deu no universo da crítica literária, pois essa se mostrou perecível e enviesada, mas partiu de seu estudo. Se existe uma linhagem de sociologia propugnada pela escola criada por Silvio Romero, ela só pode

ser medida a partir da percepção do papel do mestiço e da mestiçagem na construção e formação da cultura brasileira. É isso que permite associar Gilberto Freire a ER.

Sua formação sociológica não foi autodidata e sob os auspícios do curso de direito. Ele foi adestrado para entender de forma sociológica a formação da sociedade brasileira, aproveitando a vereda deixada por Romero. Contextualizada, o único erro da obra de Romero estava nas relações que mantinham com teóricos do racismo e do evolucionismo. E, em termos de história da sociologia no Brasil, o grande feito de Gilberto Freire foi ter superado justamente esta perspectiva teórica e desdobrado de forma estritamente sociológica, o tema da mestiçagem.

Conforme Alfredo Bosi (1978, p.XIV) a cultura filosófica amadurecida junto a ER não poderia deixar de ser determinista. Os três estados de comte (teológico, metafísico e positivo), os três fatores da literatura de Taine (raça, meio e momento histórico) e o evolucionismo biológico de Darwin, generalizado por Spencer imprimiram um assento que não foi alterado até a primeira guerra mundial.

A sociologia que se desenvolveu nos interstícios das Faculdades de Direito, fizeram contribuições valiosíssimas mais no seu conjunto, continuou a fazer o casamento muitas vezes ambicioso entre os vários ramos do saber, numa fase em que o crescimento contínuo do conhecimento tendia cada vez mais a especialização.

No século XIX o universo onde a sociologia podia ser encontrada era marcado por uma intersecção significativa entre a esfera política, a econômica e a jurídico-literária. Era um momento de ausência de rituais de interações mediadas por determinados procedimentos típicos das condições “democráticas” das práticas científicas. A história das idéias e da literatura no Brasil que passava a ser contada exigia a genealogia não só da literatura de nosso país, mas também das formas de pensamento que ali se desenvolviam. Foi o início da sociologia brasileira.

Os desdobramentos desta questão não param por aqui. A análise de Collins, operada no âmbito de um momento específico, é substancialmente mais interessante quando aplicada à longo período em países onde a tradição enfrenta os dilemas que o contexto gerador das teorias não enfrentavam. Estas circunstâncias permitem percebermos que na sociologia brasileira, diversas formas de apreender sociologicamente a realidade disputam o domínio de sua interpretação pública, fazendo escolas e construindo linhagens.

Ao afirmar, na última década do século XIX, em um livro que punha em confronto os dois grandes sistemas filosóficos daquele quartel, Silvio Romero (1894, p.15) dá a deixa metodológica e utópica que será perseguida posteriormente por alguns autores. Conforme ele:

O Brasil é um país democrático. Filho da cultura moderna, nascido na época das grandes navegações e das grandes descobertas, o que importa dizer, depois da constituição forte da plebe e da burguesia, ele é, além do mais, resultado do cruzamento de raças diversas, onde evidentemente predomina o sangue tropical. Ora, os dois maiores fatores da igualdade entre os homens são a democracia e o mestiçamento. E estas condições não nos faltam em grau algum, temo-as de sobra.

No Brasil a obra de Gilberto Freire representa uma linhagem que possui como inspiração a obra de Silvio Romero, consolidada mediante o rigor metodológico e o amparo de outra perspectiva teórica. Como observou Vamireh Chacon, os historiadores das ciências sociais no Brasil falam em Escola Paulista, mas não fazem menção a do Recife. É evidente que vários fatores entre em cena neste debate. As redes que deram amparo a sociologia institucionalizada rapidamente abocanharam a autoridade nos rituais de seu universo. Os juristas, como herança de uma pujança vivida no século XIX, espriaram a ER por que ela nunca deixou de ser uma referência concreta para pensar a inserção de idéias jurídicas de natureza moderna e científica. Mas no que tange a sociologia, a herança que ela remete muitas das vezes esteve ligada

a um passado marcado pelo peso de teorias comprovadamente racistas, e, a isto, Gilberto Freire nunca quis, ao menos no prisma teórico, ser associado. As balizas e argumentações de sua obra atestam.

Na história e na análise sociológica da sociologia no Brasil, a ER representa, em primeiro lugar, um momento em que as bases materiais da criatividade intelectual eram limitadas e circunscritas a aleatoriedade e pouca sistematicidade dos debates teóricos. Em segundo lugar, em função desses lastros, ela representa a atuação de dois expoentes da erosão da ossatura da sociedade estamental, que contribuíram para pensarmos o processo de construção da nação brasileira e de seus principais motes.

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA JUNIOR, Benjamin (2002) *Silvio Romero: história da literatura brasileira*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo; Senac. Vol. 2.
- ABREU, Regina (1995) *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ADEODATO, João Maurício (2005) *A Escola do Recife*. In: Revista Continente, Recife.
- AGUIAR, Ronaldo Conde (1999) *O Rebelde Esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- ALONSO, Ângela (2000) “*Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 44, vol. 15.
- _____ (2002) *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra.
- ANDRADE, Almir (1941) *Formação da Sociologia Brasileira*. I. Os primeiros estudos sociais no Brasil. Rio de Janeiro.
- AMADO, Gilberto (1958) *Minha Formação no Recife*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro; José Olympio Editora.
- _____ (1934) *Tobias Barreto*. Rio de Janeiro, Ariel.
- _____ [1916] (1979) *As instituições políticas e o meio social no Brasil*. In: Discursos parlamentares. Câmara dos Deputados, Brasília/DF.

ARANHA, Graça (1931) *Meu próprio romance*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

_____ (1990) *O milagre de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar [1898] (1978) *Silvio Romero Polemista*. In: *teoria, crítica e história literária*. (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). Rio de Janeiro, Livros técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, Fernando. (2005) *A criação dos cursos jurídicos no Brasil*. Recife, Revista Continente.

ARAÚJO, José Francelino (1996) *A Escola do Recife no rio grande do sul: influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Sagra.

ARON, Raymond (1981) *A condição histórica do sociólogo*. Brasília; Editora Universidade de Brasília.

ARRAIS, Raimundo (2004) *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo, Humanitas.

AZEVEDO, Fernando de (1944) *A cultura Brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo, Editora Nacional.

_____ (1950) *A antropologia e a sociologia no Brasil*. In: *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos.

AZEVEDO, Thales (1962) *Gilberto Freire e a reinterpretação do mestiço*. In: *Gilberto Freire: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro, José Olympio editora.

BAIGRIE, Brian (2000) *Rapid Discovery, Crossbreeding Networks, and the Scientific Revolution*. In: *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 30 No. 2, June.

BASTIDE, Roger (1964) *La sociología en América latina*. In: GURVITCH, Georges e MOORE, Wilbert E. (orgs) *Sociologia del Siglo XX*. Buenos Aires-Mexico, El Ateneo.

BARBERIS, Daniela S. (2004) *O organismo como modelo para a sociedade: a emergência e a queda da sociologia organicista na França do fin-de-siècle*. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. ; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.) *Filosofia e história no cone sul: 3º. Encontro*. Campinas: AFHIC.

- BARBOSA, Ivan Fontes (1999) *Pebas e Cabaús: Lutas oligárquicas e Dominação Patrimonial em Sergipe: 1892-1899*. Monografia orientada pelo Prof. Dr. José Maria Oliveira Silva; DCS (Departamento de Ciências Sociais)/UFS/São Cristóvão.
- BARRETO, Luiz Antonio. (1994) *Tobias Barreto*. Sergipe; Sociedade Editorial de Sergipe.
- _____ (1990) *Tobias Barreto: uma bio-bibliografia*. In: Tobias Barreto (1839-1889); *Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.
- _____ (2001) *Silvio Romero, uma informação biobibliográfica*. In: *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, ed. Imago. pp. 407-415.
- BARRETO, Tobias [1872] (1962a) *Notas a Lápis*. In: *Estudos de sociologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- _____ [1874] (1978) *Socialismo em Literatura*. In: *Obras Completas (crítica literária)*. Brasília, Editora Gráfica Alvorada. Vol. III
- _____ [1875] (1977) *Deve a metafísica ser considerada morta?* In: *Estudos de Filosofia*. São Paulo, Grijalbo; Brasília, INL.
- _____ [1876] (1978) *O Brasil tal como é sob o ponto de vista literário*. In: *Monografias em Alemão*. Brasília, Editora Gráfica Alvorada.
- _____ [1877] (1962b) *Um discurso em mangas de camisa*. In: *Estudos de sociologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- _____ [1879] (1962c) *Notas a Lápis*. In: *Estudos de sociologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- _____ [1881] (1977) *Uma nova intuição do Direito*. In: *Estudos de Filosofia*. São Paulo, Grijalbo; Brasília, INL.
- _____ [1881] (1978) *Dias e Noites*. Brasília, INL.
- _____ [1882] (1977) *Estudos de Filosofia*. São Paulo, Grijalbo; Brasília, INL.
- _____ [1887] (1962d) *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas*. In: *Estudos de sociologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- _____ (1990a) *Cartas a Carvalho Junior*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.

- _____ (1990b) *Cartas íntimas a Sylvio Romero*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.
- _____ (1990c) *Em revide a Castro Alves*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.
- _____ (1926) *Vários Escritos*. Sergipe, Editora do Estado.
- _____ (1989) *Esparsos e Inéditos*. Aracaju, Secretária do Estado da Cultura.
- BARROS, Roque Spencer Maciel (1986) *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo.
- BASTOS, Aurélio (1978) *O estado e a formação dos currículos jurídicos no Brasil*. In: *Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras; ensaios sobre a criação dos cursos jurídicos*. Brasília, Câmara dos Deputados.
- BASTOS, Tavares (1938) *Cartas do Solitário*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.
- BENOIT, Lelita Oliveira (1999) *Sociologia Comteana: gênese e devir*. São Paulo, Discurso Editorial.
- BERGER, Peter L e LUCKMANN, Thomas (2003) *O problema da Sociologia do Conhecimento*. In: *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes.
- BERGO, Antonio Carlos (1989) *Darwinismo Social*. In: *Filosofia, Educação e sociedade: ensaios filosóficos*. (org) Regis de Moraes. Campinas, SP: Papirus.
- BESSA, Gumercindo (1990) *O concurso de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador.
- BEVILAQUA, Clovis (1897) *Juristas Philosophos*. Salvador, Livraria Magalhães.
- _____ (1977) *Historia da Faculdade de Direito do Recife*. 2. ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura.
- _____ [1885] (1976) *O Problema da Miséria*. In: *Obra filosófica*. São Paulo, Grijalbo. Volume II – Filosofia Social e Jurídica.
- _____ [1886] (1976) *O direito*. In: *Obra filosófica*. São Paulo, Grijalbo. Volume II – Filosofia Social e Jurídica.

- _____ [1886a] (1976) *O fim do Estado*. In: *Obra filosófica*. São Paulo, Grijalbo. Volume II – Filosofia Social e Jurídica.
- _____ [1887] (1976) *Da concepção de direito como refletora da concepção do mundo*. In: *Obra filosófica*. São Paulo, Grijalbo. Volume II – Filosofia Social e Jurídica.
- _____ [1887b] (1976) *Sobre a filosofia jurídica*. In: *Obra filosófica*. São Paulo, Grijalbo. Volume II – Filosofia Social e Jurídica.
- _____ (1990) *Tobias Barreto e a renovação dos estudos jurídicos no país*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.
- _____ (1976) *Obra Filosófica: filosofia social e jurídica*. São Paulo, Editora Grijalbo.
- BOMFIM, Manoel [1905] (1993) *América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro; Topbooks.
- BOSI, Alfredo (1995) *Formações ideológicas na cultura brasileira*. In: *Estudos Avançados*. v. 9 n.25 São Paulo set./dez.
- _____ (1982) *Historia Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª. Edição. São Paulo, Cultrix.
- _____ (1978) *Introdução*. In: ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro, Livros técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre (1996) *Por uma ciência das Obras*. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus.
- _____ (1996a) *As regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____ (2004) *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora Unesp.
- _____ (2001) *Campo do poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe*. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- _____ (2002) *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BOTTOMORE, Tom B. (1964) *Marx y Mannheim*. In: HOROWITZ, Irving Luis (org). *Historia y elementos de la sociología del conocimiento*. Bueno Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires. Tomo I

- _____ (2000) *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro; LTC.
- BRASIL, Antonio (1978) *O Recife e a crítica literária*. Recife, Arquivo Público Estadual.
- BRITO, Rosa Mendonça (1980) *Filosofia, educação, sociedade e direito na obra de Arthur Orlando da Silva*. Recife; Fundação Joaquim Nabuco.
- BRUNO, Aníbal (1991) *Tobias Barreto Criminalista* In: BARRETO, Tobias “*Obras completas de Tobias Barreto – Estudos de Direito II*. Organização e notas de Paulo Mercadante e Antonio Paim. Editora Record/Governo de Sergipe (Secretaria de Estado de Cultura e Meio Ambiente) p.269-279.
- BUNGE, Mario (2000) *Philosophy from the Outside*. In: *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 30 No. 2, June.
- CAMPOS, Ernesto de Sousa (1940) *Educação Superior no Brasil: Esboço de um quadro histórico*. S/Editora.
- CAMPOS, Virgílio (1987) *Um pensador da Escola do Recife: Sá Pereira e o seu tempo*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco.
- CANDIDO, Antonio (1988) *O método crítico em Silvio Romero*. São Paulo; EDUSP.
- _____ (1997) *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Editora Iatatiaia Ltda. Vol. 2.
- _____ (1985) *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____ (1960) *A Sociologia no Brasil*. In: *Enciclopédia Delata Larousse*, Rio de Janeiro; Delta S.A.
- _____ (1978) *Introdução*. In: ROMERO, Silvio. *Teoria, crítica e história Literária*. Rio de Janeiro; LTC, São Paulo; EDUSP.
- _____ (2000) *O significado de Raízes do Brasil*. In: *Interpretes do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 3
- CARDOSO, Fausto (1894) *Concepção Monística do Universo: introdução ao Cosmo do Direito e da Moral*. Riode Janeiro, Laemmert.
- CARVALHO, Katia de (1996) *Imprensa e informação no Brasil, século XIX*. In: *Ciência da Informação*, Ibict - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- CARVALHO, José Murilo (1980) *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro; Campus.

- _____ (2003) *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (2007) *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: CARVALHO, J. M. (org) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, civilização brasileira.
- CARVALHO, Alfredo de (1978) *Estudos pernambucanos*. Recife, Secretária da Educação e Cultura.
- CASCUDO, Luis Câmara (1997) *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Edioro.
- _____ (1985) *Prefácio*. In: ROMERO, Silvio. *Folclore brasileiro: cantos populares do Brasil*. São Paulo, Editor a da Universidade de São Paulo.
- CHACON, Vamireh (1959) *A sociologia e o germanismo segundo Tobias Barreto e Silvio Romero*. In: Revista Doxa, Recife, Ano 5, No.08.
- _____ (1969) *Da Escola de Recife ao código civil: Artur Orlando e sua geração*. Rio de Janeiro, Organizações Simões editora.
- _____ (1977) *História das Idéias Sociológicas no Brasil*. São Paulo; Edusp/Grijalbo.
- _____ (1978) *O germanismo da Escola do Recife*. In: BARRETO, Tobias. *Monografias em Alemão*. Brasília, Editora Gráfica Alvorada.
- _____ (1981) *História das Idéias Socialistas no Brasil*. 2ª. Edição (Revista e Ampliada) Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições UFC/Civilização Brasileira.
- _____ (1989) *A luz do Norte: o nordeste na história das idéias no Brasil*. Recife; FUNDAJ/Editora Massangana.
- _____ (2008) *Formação das Ciências Sociais no Brasil (Da Escola do Recife ao código civil)*. Brasília: Paralelo 15; Brasília: LGE Editora; São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- COELHO, Edmundo Campos (1999) *As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro, Record.
- COLLINS, Randall (1974) *The basics of conflict theory*. In: *Conflict Sociology*. New York: Academic Press.
- _____ (1987) *A micro-macro theory of intellectual creativity: the case of german idealist philosophy*. *Sociological Theory*, Vol. 5.
- _____ (2000a) *The Sociology of Philosophies: A Précis* In: *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 30 No. 2, June.

_____ (2000b) *Interview with Randall Collins* by Alair Maclean and James Yocom. September.

_____ (2004) *Interaction Ritual Chains*. Princeton e Oxford, Princeton University press.

_____ (2005) *Sociologia de las filosofias: uma teoria global del cambio intelectual*. Barcelona, Editorial Hacer.

COMTE, Augusto (1978) *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo, Abril Cultural.

_____ (1978) *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo, Abril Cultural.

_____ (1995) *Sociologia*. São Paulo, Atica.

CONSOLIM, Marcia Cristina. *Gabriel Tarde e as ciências sociais francesas: afinidades eletivas*. *Mana* [online]. 2008, vol.14, n.2, pp. 269-298. ISSN 0104-9313. doi: 10.1590/S0104-93132008000200001.

COSTA, Emilia Viotti (1999) *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.

COUTINHO, Afrânio (1963) *No hospital das Letras*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

COUTINHO, Aluizio Bezerra (1988) *A filosofia das Ciências Naturais da Escola do Recife*. Recife; Editora Universitária da UFPE.

CRESTANI, Jaison Luís (1999) *Imprensa e Literatura no século XIX*. São Paulo, Nankin: EDUSP.

CRUZ COSTA (1967) *Contribuição à História das Idéias Filosóficas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CUNHA, Luiz Antonio (2007) *A universidade Temporã: o ensino superior da Colônia a era Vargas*. São Paulo, Editora Unesp.

DA MATTA, Roberto (1981) *Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo a brasileira*. In: *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis; Vozes.

DANTAS, Orlando Vieira (1980) *Vida Patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DELGADO, Luiz (1961) *Centenário de nascimento de Artur Orlando*. Recife, Faculdade de Direito de Caruaru.

- _____ (1970) *A Escola do Recife*. In: Vozes e gestos de Pernambuco. Recife, UFPE.
- DURKHEIM, E. (1900) *la sociologie em France au XIXe siècle*. In: Revue Bleue, 4e série, t XIII, nos 20.
- _____ (1996) *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ (1999) *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes.
- FAORO, Raymundo (1988) *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3ª. Edição, Rio de Janeiro, Globo.
- _____ (1989) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Globo. Vol. I e II.
- FERNANDES, Florestan (1976) *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis; Vozes.
- _____ (2000) *A Herança Intelectual da Sociologia*. In: FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro; LTC.
- _____ (2002) *A revolução Burguesa no Brasil*. In: Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro, Nova Aguilar. Volume III.
- FERREIRA, Pinto (1969) *A sociologia no Brasil*. In: *Sociologia*. Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco.
- _____ (1980) *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife, Editora Universitária/UFPE. Tomo I.
- _____ (1981) *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife, Editora Universitária/UFPE. Tomo II.
- _____ (1982) *O Criador da História da Literatura Brasileira* In: História da Literatura Brasileira. vol. III, Caruaru (PE), Edição da Faculdade de Direito de Caruaru.
- FILHO, Alberto Venâncio (1982) *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.
- FILHO, Enno D. Liedke (2005) *A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios*. In: Dossiê Sociologia na América Latina. Revista Sociologias, n.14: Porto Alegre Jul./Dez.

- FILHO, Evaristo de Moraes (1985) *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira.
- FONTES, José Silvério Leite (2003) *O pensamento jurídico sergipano: o ciclo de Recife*. São Cristóvão; Editora UFS; Aracaju; Fundação Oviêdo Teixeira.
- FOUCAULT, Michel. (2002) *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ (2005) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, NAU editora.
- _____ (1996) *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola.
- FRANCOVICH, Guillermo (1979) *Filósofos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Editora Presença.
- FREIRE, Gilberto [1933] (2000) *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Interpretes do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 2. p.105-645.
- _____ [1936] (2000a) *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Interpretes do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 2. p. 647-1379.
- _____ [1959] (2000b) *Ordem e Progresso: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Interpretes do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 3. p.06-898.
- _____ (1948) *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____ (1960) *Um engenheiro Francês no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____ (1971) *Nós e a Europa Germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*. Rio de Janeiro, Grifo Edições.
- _____ (1977) *Em torno da Faculdade de Direito do Recife*. In: PEREIRA, Nilo. *A faculdade de Direito do Recife: ensaio biográfico*. Recife, UFPE; Editora Universitária.
- FULLER, Steve. (2000) *In Search of an Alternative Sociology of Philosophy: Reinstating the Primacy of Value Theory in Light of Randall Collins's "Reflexivity and Embeddedness in the History of Ethical Philosophies"*. In: *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 30 No. 2, June.
- FURTADO, Celso (1982) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

- GADAMER, Hans-Georg (1998) *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- GIANOTTI, José Artur (1978) *Augusto Comte*. In: COMTE, A. Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural.
- GIDDENS, Anthony (1984) *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GINER, Salvador. (2005) *La ciencia social y el saber humano: La aportación de Randall Collins al análisis sociológico de la cultura*. In: COLLINS, Randal. *Sociologia de las filosofías: una teoría global del cambio intelectual*. Barcelona, Editorial Hacer.
- GRAMSCI, Antonio (1988) *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,
- GUARANÁ, Manuel Armindo (1925) *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro; Pongetti & Cia.
- GURVITCH, Georges (1970) *tres capítulos de historia de la sociologia: comte, marx e Spencer*. Buenos Aires, Ediciones Nueva vision.
- HALL, John A. (2000) *An American Portrait: Critical Reflections on Randall Collins's The Sociology of Philosophies*. In: *Philosophy of the Social Sciences*, Vol. 30 No. 2, June.
- HALLEWELL, Laurence (1985) *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp; T.A. Queiroz, 1985, p. 47.
- HEKMAN, Susan J (1986) *Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento*. Lisboa; edições 70.
- HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos A. Messeder (1994) *O imaginário moderno no Brasil*. In: *A invenção do Brasil Moderno: medicina. Educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco.
- HOBSBAWN E. & RANGER T. (1997). *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (1978) *Formação da Sociologia?* In: *Cobra de Vidro*. São Paulo; Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.
- _____ (2000) *Raízes do Brasil*. In: *Interpretes do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 3
- IANNI, Otávio (1992) *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense.

- IHERING, Rudolf (2001) *A luta pelo Direito*. São Paulo, Martin Claret.
- IGLÉSIAS, Francisco (1997) *O pensamento Brasileiro sob o Império*. In: O Brasil monárquico, tomo II: reações e transações. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- JARVIE, I. C. (2000) *The Philosophical Deficit in Randall Collins's The Sociology of Philosophies*. In: Philosophy of the Social Sciences, Vol. 30 No. 2, June.
- KANT, I. (1985) *Resposta à pergunta: que é esclarecimento? [Aufklärung]* In: *Textos Seletos*. Tradução de R. Vier e F. de Souza Fernandes. Petrópolis; Vozes.
- KECSKEMETI, Paul (1963) *Introducción*. In: MANNHEIM, Karl. *Ensayos sobre sociologia e psicologia social*. México/Buenos Aires; Fondo de Cultura Económica.
- _____ (1964) *Introduction*. In: MANNHEIM, Karl. *Essays on the sociology of knowledge*. London: Routledge e Kegan Paul LTD.
- KONDER, Leandro (2003) *História das Idéias Socialistas no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular.
- KUHN, Thomas (2001) *As estruturas das Revoluções Científicas*. São Paulo. Perspectiva.
- LEÃO, A. Carneiro (1953) *Panorama Sociologique du Brésil*. Paris, Presses Univertitaires de France.
- LEITE, Dante Moreira (2002) *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Editora UNESP.
- LEVI-STRAUSS, Claude. (1964) *La sociología francesa*. In: GURVITCH, Georges e MOORE, Wilbert E. (orgs) *Sociologia del Siglo XX*. Buenos Aires-Mexico, El Ateneo.
- LIMA, Alceu Amoroso (1973) *Memórias improvisadas*. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes.
- LIMA, Hermes (1959) *Prefácio* In: NOGUEIRA, Alcântara *O pensamento Filosófico de Clovis Beviláqua*. Rio de Janeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).
- _____ (1963) *Tobias Barreto (a época e o homem)*. Rio de Janeiro, Instituto nacional do livro. MEC.
- LIMA, Jackson da Silva (1999) *A biblioteca de Silvio Romero*. Aracaju; Digitado.
- LINS, Ivan (1969) *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

- LÖWY, Michel (2003) *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Editora Cortez.
- MACHADO, Geraldo Pinheiro (1976) *A filosofia no Brasil*. São Paulo, Cortez e Moraes.
- MACHADO DE ASSIS [1879] (1959) *A nova geração* In: *Obras completas - Crítica Literária*. São Paulo: Editora Mérito, 1959,
- MACHADO NETO, A. L. (1969) *História das Idéias Jurídicas no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- _____ (1973) *Estrutura Social da república das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930*. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, Editorial Grijalbo.
- MANNHEIM, Ernest (2002) *Introdução*. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo, Perspectiva.
- MANNHEIM, Karl (1964) *Essays on the sociology of knowledge*. London, Routledge e Kegan Paul LTD.
- _____ (1963) *Ensayos sobre sociología e psicología social*. México/Buenos Aires; Fondo de Cultura Econômica.
- _____ (1986) *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro; Guanabara.
- _____ (2004) *Sociologia da Cultura*. São Paulo; Perspectiva.
- _____ (1983) *Sociologia*. São Paulo, Ática.
- _____ (1990) *El problema de una sociología del saber*. Madrid, Editorial Tecnos S.A.
- MARQUES, Wilton José (2003) *O Poeta e o poder: favores e afrontas*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, No. 32, p.33-49.
- MARTINS, Wilson. (1977) *História da inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix. Vol. III (1855-1877) e Vol. IV (1877-1896)
- MARTINS JUNIOR, (1881) *Visões de Hoje*. Recife.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1996) *A Ideologia Alemã*. São Paulo; HUCITEC.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. (2004) *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec.
- MCNEILL, J. R. e MCNEILL, William H. (2005) *Las Redes Humanas: una historia global del mundo*. Barcelona, Critica.

- MEAD, George H. (1972) *Espíritu, persona y sociedad*. Buenos Aires; Editorial Paidós.
- MELO, José Marques (2003) *História social da imprensa: fatores sócio-culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- MEIRA, Silvio (1990) *Clóvis Beviláqua: sua vida, sua obra*. Fortaleza, Edições UFC.
- MENDONÇA, Carlos Sussekind de (1938) *Silvio Romero: Sua formação intelectual (1851-1880)*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.
- MENEZES, Djacir (1962) *Evolucionismo e positivismo na crítica de Farias Brito*. Imprensa Universitária do Ceará.
- _____ (1964) *La sociologie en el Brasil*. GURVITCH, Georges e MOORE, Wilbert E. (orgs) *Sociologia del Siglo XX*. Buenos Aires-Mexico, El Ateneo.
- _____ (1982) *A influência de Tobias Barreto na conceituação filosófica do direito em Clovis Beviláqua*. In: Revista Ciência Política; Rio de Janeiro. Maio/Agosto.
- MENEZES, José Rafael de (1977) *Paraibanos em distinções na Faculdade de Direito do Recife*. Joao Pessoa, Editora Universitária / UFPB
- MERCADANTE, Paulo (1972) *A Consciência Conservadora no Brasil: Contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (1990) *O germanismo de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador.
- _____ (2006) *Tobias Barreto: o feiticeiro da tribo*. Rio de Janeiro, UniverCidade Editora.
- MERCADANTE, Paulo e PAIM, Antonio (1972) *Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação*. São Paulo; Grijalbo.
- MERTON, Robert K (1968) *A sociologia do conhecimento e as comunicações de massa*. In: *Sociologia: Teoria e estrutura*. São Paulo, Editora Mestre Jou.
- _____ (1979) *Os Imperativos Institucionais da Ciência*. In: DEUS, J. D. de (org). *A crítica da Ciência*. Rio de Janeiro, Zahar editor.
- _____ (1982) *Sociologia do Conhecimento*. In: *Sociologia do Conhecimento (Org's)* VELHO, Otávio G., BERTELLI, Antonio R., PALMEIRA, Moacir. Rio de Janeiro, Zahar.

- MICELI, Sérgio (1988) *A Elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- _____ (2001) *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____ (2001) *Por uma Sociologia das Ciências Sociais*. In: História das ciências sociais no Brasil Vol. I (org) Sérgio Miceli. São Paulo; Editora Sumaré.
- _____ (2001) *Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais*. In: História das ciências sociais no Brasil Vol. I (org) Sérgio Miceli. São Paulo; Editora Sumaré.
- MILLS, C. Wright (1975) *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ (1964) *Consecuencias metodológicas de la sociología del conocimiento*. In: HOROWITZ, Irving Luis (org). *Historia y elementos de la sociología del conocimiento*. Bueno Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires. Tomo I.
- MORAES FILHO, Evaristo (1985) *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes (1979) *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- MOTA, Guilherme (1996) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Bertrand Brasil.
- MOTA, Maria Aparecida Resende (2000) *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- MOTA, Mauro (1978) *O Recife no tempo de Tobias e Castro Alves*. Recife, Arquivo Público Estadual.
- MUCCHIELLI, Laurent (2001) *O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914)*. São Paulo, Revista Brasileira de História. vol. 21 no. 41 .
- MUNANGA, Kabengele (2004) *rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica
- MUÑOZ, J. Carlos Gómez (1990) *La formación de la sociología del conocimiento de Mannheim*. In: MANNHEIM, Karl. *El problema de una sociología del saber*. Madrid, Editorial Tecnos S.A.
- MUNZ, Peter (2000) *The Poverty of Randall Collins's Formal Sociology of Philosophy*. In: Philosophy of the Social Sciences, Vol. 30 No. 2, June.
- NABUCO, Joaquim (1995) *Minha Formação*. Porto Alegre, Paraula.

- NASCIMENTO, Luis do (1966a) *História da imprensa de Pernambuco*. Recife; Imprensa Universitária. Volumes I, II, III, IV e V.
- _____ (1966b) *Três mestres no “batente” do jornal: Tobias Barreto, Martins Junior e Clovis Beviláqua*. Recife, Imprensa Oficial.
- NESTOR, Odilon (1930) *Faculdade de Direito do Recife: traços da sua história*. Recife, Imprensa Industrial.
- FALCÃO NETO, Joaquim Arruda (1978) *Os cursos jurídicos e a formação do Estado Nacional*. In: Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras; ensaios sobre a criação dos cursos jurídicos. Brasília, Câmara dos Deputados.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (2004) *Do privilégio à propriedade literária: a questão da autoria no Brasil Imperial*. Texto apresentado no I seminário brasileiro sobre o livro e história editorial. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.
- NOGUEIRA, Alcântara (1959) *O pensamento Filosófico de Clovis Beviláqua*. Rio de Janeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).
- _____ (1980) *Conceito Ideológico de Direito na Escola do Recife*. Fortaleza, BNB.
- NOGUEIRA, Oracy (1978) *A sociologia no Brasil*. In: FERRI, G. M. & MOTOYAMA, S. (org.). *História das Ciências no Brasil*. vol. 3, São Paulo, EDUSP/EPU-CNPq.
- ORLANDO, Artur (1975) *Ensaio de crítica*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.
- _____ (1990) *Tobias Barreto: o seu ponto de vista religioso*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.
- _____ (1988) *Prefácio*. In: BARRETO, Tobias. *Questões Vigentes*.
- ORTIZ, Renato (2003) *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo; Brasiliense.
- _____ (2002) *Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil*. In: *Ciências Sociais e trabalho intelectual*. São Paulo, Olho D’água.
- PACHO, Julián (2005) *Positivismo y Darwinismo*. Ediciones Akal, Madrid.
- PAIM, Antonio. (1975) “Introdução”. In: ORLANDO, Artur. *Ensaio de crítica*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- _____ (1966) *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro; Editora Saga.

- _____ (1978) *Trajetória da Filosofia no Brasil*. In: FERRI, G. M. & MOTOYAMA, S. (org.) *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EDUSP: EPU-CNPq. vol. 2.
- _____ (1979) *Situação do Pensamento Filosófico brasileiro nos últimos tempos*. In: FRANCOVICH, Guillermo *Filósofos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Editora Presença.
- _____ (1967) *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo; Grijalbo.
- _____ (1985) *O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro*. São Paulo, Convívio.
- _____ (1990) *A trajetória filosófica de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.
- _____ (1991) *Propostas para a caracterização das filosofias nacionais*. Universidade de Lisboa.
- _____ (1972) Importância e limitações da obra filosófica de Tobias Barreto. In: MERCADANTE, Paulo. *Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação*. São Paulo; Grijalbo.
- PAULO FILHO, Pedro (1997) *O bacharelismo brasileiro (da colônia à república)*. Campinas, Bookseller.
- PELS, Dick (1996) *Karl Mannheim and the Sociology of Scientific Knowledge: Toward a New Agenda*. In: *Sociological Theory*, Volume 14, Issue 1, Mar.
- PEREIRA, Nilo (1977) *A Faculdade de Direito do Recife: ensaio biográfico*. Recife, Editora Universitária, UFPE.
- _____ (1978) *O Recife e a Faculdade de Direito*. In: Um tempo do Recife. Recife, Editora Universitária.
- _____ (1983) *Pernambucanidade*. Recife: Secretária do Turismo, Cultura e Esportes.
- PEREIRA, Virgílio de Sá (1917) *Tobias Barreto*. Tipografia Revista dos Tribunais.
- PILAR, Thanira Chayb de (1996) *A literatura na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. In: *Revista Letras Hoje*. Porto Alegre. V. 31, n. 4.
- PONTES, Heloisa. (1991) *Por uma sociologia do mundo intelectual*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7.
- POPPER, Karl (2004) *A lógica das Ciências Sociais*. São Paulo; Tempo Brasileiro.

- PRADO Jr., Caio (1983) *Evolução política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- _____ (2002) *Formação do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A. (Coleção Intérpretes do Brasil)
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1992) *Desenvolvimento das ciências sociais no Brasil: nascimento e expansão*. In: *Ciência e tropico*. Recife, V. 20. Jul/dez.
- RABELLO, Sylvio (1967) *Itinerário de Silvio Romero*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.
- RAISON, Timothy (Org) (1971) *Os Precursores das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- RAMOS, Alberto Guerreiro (1995) *Introdução Crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro; Editora da UFRJ.
- _____ (1996) *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- REALE, Giovanni e ANTISERI, Dário (2006) *História da Filosofia*. São Paulo, Paulus. Vol. 6.
- REALE, Miguel (1973) *100 anos de Ciência do Direito no Brasil*. São Paulo, Saraiva.
- _____ (1990) *Significado e importância do culturalismo de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.
- RIBEIRO, Cristina Betioli (2008) *Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas*. Campinas, SP: [s.n.], 2008.
- _____ (2005) *Folclore e Nacionalidade na Literatura brasileira do século XIX*. In: *Revista Tempo*.
- RIBEIRO, Darcy (1984) *Manoel Bomfim, antropólogo*. In: BOMFIM, Manoel (1993) *América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro; Topbooks.
- RIO, João do (1994) *O momento Literário*. Brasília, Fundação Biblioteca Nacional.
- RIZZINI, Carlos (1999) *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro, Kosmos.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez (2009) *Silvio Romero: o homem e a sua obra*. Disponível em <http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/romero/introd.htm>.
- ROLLEMBERG, Francisco Guimarães (1987) *Fausto Cardoso*. Brasília, Senado Federal.

- ROMERO, Silvio [1880] (2002) *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*. In: *Literatura, história e crítica*. Rio de Janeiro, Imago. Aracaju, UFS.
- _____ [1880] (2002) *Vista geral sobre a Escola Literária do Recife*, Romero. In: *Estudos de Literatura Contemporânea*. Rio de Janeiro, Imago Editora; Aracaju, UFS.
- _____ [1883] (2002) *O poeta dos idílios modernos* In: *Estudos de Literatura Contemporânea*. Rio de Janeiro, Imago Editora; Aracaju, UFS.
- _____ A prioridade de Pernambuco no movimento espiritual brasileiro
- _____ [1904] (2002) *A Escola Literária do Recife no último quartel do século XIX*; carta aberta a Artur Orlando. In: *Estudos de Literatura Contemporânea*. Rio de Janeiro, Imago Editora; Aracaju, UFS.
- _____ (1897) *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura* Rio de Janeiro, Laemert.
- _____ (1906) *América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto, Livraria Chaldron de Lello e Irmão editores.
- _____ [1888] (1954) *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro.
- _____ [1878] *A Filosofia no Brasil*. Porto Alegre, Tip. do Deutsche Zeitung.
- (1901) *Ensaio de Sociologia e Literatura*. Rio de Janeiro; H. Garnier.
- ROMERO, Silvio (1878) *Cantos do fim do século: 1869-1873*. Rio de Janeiro: Tip. Fluminense, 1878. p. 242 - 247.
- _____ (1895) *O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro; Clássica de Alves.
- _____ (1914) *Minhas Contradições*. Bahia; Romualdo Santos.
- _____ (2001) *O Brasil e outros estudos sociológicos*. Brasília; Senado Federal.
- _____ (1907) *O Brasil social: vistas sintéticas obtidas pelos processos de Le Play*. Rio de Janeiro; Jornal do Comércio de Rodrigues.

- _____ (1980) *Teoria crítica e história Literária*. São Paulo; Edusp.
- _____ (1978) *Teoria, crítica e história Literária*. Tio de Janeiro; LTC, São Paulo; EDUSP.
- ROUANET, Maria Helena (1996) *Crítica e história da literatura no século XIX*. In: Revista Letras Hoje. Porto Alegre. V. 31, n. 4.
- RUMNEY, Judah. (1964) *La sociología Británica*. In: GURVITCH, Georges e MOORE, Wilbert E. (orgs) *Sociologia del Siglo XX*. Buenos Aires-Mexico, El Ateneo.
- _____ (1944) *Spencer*. México, FCE.
- SALDANHA, Nelson (1997) *Romantismo, evolucionismo e sociologia: figuras do pensamento social do século XIX*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana.
- _____ (1995) *A Escola do Recife*. São Paulo; Convívio.
- _____ (1971) *A contribuição do Nordeste na historia das idéias políticas e sociais no Brasil*. Estudos Universitários. Recife, 11(2): Abr./Jun, 27-38.
- _____ (2005) *O pensamento jurídico Brasileiro*. In: Revista Continente, Recife.
- _____ (S/D.) *Pensamento Social Nordestino*. Recife, Editora ASA.
- ROSAS, Paulo (2009) *Sylvio Rabello*. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks/rabello.htm>
- SANTOS, Wanderley Guilherme (2002) *A ordem burguesa na imaginação social brasileira*. In: Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro. Belo Horizonte, Editora da UFMG; Rio de Janeiro: casa Osvaldo Cruz.
- SCHILLING, Voltaire (1996) *Confrontos: o pensamento político Alemão*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz (2005) *Silvio Romero, hermeneuta do Brasil*. São Paulo, Annablume.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993) *O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930*. São Paulo; Companhia das Letras.
- _____ (2001) *O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910)*. In: História das ciências sociais no Brasil Vol. I (org) Sérgio Miceli. São Paulo; Editora Sumaré
- SCHWARTZMAN, Simon (1982) *A Pesquisa Científica no Brasil: Matrizes Culturais e Institucionais*. In: Pesquisa Médica, vol. 1. São Paulo, Editora Pedagógica

Universitária; Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. p. 137-160.

SCHWARZ, Roberto (2000) *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34.

SENNA, Homero (1969) *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio editora.

SEVCENKO, Nicolau. (2003) *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo, Companhia das Letras.

SCHUTZ, Alfred. (1970) *Fenomenologia e Relações Sociais*. (org. Helmut Wagner) Rio de Janeiro. Zahar.

_____. *Elaboración de los objetos mentales en el pensamiento de sentido comum*. In: HOROWITZ, Irving Louis. *Historia y elementos de la sociología del conocimiento*. Bueno Aires, Editorial universitária. S/d.

_____ (1967) *The phenomenology the social world*. Northwestern university press.

SKIDMORE, Thomas E. (1976) *O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SILVA, Elza Maria T. (2000) *Ensino de Direito no Brasil: perspectivas históricas gerais*. Psicologia Escola e Educação. Vol. 04 N.1 Campinas.

SILVA, José Maria de Oliveira (1998) *O pensamento historiográfico de Manoel Bomfim*. In: Revista Tomo. São Cristóvão/SE, No. 01.

STARK, Werner (1964) *Los antecedentes de la sociología del conocimiento*. In: HOROWITZ, Irving Louis. *Historia y elementos de la sociología del conocimiento*. Buenos Aires; Editorial universitaria de Bueno Aires.

SODRÉ, Nelson Werneck (1961) *Silvio Romero: um guerrilheiro desarmado*. In: Ideologia do Colonialismo. Rio de Janeiro, ISEB.

_____ (1976) *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____ (1979) *Formação História do Brasil*. 10ª. Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- _____ (1982) *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 10ª. Edição. São Paulo, DIFEL.
- _____ (1989) *A República: uma revisão histórica*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- _____ (1983) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ (2002) *A reação anti-romântica: a crítica*. In: ROMERO, Silvio. Estudos de literatura contemporânea. Rio de Janeiro, Imago. Aracaju, UFS.
- SOMBART, Werner. (1964) “*Weltanschauung*”, *ciencia y economía*. In: HOROWITZ, Irving Luis (org). *Historia y elementos de la sociología del conocimiento*. Bueno Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires. Tomo II.
- SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa (2003) “*Para uma história da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização*”. V.9, N. 1, Jan/jun. Recife; UFPE/Líber Gráfica.
- SOUZA, Braz Florentino Henriques (1866) *Dos responsáveis nos crimes de liberdade de exprimir os pensamentos*. Recife, Tipografia da Esperança.
- SOUZA, Ricardo Luiz de (2004) *Método, raça e identidade nacional em Silvio Romero*. In: Revista de História Regional. 9(1).
- _____ (2007) *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto (1984) *História e dependência; cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo, Moderna.
- TATON, René (1975) *Aparecimento e desenvolvimento de algumas comunidades científicas nacionais no século XIX*. In: Sociologia da Ciência. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- TELES, Manoel P. de Oliveira [1882] (1989) *Um acontecimento científico na Academia do Recife: o concurso de Tobias B. de Menezes*. In: BARRETO, Tobias (1989) *Esparsos e Inéditos*. Aracaju, Secretária do Estado da Cultura.
- TOBIAS, José Antonio (1987) *História das Idéias no Brasil*. São Paulo, EPU.
- VEIGA, Gláucio (1981) *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife; Editora Universitária. Volume II.
- _____ (1982) *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife; Editora Universitária. Volume III.

- _____ (1988) *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife; Artegraf. Volume IV.
- _____ (1988) *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife; Artegraf. Volume V.
- _____ (1989) *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife; Artegraf. Vol VI.
- _____ (1993) *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife; Artegraf. Vol VII.
- VENTURA, Roberto (1991) *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____ (2001) *História e Crítica em Silvio Romero* In: ROMERO, Silvio. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro; Imago. Aracaju; UFS. p.09-21.
- VERÍSSIMO, José (1929) *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- _____ (2001) *História da Literatura Brasileira* In: Sílvia Romero. *História da Literatura Brasileira*, t. II. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.
- VILA NOVA, Sebastião (1992) *História e sociologia da sociologia no Brasil – algumas fontes bibliográficas para o seu estudo*. Recife, Ciência e trópico; Vol. 20 Jul/Dez.
- VILAS-BOAS, Gláucia (2006) *A recepção da Sociologia Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- WAGNER, Helmut (1970) *Introdução*. In: SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. (org. Helmut Wagner) Rio de Janeiro. Zahar.
- WEBER, Max. (1994) *Economia e Sociedade*. Brasília; EDUNB.
- _____ (2001) *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da UNICAMP. Volume I e II.
- _____ (1995) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira.
- WINNE, J. Pires (1973) *Historia de Sergipe 1575-1930*. Rio de Janeiro, Pongetti.

WIESE, Leopold Von (1964) *La sociología Alemana*. In: GURVITCH, Georges e MOORE, Wilbert E. (orgs) *Sociologia del Siglo XX*. Buenos Aires-Mexico, El Ateneo.

WOLKMER, Antonio Carlos (1997) *A magistratura Brasileira no Século XIX*. In: Revista CCJ, Ano 19, Dezembro.

WOLFF, Kurt H. (1980) *Fenomenologia e Sociologia*. BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (org.) *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro; Zahar.